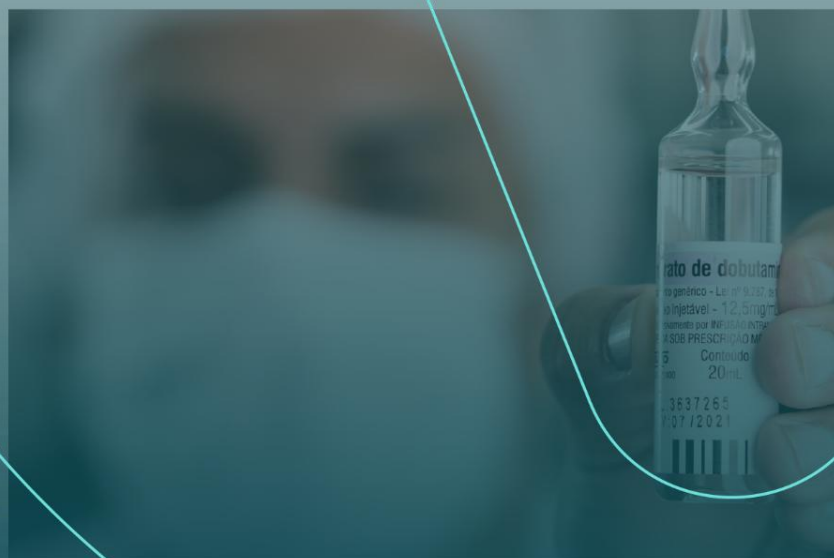




CM HOSPITALAR S.A.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA



viveo

CM HOSPITALAR S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2026**

ÍNDICE

1. Informações sobre a Assembleia

2. Proposta da Administração

ANEXO I – Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório Anual da Administração, das Notas Explicativas e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance e do Conselho Fiscal da Companhia

ANEXO II – Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia

ANEXO III – Informações Indicadas no Item 8 do Formulário de Referência da Companhia

ANEXO IV – Informações Indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia

1. Informações sobre a Assembleia

A Administração da CM Hospitalar S.A. (“Companhia”) submete à apreciação dos seus Acionistas a presente Proposta da Administração (“Proposta”) em relação às matérias constantes da ordem do dia contida no edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGO” ou “Assembleia”) da Companhia a ser realizada, de forma exclusivamente digital, às 11h00, horário de Brasília, do dia 30 de abril de 2026, com participação por meio do sistema eletrônico *Microsoft Teams* (“Plataforma”). Sem prejuízo da participação na Assembleia por meio da Plataforma, conforme será detalhado no Manual de Participação divulgado nesta data, os acionistas da Companhia também poderão votar nas matérias relativas à ordem do dia da Assembleia através do boletim de voto a distância.

O Edital de Convocação será publicado no jornal “Valor Econômico” nos dias 31 de março e 01 e 02 de abril de 2026 e todas as informações e documentos previstos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos Acionistas, incluindo o Manual para Participação na Assembleia, estão disponíveis aos Acionistas na sede da Companhia, na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Miryan Strambi, nº 915, Bairro Recreio Anhanguera, CEP 14097-052, e no website de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.viveo.com.br/>), na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

Nos termos do Edital de Convocação, a Assembleia terá a seguinte ordem do dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. tomar as contas dos administradores, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
2. examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório anual da Administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance e do Conselho Fiscal da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. fixar a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026.

A Proposta da Administração para as matérias da ordem do dia da Assembleia está contida neste documento.

Ainda, caso seja solicitada a instalação do Conselho Fiscal a pedido de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e do artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, a Administração aproveita a oportunidade para manifestar o seu apoio à eleição dos candidatos cujas informações referentes aos currículos e experiências profissionais encontram-se detalhadas no **Anexo IV** desta Proposta da Administração, conforme previsto no art. 11 da Resolução CVM 81. Ainda, em cumprimento à Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da sociedade, necessário para a solicitação da instalação do Conselho Fiscal, é de 2% (dois por cento).

Considerando o atual cenário da Companhia, a Administração entende que a manutenção da maioria dos atuais membros do Conselho Fiscal reforçará a continuidade dos trabalhos atualmente realizados pelo referido órgão, acompanhando a implementação de uma governança mais robusta e estruturada na Companhia.

O tema da instalação de Conselho Fiscal consta do boletim de voto a distância relativo à Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 36, §1º, da Resolução CVM 81.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2. Proposta da Administração

Visando prestar informação aos Acionistas quanto às matérias a serem deliberadas, disponibiliza-se a proposta da Administração da Companhia com informações relevantes para o exercício do direito de voto pelos Acionistas.

2.1 Quórum de Instalação

A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 1/4 do total de ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum de instalação não seja atingido, ocorrerá nova convocação, por meio de edital a ser publicado com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência, nos termos do artigo 124, §1º, II, da Lei das Sociedades por Ações. Em segunda convocação, a Assembleia instalar-se-á com a presença de qualquer número de acionistas.

2.2 Quórum de Deliberação

Nos termos do artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

A AGOE deliberará sobre as seguintes matérias abaixo.

Em Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Este item da Proposta da Administração trata sobre a deliberação a ser feita na Assembleia quanto ao exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, nos termos do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“DFs”), disponibilizadas aos acionistas em 05 de março de 2026, acompanhadas do relatório anual da Administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance e do Conselho Fiscal da Companhia, sendo todos os referidos documentos incorporados por referência à presente Proposta em linha com o **Anexo I**.

A Administração propõe que sejam aprovadas, sem reservas ou ressalvas, as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do inciso III do artigo 10º da Resolução CVM 81, o item 2 do Formulário de Referência consta como **Anexo II** a esta Proposta, o qual contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

A Companhia não apurou lucro líquido distribuível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, uma vez que o lucro de R\$ 18.240.164,71 (dezoito milhões, duzentos e quarenta mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos) apurado no exercício, foi integralmente utilizado para absorver prejuízos acumulados, nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações. Em razão da inexistência de lucro líquido distribuível no exercício social de 2025, a administração não apresentará o Anexo A da Resolução CVM nº 81.

2. examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório anual da Administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025:

Este item da Proposta da Administração trata sobre a deliberação a ser feita na Assembleia quanto ao exame, discussão e aprovação das DFs, disponibilizadas aos acionistas em 05 de março de 2026, acompanhadas do relatório anual da Administração, das notas explicativas, dos pareceres dos auditores independentes, do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance e do Conselho Fiscal da Companhia, sendo todos os referidos documentos incorporados por referência à presente Proposta em linha com o **Anexo I**.

A Administração propõe que sejam aprovadas, sem reservas ou ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

1. Fixar a remuneração anual global dos membros da administração da Companhia referente ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026:

Este item da Proposta da Administração trata sobre a fixação do montante global máximo da remuneração dos administradores, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações e o §4º do Art. 8 do Estatuto Social da Companhia.

A Administração propõe aos Acionistas a fixação da remuneração global dos administradores referente ao exercício social de 2026 no valor total de até R\$ 33.253.551,62 (trinta e três milhões

duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e dois centavos), que serão distribuídos individualmente aos referidos administradores por deliberação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 9º, §4º do Estatuto Social da Companhia, incluindo remuneração fixa, remuneração variável e benefícios. Em complemento, caso instalado, a Administração propõe a fixação da remuneração global dos membros do Conselho Fiscal referente ao exercício social de 2026 no valor total de até R\$ 401.303,16 (quatrocentos e um mil, trezentos e três reais e dezesseis centavos). A remuneração mensal individual (i.e., por membro, ao mês) dos membros efetivos do Conselho Fiscal, equivale a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos resultados, nos termos do artigo 162, §3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Em conformidade com o artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores apresentada acima, as informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia, na forma do item 8 do Formulário de Referência constam do **Anexo III** desta Proposta.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

CM HOSPITALAR S.A.

ANEXO I

Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório Anual da Administração, das Notas Explicativas e dos Pareceres dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance e do Conselho Fiscal da Companhia

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	11
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	12
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	22
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	23

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	26
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	27
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	28
Demonstração de Valor Adicionado	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
---	----

Notas Explicativas	56
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	138
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	139
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	142
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	143

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	145

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	322.820.608
Preferenciais	0
Total	322.820.608
Em Tesouraria	
Ordinárias	7.012.300
Preferenciais	0
Total	7.012.300

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	8.217.670	8.516.171	9.663.099
1.01	Ativo Circulante	4.249.052	4.411.673	5.188.850
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	443.827	475.683	321.985
1.01.01.01	Caixa e Bancos	88.694	51.375	33.942
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	355.133	424.308	288.043
1.01.02	Aplicações Financeiras	73.640	270.004	482.268
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	73.640	270.004	482.268
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	73.640	270.004	482.268
1.01.03	Contas a Receber	1.918.949	1.857.450	2.202.533
1.01.03.01	Clientes	1.918.949	1.857.450	2.202.533
1.01.04	Estoques	1.319.506	1.378.475	1.541.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	231.701	201.116	324.364
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	231.701	201.116	324.364
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	55.884	51.165	132.037
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar - Indébitos Tributários	598	598	8.390
1.01.06.01.03	Outros Tributos a Recuperar	175.219	149.353	183.937
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	261.429	228.945	316.129
1.01.08.03	Outros	261.429	228.945	316.129
1.01.08.03.01	Outros Ativos	233.191	196.353	218.051
1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	13.848	4.725	60.754
1.01.08.03.04	Transação com Partes Relacionadas	14.390	27.867	37.324
1.02	Ativo Não Circulante	3.968.618	4.104.498	4.474.249
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.105.929	1.023.142	851.972
1.02.01.04	Contas a Receber	17.771	16.430	7.925
1.02.01.04.01	Clientes	17.771	16.430	7.925
1.02.01.07	Tributos Diferidos	636.602	673.224	534.091
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	636.602	673.224	534.091
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	451.556	333.488	309.956

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.03	Outros Ativos	79.237	16.211	27.498
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	121.107	74.102	142.662
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	37.946	41.036	40.073
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	213.266	202.139	99.723
1.02.02	Investimentos	1.217.648	1.401.470	2.043.632
1.02.02.01	Participações Societárias	1.217.648	1.401.470	2.043.632
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	180	1.183	13.045
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.217.468	1.400.287	2.030.587
1.02.03	Imobilizado	285.784	306.176	304.700
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	285.784	306.176	304.700
1.02.04	Intangível	1.359.257	1.373.710	1.273.945
1.02.04.01	Intangíveis	1.359.257	1.373.710	1.273.945
1.02.04.01.02	Outros	1.359.257	1.373.710	1.273.945

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	8.217.670	8.516.171	9.663.099
2.01	Passivo Circulante	3.965.436	3.063.269	2.850.927
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	64.182	55.692	60.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais	64.182	55.692	60.853
2.01.02	Fornecedores	2.651.233	2.354.933	1.815.963
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.633.618	2.331.973	1.801.201
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.672.086	1.522.549	1.455.182
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - Partes Relacionadas	961.532	809.424	346.019
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	17.615	22.960	14.762
2.01.03	Obrigações Fiscais	48.876	48.204	35.235
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.718	2.430	6.599
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	996	5	1.521
2.01.03.01.03	Outros	722	2.425	5.078
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	46.453	45.131	27.811
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	705	643	825
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	858.102	248.888	318.401
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.643	40.064	37.713
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	59.643	40.064	37.713
2.01.04.02	Debêntures	798.459	208.824	280.688
2.01.05	Outras Obrigações	343.043	355.552	620.475
2.01.05.02	Outros	343.043	355.552	620.475
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	102.576
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3.849	15.792	36.666
2.01.05.02.05	Outros Passivos	108.888	131.421	40.845
2.01.05.02.06	Fornecedores - Reverse Factoring	3.639	13.238	301.452
2.01.05.02.07	Tributos a Recolher Parcelados	9.622	12.547	2.139
2.01.05.02.09	Obrigações com Ex-Acionistas da Subsidiária	17.625	2.017	2.017
2.01.05.02.10	Passivo de Arrendamento	83.028	70.182	38.336

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.01.05.02.11	Obrigações por Aquisição de Investimento	116.392	110.355	96.444
2.02	Passivo Não Circulante	2.315.145	3.526.380	3.522.812
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.386.381	2.330.650	2.679.499
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	152.145	140.547	160.472
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	152.145	140.547	160.472
2.02.01.02	Debêntures	1.234.236	2.190.103	2.519.027
2.02.02	Outras Obrigações	788.867	771.394	805.425
2.02.02.02	Outros	788.867	771.394	805.425
2.02.02.02.03	Outros Passivos	15.080	0	0
2.02.02.02.04	Tributos a Recolher	0	6.587	13.596
2.02.02.02.05	Tributos a Recolher Parcelados	29.940	31.217	1.632
2.02.02.02.06	Obrigações por Aquisição de Investimento	547.595	562.252	640.826
2.02.02.02.07	Passivo de Arrendamento	175.544	168.138	78.328
2.02.02.02.10	Obrigações com Ex-Acionistas da Subsidiária	14.132	0	71.043
2.02.02.02.11	Provisão para Perdas com Investimentos	6.576	3.200	0
2.02.04	Provisões	139.897	424.336	37.888
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.897	424.336	37.888
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	139.897	424.336	37.888
2.03	Patrimônio Líquido	1.937.089	1.926.522	3.289.360
2.03.01	Capital Social Realizado	2.549.392	2.549.392	2.549.392
2.03.02	Reservas de Capital	-275.117	-278.290	-268.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	1.008.255
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	70.315
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	937.940
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-337.186	-344.580	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.083.466	9.872.034	8.131.523
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.986.718	-9.140.658	-7.325.743
3.03	Resultado Bruto	1.096.748	731.376	805.780
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-753.946	-1.687.753	-311.474
3.04.01	Despesas com Vendas	-192.932	-220.282	-130.957
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-648.389	-703.088	-416.894
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-20.279	-82.279	4.005
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	213.874	11.170	121.877
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23.044	-406.870	-3.925
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-83.176	-286.404	114.420
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	342.802	-956.377	494.306
3.06	Resultado Financeiro	-294.470	-599.003	-451.333
3.06.01	Receitas Financeiras	302.555	69.591	104.086
3.06.02	Despesas Financeiras	-597.025	-668.594	-555.419
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	48.332	-1.555.380	42.973
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.093	139.889	316.943
3.08.01	Corrente	288	205	64.557
3.08.02	Diferido	-30.381	139.684	252.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.239	-1.415.491	359.916
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.239	-1.415.491	359.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,05775	-4,45574	1,19952
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,05775	-4,45574	1,19952

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	18.239	-1.415.491	359.916
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.239	-1.415.491	359.916

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	309.473	379.324	-996.381
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	492.192	435.285	459.766
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	18.239	-1.415.491	359.916
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	210.808	181.276	87.802
6.01.01.03	Baixa de ativo e resultado na alienação do ativo imobilizado	1.527	94.260	1.856
6.01.01.04	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	20.279	82.279	-4.005
6.01.01.05	Correção monetária sobre aquisições de investimentos	108.386	98.701	80.646
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	272.851	499.324	434.322
6.01.01.07	Juros sobre passivos de arrendamento	25.103	21.938	10.690
6.01.01.08	Constituição (reversão) de provisões	-173.467	503.416	-2.599
6.01.01.10	Participação nos (lucros) prejuízos de controlada	83.176	286.404	-114.420
6.01.01.12	Imposto de Renda e Contribuição Social	30.093	-139.889	-316.943
6.01.01.13	Verbas e acordos comerciais	0	264.351	0
6.01.01.14	Resultado por recompra de debêntures	-105.589	0	0
6.01.01.16	Opções Outorgadas Reconhecidas	3.173	4.415	6.944
6.01.01.17	Avaliação de valor justo das obrigações por aquisição de investimentos	-7.560	-46.350	-67.775
6.01.01.18	Ganho em participação de controladas	0	0	-16.668
6.01.01.19	Despesas relacionadas a desastres – Rio Grande do Sul	0	651	0
6.01.01.20	Perdas por descontinuidade de investimentos	5.173	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	172.147	281.683	-1.020.236
6.01.02.01	Contas a receber	-81.156	333.961	-3.657
6.01.02.02	Estoques	46.078	-145.729	-541.241
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-74.834	62.230	-227.444
6.01.02.04	Depósitos judiciais	15.407	-963	35.299
6.01.02.05	Outros ativos	4.253	-23.439	-19.534
6.01.02.06	Fornecedores	293.724	291.048	-296.993
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-17.382	-15.786	-4.921
6.01.02.08	Obrigações tributárias	4.018	18.957	75.050

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.09	Adiantamentos de clientes	-11.944	-20.874	-373
6.01.02.10	Outros passivos	3.582	70.492	-210.832
6.01.02.11	Fornecedores - reverse factoring	-9.599	-288.214	174.410
6.01.03	Outros	-354.866	-337.644	-435.911
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-354.866	-337.644	-433.390
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0	-2.521
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	77.736	380.539	-20.361
6.02.01	Aquisição de investimentos, líquido de caixa	0	0	-23.348
6.02.02	Caixa decorrente de encerramento de controlada	0	246	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-47.067	-44.578	-121.941
6.02.04	Aquisição de intangível	-99.758	-96.037	-113.781
6.02.05	Aumento de capital de controlada	-36.470	0	0
6.02.06	Dividendos recebidos	64.000	337.145	208.083
6.02.07	Variação líquida de aplicações financeiras de longo prazo	196.364	212.264	-19.613
6.02.09	Caixa decorrente de incorporação	667	1.300	118.392
6.02.10	Valores pagos a ex-acionistas da subsidiária	0	-94.801	-68.153
6.02.11	Reembolsos de ex-acionistas de subsidiárias	0	65.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-419.065	-606.165	482.165
6.03.01	Aumento de capital social em decorrência de emissão de ações	0	0	778.348
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	63.870	0	197.354
6.03.03	Captação de debêntures e custos com emissão de debêntures	-12.776	396.901	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-36.360	-18.180	0
6.03.05	Pagamento de debêntures	-123.511	-800.000	-192.000
6.03.06	Pagamento de passivos de arrendamento	-64.456	-42.228	-17.618
6.03.07	Mútuo concedido (recebido) a controlada/investida	11.027	-3.519	4.554
6.03.09	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-43.482	-74.742
6.03.10	Pagamento pela aquisição de investimentos	-98.631	-76.936	-179.962
6.03.11	Gastos com emissão de ações	0	0	-33.769

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.03.14	Recompra de ações	0	-18.721	0
6.03.15	Recompra de debêntures	-144.374	0	0
6.03.17	Pagamento de tributos parcelados	-13.854	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.856	153.698	-534.577
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	475.683	321.985	856.562
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	443.827	475.683	321.985

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.173	0	-10.845	0	-7.672
5.04.10	Plano de remuneração	0	3.173	0	0	0	3.173
5.04.12	Outros	0	0	0	-10.845	0	-10.845
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.239	0	18.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.239	0	18.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-275.117	0	-337.186	0	1.937.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.003	62.656	0	0	52.653
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	4.303	0	0	0	4.303
5.04.08	Recompra de ações	0	-18.721	0	0	0	-18.721
5.04.09	Movimentação reflexa de controladas	0	0	3.562	0	0	3.562
5.04.10	Plano de remuneração	0	4.415	0	0	0	4.415
5.04.11	Dividendos adicionais não aprovados em AGO/E	0	0	59.094	0	0	59.094
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.415.491	0	-1.415.491
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.415.491	0	-1.415.491
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.070.911	1.070.911	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.070.911	1.070.911	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.771.044	-241.462	750.860	0	0	2.280.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.771.044	-241.462	750.860	0	0	2.280.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	778.348	-26.825	55	0	0	751.578
5.04.01	Aumentos de Capital	778.348	0	0	0	0	778.348
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-33.769	0	0	0	-33.769
5.04.09	Movimentação reflexa de controladas	0	0	55	0	0	55
5.04.10	Plano de remuneração	0	6.944	0	0	0	6.944
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	359.916	0	359.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	359.916	0	359.916
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.340	-359.916	0	-102.576
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	17.996	-17.996	0	0
5.06.05	Constituição de Dividendos	0	0	0	-102.576	0	-102.576
5.06.07	Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	0	0	42.363	-42.363	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	196.981	-196.981	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	11.199.616	10.967.017	9.183.038
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.214.352	11.042.110	9.093.667
7.01.02	Outras Receitas	5.543	7.186	85.366
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.279	-82.279	4.005
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.730.023	-11.125.040	-8.358.690
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.622.597	-10.091.111	-8.161.672
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-107.426	-1.033.929	-197.018
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.469.593	-158.023	824.348
7.04	Retenções	-210.808	-181.276	-87.802
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-210.808	-181.276	-87.802
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.258.785	-339.299	736.546
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	219.379	-216.813	218.506
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-83.176	-286.404	114.420
7.06.02	Receitas Financeiras	302.555	69.591	104.086
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.478.164	-556.112	955.052
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.478.164	-556.112	955.052
7.08.01	Pessoal	281.409	253.959	192.513
7.08.01.01	Remuneração Direta	222.702	197.554	147.857
7.08.01.02	Benefícios	44.669	42.131	32.240
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.038	14.274	12.416
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	516.653	-65.415	-158.537
7.08.02.01	Federais	96.253	-59.710	-262.708
7.08.02.02	Estaduais	417.370	-5.705	100.996
7.08.02.03	Municipais	3.030	0	3.175
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	661.863	670.835	561.160
7.08.03.01	Juros	643.536	651.585	545.847
7.08.03.02	Aluguéis	6.610	5.468	9.658
7.08.03.03	Outras	11.717	13.782	5.655

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.239	-1.415.491	359.916
7.08.04.02	Dividendos	0	0	102.576
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.239	-1.415.491	257.340

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	8.983.758	9.545.108	10.186.693
1.01	Ativo Circulante	4.653.627	5.261.680	5.974.663
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	573.643	543.666	472.702
1.01.01.01	Caixa e Bancos	144.923	130.423	92.463
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	428.720	413.243	380.239
1.01.02	Aplicações Financeiras	84.920	586.495	528.792
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	84.920	586.495	528.792
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	84.920	586.495	528.792
1.01.03	Contas a Receber	2.007.835	2.075.703	2.453.332
1.01.03.01	Clientes	2.007.835	2.075.703	2.453.332
1.01.04	Estoques	1.656.826	1.719.147	1.980.075
1.01.06	Tributos a Recuperar	271.020	241.632	386.493
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	271.020	241.632	386.493
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	66.572	61.278	146.620
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar - Indébitos Tributários	641	4.819	29.207
1.01.06.01.03	Outros Tributos a Recuperar	203.807	175.535	210.666
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	59.383	95.037	153.269
1.01.08.03	Outros	59.383	95.037	153.269
1.01.08.03.01	Outros Ativos	57.224	93.181	153.269
1.01.08.03.05	Transação com Partes Relacionadas	2.159	1.856	0
1.02	Ativo Não Circulante	4.330.131	4.283.428	4.212.030
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.297.401	1.189.129	1.010.519
1.02.01.04	Contas a Receber	17.771	16.430	7.925
1.02.01.04.01	Clientes	17.771	16.430	7.925
1.02.01.07	Tributos Diferidos	695.776	699.480	544.639
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	695.776	699.480	544.639
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	583.854	473.219	457.955
1.02.01.10.03	Outros Ativos	26.898	27.980	38.724

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	127.227	81.480	176.411
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	53.879	72.978	75.380
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.773	8.953	0
1.02.01.10.07	Direito de Uso em Arrendamento	374.077	281.828	167.440
1.02.02	Investimentos	180	1.184	13.045
1.02.02.01	Participações Societárias	180	1.184	13.045
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	180	1.184	13.045
1.02.03	Imobilizado	485.230	536.286	554.435
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	485.230	536.286	554.435
1.02.04	Intangível	2.547.320	2.556.829	2.634.031
1.02.04.01	Intangíveis	2.547.320	2.556.829	2.634.031
1.02.04.01.02	Outros	2.547.320	2.556.829	2.634.031

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	8.983.758	9.545.108	10.186.693
2.01	Passivo Circulante	3.499.523	2.850.768	3.056.590
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	112.767	91.825	108.718
2.01.01.01	Obrigações Sociais	112.767	91.825	108.718
2.01.02	Fornecedores	1.924.445	1.843.848	1.716.116
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.900.958	1.812.881	1.694.675
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	23.487	30.967	21.441
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.924	78.456	74.344
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.034	11.780	21.305
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.036	3.365	6.681
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	4.957	3.779	7.122
2.01.03.01.03	Outros	2.041	4.636	7.502
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	56.212	65.055	50.362
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.678	1.621	2.677
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	997.921	402.752	391.746
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	146.605	153.751	111.058
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	78.300	64.334	51.170
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	68.305	89.417	59.888
2.01.04.02	Debêntures	851.316	249.001	280.688
2.01.05	Outras Obrigações	397.466	433.887	765.666
2.01.05.02	Outros	397.466	433.887	765.666
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	106.138
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	4.355	18.881	44.410
2.01.05.02.05	Outros Passivos	100.393	134.818	62.851
2.01.05.02.06	Fornecedores - Reverse Factoring	24.367	62.783	365.651
2.01.05.02.07	Tributos a Recolher Parcelados	11.263	15.674	2.913
2.01.05.02.09	Obrigações com Ex-Acionistas da Subsidiária	17.625	2.017	2.017
2.01.05.02.10	Passivo de Arrendamento	98.421	88.448	68.830

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.01.05.02.11	Obrigações por Aquisição de Investimento	137.439	110.355	96.444
2.01.05.02.12	Instrumentos Financeiros Derivativos	3.603	911	16.412
2.02	Passivo Não Circulante	3.547.146	4.767.818	3.840.743
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.442.465	3.469.652	2.835.178
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	212.620	284.636	316.151
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	190.396	196.429	177.972
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	22.224	88.207	138.179
2.02.01.02	Debêntures	2.229.845	3.185.016	2.519.027
2.02.02	Outras Obrigações	962.414	856.843	888.242
2.02.02.02	Outros	962.414	856.843	888.242
2.02.02.02.03	Outros Passivos	10.517	8.608	8.781
2.02.02.02.04	Tributos a Recolher	0	6.587	13.596
2.02.02.02.05	Tributos a Recolher Parcelados	34.638	31.217	1.813
2.02.02.02.06	Obrigações por Aquisição de Investimento	570.802	573.083	650.665
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	331.773	234.148	122.581
2.02.02.02.09	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	0	19.763
2.02.02.02.10	Obrigações com Ex-Acionistas da Subsidiária	14.132	0	71.043
2.02.02.02.11	Provisão para Perdas com Investimentos	552	3.200	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	156	50.266
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	156	50.266
2.02.04	Provisões	142.267	441.167	67.057
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	142.267	441.167	67.057
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	142.267	441.167	67.057
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.937.089	1.926.522	3.289.360
2.03.01	Capital Social Realizado	2.549.392	2.549.392	2.549.392
2.03.02	Reservas de Capital	-275.117	-278.290	-268.287
2.03.04	Reservas de Lucros	0	0	1.008.255
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	70.315

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	937.940
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-337.186	-344.580	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.566.926	11.583.371	11.083.830
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-9.897.565	-10.277.418	-9.349.113
3.03	Resultado Bruto	1.669.361	1.305.953	1.734.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.137.698	-2.168.940	-1.098.267
3.04.01	Despesas com Vendas	-364.487	-484.050	-281.399
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-962.745	-989.334	-864.658
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-26.779	-109.936	8.457
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	238.733	16.151	62.628
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.417	-589.909	-21.618
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.003	-11.862	-1.677
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	531.663	-862.987	636.450
3.06	Resultado Financeiro	-485.989	-728.560	-497.953
3.06.01	Receitas Financeiras	358.449	134.795	162.417
3.06.02	Despesas Financeiras	-844.438	-863.355	-660.370
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	45.674	-1.591.547	138.497
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.435	176.056	221.419
3.08.01	Corrente	-18.213	-25.749	-23.087
3.08.02	Diferido	-9.222	201.805	244.506
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.239	-1.415.491	359.916
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	18.239	-1.415.491	359.916
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.239	-1.415.491	359.916
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,05775	-4,45574	1,19952
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,05775	-4,45574	1,19952

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	18.239	-1.415.491	359.916
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	18.239	-1.415.491	359.916
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	18.239	-1.415.491	359.916

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	276.580	34.150	-895.625
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	736.571	666.695	926.864
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido	18.239	-1.415.491	359.916
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	330.372	311.127	260.611
6.01.01.03	Baixa de ativo e resultado na alienação do ativo imobilizado	8.664	222.660	7.149
6.01.01.04	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	26.779	109.936	-8.457
6.01.01.05	Correção monetária sobre aquisições de investimentos	110.606	99.771	81.310
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	426.057	655.961	431.049
6.01.01.07	Juros sobre passivos de arrendamento	44.945	32.373	20.591
6.01.01.08	Constituição (reversão) de provisões	-172.424	514.028	28.497
6.01.01.09	Instrumentos financeiros derivativos	22.264	-27.424	43.439
6.01.01.10	Participação nos (lucros) prejuízos de controlada	1.003	11.862	1.677
6.01.01.11	Perdas por descontinuidade de investimentos	5.173	0	0
6.01.01.12	Imposto de Renda e Contribuição Social	27.435	-176.056	-221.419
6.01.01.13	Verbas e acordos comerciais	0	264.351	0
6.01.01.14	Resultado por recompra de debêntures	-105.589	0	0
6.01.01.15	Ganho de processos fiscais	-769	-2.203	0
6.01.01.16	Opções Outorgadas Reconhecidas	3.173	4.415	6.944
6.01.01.17	Avaliação de valor justo das obrigações por aquisição de investimentos	-9.357	-46.350	-67.775
6.01.01.18	Ganho em participação de controladas	0	0	-16.668
6.01.01.19	Despesas relacionadas a desastres – Rio Grande do Sul	0	10.473	0
6.01.01.20	Impairment sobre ágios e mais-valias de investimentos	0	97.262	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	68.671	-195.818	-1.298.460
6.01.02.01	Contas a receber	56.749	216.761	-404.925
6.01.02.02	Estoques	45.161	-138.816	-684.335
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-75.109	100.847	-258.304
6.01.02.04	Depósitos judiciais	30.177	2.402	101.447
6.01.02.05	Outros ativos	30.774	73.865	6.005

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.06	Fornecedores	80.508	-94.908	-221.081
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-9.799	-27.811	4.034
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-14.303	8.151	64.483
6.01.02.09	Adiantamentos de clientes	-14.526	-46.440	-3.679
6.01.02.10	Outros passivos	-22.545	12.999	-67.698
6.01.02.11	Fornecedores - reverse factoring	-38.416	-302.868	165.593
6.01.03	Outros	-528.662	-436.727	-524.029
6.01.03.01	Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-512.636	-412.760	-450.516
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-16.026	-23.967	-73.513
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	336.049	-272.792	392
6.02.01	Aquisição de investimentos, líquido de caixa	-14.209	0	-73.886
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-45.494	-81.622	-168.095
6.02.04	Aquisição de intangível	-105.823	-103.666	-134.176
6.02.06	Valores pagos a ex-acionistas da subsidiária	0	-94.801	-68.153
6.02.07	Variação líquida de aplicações financeiras de longo prazo	501.575	-57.703	444.702
6.02.11	Reembolsos de ex-acionistas de subsidiárias	0	65.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-582.652	309.606	325.377
6.03.01	Aumento de capital social em decorrência de emissão de ações	0	0	778.348
6.03.02	Captação de empréstimos e financiamentos	63.870	61.287	232.354
6.03.03	Captação de debêntures e custos com emissão de debêntures	-13.709	1.389.133	0
6.03.04	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-125.438	-94.722	-125.849
6.03.05	Pagamento de debêntures	-123.511	-800.000	-192.000
6.03.06	Pagamento de passivos de arrendamento	-112.860	-88.302	-66.687
6.03.07	Mútuo concedido (recebido) a controlada/investida	-303	-1.856	19.766
6.03.09	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	0	-43.482	-74.742
6.03.10	Pagamento pela aquisição de investimentos	-98.631	-76.936	-179.962
6.03.11	Gastos com emissão de ações	0	0	-33.769
6.03.13	Pagamento de derivativos	-12.392	-16.795	-32.082

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.03.14	Recompra de ações	0	-18.721	0
6.03.15	Recompra de debêntures	-144.374	0	0
6.03.17	Pagamento de tributos parcelados	-15.304	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	29.977	70.964	-569.856
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	543.666	472.702	1.042.558
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	573.643	543.666	472.702

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522	0	1.926.522
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522	0	1.926.522
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.173	0	-10.845	0	-7.672	0	-7.672
5.04.10	Plano de remuneração	0	3.173	0	0	0	3.173	0	3.173
5.04.12	Outros	0	0	0	-10.845	0	-10.845	0	-10.845
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.239	0	18.239	0	18.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.239	0	18.239	0	18.239
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-275.117	0	-337.186	0	1.937.089	0	1.937.089

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360	0	3.289.360
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360	0	3.289.360
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-10.003	62.656	0	0	52.653	0	52.653
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	4.303	0	0	0	4.303	0	4.303
5.04.08	Recompra de ações	0	-18.721	0	0	0	-18.721	0	-18.721
5.04.09	Movimentação reflexa de controladas	0	0	3.562	0	0	3.562	0	3.562
5.04.10	Plano de remuneração	0	4.415	0	0	0	4.415	0	4.415
5.04.11	Dividendos adicionais não aprovados em AGO/E	0	0	59.094	0	0	59.094	0	59.094
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.415.491	0	-1.415.491	0	-1.415.491
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.415.491	0	-1.415.491	0	-1.415.491
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.070.911	1.070.911	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.070.911	1.070.911	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-278.290	0	-344.580	0	1.926.522	0	1.926.522

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.771.044	-241.462	750.860	0	0	2.280.442	0	2.280.442
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.771.044	-241.462	750.860	0	0	2.280.442	0	2.280.442
5.04	Transações de Capital com os Sócios	778.348	-26.825	55	0	0	751.578	0	751.578
5.04.01	Aumentos de Capital	778.348	0	0	0	0	778.348	0	778.348
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-33.769	0	0	0	-33.769	0	-33.769
5.04.09	Movimentação reflexa de controladas	0	0	55	0	0	55	0	55
5.04.10	Plano de remuneração	0	6.944	0	0	0	6.944	0	6.944
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	359.916	0	359.916	0	359.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	359.916	0	359.916	0	359.916
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	257.340	-359.916	0	-102.576	0	-102.576
5.06.04	Constituição de Reserva Legal	0	0	17.996	-17.996	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de Dividendos	0	0	0	-102.576	0	-102.576	0	-102.576
5.06.07	Constituição de Reserva de Retenção de Lucros	0	0	42.363	-42.363	0	0	0	0
5.06.08	Constituição de Reserva de Incentivos Fiscais	0	0	196.981	-196.981	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.549.392	-268.287	1.008.255	0	0	3.289.360	0	3.289.360

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	12.884.285	12.923.346	12.540.008
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.903.076	13.017.914	12.438.637
7.01.02	Outras Receitas	7.988	15.368	92.914
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-26.779	-109.936	8.457
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.942.836	-12.317.720	-10.875.792
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.629.228	-10.819.722	-10.287.365
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-313.608	-1.497.998	-588.427
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.941.449	605.626	1.664.216
7.04	Retenções	-330.372	-311.127	-260.611
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-330.372	-311.127	-260.611
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.611.077	294.499	1.403.605
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	357.446	122.933	160.740
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.003	-11.862	-1.677
7.06.02	Receitas Financeiras	358.449	134.795	162.417
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.968.523	417.432	1.564.345
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.968.523	417.432	1.564.345
7.08.01	Pessoal	548.177	470.588	491.126
7.08.01.01	Remuneração Direta	426.860	361.897	371.342
7.08.01.02	Benefícios	92.588	82.881	90.787
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.729	25.810	28.997
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	488.891	489.754	34.971
7.08.02.01	Federais	143.714	293.955	-59.943
7.08.02.02	Estaduais	328.802	190.901	78.290
7.08.02.03	Municipais	16.375	4.898	16.624
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	913.216	872.581	678.332
7.08.03.01	Juros	884.163	838.930	638.049
7.08.03.02	Aluguéis	15.135	14.553	23.522
7.08.03.03	Outras	13.918	19.098	16.761

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.239	-1.415.491	359.916
7.08.04.02	Dividendos	0	0	102.576
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.239	-1.415.491	257.340

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Oferecemos
soluções para
toda a cadeia da
saúde e
nascemos com a
missão de
simplificar o
mercado.

4T25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

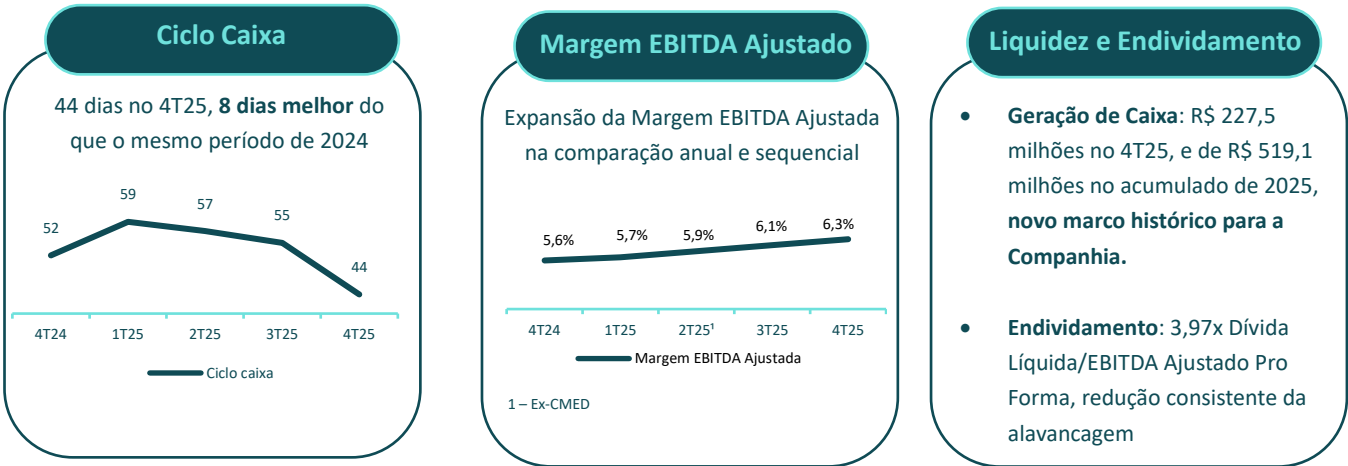


São Paulo, 05 de março de 2026 - A CM Hospitalar S.A. ("Viveo" ou "Companhia") anuncia hoje os resultados referentes ao quarto trimestre (4T25) e acumulado anual (2025). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas em bases consolidadas e de acordo com a legislação societária aplicável. As informações são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil) - exceto quando indicadas de outra forma – e são comparadas ao quarto trimestre (4T24) e acumulado de 2024.

DESTAQUES OPERACIONAIS 4T25/ 2025

	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Receita Líquida	3.132.871	2.936.804	6,7%	11.566.926	11.583.371	-0,1%
Lucro Bruto	447.062	386.378	15,7%	1.669.361	1.569.843	6,3%
Margem Bruta	14,3%	13,2%	1,1 p.p	14,4%	13,6%	0,9 p.p
EBITDA Ajustado	195.989	164.080	19,4%	706.280	652.056	8,3%
Margem EBITDA Ajustado	6,3%	5,6%	0,7 p.p	6,1%	5,6%	0,5 p.p
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado ¹	(55.751)	(50.201)	11,1%	(78.493)	(90.407)	-13,2%

1 - Considera os mesmos não recorrentes do EBITDA e valor de amortização da mais valia das aquisições descontados 34% de alíquota de impostos.



TELECONFERÊNCIA DE RESULTADOS - 4T25 E 2025

Em português com tradução simultânea para o Inglês.

Data:
06/03/2026

Horário:
09:00 (Brasília)
07:00 (Nova York)

Webcast: [Clique aqui](#)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Da expansão à consolidação, ...

Após um período intenso de expansão, encerramos 2025 com a convicção de que atravessamos um importante ciclo de integração. Este foi o ano em que nos dedicamos à execução disciplinada do plano de virada operacional definido ao longo de 2024.

Priorizamos qualidade acima de quantidade. Reduzimos o ritmo de crescimento para concentrar esforços na melhoria de margem, na redução de despesas, na simplificação de processos e na geração consistente de caixa. Os resultados já são visíveis: avançamos de forma relevante em Margem Bruta, controlamos as despesas, melhoramos nosso ciclo de caixa em 7 dias e promovemos redução da alavancagem financeira ao longo do ano. Consolidamos sistemas, padronizamos centros de distribuição, internalizamos operações logísticas estratégicas e investimos em novas tecnologias.

Ao longo do exercício, os indicadores financeiros passaram a refletir de forma mais clara essa evolução estrutural com destaque para o último trimestre do ano. No 4T25, registramos Receita Líquida de R\$ 3,1 bilhões, crescimento de 6,7% na comparação anual, com expansão de Margem Bruta, que atingiu 14,3%. O EBITDA Ajustado do 4T25 totalizou R\$ 196,0 milhões, avanço de 19,4% frente ao 4T24, com expansão de margem de 0,7 p.p..

No acumulado de 2025, o Lucro Bruto cresceu 6,3%, com Margem Bruta de 14,4%, ganho de 0,9 p.p. no ano, evidenciando a melhora consistente do mix comercial e da disciplina de precificação ao longo do ano.

Já o EBITDA Ajustado de 2025 atingiu R\$ 706,3 milhões, crescimento de 8,3%, reforçando a captura gradual de ganhos operacionais com melhoras sequenciais a cada trimestre.

A geração de caixa foi um dos principais marcos do período. No 4T25, registramos Fluxo de Caixa Livre de R\$ 227,5 milhões, e no acumulado de 2025, a geração de caixa livre somou R\$ 519,1 milhões, mais que o dobro do registrado em 2024 e recorde na história da Companhia. Esse desempenho foi sustentado pelas melhorias operacionais e pela austeridade nas renegociações comerciais e de controle do capital de giro. Encerramos o exercício com Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 3,97x, mantendo trajetória consistente de desalavancagem e fortalecendo a estrutura de capital da Companhia.

Encerramos este ciclo certos de que a Viveo está posicionada para seguir evoluindo seus processos, fortalecendo sua governança e ampliando seu impacto na saúde brasileira com eficiência, responsabilidade e visão de longo prazo.

Nada disso teria sido possível sem a confiança de clientes, fornecedores, parceiros, credores, investidores e, sobretudo, do nosso time. Agradecemos a todos e me despeço do dia a dia da Companhia, mas continuarei acompanhando e torcendo pela Viveo. A transição de CEO anunciada ao final de 2025 foi conduzida de forma estruturada e cuidadosa, garantindo governança e transparência aos stakeholders da Companhia, agora em ótimas mãos sob a liderança do André.

Leonardo Byrro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

...e um novo momento para a Viveo.

Assumir a liderança da Viveo neste momento é, antes de tudo, um compromisso com a continuidade das melhorias operacionais e com a responsabilidade. A Companhia atravessou um ciclo relevante de expansão, construiu um modelo integrado de operações robusto e iniciou, nos últimos dois anos, um processo consistente de reorganização operacional e financeira. O trabalho realizado até aqui é o ponto de partida para uma nova etapa.

Estamos entrando em um ciclo que exige foco. Foco naquilo que realmente agrega valor aos nossos clientes, aos nossos colaboradores e aos acionistas. Foco na disciplina operacional. Foco na simplificação de processos e na consolidação de sistemas. Foco na geração sustentável de caixa e na redução consistente do endividamento.

Nos próximos anos, nossa prioridade será fortalecer as bases da Companhia. Isso significa aprofundar a integração das operações, revisar ativos quando necessário, reforçar controles, evoluir nossa gestão de riscos e garantir excelência logística e industrial. A Viveo é, em essência, uma empresa de infraestrutura da saúde, e infraestrutura exige integridade, estabilidade e previsibilidade.

Reduzir a alavancagem financeira é um dos pilares centrais deste ciclo. A desalavancagem não é apenas um indicador financeiro, mas uma condição essencial para devolver aos acionistas o protagonismo na Companhia e preparar a Viveo para um próximo ciclo de crescimento mais equilibrado e sustentável.

Outro pilar estratégico é o fortalecimento da agenda de pessoas. Somos uma Companhia intensiva em operações e em talentos. Reduzir rotatividade, desenvolver nossas equipes, investir em capacitação e construir um ambiente seguro e meritocrático são condições indispensáveis para elevar nossa produtividade e competitividade. Não há transformação sustentável sem engajamento e orgulho de pertencer.

Vivemos em um ambiente global e local de grande transformação: geopolítica, mudanças climáticas, reorganização do setor de saúde e avanço acelerado da inteligência artificial. Esses vetores ampliam a complexidade do nosso negócio, mas também criam oportunidades para quem opera com disciplina, tecnologia e visão de longo prazo.

Vejo a Viveo como uma Companhia com ativos estratégicos relevantes: capilaridade nacional, base industrial consolidada, relacionamento sólido com clientes e fornecedores e uma equipe comprometida. Nosso desafio agora é organizar, simplificar e fortalecer. Queremos ser reconhecidos por três atributos claros: uma estrutura de capital equilibrada, alto nível de engajamento das nossas equipes e excelência operacional no segmento de infraestrutura da saúde.

Temos as pessoas, a tecnologia e as bases para avançar. O próximo ciclo exige foco, integridade e execução, e estamos prontos para os desafios que nos esperam. Assumi no início do ano o papel de líder dessa grande organização e me sinto lisonjeado e muito motivado para os desafios que vem pela frente.

André Clark
Diretor Presidente

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Sobre a VIVEO

Um exemplo de Cuidado

Operamos um modelo integrado de operações setor de saúde, com produtos e serviços, oferecendo soluções ágeis, confiáveis e inovadoras.



Hospitais e Clínicas

Portfólio completo de medicamentos e materiais hospitalares com alcance nacional e alto nível de serviço.



Vacinas e Laboratórios

Referência em confiança e qualidade no mercado de vacinas, reagentes e materiais descartáveis.



Varejo

Indústria de produtos hospitalares e itens de cuidado e higiene. Além de produtos de marca própria para os grandes varejistas do Brasil.



Serviços

Plataforma de serviços, soluções e manipulações estéreis. Entregas em todo Brasil e ampliação de serviços ao cliente.



Fundada em 1996, a Viveo é líder na fabricação e na distribuição de materiais e medicamentos para o segmento da saúde, com produtos e soluções para todo o Brasil.

Com capital 100% nacional, 70 unidades operacionais, mais de 130 mil m² de centros de distribuição em todas as regiões do país e, aproximadamente, 6 mil colaboradores diretos, somos um modelo integrado de operações especialistas em cuidados, que olha para cada vida de maneira única, conectando todos os elos da cadeia para simplificar o setor da saúde.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Indicadores Financeiros

R\$ mil	4T25	4T24 ^{1,2} Ajustado	Var.%	2025	2024 ^{1,2} Ajustado	Var.%
Receita Líquida	3.132.871	2.936.804	6,7%	11.566.926	11.583.371	-0,1%
Custos dos bens e serviços vendidos	(2.685.809)	(2.550.426)	5,3%	(9.897.565)	(10.013.528)	-1,2%
Lucro Bruto	447.062	386.378	15,7%	1.669.361	1.569.843	6,3%
Margem Bruta	14,3%	13,2%	1,1 p.p	14,4%	13,6%	0,9 p.p
Despesas Operacionais	(350.393)	(303.701)	15,4%	(1.137.698)	(1.228.916)	-7,4%
Desp. Operacionais ex. Não Rec. e D&A	(262.948)	(234.785)	12,0%	(1.010.145)	(965.197)	4,7%
Resultado Financeiro	(188.971)	(161.494)	17,0%	(485.989)	(542.990)	-10,5%
Resultado antes do IR e CSLL	(92.302)	(1.786.769)	-94,8%	45.674	(202.063)	N/A
IR e CSLL	13.956	7.500	86,1%	(27.435)	176.056	N/A
Lucro Líquido (Prejuízo)	(78.346)	(1.093.081)	-92,8%	18.239	(1.415.491)	N/A
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	(55.751)	(50.201)	11,1%	(78.493)	(90.407)	-13,2%
Margem Líquida Ajustada ^{3,4}	-1,8%	-1,7%	-0,1 p.p	-0,7%	-0,8%	0,1 p.p

EBITDA ⁵	188.516	(704.675)	N/A	862.036	(551.858)	N/A
Margem EBITDA	6,0%	-24,0%	30,0 p.p	7,5%	-4,8%	12,2 p.p
EBITDA Ajustado	195.989	164.080	19,4%	706.281	652.056	8,3%
Margem EBITDA Ajustado ³	6,3%	5,6%	0,7 p.p	6,1%	5,6%	0,5 p.p

1 - A Companhia apresenta a visão ajustada dos resultados, desconsiderando os eventos não recorrentes lançados em 2024. Os principais eventos foram: M&As/ Conciliações (não recorrentes), DIFAL, Provisão e Baixa de OL, Provisão para perdas de estoques, PDD e Ajustes usuais (M&As e outros). Conforme reportado no release de 2024.

2 – A reconciliação dos números está disponibilizada no anexo deste material

3 - Margens calculadas dividindo o EBITDA Ajustado e Lucro Líquido Ajustado pela Receita Líquida.

4 - Considera os mesmos itens não recorrentes do EBITDA e valor de amortização da mais valia das aquisições líquidos dos 34% impostos.

5 - EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional de acordo com a instrução CVM nº156/2022

Receita Líquida

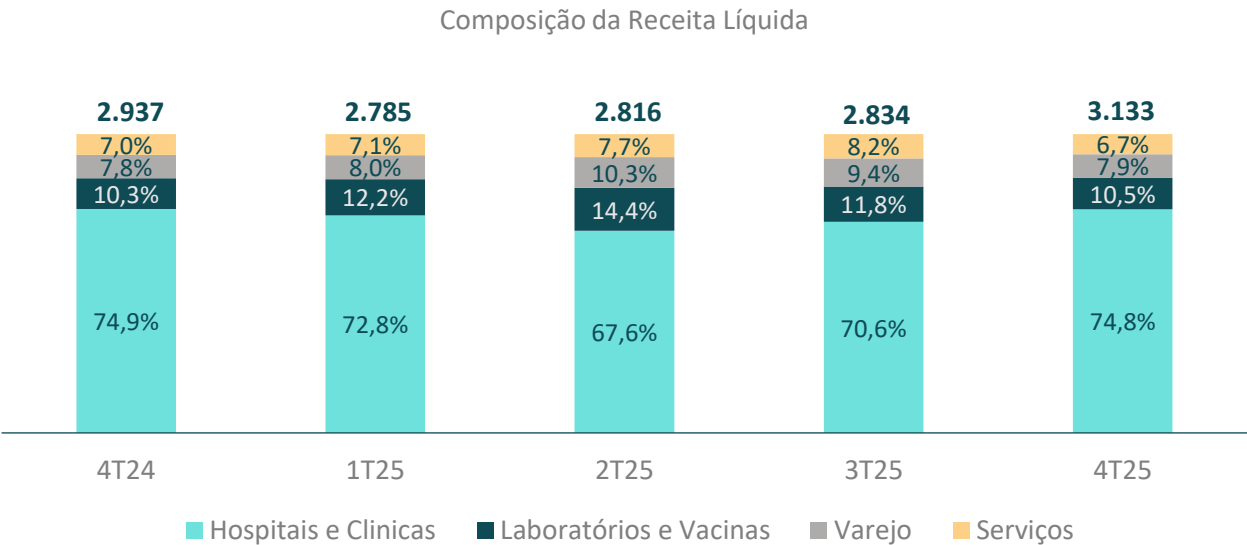
R\$ mil	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Hospitais e clínicas	2.344.664	2.199.654	6,6%	8.313.267	8.552.109	-2,8%
Laboratórios e vacinas	329.807	302.284	9,1%	1.407.802	1.182.537	19,0%
Varejo	248.597	229.875	8,1%	991.056	933.245	6,2%
Serviços	209.804	204.991	2,3%	854.801	915.480	-6,6%
Total	3.132.871	2.936.804	6,7%	11.566.926	11.583.371	-0,1%

No 4T25, a Receita Líquida da Viveo totalizou R\$ 3.132,9 milhões, crescimento de 6,7% em relação ao 4T24, impulsionado principalmente pela expansão do mercado privado de vacinas, refletida no avanço de 9,1% do canal de Laboratórios e Vacinas, e do crescimento de 8,1% no canal de Varejo. Destaque para o canal de Hospitais e Clínicas, que mesmo diante da estratégia de maior seletividade comercial e após as renegociações de prazos ocorridas no ano, voltou a crescer e apresentou receita recorde no trimestre. Já o canal de Serviços registrou crescimento de 2,3% na comparação anual, fruto da internalização da DFLog, parcialmente compensado pelo menor volume nas manipuladoras.

Em 2025, a Receita Líquida totalizou R\$ 11.566,9 milhões, variação de -0,1% em relação a 2024, refletindo o crescimento de Laboratórios e Vacinas (+19,0%) e do Varejo (+6,2%), parcialmente compensados

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

pela retração em Hospitais e Clínicas (-2,8%) e Serviços (-6,6%), em linha com a disciplina comercial e reestruturações implementadas ao longo do ano.



Hospitais e Clínicas

No 4T25, o canal de Hospitais e Clínicas registrou Receita Líquida de R\$ 2.344,7 milhões, crescimento de 6,6% em relação ao 4T24 e de 17,2% na comparação com o 3T25, refletindo a retomada do volume após a conclusão do ciclo de renegociações comerciais ao longo de 2025, mais aderente à estratégia da Companhia, com foco em melhor perfil de rentabilidade, prazos e menor necessidade de capital de giro. No acumulado de 2025, a Receita Líquida do canal totalizou R\$ 8.313,3 milhões, retração de 2,8% em relação a 2024, em linha com a estratégia de seletividade comercial e reconfiguração do portfólio e consequente menor volume nos primeiros trimestres, mas que resultou em melhoria estrutural da rentabilidade e da margem bruta do segmento.

Laboratórios e Vacinas

No 4T25, o canal de Laboratórios e Vacinas registrou Receita Líquida de R\$ 329,8 milhões, crescimento de 9,1% em relação ao 4T24, refletindo a continuidade do bom desempenho do mercado privado de vacinas, impulsionada pelo ramp-up dos lançamentos ao longo do ano. No canal de laboratórios, o crescimento foi sustentado pela evolução do ticket médio e pelo avanço das operações analíticas e pré-analíticas, com destaque para o desempenho das categorias de luvas e tubos no pré-analítico, além da ampliação da base de clientes no segundo semestre. Em 2025, a Receita Líquida do canal totalizou R\$ 1.407,8 milhões, crescimento de 19,0% em relação a 2024, confirmando o segmento como um dos principais vetores de expansão da Companhia.

Varejo

No 4T25, a Receita Líquida do canal de Varejo totalizou R\$ 248,6 milhões, crescimento de 8,1% em relação ao 4T24, com destaque para a evolução das marcas próprias e categorias core do portfólio, como algodão, curativos e ataduras, que apresentaram desempenho acima do mercado. Em 2025, a Receita Líquida do canal somou R\$ 991,1 milhões, crescimento de 6,2% em relação a 2024, sustentado pela expansão do Private Label, ganho de market share em categorias estratégicas, como curativos, algodão e lenços umedecidos, e pela disciplina comercial adotada ao longo do ano.

Serviços

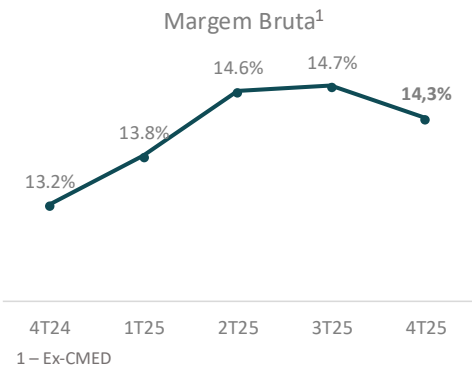
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No 4T25, a Receita Líquida do canal de Serviços totalizou R\$ 209,8 milhões, crescimento de 2,3% em relação ao 4T24, decorrente da internalização da DFLog e pela evolução dos Programas de Suporte ao Paciente (PSP e PSD). Em 2025, a Receita Líquida do canal somou R\$ 854,8 milhões, queda de 6,6% em relação a 2024, impactada pelo desempenho das operações de manipulação com perda de contratos em grandes clientes que internalizaram a operação.

Lucro Bruto

R\$ mil	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Lucro Bruto	447.062	386.378	15,7%	1.669.361	1.569.842	6,3%
Margem Bruta	14,3%	13,2%	1,1 p.p	14,4%	13,6%	0,9 p.p

No 4T25, o Lucro Bruto da Viveo foi de R\$ 447,1 milhões, crescimento de 15,7% em relação ao 4T24. A Margem Bruta atingiu 14,3%, avanço de 1,1 p.p. na comparação anual. Em relação ao 3T25, o Lucro Bruto apresentou aumento de 7,6%, enquanto a margem bruta recuou 0,4 p.p., principalmente em função do mix, com o crescimento do canal de Hospitais e Clínicas (70,6% do total da Receita Líquida no 3T25 e 74,8% do total no 4T25). No acumulado de 2025, o Lucro Bruto totalizou R\$ 1.669,4 milhões, alta de 6,3% frente a 2024. A Margem Bruta do ano foi de 14,4%, expansão de 0,9 p.p. em relação ao exercício anterior, mesmo com menor ganho da CMED, evidenciando a evolução consistente da rentabilidade ao longo do ano.



Despesas Operacionais

Para fins de melhor comparabilidade, os números apresentados nesta seção já consideram a exclusão dos efeitos extraordinários registrados em cada período. No 4T24 e no acumulado de 2024, foram reconhecidos ajustes não recorrentes relacionados às conciliações de M&A, provisões e outros efeitos específicos daquele exercício, que totalizaram R\$ 868,8 milhões no trimestre e R\$ 1.203,9 milhões no ano (informações podem ser acessadas no Relatório de Resultados do 4T24/2024). Em 2025, o único ajuste refere-se ao Processo DIFAL, no valor de R\$ 190,4 milhões no exercício, o qual foi descrito no 3T25.

R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Despesas com vendas (ex-D&A)	(93.512)	(98.532)	-5,1%	(364.487)	(393.136)	-7,3%
Despesas gerais e administrativas (ex-D&A)	(172.875)	(134.585)	28,5%	(661.503)	(596.313)	10,9%
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos (PDD)	(5.271)	1.110	N/A	(26.779)	214	N/A
Outras receitas e (despesas), líquidas	955	(2.419)	N/A	9.015	25.816	-64,0%
Resultado de Equivalência Patrimonial	282	(359)	N/A	(1.003)	(1.778)	-43,6%
D&A Despesas Adm e Vendas	(79.972)	(68.916)	16,0%	(283.308)	(263.719)	7,4%
Total de Despesas	(350.393)	(303.701)	15,4%	(1.328.065)	(1.228.916)	8,0%
% da RL	-11,2%	-10,3%	-0,8 p.p	-11,5%	-10,6%	-0,9 p.p
(+/-) Ajuste de não recorrentes	7.473	19.200	-61,1%	34.612	74.708	-53,7%
Total Despesas ex. não recorrentes e D&A	(262.948)	(234.785)	11,9%	(1.010.145)	(965.197)	4,7%
% da RL	-8,4%	-8,0%	-0,4 p.p	-8,7%	-8,3%	-0,4 p.p

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com relação a análise do resultado do período, no 4T25 o total de despesas somou R\$ 350,4 milhões, aumento de 15,4% em relação ao 4T24. Desconsiderando itens não recorrentes e D&A, as despesas totalizaram R\$ 263,0 milhões no 4T25, avanço de 11,9% frente ao 4T24. O percentual das despesas ex-não recorrentes e ex-D&A sobre a Receita Líquida foi de 8,4%, comparado a 8,0% no 4T24. Importante ressaltar a diluição das despesas ao longo do ano, com queda de 0,6 p.p. vs. 3T25, alcançando patamares similares ao ano de 2024.

As Despesas com Vendas (ex-D&A) somaram R\$ 93,5 milhões no trimestre, redução de 5,1% na comparação anual, refletindo principalmente eficiência no frete. Por outro lado, as Despesas Gerais e Administrativas (ex-D&A) totalizaram R\$ 172,9 milhões no 4T25, aumento de 28,5% em relação ao 4T24, impactadas por maiores provisões de PDD e bônus.

No acumulado de 2025, as despesas ex-não recorrentes e ex-D&A totalizaram R\$ 1.010,1 milhões, aumento de 4,7% em relação a 2024, em linha com a inflação. Na mesma base do ano anterior, houve queda de 0,9% nas despesas.

Abaixo a abertura das despesas com depreciação e amortização (D&A) entre os períodos.

Depreciação e Amortização (D&A)	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
(1) D&A Despesas Adm. e Vendas (1 = a+b+c)	(79.972)	(68.916)	16,0%	(283.308)	(263.719)	7,4%
Amortização da mais valia ¹ (a)	(26.762)	(30.034)	-10,9%	(111.189)	(120.803)	-8,0%
Outros (b)	(53.210)	(38.882)	36,8%	(172.119)	(142.895)	20,5%
D&A Despesa com Vendas (c)	-	-	N/A	-	(21)	-100,0%
(2) D&A Custos	(11.875)	(12.484)	-4,9%	(47.065)	(47.410)	-0,7%
Total D&A = 1+2	(91.847)	(81.400)	12,8%	(330.373)	(311.129)	6,2%

1 - Valores demonstrados nas notas explicativas 12, 13 e 14.

EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA (R\$ mil)	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Lucro/ Prejuízo Líquido	(78.346)	(1.093.081)	-92,8%	18.239	(1.415.491)	N/A
IR e CSLL	(13.956)	(7.500)	86,1%	27.435	(176.056)	N/A
Resultado Financeiro	188.971	314.506	-39,9%	485.989	728.560	-33,3%
Depreciação e Amortização	91.847	81.400	12,8%	330.373	311.129	6,2%
EBITDA	188.516	(704.675)	N/A	862.036	(551.858)	N/A
Margem EBITDA	6,0%	-24,0%	30,0 p.p	7,5%	-4,8%	12,2 p.p
(-) Não recorrentes ¹	7.473	868.755	-99,1%	(155.755)	1.203.914	N/A
EBITDA Ajustado	195.989	164.080	19,4%	706.280	652.056	8,3%
Margem EBITDA Ajustado	6,3%	5,6%	0,7 p.p	6,1%	5,6%	0,5 p.p

1 - Eventos não recorrentes detalhados ao final desta seção.

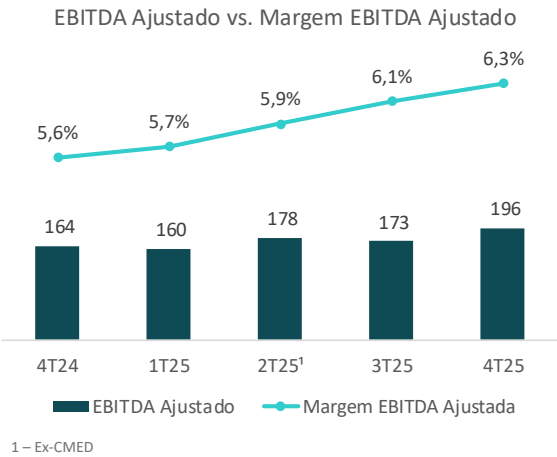
No 4T25, o EBITDA totalizou R\$ 188,5 milhões, revertendo o resultado negativo registrado no 4T24, período que havia sido impactado por eventos não recorrentes relevantes, incluindo efeitos associados a M&As, provisões extraordinárias e reconhecimento de DIFAL, que distorcem a base comparativa.

O EBITDA Ajustado foi de R\$ 196,0 milhões, representando um crescimento de 19,4% em relação ao 4T24, com Margem EBITDA Ajustada de 6,3%, expansão de 0,7 p.p. na comparação anual. O desempenho reflete a execução consistente da estratégia comercial da Companhia, com foco em rentabilidade e disciplina na gestão de despesas operacionais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na comparação sequencial, o EBITDA Ajustado apresentou crescimento de 13,4% em relação ao 3T25, com expansão de 0,2 p.p. na margem, reforçando a evolução da rentabilidade em um cenário de resultado operacional mais limpo e recorrente, e beneficiado pelo maior volume de lucro bruto.

No acumulado de 2025, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 706,3 milhões, crescimento de 8,3% em relação a 2024, com Margem EBITDA Ajustada de 6,1%, aumento de 0,5 p.p. na comparação anual. A trajetória consistente de expansão da margem EBITDA ajustada, conforme evidenciado no gráfico, reforça a captura contínua de ganhos de eficiência operacional e a priorização de um mix de vendas com melhor perfil de rentabilidade.



	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
(-) Não recorrentes	7.473	19.200	-61,1%	34.613	74.708	-53,7%
Despesas com M&A	2.892	1.545	87,2%	11.075	16.907	-34,5%
Stock Options	678	1.176	-42,4%	3.173	4.415	-28,1%
Escrow account	1.125	6.554	-82,8%	6.279	6.583	-4,6%
Projetos Estratégicos/Integração	1.482	8.383	-82,3%	11.897	31.147	-61,8%
Rio Grande do Sul	-	-	N/A	-	10.473	-100,0%
Baixa de estoque	1.289	-	N/A	2.668	-	N/A
Outros	8	1.542	-99,5%	(479)	5.183	N/A
(-) Ajustes extraordinários	-	849.555	N/A	(190.367)	1.129.206	N/A
Despesas com M&A	-	(20.861)	N/A	-	(2.572)	N/A
PDD	-	-	N/A	-	110.150	N/A
Baixa de estoque	-	69.751	N/A	-	178.005	N/A
ICMS - Processo Difal	-	238.439	N/A	(190.367)	281.396	N/A
Conciliações e Intercompanies	-	297.875	N/A	-	297.875	N/A
Provisão e Baixas de OLs	-	264.351	N/A	-	264.351	N/A
Total	7.473	868.755	-99,1%	(155.755)	1.203.914	N/A

Resultado Financeiro

	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
R\$ mil						
Receitas Financeiras	16.814	42.405	-60,3%	358.449	134.795	165,9%
Rendimentos de aplicações	10.456	23.074	-54,7%	58.154	78.747	-26,2%
Juros ativos	2.622	2.128	23,2%	12.735	12.374	2,9%
Ganho com derivativos	-	13.830	N/A	-	27.424	N/A
Variação cambial	-	155	N/A	31.875	356	7089,3%
Resultado por recompra de debentures	-	-	N/A	105.589	-	N/A
Atualização monetária	1.881	2.499	-24,7%	143.335	13.089	995,1%
Outras receitas financeiras	1.855	719	158,0%	6.761	2.805	141,0%
Despesas Financeiras	(205.785)	(203.899)	0,9%	(844.438)	(677.785)	24,6%
Juros sobre emp., finan. e debêntures	(139.378)	(115.939)	20,2%	(545.956)	(457.072)	19,4%
Despesas bancárias	(3.675)	(9.974)	-63,2%	(11.503)	(13.646)	-15,7%
Descontos concedidos	(1.319)	(1.580)	-16,5%	(4.802)	(6.075)	-21,0%
Perda com derivativos	101	-	N/A	(22.264)	-	N/A
Variação cambial	(3.416)	(27.831)	-87,7%	(10.770)	(55.287)	-80,5%
Atualização monetária	(30.501)	(26.637)	14,5%	(155.147)	(80.048)	93,8%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Imposto sobre Operação Financeira - IOF	(2.814)	(238)	N/A	(6.080)	(4.160)	46,2%
Juros arrendamento	(11.268)	(11.033)	-2,1%	(44.945)	(32.373)	38,8%
Outras despesas financeiras	(13.515)	(10.667)	26,7%	(42.971)	(29.124)	47,5%
Resultado Financeiro	(188.971)	(161.494)	17,0%	(485.989)	(542.990)	-10,5%

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia totalizou uma despesa de R\$ 189,0 milhões no 4T25, piora de 17,0% em relação à despesa líquida registrada no 4T24. O aumento decorre, principalmente, de menores receitas financeiras, em função do menor saldo de caixa no período; maiores despesas com juros, em função do aumento da SELIC, parcialmente compensados com menores despesas de variação cambial no período.

No acumulado de 2025, o Resultado Financeiro Líquido foi uma despesa de R\$ 486,0 milhões, representando uma melhora de 10,5% em relação a 2024. O desempenho do ano foi beneficiado, principalmente, pelo impacto positivo das recompras de debêntures realizadas ao longo do período e pelo efeito da reversão da atualização monetária da provisão do DIFAL contabilizado na rubrica de Atualização Monetária. Esses efeitos positivos foram parcialmente compensados pelo aumento das despesas com juros, em função do nível mais elevado da taxa Selic ao longo do ano, bem como pelas atualizações monetárias dos passivos financeiros da Companhia.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

R\$ mil	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(78.346)	(1.093.081)	-92,8%	18.239	(1.415.491)	N/A
Não Recorrentes EBITDA ¹	4.932	573.378	-99,1%	(102.798)	794.583	N/A
Amortização da mais valia ¹	17.663	19.822	-10,9%	73.385	79.730	-8,0%
Variação Monetária M&A ¹	-	-	N/A	-	15.680	-100,0%
FEE pré-pagamento debêntures	-	-	N/A	-	5.808	-100,0%
Subvenção para Investimentos (extraordinária/retroativa)	-	-	N/A	-	(36.136)	-100,0%
Juros e Multa DIFAL 2021 e 2022 ¹	-	100.988	-100,0%	(80.977)	100.988	N/A
Diferido não constituído ²	-	348.692	-100,0%	13.658	364.431	-96,3%
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	(55.751)	(50.201)	11,1%	(78.493)	(90.407)	-13,2%
Margem líquida ajustada	-1,8%	-1,7%	-0,1 p.p	-0,7%	-0,8%	0,1 p.p

1 – Efeito líquido de IR e CSLL à alíquota de 34%

2 - Imposto diferido sobre baixas definitivas de provisão de estoques no 4T24 conforme NE 20 do 1T25.

No 4T25, a Companhia registrou Prejuízo de R\$ 78,3 milhões, ante Prejuízo de R\$ 1.093,1 milhões no 4T24, em função dos efeitos não recorrentes registrados no período anterior. O Prejuízo Líquido Ajustado foi de R\$ 55,8 milhões, comparado a Prejuízo Ajustado de R\$ 50,2 milhões no 4T24. A Margem Líquida Ajustada foi de -1,8%, estável em relação aos -1,7% reportados no 4T24.

No acumulado de 2025, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 18,2 milhões, frente a Prejuízo de R\$ 1.415,5 milhões em 2024. O Prejuízo Ajustado foi de R\$ 78,5 milhões, ante Prejuízo Ajustado de R\$ 90,4 milhões em 2024. A Margem Líquida Ajustada ficou em -0,7% em 2025, em linha com os -0,8% reportados no exercício anterior.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Indicadores de Fluxo de Caixa**

R\$ mil	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
EBITDA	188.516	(704.675)	N/A	862.036	(551.858)	N/A
Ajustes sem efeito caixa	40.307	1.013.778	-96,0%	(137.758)	1.251.434	N/A
IFRS 16 – Aluguéis	(29.618)	(30.689)	-3,5%	(112.860)	(88.302)	27,8%
Variação do Capital de Giro	78.911	(644.950)	N/A	74.992	(195.818)	N/A
Contas a receber	(126.546)	(374.826)	-66,2%	42.223	170.321	-75,2%
Estoques	24.470	(109.087)	N/A	45.161	(138.816)	N/A
Fornecedores	240.971	(255.739)	N/A	42.092	(397.776)	N/A
Impostos	(42.700)	62.606	N/A	(89.412)	108.998	N/A
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(37.403)	(38.712)	-3,4%	(9.799)	(27.811)	-64,8%
Outros efeitos operacionais	20.119	70.808	-71,6%	44.727	89.266	-49,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(3.240)	(3.406)	-4,9%	(16.026)	(23.967)	-33,1%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (1)	274.874	(369.943)	N/A	670.383	391.487	71,2%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento (CAPEX) (2)	(47.373)	(68.135)	-30,5%	(151.317)	(185.288)	-18,3%
Fluxo de Caixa Livre (1+2)	227.501	(438.078)	-151,9%	519.066	206.199	151,7%
Resultado Financeiro	(133.351)	(100.452)	32,8%	(500.342)	(380.639)	31,4%
Aplicações Financeiras	(32.070)	73.414	N/A	501.575	(57.703)	N/A
Captações	-	-	N/A	50.161	1.450.420	-96,5%
Amortizações	(191.081)	(55.519)	244,2%	(421.019)	(911.517)	-53,8%
Pagamentos M&A	(50.381)	(16.724)	N/A	(112.840)	(171.737)	-34,3%
Recompra de Valores Mobiliários	-	-	N/A	-	(18.721)	-100,0%
Intercompanies/Outros	(85)	(943)	-91,0%	(6.624)	(1.856)	256,9%
Dividendos / JsCP pagos	-	(43.482)	-100,0%	-	(43.482)	-100,0%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(406.968)	(143.706)	183,2%	(489.089)	(135.235)	261,7%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(179.467)	(581.784)	-69,2%	29.977	70.964	-57,8%

No 4T25, a Companhia apresentou geração de fluxo de caixa livre de R\$ 227,5 milhões, frente a consumo de R\$ 438,1 milhões no 4T24.

A variação na comparação do 4T25 vs. 4T24 reflete, principalmente, o melhor desempenho operacional do trimestre e a disciplina na gestão do capital de giro, com impacto positivo na linha de fornecedores e evolução em contas a receber, além de menor nível de CAPEX. Ainda, a Companhia manteve sua política recorrente de antecipação de recebíveis em patamar igual ao trimestre imediatamente anterior, no valor de R\$ 250 milhões.

No acumulado de 2025, o fluxo de caixa livre totalizou R\$ 519,1 milhões, ante R\$ 206,2 milhões em 2024, o que representa a maior geração de caixa anual na história da Companhia. A evolução reflete, principalmente, a forte expansão do fluxo de caixa operacional, que atingiu R\$ 670,4 milhões no ano (+71,2% a/a), renegociação de prazos com clientes, redução de estoques e financiamento do mesmo pela rubrica de fornecedores. O CAPEX também apresentou redução na comparação anual, contribuindo para maior conversão de resultado em caixa ao longo do exercício.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Ciclo de Caixa

O ciclo de caixa do 4T25 foi de 44 dias, comparado a 55 dias no 3T25 e 52 dias no 4T24. Desconsiderando o efeito das antecipações de recebíveis (que se mantiveram estáveis em relação ao trimestre passado), o ciclo seria de 50 dias no 4T25, ante 62 dias no 3T25 e 57 dias no 4T24, evidenciando melhora tanto sequencial quanto na comparação anual.

O desempenho no trimestre reflete a melhora no prazo médio de recebimento de clientes, reflexo das renegociações realizadas ao longo do primeiro semestre, redução nos dias de estoque, que passaram de 63 dias no 3T25 para 56 dias no 4T25, e a melhoria do financiamento dos mesmos.

O capital de giro sobre a receita líquida representou 15,9% no 4T25, ante 17,2% no 3T25 e 16,7% no 4T24, reforçando o avanço na disciplina financeira e na eficiência da gestão de capital de giro ao longo do exercício

Ciclo caixa (dias)	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Ciclo contas a receber	59	61	58	56	54
Ciclo contas a receber ex. antec. recebíveis	63	67	65	63	61
Ciclo contas a pagar	67	72	64	64	65
Dias de estoque	61	70	63	63	56
Ciclo caixa	52	59	57	55	44
Ciclo Caixa ex. antecipação de recebíveis	57	65	64	62	51

Capital de giro ¹ / Receita Líquida (%)	16,7%	18,4%	17,5%	17,2%	15,9%
--	-------	-------	-------	-------	-------

1 - Vide anexo para detalhamento do Capital de Giro

Dívida Líquida

Empréstimos e Financiamentos (R\$ Milhões)	30/12/2025	30/09/2025	30/06/2025	31/03/2025	31/12/2024	Var. 31/12/2025 x 30/09/2025	Var. 31/12/2025 x 31/12/2024
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras	658,6	806,0	812,4	884,2	1.130,2	-18,3%	-41,7%
Empréstimos e Financiamentos	(359,2)	(422,6)	(355,2)	(430,0)	(438,4)	-15,0%	-18,1%
Debêntures	(3.081,2)	(3.184,0)	(3.309,6)	(3.341,7)	(3.434,0)	-3,2%	-10,3%
Instrumentos de Derivativos ¹	(1,8)	(8,4)	(4,8)	(0,9)	8,0	-78,3%	122,8%
Dívida Líquida	(2.783,7)	(2.809,1)	(2.857,2)	(2.888,4)	(2.734,2)	-0,9%	1,8%
Tributos a recolher parcelados	(45,9)	(49,0)	(44,2)	(45,8)	(46,9)	-6,3%	-2,1%
Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado^{2,3}	3,97x	4,17x	4,33x	4,49x	4,27x	-	-

1 - Para mais informações vide Nota Explicativa 4.3 (f)

2 - No cálculo da Dívida Líquida / EBITDA Ajustado, foi considerado os Tributos a Recolher Parcelados como Dívida Líquida, a fim de compatibilizar com a conta para covenants da Companhia.

3 - Para cálculo do EBITDA é considerado o pro forma dos últimos 12 meses da aquisição da DFLOG realizada em maio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o endividamento bruto da Companhia, considerando derivativos, era de R\$ 3.442,2 milhões – redução de R\$ 172,9 milhões em relação ao encerramento do 3T25 e R\$ 422,2 milhões na comparação com o final de 2024. A Vileo apresentou Dívida Líquida de R\$ 2.783,7 milhões no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

encerramento do 4T25 – redução de R\$ 25,4 milhões em relação ao encerramento do 3T25 e posição maior em R\$ 49,5 milhões na comparação com o final de 2024.

Ao final do 4T25, 71,0% da dívida da Companhia tinha seu vencimento no longo prazo, sendo que o prazo médio do endividamento era de 2,6 anos. Do total da dívida, 97,3% são contratados em moeda nacional e a parcela registrada em moeda estrangeira está integralmente *hedgeada* com instrumentos financeiros para o Real. No 4T25, o custo médio da dívida da Companhia foi de CDI +1,54% contra CDI +1,56% no 4T24 e CDI + 1,54% no 3T25.

É importante destacar que no final de 2024 e início de 2025, a Viveo, renegociou a curva de covenants (Dívida Líquida/EBITDA) das debêntures e os novos índices para medição dos covenants são:

- 5,0x em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025;
- 4,75x em 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025;
- 4,5x em 31 de dezembro de 2025; e
- 4,0x em 31 de março de 2026.

A alavancagem da Companhia no encerramento do período, considerando os números pro forma, ou seja, consolidando a aquisição da DFLog nos resultados dos últimos doze meses é de 3,97x.

As aquisições de companhias geraram obrigações futuras de pagamentos, que podem se materializar integral ou parcialmente. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de saldo a pagar em função dos M&As era de R\$ 708,2 milhões. Considerando o saldo de M&As a pagar, a alavancagem pro forma da Companhia é de 4,97x.

Adicionalmente, conforme descrito nas Demonstrações Financeiras do fechamento de 2025, a Companhia iniciou as discussões com os credores visando o alongamento dos prazos de pagamento de principal devidos a partir do segundo semestre de 2026.

Retorno sobre Capital Investido (ROIC)

(Em milhares de reais)	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
(a) EBIT	(862.986)	(860.589)	(809.438)	(351.079)	531.665
(b) Ajustes de EBIT ¹ e Amortização mais valia	1.324.717	1.316.943	1.258.858	819.988	(44.566)
(c) EBIT Ajustado (a+b)	461.731	546.993	449.420	468.909	487.099
(d) IR e CSLL (34%)	(156.989)	(185.978)	(152.803)	(159.429)	(165.614)
(1) NOPAT (c+d)	304.742	361.015	296.617	309.480	321.485
(e) Capital de giro	1.990.375	2.103.604	2.008.131	1.954.297	1.838.141
Ativo Imobilizado (f))	536.286	522.369	510.573	493.728	485.230
Ativo Intangível ² (g)	271.259	291.135	306.314	317.342	324.901
(h) Ativo fixo (f + g)	807.545	813.504	816.887	811.070	810.131
(2) Capital Investido (e+h)	2.797.920	2.917.108	2.825.018	2.765.367	2.648.272
ROIC (1/2)	10,9%	10,3%	10,5%	11,2%	12,1%

1 - Considera os mesmos ajustes do EBITDA

2 - Considera software do intangível

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

Listada no Novo Mercado da B3, segmento que reúne companhias com os mais elevados padrões de governança corporativa, a Viveo (VVEO3), **com base em dezembro de 2025**, integrava as carteiras dos seguintes índices:

- Índice Brasil Amplo (IBrA B3)
- Índice de Consumo (ICON B3)
- Índice de Diversidade (IDIVERSA B3)
- Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT B3)
- Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC B3)
- Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado (IGC-NM B3)
- Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG B3)
- Índice Small Cap (SMLL B3)

O valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 458,4 milhões ao final de 2025. Foram registrados, em média, 1,5 milhão de negócios no 4T25 e o volume financeiro médio diário negociado na B3, ao fim do período, foi de R\$ 2,3 milhões.

	VVEO3 ¹	Valor de Mercado	Volume Financeiro
30/09/2025	R\$ 1,29	R\$ 416,4 milhões	R\$ 2.577.157
30/12/2025	R\$ 1,42	R\$ 458,4 milhões	R\$ 2.331.574
Variação	10,1%	10,1%	-9,5%

1 - Preço de fechamento ajustado por proventos

Diversidade e Equidade na Administração

Lei nº 15.177/2025

Em atendimento à Lei nº 15.177/2025, que dispõe sobre a promoção da equidade de gênero na composição dos Conselhos de Administração e amplia as exigências de transparência quanto às políticas de diversidade nas companhias brasileiras, a Companhia apresenta a seguir suas diretrizes e indicadores relacionados ao tema.

Diretrizes e Política de Diversidade

A Companhia adota instrumentos formais que orientam a composição e o funcionamento de seus órgãos de administração, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e com as disposições da Lei nº 15.177/2025.

A Política de Indicação dos Administradores estabelece critérios objetivos para a composição do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento, contemplando requisitos de qualificação técnica, reputação ilibada, experiência profissional diversificada, ausência de conflitos de interesse e alinhamento aos valores e ao Código de Conduta da Companhia.

Adicionalmente, a referida Política prevê que a composição do Conselho considere a diversidade de experiências, faixa etária e gênero, visando promover a igualdade de oportunidades e fortalecer a pluralidade de perspectivas no processo decisório.

Além disso, o Regimento Interno do Conselho de Administração da Viveo disciplina sua estrutura, funcionamento, competências e regras de investidura, assegurando transparência e observância às normas aplicáveis, incluindo os critérios de independência previstos no Regulamento do Novo Mercado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Esses instrumentos refletem o compromisso da Companhia com a adoção de critérios técnicos e transparentes para a composição de sua administração, reforçando a governança e a evolução contínua de suas práticas, e estão disponíveis para consulta no website da Companhia e de Relações com Investidores.

Indicadores de Composição e Equidade de Gênero

Órgão de Governança GRI 405-1	2025			2024 ¹			Var. %		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Conselho de Administração	5	1	6	5	1	6	0,0%	0,0%	0,0%
Diretoria Estatutária	5	1	6	5	1	6	0,0%	0,0%	0,0%
Total	10	2	12	11	2	13	0,0%	-	0,0%
% Mulheres/Total	16,7%			16,7%			0,0 p.p.		

1 – O Sr. Ricardo Pechinho Hallack, eleito em Assembleia Geral Ordinária de abril de 2023 como membro do Conselho de Administração, pediu destituição do cargo em setembro de 2024 e, por isso, não está sendo contabilizado neste indicador.
Base considerada: composição dos órgãos de governança em 31 de dezembro de cada exercício.
Os indicadores apresentados nesta seção ainda não foram objeto de asseguração independente e serão submetidos ao processo de auditoria no âmbito da elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia.

A participação feminina na Administração consolidada da Companhia correspondeu a 16,7% em 2025, sem alteração em relação ao exercício anterior.

Informação de colaboradores por gênero GRI 2-7	2025			2024			Var. %		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Liderança	367	245	612	464	578	1.042	-20,9%	-57,6%	-41,3%
Não- Liderança	2.648	3.387	6.035	2.354	2.723	5.077	12,5%	24,4%	18,9%
Total	3.015	3.632	6.647	2.818	3.301	6.119	7,0%	10,0%	8,6%
% Mulheres/Total	54,6%			53,9%			0,7 p.p		

Para fins deste indicador as informações de "Liderança" e "Não-Liderança" estão de acordo com as definições adotadas para fins de reporte regulatório à CVM, conforme Resolução CVM 59/2023, sendo "Lideranças", cargos que possuem gestão (Diretores, Gerentes, Coordenadores e Supervisores/Líderes).
Os indicadores apresentados nesta seção ainda não foram objeto de asseguração independente e serão submetidos ao processo de auditoria no âmbito da elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia.

Em 2025, as mulheres representaram 54,6% do total de colaboradores, comparado a 53,9% no exercício anterior. No nível de liderança, a participação feminina correspondeu a 245 profissionais, refletindo a composição da estrutura gerencial da Companhia conforme as definições adotadas para fins regulatórios.

Indicador de equidade remuneratória por categoria funcional GRI 405-2	2025	2024
	Proporção salarial (%)	Proporção salarial (%)
Diretoria	84%	81%
Gerência	89%	86%
Coordenação/Especialista	87%	90%
Supervisão/Líderes	104%	105%
Profissionais/Técnicos	85%	84%
Operacional	87%	83%
Total ¹	89%	88%

1 – A proporção salarial corresponde à razão entre o salário mensal médio das mulheres e o salário mensal médio dos homens em cada categoria funcional, considerando a remuneração fixa acrescida da parcela variável mensal. Para a linha de Total, foi considerada a média simples das proporções apresentadas nas categorias funcionais da tabela, não representando o cálculo consolidado da razão entre a remuneração média de homens e mulheres na Companhia.
Os indicadores apresentados nesta seção ainda não foram objeto de asseguração independente e serão submetidos ao processo de auditoria no âmbito da elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia.

Em 2025, a proporção salarial feminina variou entre 84% e 104% nas categorias funcionais analisadas, mantida metodologia consistente com o exercício anterior.

A Companhia adota política de remuneração baseada em critérios técnicos de avaliação de cargos e pesquisas de mercado independentes, assegurando isonomia salarial entre homens e mulheres para o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

exercício de funções equivalentes. A metodologia considera avaliação de cargos conduzida pela Korn Ferry e referências de mercado obtidas por meio da metodologia *Salary Mark*.

Embora o indicador agregado possa refletir diferenças na distribuição de colaboradores entre níveis hierárquicos e perfis de carreira, a análise por nível e cargo equivalente indica menor variação remuneratória entre gêneros. Esse efeito decorre principalmente da maior concentração de mulheres em posições técnico-administrativas, da maior presença masculina em cargos de alta liderança e de diferenças no tempo médio de empresa entre os grupos.

Nos níveis de liderança até o Conselho, as mulheres apresentam remuneração média superior à dos homens, sendo aproximadamente 8% maior entre Diretores Executivos, 3% em Gerência e 4% em Supervisão e Liderança Operacional. Nos níveis Técnico/Administrativo e Operacional, não foram observadas diferenças salariais relevantes entre homens e mulheres em cargos equivalentes.

A Companhia monitora periodicamente seus indicadores de composição e equidade remuneratória, mantendo metodologia consistente entre os exercícios e alinhada às definições adotadas para fins regulatórios e às práticas de governança corporativa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado Consolidada

R\$ mil	4T25	4T24 Ajustado	Var. %	2025	2024 Ajustado	Var. %
Receita Líquida	3.132.871	2.936.804	6,7%	11.566.926	11.583.371	-0,1%
Custos dos bens e serviços vendidos	(2.685.809)	(2.550.426)	5,3%	(9.897.565)	(10.013.528)	-1,2%
Lucro Bruto	447.062	386.378	15,7%	1.669.361	1.569.843	6,3%
Margem Bruta	14,3%	13,2%	0,1 p.p	14,4%	13,6%	0,1 p.p
Despesas Operacionais	(350.393)	(303.699)	15,4%	(1.137.698)	(1.228.916)	-7,4%
Despesas com vendas	(93.512)	(98.532)	-5,1%	(364.487)	(393.157)	-7,3%
Despesas gerais e administrativas	(252.847)	(203.501)	24,2%	(962.745)	(860.011)	11,9%
PDD	(5.271)	1.110	N/A	(26.779)	214	N/A
Outras receitas	12.159	470	N/A	238.733	16.151	N/A
Outras despesas	(11.204)	(2.887)	N/A	(21.417)	9.665	N/A
Resultado de Equivalência Patrimonial	282	(359)	N/A	(1.003)	(1.778)	-43,6%
Resultado Financeiro	(188.971)	(161.494)	17,0%	(485.989)	(542.990)	-10,5%
Receitas Financeiras	16.814	42.405	-60,3%	358.449	134.795	N/A
Despesas Financeiras	(205.785)	(203.899)	0,9%	(844.438)	(677.785)	24,6%
EBT	(92.302)	(1.786.769)	-94,8%	45.674	(202.063)	N/A
IR e CSLL	13.956	7.500	86,1%	(27.435)	176.056	N/A
IR e CSLL - correntes	(3.615)	(886)	N/A	(18.213)	(25.749)	-29,3%
IR e CSLL - diferidos	17.571	8.386	N/A	(9.222)	201.805	N/A
Lucro Líquido	(78.346)	(1.093.081)	-92,8%	18.239	(1.415.491)	N/A

Conciliação da Demonstração do Resultado 4T24/2024

R\$ mil	4T24 (Contábil)	Não recorrentes	4T24 Ajustado	2024 (Contábil)	Não recorrentes	2024 Ajustado
Receita Líquida	2.936.804	-	2.936.804	11.583.371	-	11.583.371
Custos	(2.814.316)	263.890	(2.550.426)	(10.277.418)	263.890	(10.013.528)
Lucro Bruto	122.488	263.890	386.378	1.305.953	263.890	1.569.843
Margem Bruta	4,2%	-	13,2%	11,3%	-	13,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(908.565)	604.865	(303.700)	(2.168.940)	940.024	(1.228.916)
Despesas com vendas	(186.785)	88.253	(98.532)	(484.050)	90.893	(393.157)
Despesas gerais e administrativas	(293.668)	90.167	(203.501)	(989.333)	129.323	(860.010)
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos	1.110	-	1.110	(109.936)	110.150	214
Outras receitas	470	-	470	16.151	-	16.151
Outras despesas	(419.248)	416.361	(2.887)	(589.909)	599.574	9.665
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.443)	10.084	(359)	(11.862)	10.084	(1.778)
Resultado Financeiro	(314.506)	153.012	(161.494)	(728.560)	185.570	(542.990)
Receitas Financeiras	42.405	-	42.405	134.795	-	134.795
Despesas Financeiras	(356.911)	153.012	56.111	(863.355)	185.570	(677.785)
IR e CSLL	7.501	-	7.501	176.056	-	176.056
Outros ajustes	-	-	21.119	-	-	(64.397)
Lucro Líquido (Prejuízo Líquido)	(1.093.080)	1.021.767	(50.200)	(1.415.491)	1.389.484	(90.405)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado Consolidada (Ex-Far.Me)

R\$ mil	1T24	2T24	3T24	4T24
Receita Líquida	2.952.599	2.747.167	2.946.800	2.936.804
Custos dos bens e serviços vendidos	(2.554.887)	(2.351.696)	(2.556.520)	(2.814.316)
Lucro Bruto	397.712	395.471	390.280	122.488
Margem Bruta	13,5%	14,4%	13,2%	4,2%
Despesas Operacionais	(328.056)	(361.560)	(570.759)	(908.563)
Despesas com vendas	(96.556)	(100.821)	(99.888)	(186.785)
Despesas gerais e administrativas	(230.103)	(230.207)	(233.355)	(293.668)
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos	3.199	(2.517)	(111.728)	1.110
Outras receitas	14.789	3.897	(3.005)	470
Outras despesas	(18.918)	(29.509)	(122.234)	(419.248)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(467)	(403)	(549)	(10.442)
Resultado Financeiro	(112.669)	(165.833)	(135.552)	(314.506)
Receitas Financeiras	30.383	39.305	22.702	42.405
Despesas Financeiras	(143.052)	(205.138)	(158.254)	(356.911)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(43.013)	(131.924)	(316.031)	(1.100.581)
IR e CSLL	46.056	44.205	78.294	7.500
IR e CSLL - correntes	(15.691)	(5.376)	(3.797)	(886)
IR e CSLL - diferidos	61.747	49.581	82.091	8.386
Lucro Líquido (Prejuízo)	3.043	(87.717)	(237.737)	(1.093.081)

Pro forma – Incluindo DFLog¹ (R\$ Milhões)

Viveo	1T24	2T24	3T24	4T24	1T25	2T25	3T25	4T25
Receita Líquida Pro forma ¹	2.973,6	2.771,9	2.974,8	2.967,4	2.813,8	2.825,5	2.833,6	3.132,9
EBITDA Ajustado Pro forma	163,2	184,9	156,8	168,6	166,9	177,4	172,9	196,0

1 - Cabe ressaltar que mais de 2/3 da receita da DFLog era da própria Viveo e que após a aquisição passa a ser eliminada.

Balanço Patrimonial Consolidado (R\$ Mil)

ATIVO	31/12/25	31/12/24	Var. %
Caixa e equivalentes de caixa	573.643	543.666	5,5%
Aplicações financeiras	84.920	586.495	-85,5%
Contas a receber de clientes	2.007.835	2.075.703	-3,3%
Estoques	1.656.826	1.719.147	-3,6%
Tributos a recuperar	204.448	180.354	13,4%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	N/A
Outros ativos	57.285	93.181	-38,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	66.572	61.278	8,6%
Transação com partes relacionadas	2.098	1.856	13,0%
Total do ativo circulante	4.653.627	5.261.680	-11,6%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Contas a receber de clientes	17.771	16.430	8,2%
Tributos a recuperar ²	127.227	81.480	56,1%
Depósitos judiciais	53.879	72.978	-26,2%
Ativo fiscal diferido	695.776	699.480	-0,5%
Outros ativos	26.895	27.980	-3,9%
Investimentos	183	1.184	-84,5%
Imobilizado	485.230	536.286	-9,5%
Intangível	2.547.320	2.556.829	-0,4%
Transação com partes relacionadas	-	-	N/A
Direito de uso do ativo	374.077	281.828	32,7%
Instrumentos financeiros derivativos	1.773	8.953	-80,2%
Total do ativo não circulante	4.330.131	4.283.428	1,1%
Total do ativo	8.983.758	9.545.108	-5,9%

PASSIVO	31/12/25	31/12/24	Var. %
Fornecedores	1.924.445	1.843.848	4,4%
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	24.367	62.783	-61,2%
Tributos a recolher	64.888	75.091	-13,6%
Empréstimos e financiamentos	146.605	153.751	-4,6%
Debêntures	851.316	249.001	N/A
Salários e obrigações sociais a pagar	112.767	91.825	22,8%
Tributos a recolher parcelados	11.263	15.674	-28,1%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.036	3.365	-39,5%
Adiantamentos de clientes	4.355	18.881	-76,9%
Dividendos a pagar	-	-	N/A
Passivo de arrendamento	98.421	88.448	11,3%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	N/A
Instrumentos financeiros derivativos	3.603	911	N/A
Repasse ação tributária	-	-	N/A
Provisão para perdas com investimentos	-	3.200	N/A
Obrigações por aquisição de investimento	137.439	110.355	24,5%
Obrigações com ex-subsidiária	17.625	2.017	N/A
Outros passivos	100.393	134.818	-25,5%
Total do passivo circulante	3.499.423	2.853.968	22,6%
Empréstimos e financiamentos	212.620	284.636	-25,3%
Debêntures	2.229.845	3.185.016	-30,0%
Obrigações por aquisição de investimento	570.802	573.083	-0,4%
Tributos a recolher	-	6.587	N/A
Tributos a recolher parcelados	34.638	31.217	11,0%
Tributos diferidos	-	156	N/A
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	142.267	441.167	-67,8%
Provisão para perdas com investimentos	552	-	N/A

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Passivo de arrendamento	331.773	234.148	41,7%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	N/A
Obrigações com ex-subsidiárias	14.132	-	N/A
Outros passivos	10.517	8.608	22,2%
Total do passivo não circulante	3.547.146	4.764.618	-25,6%
Capital social	2.549.392	2.549.392	0,0%
Reserva de capital	- 275.117	- 278.290	-1,1%
Reserva de lucros	- 337.186	- 344.580	-2,1%
Total do patrimônio líquido	1.937.089	1.926.522	0,5%
Total do passivo e PL	8.983.758	9.545.108	-5,9%

Demonstração dos Fluxos de Caixa (R\$ Mil)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	4T25	4T24	Var. %	2025	2024	Var. %
Fluxos de caixa das atividades operacionais	171.141	(504.706)	N/A	276.580	34.150	710%
Caixa Gerado nas Operações	222.431	247.564	-10%	736.571	666.695	10%
Lucro (prejuízo) líquido	(78.346)	(1.093.080)	-93%	18.239	(1.415.491)	N/A
Depreciações e amortizações	91.845	81.399	13%	330.372	311.127	6%
Baixa de ativos e resultado na alienação do ativo imobilizado	3.760	225.548	-98%	8.664	222.660	-96%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5.271	(1.110)	N/A	26.779	109.936	-76%
Correção monetária sobre aquisições de investimentos	25.138	25.430	-1%	110.606	99.771	11%
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	146.276	295.335	-50%	426.057	655.961	-35%
Juros sobre passivos de arrendamento	11.268	11.033	2%	44.945	32.373	39%
Provisão (reversão) para contingências	36.315	388.040	-91%	(172.424)	514.028	N/A
Instrumentos financeiros derivativos	(101)	(13.830)	-99%	22.264	(27.424)	N/A
Participação nos (lucros) prejuízos de controlada	(282)	10.443	N/A	1.003	11.862	-92%
Imposto de renda	(13.956)	(7.501)	86%	27.435	(176.056)	N/A
Ganho de processos fiscais	-	-	N/A	(769)	(2.203)	-65%
Opções Outorgadas Reconhecidas	677	1.176	-42%	3.173	4.415	-28%
Avaliação de valor justo das obrigações por aquisição de investimento	(5.730)	(36.932)	-84%	(9.357)	(46.350)	-80%
Transações com pagamentos baseado em ações	-	-	N/A	-	-	N/A
Perdas por descontinuidade de investimentos	296	-	N/A	5.173	-	N/A
Despesas relacionadas a desastres – Rio Grande do Sul	-	-	N/A	-	10.473	-100%
Impairment sobre ágios e mais-valias de investimentos	-	97.262	-100%	-	97.262	-100%
Resultado por recompra de debênture	-	-	N/A	(105.589)	-	N/A
Provisão e baixas de operadores logísticos	-	264.351	-100%	-	264.351	-100%
Variações nos Ativos e Passivos	78.911	(644.950)	N/A	68.671	(195.818)	N/A
Contas a receber	(121.898)	(305.260)	-60%	56.749	216.761	-74%
Estoques	24.470	(109.087)	N/A	45.161	(138.816)	N/A
Impostos a recuperar	(38.839)	38.059	N/A	(75.109)	100.847	N/A
Depósitos judiciais	6.638	377	1661%	30.177	2.402	1156%
Outros ativos	10.061	40.997	-75%	30.774	73.865	-58%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fornecedores	243.940	(33.848)	N/A	80.508	(94.908)	N/A
Obrigações sociais e trabalhistas	(37.403)	(38.712)	-3%	(9.799)	(27.811)	-65%
Obrigações tributárias	(3.861)	24.547	N/A	(14.303)	8.151	N/A
Adiantamentos de clientes	(4.648)	(69.566)	-93%	(14.526)	(46.440)	-69%
Outros passivos	3.420	29.434	-88%	(22.545)	12.999	N/A
Fornecedores - reverse factoring	(2.969)	(221.891)	-99%	(38.416)	(302.868)	-87%
Outros	(130.201)	(107.320)	21%	(528.662)	(436.727)	21%
Juros pagos empréstimos e debêntures	(126.961)	(103.914)	22%	(512.636)	(412.760)	24%
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.240)	(3.406)	-5%	(16.026)	(23.967)	-33%
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(79.443)	70.279	N/A	336.049	(272.792)	N/A
Aquisição de investimentos, líquido de caixa	-	-	N/A	(14.209)	-	N/A
Aquisição de imobilizado	(22.310)	(31.996)	-30%	(45.494)	(81.622)	-44%
Aquisição de intangível	(25.063)	(36.139)	-31%	(105.823)	(103.666)	2%
Aplicações financeiras	(32.070)	73.414	N/A	501.575	(57.703)	N/A
Reembolso de ex-acionistas de subsidiárias	-	65.000	-100%	-	65.000	-100%
Valores pagos a ex-acionistas da subsidiária	-	-	N/A	-	(94.801)	-100%
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(271.165)	(147.357)	84%	(582.652)	309.606	N/A
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	N/A	63.870	61.287	4%
Captação de debêntures	-	-	N/A	(13.709)	1.389.133	N/A
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(57.334)	(51.620)	11%	(125.438)	(94.722)	32%
Pagamento de debêntures	(123.511)	-	N/A	(123.511)	(800.000)	-85%
Pagamento de passivos de arrendamento	(29.618)	(30.689)	-3%	(112.860)	(88.302)	28%
Recompra de ações	-	-	N/A	-	(18.721)	-100%
Mútuo concedido (recebido) a controlada/investida	(85)	(943)	-91%	(303)	(1.856)	-84%
Dividendos pagos	-	(43.482)	-100%	-	(43.482)	-100%
Pagamento de derivativos	(6.500)	(3.899)	67%	(12.392)	(16.795)	-26%
Recompra de debêntures	-	-	N/A	(144.374)	-	N/A
Pagamento pela aquisição de investimentos	(50.381)	(16.724)	201%	(98.631)	(76.936)	28%
Pagamento de tributos parcelados	(3.736)	-	N/A	(15.304)	-	N/A
Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	(179.467)	(581.784)	-69%	29.977	70.964	-58%
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	753.110	1.125.450	-33%	543.666	472.702	15%
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	573.643	543.666	6%	573.643	543.666	6%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Capital de Giro

R\$ Mil	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
Contas a receber de clientes ¹	2.092.133	2.091.406	1.994.016	1.908.979	2.025.606
Estoques	1.719.147	1.867.437	1.683.363	1.682.484	1.656.826
Tributos a recuperar ¹	261.834	277.701	260.570	284.248	331.675
Outros ativos	93.181	75.139	75.188	76.731	57.285
Ativo	4.166.295	4.311.683	4.013.137	3.952.442	4.071.392
R\$ Mil	31/12/2024	31/03/2025	30/06/2025	30/09/2025	31/12/2025
Fornecedores	1.843.848	1.871.349	1.652.772	1.680.505	1.924.445
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	62.783	48.663	45.739	27.336	24.367
Salários e obrigações sociais a pagar	91.825	95.691	115.585	119.529	112.767
Tributos a recolher ¹	88.265	93.920	92.475	69.163	64.888
Adiantamento de clientes	18.881	15.035	12.347	9.003	4.355
IR e CS a recolher	3.365	2.286	1.578	1.871	2.036
Outros passivos	134.818	87.667	91.042	90.738	100.393
Passivo	2.237.198	2.208.079	2.005.006	1.998.145	2.233.251
Capital de giro líquido	1.929.097	2.103.604	2.008.131	1.954.297	1.838.141
Receita líquida	11.583.371	11.415.665	11.484.006	11.370.859	11.566.926
Capital de giro / Receita líquida	16,7%	18,4%	17,5%	17,2%	15,9%

1 - Considera Curto e Longo Prazo

Cronograma de Amortização de Dívida

Cronograma ¹ (R\$ mil)	Amortização de dívida	M&As a pagar	Tributos a recolher parcelados	Total
2026 (CP)	997.921	137.439	11.166	1.146.526
2027	824.528	110.440	7.440	942.408
2028	878.514	82.858	6.633	968.005
2029	727.244	60.391	6.072	793.707
2030	2.976	62.326	3.361	68.663
2031	2.976	67.809	3.003	73.788
2032	2.976	62.326	3.003	68.305
2033	2.976	62.326	3.003	68.305
2034	275	62.326	2.220	64.821
Total	3.440.386	708.241	45.901	4.194.528

1 - Não considera o pagamento de derivativos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Aviso Legal

Este documento pode conter considerações referentes às perspectivas futuras do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, perspectivas de crescimento da Companhia e outros eventos futuros. Os textos neste documento que representam pontuações prospectivas incluem, porém não se limitam a palavras como, por exemplo, "antecipar", "acreditar", "estimar", "esperar", "projetar", "planejar", "prever", "visar", "almejar", "buscar", bem como todas as suas variações, e outras palavras de significado similar, têm como objetivo identificar estas situações prospectivas. As referidas situações envolvem vários fatores, riscos ou incertezas, conhecidos ou não, que podem resultar em diferenças relevantes entre os dados atuais e as eventuais projeções contidas neste documento e não representam qualquer garantia com relação ao desempenho futuro da Companhia. Todos os textos deste documento têm como base as informações e dados disponíveis na data em que foram emitidas. A Companhia não se compromete a revisá-las ou atualizá-las, de qualquer forma, com o surgimento de novas informações ou de acontecimentos futuros. O leitor/investidor é o único e exclusivo responsável por qualquer decisão de investimento, negócio ou ação tomada com base nas informações contidas neste documento. O leitor/investidor não deve considerar apenas as informações contidas neste documento para tomar decisões em relação à negociação dos títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia. Para obter informações mais detalhadas, consulte nossas Demonstrações Financeiras, o Formulário de Referência e outras informações relevantes em nosso site de relações com investidores <https://ri.viveo.com.br/>. Este documento não constitui em uma oferta de venda nem em uma solicitação de compra de qualquer valor mobiliário.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



www.viveo.com/ri

4T25

Notas Explicativas



CM HOSPITALAR S.A.

**Notas explicativas às Demonstrações
Financeiras dos Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional

A CM Hospitalar S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Viveo”) é uma companhia aberta brasileira, constituída em 16 de agosto de 2010, com ações ordinárias negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento Novo Mercado, sob o ticker VVEO3. A Companhia tem sua sede social no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem a CM Hospitalar S.A. e suas subsidiárias (em conjunto, o “Grupo”, “Consolidado” ou “Viveo”), refletindo de forma integrada a totalidade das operações sob controle comum. Além disso, as atividades do Grupo estão inseridas em um ambiente regulatório específico do setor de saúde, sujeito às normas aplicáveis de órgãos reguladores.

O Grupo atua em conformidade com o ambiente regulatório do setor de saúde e desenvolve atividades integradas de importação, produção, armazenamento, distribuição, expedição e comercialização de medicamentos, materiais médico-hospitalares, produtos manipulados, dermatologia corretiva, nutrição e demais soluções voltadas ao suprimento e operação de instituições de saúde, incluindo itens sujeitos a controle especial. Essa atuação integrada, combinada com a escala nacional, permite ao Grupo oferecer um portfólio amplo e complementar de soluções a instituições hospitalares, clínicas, laboratórios, operadoras de planos de saúde, farmácias, redes varejistas e demais participantes relevantes do ecossistema de saúde, mantendo relações estratégicas com clientes e fornecedores.

A Viveo mantém presença nacional por meio de unidades operacionais e centros de distribuição estrategicamente posicionados, garantindo capilaridade logística, eficiência operacional, elevados níveis de serviço e mitigação de riscos operacionais. A estratégia do Grupo visa consolidar um ecossistema integrado de soluções para saúde, com foco na geração sustentável de valor, por meio da expansão orgânica, do fortalecimento comercial, do desenvolvimento contínuo do portfólio e da realização seletiva de aquisições de negócios complementares, conduzidas com altos níveis de governança corporativa, disciplina financeira, eficiência operacional e gestão ativa de riscos.

É importante ressaltar que, após um período de expansão acelerada e da incorporação de diversas empresas - que demandou aprimoramento de processos, integração operacional e fortalecimento da estrutura corporativa -, em 2024 o Grupo realizou ajustes não recorrentes associados à revisão de processos, alteração de administração, adequações operacionais e ajustes contábeis significativos, entre eles provisões para perdas de crédito, provisões para estoques, ajustes tributários (incluindo DIFAL), conciliações e efeitos de M&As. Esses itens foram integralmente reconhecidos no exercício anterior e contribuíram para variações relevantes entre os resultados de 2024 e 2025, não se repetindo em 2025.

1.1. Aquisições de negócios no exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada Health Logística Hospitalar S.A. (“Health Log”) concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital da DFLog - Transporte de Cargas Ltda. (“DFLog”), conforme detalhado na Nota Explicativa 4.2. A DFLog atua como transportadora de carga municipal, intermunicipal e interestadual, com foco principal em cargas médicas e hospitalares.

1.2 Reorganização societária no exercício

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou reorganização societária intragrupo, envolvendo a alteração da controladora da Hosp-Pharma e a transferência das participações nas controladas Aporte, Famap, Life e Nutrifica, entre entidades sob controle comum, sem alteração do controle final, conforme detalhado na Nota Explicativa 12 (f). As operações foram registradas pelos valores contábeis históricos, não geraram impactos no resultado consolidado e envolveram transações entre partes relacionadas.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1.3 Continuidade operacional

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando no futuro previsível, definido como o período mínimo de doze meses após a data do balanço, e com base nesta análise, a Administração elaborou as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 utilizando o pressuposto de continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava capital circulante líquido de R\$ 283.616 na controladora e R\$ 1.154.104 no consolidado. No decorrer de 2026, há vencimentos de empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos montantes cujos montantes já se encontram classificados no passivo circulante. Além disso, esses passivos financeiros exigem pagamento de juros.

A Companhia continuamente avalia a geração de caixa de suas atividades operacionais, bem como sua capacidade de honrar compromissos financeiros assumidos. Considerando o perfil de vencimento de seus passivos financeiros, a Administração iniciou a discussão com os credores, visando o alongamento do pagamento do principal. Dado o histórico de relacionamento com os credores, as renegociações recentes bem-sucedidas, adimplemento dos compromissos, incluindo o pagamento dos juros e o atendimento aos covenants financeiros, além do acesso frequente ao mercado bancário nos últimos anos, a expectativa da Administração é de que as negociações sejam concluídas com sucesso.

2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo incluem, além da Companhia, as entidades descritas a seguir, todas sediadas no Brasil. Em comparação a 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária do Grupo em 2025 refletiu:

- (i) a incorporação das controladas CM Campinas e Boxifarma, conforme detalhado na Nota Explicativa 12(e);
- (ii) reorganizações societárias intragrupo envolvendo a aquisição e a alienação de participações societárias entre entidades sob controle comum, sem alteração do controle final, com foco na simplificação da estrutura societária e operacional e na captura de sinergias, conforme Nota Explicativa 12(f); e
- (iii) a manutenção do número e do escopo operacional das demais controladas relevantes.

Controladas ativas em 31/12/2025

Controlada	Escopo operacional	% de participação			
		2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	Distribuição de produtos hospitalares, nutricionais e medicamentos	100	-	100	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	Distribuição de reagentes e prestação de serviços de assistência e manutenção	100	-	100	-
Aporte Nutricional Ltda. (a)	Atividades de nutrição enteral e parenteral, com manipulação	-	100	100	-
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação	-	100	-	100
Boxi Soluções em Saúde Ltda.	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação	100	-	100	-
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação	-	-	100	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	Comércio de materiais hospitalares, medicamentos especiais e produtos de saúde	-	-	100	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	Comércio de materiais hospitalares, medicamentos especiais e produtos de saúde	100	-	100	-
CMH Participações Ltda.	Atenção à saúde humana, com foco em Programas de Suporte ao Paciente	100	-	100	-
Cremer Administradora de Bens Ltda.	Administração de bens próprios	-	100	-	100
Cremer S.A.	Fabricação e fornecimento de produtos para cuidados com a saúde	100	-	100	-
DFLog – Transporte de Cargas Ltda.	Transporte e logística de cargas médico-hospitalares	-	100	-	-
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	Comércio atacadista de medicamentos, com manipulação de fórmulas	-	100	100	-
Health Logística Hospitalar S.A.	Transporte e logística de cargas médico-hospitalares	100	-	100	-
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	Serviços farmacêuticos de manipulação de fórmulas de nutrição enteral e parenteral	100	-	-	100
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	Distribuição de reagentes e prestação de serviços de assistência e manutenção	100	-	100	-

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



LIFE – Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação	-	100	100	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	Distribuição de reagentes e prestação de serviços de assistência e manutenção	100	-	100	-
Neve Indústria e Comércio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	Fabricação de materiais para medicina e odontologia	-	100	-	100
Nutrifica Comércio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	Comércio varejista de nutrição enteral e parenteral, com manipulação	-	100	100	-
Proinfusion S.A.	Serviços farmacêuticos de manipulação de terapias antineoplásicas, de nutrição parenteral e de outras soluções estéreis	100	-	100	-
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	Serviços farmacêuticos de manipulação de terapias antineoplásicas, de nutrição parenteral e de outras soluções estéreis	-	100	-	100
Solus Soluções Estéreis S.A.	Serviços farmacêuticos de manipulação de terapias antineoplásicas, de nutrição parenteral e de outras soluções estéreis	-	100	-	100
Tecnocold Promoção de Vendas e Participações Ltda.	Comércio atacadista de vacinas, medicamentos e drogas de uso humano	99,99	-	99,99	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	Distribuição de reagentes e materiais para laboratórios de medicina diagnóstica	100	-	100	-

Todas as entidades controladas são integralmente consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Administração exerce controle, conforme definido pelo CPC 36 (R3) / IFRS 10. Não há restrições relevantes ao exercício de direitos de voto ou à transferência de recursos entre as entidades do Grupo. As alterações societárias ocorridas em 2025 reforçam o compromisso da Administração com a simplificação da estrutura societária, a eficiência operacional e a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

Controladas em encerramento

Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A. e Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda. tiveram suas operações encerradas por decisão da Administração em 31 de dezembro de 2024, com processos de encerramento operacional substancialmente concluído ao longo de 2025, permanecendo em andamento apenas gastos residuais e trâmites formais para baixa de CNPJ.

Coligadas

A Companhia detém participação de 30% na Drogaria X Farmácia S.A., classificada como coligada, cuja principal atividade é o comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação.

3. Base de preparação

3.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS Accounting Standards”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto instrumentos financeiros derivativos e combinações de negócios, que são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Operações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pela moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão dos ativos e passivos monetários são reconhecidas no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira.

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos, passivos receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Essas informações financeiras são elaboradas com base em diferentes critérios de mensuração, apoiados em premissas objetivas e subjetivas, que refletem o julgamento da Administração quanto aos valores mais adequados a serem registrados.

Os resultados efetivos das transações que envolvem tais estimativas podem diferir dos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O Grupo revisa suas estimativas de forma contínua. As principais fontes de incerteza nas estimativas, que apresentam risco significativo de resultar em ajustes relevantes nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, são apresentadas a seguir:

3.3.1 Incertezas sobre estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com possibilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Nota explicativa 22 - Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(b) Nota explicativa 20 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos que podem ser reconhecidos, com base no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

(c) Nota explicativa 8 – Provisão para perdas com o valor recuperável

A provisão é constituída com base nos saldos em aberto de determinados clientes que, segundo julgamento da Administração, apresentam maior risco de não liquidação, com base no modelo de perdas de crédito esperadas (CPC 48) e, quando aplicável, em análise individual. Mensalmente, o Grupo apura a despesa por meio de percentual aplicado sobre

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a receita líquida, definido a partir de dados históricos de inadimplência e de condições atuais e perspectivas econômicas, e avalia anualmente a suficiência da provisão, em conformidade com os critérios mencionados na Nota Explicativa 5.1 (d). A despesa com a constituição de perdas de crédito esperadas é totalmente reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

(d) Nota explicativa 15 – Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremento nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo e garantia semelhantes, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

(e) Notas explicativas 13 e 14 – Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, são detalhadas na Nota Explicativa 14 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(f) Notas explicativas 9 e 16 – Mensuração de operações de OL (Operador Logístico)

As operações realizadas com operadores logísticos envolvem a venda de produtos a terceiros em condições comerciais específicas, com posterior ressarcimento pelos fornecedores. Esse ressarcimento ocorre por meio de abatimentos em títulos ou descontos em compras futuras, em datas distintas daquelas originalmente contratadas.

A apuração dos valores a serem ressarcidos e reembolsados varia conforme a operação e o fornecedor envolvido. Para mensurar os custos, ativos e passivos relacionados a essas operações, são utilizadas premissas e estimativas contábeis, que podem impactar diretamente os saldos de estoques e fornecedores. Tais estimativas incluem, entre outros, o volume de produtos comercializados, os percentuais de ressarcimento acordados e o momento do reconhecimento contábil dos efeitos financeiros.

(g) Notas explicativas 13 e 14 – Vida Útil do Ativo Imobilizado e Intangível

A definição da vida útil econômica dos ativos imobilizados e intangíveis decorre de estimativas fundamentadas em premissas técnicas e na melhor expectativa da Administração quanto ao período durante o qual se espera que os ativos gerem benefícios econômicos para a Companhia. Essas estimativas consideram, entre outros fatores, a experiência passada, os planos de uso, o desgaste físico esperado, a obsolescência tecnológica e as condições de mercado.

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados, no mínimo, anualmente e ajustados prospectivamente sempre que houver mudanças relevantes nas premissas originalmente consideradas. Alterações nessas estimativas podem impactar o resultado do exercício por meio da depreciação ou amortização reconhecida.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



3.3.2 Julgamentos

Nota explicativa 15 – Arrendamentos – Determinação do prazo de arrendamento

O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial o Grupo reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

3.3.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 e Nível 3, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4. Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

4.1. Base de consolidação

(a) Controladas

O controle de investidas é obtido quando o Grupo controla uma investida se, e apenas se, tiver: (i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantam a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); (ii) exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O Grupo avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que o Grupo deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.

Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas decorrentes de operações entre empresas do Grupo são integralmente eliminados na consolidação.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O valor contábil dos investimentos em controladas é eliminado contra o correspondente patrimônio líquido dessas entidades na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Os prejuízos de investidas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são reconhecidos até o limite do valor contábil do investimento, exceto quando o Grupo tenha assumido obrigações ou efetuado pagamentos em nome da investida.

(c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e coligadas.

As controladas são entidades sobre as quais a Companhia detém controle, nos termos do CPC 36 (R3), sendo tais investimentos mensurados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

As coligadas são entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, exerce influência significativa, mas não detém controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

4.2. Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável ao nível de sua unidade geradora de caixa, a qual não excede o seu segmento de reporte. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do Patrimônio Líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Em 07 de maio de 2025, a controlada Health Log adquiriu 100% do capital social da DFLog – Transporte de Cargas Ltda., empresa de transporte e logística no segmento de saúde humana pelo preço de R\$ 30.000. O preço de compra será pago da seguinte forma: (i) R\$ 21.000 pagos na data da aquisição aos acionistas vendedores; (ii) R\$ 4.000, corrigidos pela variação positiva do IPCA, pagos, total ou parcialmente, a título de ajuste de preço de compra; e (iii) R\$ 5.000, corrigidos pelo CDI, pagos, total ou parcialmente, a título de parcela retida. Além do preço de compra, os acionistas vendedores farão jus ao pagamento de um adicional de performance de até R\$ 24.000 condicionado ao desempenho futuro do negócio adquirido a ser apurado até 2027.

A aquisição teve como objetivo a obtenção de maior eficiência operacional nas atividades de frete e logística do Grupo.

4.2.1 Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia está em fase de mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos pelos respectivos valores justos e, portanto, reconheceu valores provisórios para a combinação de negócios da DFLog. No julgamento da Companhia, os efeitos dessa combinação de negócio não são materiais para fins de mensuração definitiva e deverão estar concluídos no decorrer do ano de 2026.

	DFLog 07/05/2025
Parcela do capital adquirida	100%
Contraprestação transferida ao valor justo	54.000
Valor dos ativos líquidos na data da aquisição	10.110
Ágio preliminar	43.890

4.2.2 Informações sobre o desempenho operacional

O montante da receita líquida e do resultado líquido do período da adquirida a partir da data da aquisição que foram incluídos na demonstração consolidada do resultado está abaixo indicado:

	DFLog	Total Grupo
Receita contribuída da data de aquisição até 31 de dezembro de 2025	51.481	11.566.926
Resultado contribuído da data de aquisição até 31 de dezembro de 2025	579	18.239

Adicionalmente, a Companhia apresenta, para fins meramente ilustrativos, as informações financeiras proforma, demonstrando a receita líquida de vendas e o resultado do exercício combinados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, como se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2025:

	DFLog	Total Grupo
Receita líquida	90.344	11.605.789
Resultado	4.756	22.416

As informações financeiras proforma foram elaboradas considerando a soma dos resultados consolidados do Grupo e da adquirida no respectivo período, refletindo exclusivamente os efeitos diretamente atribuíveis à transação, com base nos ajustes de valor justo determinados na data da aquisição.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4.3. Instrumentos Financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(i) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas avaliam o modelo de negócios no qual cada ativo financeiro é mantido, considerando a forma como esses ativos são geridos e como as informações são fornecidas à Administração. Essa avaliação reflete o objetivo com que os ativos financeiros são mantidos em carteira e não se baseia em intenções isoladas para ativos individuais. As informações consideradas incluem:

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, incluindo se a estratégia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido nessa modelo de negócios) e a maneira como os riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não atendem aos critérios para desreconhecimento não são tratadas como vendas, sendo os ativos mantidos reconhecidos de forma consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou cujo desempenho é avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros.

Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que os fluxos de caixa deixem de representar exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iii) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

(iv) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

(c) Desreconhecimento

(i) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas têm um rígido processo de concessão e monitoramento de crédito, mitigando o risco de perdas de suas contas a receber por vendas. Pelo perfil de parte de sua carteira de clientes é esperado algum atraso no recebimento dos títulos.

A Companhia e suas controladas monitoram a inadimplência de seus clientes mensalmente e registra provisão para perda quando o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente.

(ii) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

(iii) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em compromissos firmes. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

4.4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.5. Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões para perdas relativas à redução ao valor realizável líquido e para estoques de giro lento e/ou para produtos vencidos ou próximos do vencimento são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4.6. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas em nota explicativa. A Companhia efetua periodicamente revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido da depreciação acumulada e/ou de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas de um ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo, desde que atendidos os critérios de reconhecimento, e dá baixa do valor contábil das partes substituídas. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante é realizada, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Os demais gastos com reparos e manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16), as peças de reposição utilizadas nos reparos de máquinas e equipamentos são classificadas no ativo imobilizado quando atendem à definição de ativo e aos critérios de reconhecimento. A Companhia mantém em estoque apenas peças de reposição de pequeno valor, que são reconhecidas no resultado no momento de sua utilização, por não alterarem a vida útil ou a capacidade produtiva dos equipamentos.

4.7. Ativos intangíveis

4.7.1 Reconhecimento e mensuração

(a) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

(b) Carteira de clientes

Refere-se às carteiras de clientes identificadas em combinações de negócios.

As carteiras de clientes foram reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, e têm vida útil finita. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

(c) Marca

As marcas adquiridas em combinações de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente são contabilizadas pelo seu valor de custo. As marcas com vida útil definidas são amortizadas com base na expectativa de

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



sua vida útil. As marcas com vida útil indefinida não são amortizadas, mas são testados para fins de *impairment* anualmente.

(d) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

4.7.2 Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, sendo reconhecida no resultado.

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e é submetido, no mínimo anualmente, ao teste de recuperabilidade, ou sempre que houver indícios de perda por redução ao valor recuperável.

As vidas úteis estimadas estão demonstradas na Nota Explicativa 14.

4.8. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um tempo determinado em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(a) Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos variando de 3 a 25 anos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

(b) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos em essência, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir que o Grupo exercerá a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de mudança em índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

A cada data do relatório o grupo revisa o valor contábil dos seus ativos não financeiros (outros que não estoques, ativos de contrato e impostos diferidos) para determinar, se há alguma indicação de *impairment*. Se existe alguma indicação, o valor recuperável deste ativo estimado. O Ágio é testado anualmente para *impairment*.

Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização de ágio, não é revertida. Para outros ativos uma perda pelo *impairment* é revertida somente na medida que o valor do valor contábil deste ativo não exceda o valor contábil que será determinado, líquido de depreciação ou amortização respectivamente, se nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas circunstâncias utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente no final do exercício ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente no final do exercício, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Durante 2025, a Administração da Companhia não identificou perda substancial econômica do valor recuperável de seus ativos imobilizado e intangível.

4.10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.11 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando o Grupo tem uma obrigação ou potencial obrigação “legal”, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados do Grupo. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos em nota explicativa.

Os direitos de reembolso são reconhecidos quando se espera que os desembolsos necessários para liquidar uma provisão sejam reembolsados por outra parte. O reembolso é reconhecido quando, e somente quando, for praticamente certo que o reembolso será recebido se o Grupo liquidar a obrigação. O reembolso é tratado como ativo separado. O valor reconhecido para o reembolso não deve ultrapassar o valor da provisão. Na demonstração do resultado, a despesa relativa a uma provisão é apresentada líquida do valor reconhecido de reembolso.

As operações de OL (Operadores Logísticos) envolvem vendas de produtos para terceiros em condições diferenciadas e posterior reembolso por parte dos fornecedores, seja por abatimento em títulos ou por desconto em compras, sempre em datas futuras àquelas contratadas. As mecânicas de apuração tanto do volume de ressarcimento e reembolso são complexas, diferentes para cada operação/fornecedor e envolvem premissas e estimativas para a mensuração de custos, ativos e passivos associados às operações de OL.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4.12 Receita de contrato com cliente

O Grupo atua no ramo de fornecimento e distribuição de produtos e medicamentos, saúde hospitalar e higiene pessoal. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual o Grupo espera ter direito em troca destes bens ou serviços

(a) Venda de produtos

A receita de venda produtos é reconhecida quando o controle dos bens é transferido ao cliente, o que ocorre, geralmente, na entrega do produto na localidade física indicada pelo cliente. O valor da receita é mensurado com base no preço da transação acordado com o cliente, considerando, quando aplicável, os efeitos de contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente.

(b) Contraprestação variável

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, o Grupo estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente.

A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Alguns contratos para venda de produto fornecem aos clientes o direito de devolução em um período pré-determinado. O direito de devolução dá origem a contraprestação variável.

(c) Serviços de transporte e distribuição

A Companhia realiza o transporte de produtos cirúrgicos e hospitalares, produtos nutricionais, dermocosméticos e medicamentos. As receitas de serviços são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos transportados para o comprador, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo comprador. As receitas são realizadas com prazo de recebimento de 60 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas receitas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando o transporte é finalizado, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

4.13 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda e contribuição social – correntes

Apurados pelo lucro real à razão de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social.

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

A recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é avaliada com base em projeções de resultados tributáveis elaboradas pelo Grupo, as quais são preparadas anualmente, por ocasião da data do balanço, considerando um horizonte de projeção compatível com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e com o prazo de realização dos créditos fiscais.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

4.14 Benefícios a administradores, executivos e colaboradores

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(b) Pagamento baseado em ações

O Grupo mantém planos de remuneração baseados em ações, implementados com fundamento em Assembleia Geral Extraordinária, classificados, de acordo com suas características, como (i) planos com liquidação em caixa (“phantom shares”) e (ii) planos com liquidação em ações.

Os planos de pagamento baseado em ações liquidáveis em caixa são mensurados pelo valor justo do passivo na data de concessão e reavaliados a cada período até a liquidação, com o respectivo reconhecimento da despesa ao longo do período de aquisição do direito (vesting), em contrapartida ao passivo. Não há planos dessa natureza vigentes, permanecendo apenas saldos residuais decorrentes de planos concedidos em exercícios anteriores, registrados no Patrimônio Líquido.

Os planos de pagamento baseado em ações liquidáveis em ações são mensurados pelo valor justo na data da outorga, apurado por modelos de precificação apropriados, e reconhecidos como despesa ao longo do período de aquisição do direito (vesting), em contrapartida à reserva de capital no Patrimônio Líquido. O valor justo é determinado considerando,

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



entre outras premissas, o preço da ação na data da outorga, volatilidade esperada, taxa de juros livre de risco, dividendos esperados e condições de desempenho e permanência estabelecidas nos respectivos planos.

(c) Participação nos lucros e resultados

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados e é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração do Grupo.

4.15 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

4.16 Informações por segmento

Um segmento operacional (vide Nota Explicativa 30) é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pela Diretoria Estatutária, que é responsável pelas decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para isso informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, tais como receita líquida de vendas, resultado bruto, resultado antes das despesas financeiras, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis, os quais são revisados pelo Conselho de Administração. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

4.17 Demonstrações do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas Companhias e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”).

4.18 Subvenções governamentais

O Grupo possui subvenções governamentais relativos à redução na carga tributária de ICMS. Tais incentivos são usuais para o mercado de distribuição de medicamentos e para o mercado de produtos para a saúde, e são concedidos pelos entes federativos (Estados) onde a companhia tem presença. As subvenções governamentais são registradas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de receita líquida de vendas.

O Grupo cumpriu com todos os requisitos solicitados pelos termos de subvenção, tais como cumprimento de obrigações fiscais, manutenção dos empregos acordados, faturamento mínimo e manutenção de estrutura logística com espaço físico apropriado para estocagem de mercadorias no ente governamental concedente.

4.19 Investimentos em entidades sob o método de equivalência patrimonial

As entidades nas quais a Companhia possui influência significativa, mas não controle, estão contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Esses investimentos são calculados ao custo, cujo valor inclui o custo de transação. Após reconhecimento inicial a participação da Companhia no lucro líquido ou na perda do ano fiscal e outras receitas da investida são divulgados nas demonstrações financeiras, até a data quando a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em subsidiárias são contabilizados também sob este método.

4.20 Novos pronunciamentos

4.20.1 Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não entraram em vigor novos pronunciamentos contábeis com impacto relevante aplicáveis ao Grupo, além daqueles já adotados no exercício anterior.

4.20.2 Novos pronunciamentos a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2026

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou de forma antecipada as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

(a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo concluiu que a adoção do IFRS 18 terá impacto sobre a forma de apresentação da demonstração de lucros e perdas, da demonstração dos fluxos de caixa e sobre as divulgações relacionadas às medidas de desempenho definidas pela administração. Quando da adoção da norma, as informações comparativas referentes ao exercício de 2026 serão reapresentadas de acordo com os novos requerimentos.

(b) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

O IFRS 19 estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações contábeis consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2027. O Grupo está avaliando os impactos da nova norma.

(c) IFRS 09 e IFRS 07 – Classificação de Instrumentos Financeiros

As alterações introduzem esclarecimentos e aprimoramentos relacionados à classificação e mensuração de ativos e

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



passivos financeiros, bem como novos requerimentos de divulgação.

Dentre os principais aspectos, destacam-se:

- Desreconhecimento de passivos financeiros liquidados por meio de sistemas de pagamento eletrônico, permitindo que determinadas obrigações sejam consideradas liquidadas antes da data formal de liquidação, desde que atendidos critérios específicos;
- Orientações adicionais para avaliação de termos contratuais consistentes com um acordo básico de empréstimo, incluindo ativos financeiros com características vinculadas a fatores ambientais, sociais e de governança (ESG);
- Esclarecimentos sobre ativos financeiros com características “non-recourse”, quando o direito aos fluxos de caixa está limitado a ativos específicos;
- Orientações sobre instrumentos contratualmente vinculados (tranches) e estruturas de pagamento em cascata;
- Novos requerimentos de divulgação relacionados a investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a cláusulas contratuais que possam alterar o momento ou o montante dos fluxos de caixa contratuais.

Essas alterações são aplicáveis a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. A Administração está avaliando os impactos de sua aplicação e, com base nas análises realizadas até o momento, não espera efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

(d) Outras normas contábeis

Adicionalmente, o IASB emitiu outras alterações e melhorias anuais às IFRS Accounting Standards, incluindo aprimoramentos pontuais relacionados a instrumentos financeiros e demonstração dos fluxos de caixa, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Administração avaliou tais alterações e concluiu que sua adoção no exercício de 2025 não resultou em impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

5. Gestão de risco financeiro

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Os principais fatores de risco aos quais o Grupo está exposto refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são endereçados pelo modelo de gestão do Grupo.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

O Grupo possui práticas de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado – Câmbio	Ativos e passivos em moeda estrangeira	Avaliação de sensibilidade	Swap cambial
Risco de mercado – taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Avaliação de sensibilidade	Política de aplicação financeira de baixo risco pós fixada, bem como contratos de empréstimos pós fixados
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento; Avaliação de crédito.	Diversificação das instituições financeiras; Robusta política de análise de liberação de crédito; Monitoramento dos limites de crédito/ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos financeiros	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de variações adversas em fatores financeiros, incluindo preços de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros, que podem impactar os resultados e a posição financeira da Companhia.

(b) Risco de taxas de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com instrumentos financeiros derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As taxas de juros dos ativos e passivos financeiros estão substancialmente atreladas às variações do CDI. A Companhia entende que o montante de dívida líquida está sujeito às variações dessa taxa, no entanto não espera efeitos relevantes em decorrências de possíveis flutuações significativas nesse indicador.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação das taxas de juros às quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base nas variações dos indexadores (CDI em 11,90%) para os próximos doze meses (taxa anual ao final do exercício) conforme projeções divulgadas no Boletim Focus também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento. A análise foi elaborada apenas para a variação exposta ao indexador, e não considera os juros pré-fixados.

A exposição de juros e a correspondente análise de sensibilidade estão demonstrados a seguir:

Controladora		Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco	Saldo exposto 2025	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	428.773	22.832	34.248	45.664	57.080	68.496
Empréstimos	CDI	(211.788)	(11.278)	(16.917)	(22.555)	(28.194)	(33.833)
Debêntures	CDI	(2.032.695)	(108.241)	(162.362)	(216.482)	(270.603)	(324.723)
Obrigações por Aquisição de investimentos	CDI	(663.987)	(35.357)	(53.036)	(70.715)	(88.393)	(106.072)
Exposição CDI		(2.479.697)	(132.044)	(198.067)	(264.088)	(330.110)	(396.132)

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Consolidado		Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco	Saldo exposto 2025	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	513.640	27.351	41.027	54.703	68.378	82.054
Empréstimos	CDI	(337.692)	(17.982)	(26.973)	(35.964)	(44.955)	(53.946)
Debêntures	CDI	(3.081.161)	(164.072)	(246.108)	(328.144)	(410.180)	(492.215)
Obrigações por Aquisição de investimentos	CDI	(708.241)	(37.714)	(56.571)	(75.428)	(94.285)	(113.141)
Exposição CDI		(3.613.454)	(192.417)	(288.625)	(384.833)	(481.042)	(577.248)

Controladora		Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco	Saldo exposto 2024	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	694.312	51.483	77.225	102.966	128.708	154.450
Empréstimos	CDI	(180.611)	(13.392)	(20.088)	(26.785)	(33.481)	(40.177)
Debêntures	CDI	(2.398.927)	(177.880)	(266.821)	(355.761)	(444.701)	(533.641)
Obrigações por Aquisição de investimentos	CDI	(672.607)	(49.874)	(74.811)	(99.748)	(124.685)	(149.621)
Exposição CDI		(2.557.833)	(189.663)	(284.495)	(379.328)	(474.159)	(568.989)

Consolidado		Sensibilidade – (despesa)/receita no resultado do exercício					
Operação	Risco	Saldo exposto 2024	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Aplicações Financeiras	CDI	999.738	74.131	111.196	148.261	185.326	222.392
Empréstimos	CDI	(416.991)	(30.920)	(46.380)	(61.840)	(77.300)	(92.760)
Debêntures	CDI	(3.434.017)	(254.632)	(381.949)	(509.265)	(636.581)	(763.897)
Obrigações por Aquisição de investimentos	CDI	(683.438)	(50.677)	(76.015)	(101.354)	(126.692)	(152.031)
Exposição CDI		(3.534.708)	(262.098)	(393.148)	(524.198)	(655.247)	(786.296)

(c) Risco de taxas de câmbio

O risco de taxas de câmbio refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio que possam impactar seus ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. Essa exposição decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos contratados junto a instituições financeiras ou partes relacionadas, bem como de saldos a receber e obrigações com fornecedores no exterior. A Companhia monitora de forma contínua a volatilidade das taxas de câmbio e seus potenciais efeitos sobre as demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Contas a receber de clientes (EUR)	-	-	50	305
Contas a receber de clientes (USD)	285	-	2.811	5.125
Outros ativos (USD)	2.138	3.625	3.187	7.250
Total Ativo	2.423	3.625	6.048	12.680
Passivo				
Fornecedores (USD)	(17.615)	(22.960)	(23.487)	(30.659)
Empréstimos e financiamentos (USD)	-	-	(90.529)	(177.624)
Instrumentos financeiros derivativos (valores <i>notional</i>) (USD)	-	-	90.529	177.624
Total Passivo	(17.615)	(22.960)	(23.487)	(30.659)
Exposição Líquida	(15.192)	(19.335)	(17.439)	(17.979)

* Como mencionado na Nota 5.3, o Grupo contratou instrumentos derivativos para proteger seus fluxos de caixa contra variações cambiais relacionadas a esses empréstimos.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Sensibilidade a taxa de câmbio:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade da variação cambial a qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data dos balanços, foram definidos 05 cenários diferentes. O cenário provável foi estimado com base na variação cambial projetada para os próximos 12 meses, tendo como base o saldo em moedas estrangeiras na data dos balanços e as cotações do Dólar e do Euro divulgados pelo Boletim Focus (USD equivalente a R\$ 5,35 e EUR equivalente a R\$ 6,42) também para os próximos 12 meses. A partir do cenário provável foram determinados cenários com variações de 25% e 50%, de redução e de 25% e 50% de aumento.

							Controladora
Operação	Risco	2025	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	2.423	(1.239)	(648)	(56)	536	1.128
Passivos	USD	(17.615)	9.010	4.708	406	(3.896)	(8.199)
Total líquido		(15.192)	7.771	4.060	350	(3.360)	(7.071)

							Consolidado
Operação	Risco	2025	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	5.998	(3.068)	(1.603)	(138)	1.327	2.792
Passivos	USD	(114.016)	58.322	30.475	2.628	(25.219)	(53.066)
Derivativos	USD	90.529	(46.308)	(24.197)	(2.086)	20.024	42.135
		(17.489)	8.946	4.675	404	(3.868)	(8.139)
Ativos	EUR	50	(25)	(13)	-	12	25
		50	(25)	(13)	-	12	25
Total líquido		(17.439)	8.921	4.662	404	(3.856)	(8.114)

							Controladora
Operação	Risco	2024	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	3.625	(1.813)	(907)	(302)	(76)	(15)
Passivos	USD	(22.960)	11.480	5.740	1.913	478	96
Total líquido		(19.335)	9.667	4.833	1.611	402	81

							Consolidado
Operação	Risco	2024	Queda 50%	Queda 25%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Ativos	USD	12.375	(6.188)	(3.094)	(1.031)	(258)	(52)
Passivos	USD	(208.283)	104.142	52.071	17.357	4.339	868
Derivativos	USD	177.624	(88.812)	(44.406)	(14.802)	(3.701)	(740)
		(18.284)	9.142	4.571	1.524	380	76
Ativos	EUR	305	(153)	(77)	(26)	(7)	(1)
		305	(153)	(77)	(26)	(7)	(1)
Total líquido		(17.979)	8.989	4.494	1.498	373	75

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, decorrentes principalmente dos recebíveis de clientes. Parcela majoritária dos clientes do Grupo tem relacionamento superior a mais de um ano e não há cliente que individualmente represente mais que 10% das receitas. A gestão do risco de crédito do Grupo em relação a clientes tem como prática a análise da situação financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto. O direcionamento dos negócios é tratado em reuniões para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

Os demais ativos aos quais o Grupo está exposto ao risco de crédito são: (i) caixa e equivalentes de caixa; e (ii) aplicações financeiras e (iii) instrumentos derivativos. O Grupo gerencia o risco de crédito considerando que os principais ativos financeiros estão localizados no país, possuem um histórico irrelevante de perda, e os equivalentes de caixa estão aplicados em instituições financeiras consideradas pela Administração de baixo risco.

A exposição máxima ao risco de crédito corresponde aos valores contábeis dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras, conforme apresentados nas respectivas notas explicativas. O Grupo monitora continuamente a carteira por faixa de vencimento e perfil de cliente, constituindo provisão para perdas esperadas conforme política descrita na Nota Explicativa 3.3.1 (c). A composição da carteira por vencimento por faixa de atraso encontra-se divulgada na Nota Explicativa 8. Como regra geral, o Grupo registra provisão integral dos títulos vencidos em prazo superior a 210 dias para clientes privados e 730 dias para clientes públicos sem garantias reais, avaliando o histórico de perda / risco de cada cliente e expectativa de perdas futuras.

(e) Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar interrupções em suas operações.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas pela área de tesouraria, além das práticas de capital de giro.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas a qualquer momento, a fim de que o Grupo não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas sobre o balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os quadros abaixo apresentam a análise de liquidez dos passivos financeiros e arrendamentos por vencimento e consideram os fluxos de pagamentos não descontados:

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Controladora					
Em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	2.651.233	-	-	-	2.651.233
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	3.639	-	-	-	3.639
Empréstimos e financiamentos	70.543	85.230	94.721	-	250.494
Debêntures	931.416	835.039	604.718	-	2.371.173
Obrigações por aquisição de investimento	128.380	210.991	198.148	194.859	732.378
Obrigações com sócios vendedores	14.097	6.041	16.148	-	36.286
Passivos de arrendamento	83.028	59.382	62.787	53.375	258.572
Outros passivos financeiros	123.968	-	-	-	123.968
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.006.304	1.344.907	1.023.157	53.375	6.427.743
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	1.924.445	-	-	-	1.924.445
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	24.367	-	-	-	24.367
Empréstimos e financiamentos	171.113	127.589	111.656	10.644	421.002
Debêntures	993.068	835.039	1.765.997	-	3.594.104
Obrigações por aquisição de investimento	151.595	213.208	210.150	206.237	781.190
Obrigações com sócios vendedores	14.097	6.041	16.148	-	36.286
Passivos de arrendamento	98.421	106.228	122.814	102.731	430.194
Outros passivos financeiros	110.910	-	-	-	110.910
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.488.016	1.196.712	2.243.365	394.405	7.322.498
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	2.354.933	-	-	-	2.354.933
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	13.238	-	-	-	13.238
Empréstimos e financiamentos	46.584	84.556	78.868	-	210.008
Debêntures	237.953	1.893.029	602.577	-	2.733.559
Obrigações por aquisição de investimento	122.302	428.165	194.953	-	745.420
Obrigações com sócios vendedores	1.565	670	-	-	2.235
Passivos de arrendamento	70.182	55.548	50.036	62.554	238.320
Outros passivos financeiros	131.421	-	-	-	131.421
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.978.178	2.461.968	926.434	62.554	6.429.134
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2024	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores	1.843.848	-	-	-	1.843.848
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	62.783	-	-	-	62.783
Empréstimos e financiamentos	176.285	221.882	95.574	10.357	504.098
Debêntures	283.541	1.893.029	1.731.478	-	3.908.048
Obrigações por aquisição de investimento	122.302	432.965	202.157	-	757.424
Obrigações com sócios vendedores	1.565	670	-	-	2.235
Passivos de arrendamento	88.448	85.650	78.314	70.184	322.596
Outros passivos financeiros	143.426	-	-	-	143.426
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.722.198	2.634.196	2.107.523	80.541	7.544.458

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo**5.2. Instrumentos financeiros por categoria**

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Ativo</u>	Categoria de instrumento financeiro				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	443.827	475.683	573.643	543.666
Aplicações financeiras	Custo amortizado	73.640	270.004	84.920	586.495
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	1.936.720	1.873.880	2.025.606	2.092.133
Dividendos a receber	Custo amortizado	13.848	4.725	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	-	1.773	8.953
Outros ativos	Custo amortizado	312.428	212.564	84.122	121.161
Total		2.780.463	2.836.856	2.770.064	3.352.408
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	2.651.233	2.354.933	1.924.445	1.843.848
Fornecedores - <i>reverse factoring</i>	Custo amortizado	3.639	13.238	24.367	62.783
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	211.788	180.611	359.225	438.387
Debêntures	Custo amortizado	2.032.695	2.398.927	3.081.161	3.434.017
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	-	3.603	911
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	258.572	238.320	430.194	322.596
Obrigações por aquisição de investimentos		663.987	672.607	708.241	683.438
Outras contraprestações	Custo amortizado	663.987	664.783	684.241	675.614
Contraprestação contingente	Valor justo por meio do resultado	-	7.824	24.000	7.824
Outros passivos	Custo amortizado	123.968	131.421	110.910	143.426
Total		5.945.882	5.990.057	6.642.146	6.929.406

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo seu custo amortizado representa uma aproximação de seu valor justo pelo fato de que esses instrumentos possuem vencimentos de curto prazo, estão majoritariamente atrelados a taxas de mercado pós-fixadas (como CDI) ou são renegociados com frequência em condições de mercado.

A tabela abaixo apresenta a classificação dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por hierarquia de mensuração. Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve alteração entre os três níveis de hierarquia:

		Controladora		Consolidado	
Nível hierárquico		2025	2024	2025	2024
<u>Ativo</u>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	1.773	8.953
Total		-	-	1.773	595.448
		Controladora		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
<u>Passivo</u>					
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	-	3.603	911
<u>Obrigações por aquisição de investimentos</u>					
Contraprestação contingente	3	-	7.824	24.000	7.824
Total		-	7.824	27.603	8.735

Nível 2 - Utiliza preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os dados são observáveis. Nesse nível estão classificados os investimentos em instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados por modelos de precificação conhecidos. Os dados observáveis são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e taxas de câmbio.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contraprestação contingente mensurada ao valor justo – Nível 3

Em relação às aquisições realizadas em 2025, o Grupo concordou em pagar aos ex-proprietários uma contraprestação adicional dependente do alcance das metas de desempenho nos períodos pós-aquisição. Esses períodos de performance têm duração de até 6 anos e serão liquidados em dinheiro na data de seu pagamento ao atingir as metas relevantes, conforme pactuado em cada contrato, sendo que o cálculo é realizado pela expectativa da administração de atingimento dessas metas.

A contraprestação contingente foi calculada com base na expectativa do Grupo sobre o que pagará em relação ao desempenho pós-aquisição das entidades adquiridas, ponderando a probabilidade de pagamentos para estimar sua obrigação.

Técnicas de avaliação:

A contraprestação contingente (*earn-out*) decorrente da aquisição da controlada foi mensurada com base na estimativa dos benefícios econômicos futuros esperados, fundamentada pela economia dos custos operacionais relacionados às despesas de frete.

A metodologia de avaliação calcula a representatividade dos custos e despesas do frete sobre a receita, em conformidade com os termos e condições contratuais. As premissas utilizadas refletem a melhor estimativa da Administração na data da aquisição.

Dados significativos não observáveis:

Data de aquisição	Entidades	Contraprestação contingente	Técnica de valuation	Input	Cap
07/05/2025	DFLog - Transportes de Cargas Ltda.	24.000	Estimativa de Saving	Despesas de frete	24.000

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas diferenças relevantes na determinação do valor justo da contraprestação contingente.

5.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio em empréstimos em moeda estrangeira. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente novamente mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento.

	Consolidado			
	2025		2024	
	Valor Nocial - R\$	Valor Justo	Valor Nocial - R\$	Valor Justo
Ativo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos – Swap	21.756	1.773	92.525	8.953
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos – Swap	68.773	(3.603)	85.099	(911)
Exposição Líquida	90.529	(1.830)	177.624	8.042

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Cremer S.A. mantém três contratos de empréstimo denominados em dólar norte-americano. Para administrar a exposição às variações cambiais e de juros, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos de swap, com valores nominais e vencimentos compatíveis com os respectivos empréstimos.

Em cada swap, o Grupo paga a variação do dólar acrescida dos juros contratuais dos empréstimos (USD + juros) e recebe juros indexados à taxa CDI sobre o valor nominal em reais. Dois contratos, de USD 6.323 mil cada, possuem remuneração em dólar equivalente a USD + 3,74% a.a. e, na ponta em reais, CDI + 1,55% a.a., com vencimento em maio/2027; um contrato, de USD 3.807 mil, possui remuneração em dólar equivalente a USD + 1,46% a.a. e, na ponta em reais, CDI + 2,00% a.a., com vencimento em outubro/2026.

6. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa do Grupo compreendem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de caixa e depósitos bancários à vista não era material individualmente, sendo os equivalentes de caixa representados, substancialmente, por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com liquidez imediata, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento médio equivalente a 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (102% em 31 de dezembro de 2024).

A exposição da Companhia a riscos financeiros, incluindo risco de taxa de juros, bem como a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros, são divulgadas na Nota Explicativa 5.1.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixas e bancos	88.694	51.375	144.923	130.423
Aplicações financeiras	355.133	424.308	428.720	413.243
Total	443.827	475.683	573.643	543.666

7. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras do Grupo correspondem a Certificados de Depósito Bancário (CDBs), mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, com liquidez superior a 90 dias, sendo classificadas como mensuradas ao custo amortizado, considerando que é possível que sejam mantidas até o vencimento, podendo, no entanto, ser utilizadas para outros propósitos, de acordo com a política financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras apresentavam rendimento médio equivalente a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (102% em 31 de dezembro de 2024) e totalizavam R\$ 73.640 na controladora e R\$ 84.920 no consolidado (R\$ 270.004 na controladora e R\$ 586.495 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

As exposições da Companhia a riscos de taxa de juros, bem como a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros, são divulgadas na Nota Explicativa 5.1.

8. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas pelo valor nominal das transações, líquidas da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. A exposição ao risco de crédito e as estimativas de perdas são monitoradas periodicamente conforme os critérios descritos na Nota Explicativa 3.3.1 (c).

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo**(a) Composição do saldo**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes no país	1.759.693	1.810.537	2.155.268	2.225.058
Contas a receber de clientes do exterior	285	-	2.861	5.430
Partes relacionadas (Nota Explicativa 21)	278.688	165.286	-	1
(-) Provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(101.946)	(101.943)	(132.523)	(138.356)
Total	1.936.720	1.873.880	2.025.606	2.092.133
Ativo circulante	1.918.949	1.857.450	2.007.835	2.075.703
Ativo não circulante	17.771	16.430	17.771	16.430

(b) Faixas de vencimento

A Companhia realiza a avaliação de risco de crédito segmentada entre setores público e privado, sem dependência de clientes individualmente significativos. A composição por faixas de vencimento, antes da dedução da provisão, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a vencer	1.714.674	1.780.420	1.726.728	1.825.858
Vencidos				
Até 30 dias	103.899	17.203	124.802	148.985
Entre 31 e 60 dias	25.334	21.995	32.940	31.505
Entre 61 e 90 dias	17.694	10.615	24.785	15.944
Entre 91 e 180 dias	38.698	36.495	50.745	51.285
Entre 181 e 360 dias	45.167	90.585	61.537	117.793
Acima de 361 dias	93.200	18.510	136.592	39.119
Total	2.038.666	1.975.823	2.158.129	2.230.489

(c) Provisões para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Os critérios adotados pelo Grupo para estimar a necessidade de provisões estão descritos nas Notas Explicativas 3.3.1 (c) e 5.1 (d). Além da avaliação por faixa de vencimento, a Companhia realiza uma avaliação de risco de crédito para clientes dos setores público e privado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida no resultado provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.279 na controladora e R\$ 26.779 no consolidado (R\$ 82.279 e R\$ 109.936, respectivamente, em 2024), refletindo a aplicação da metodologia de perda esperada.

A movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	101.943	19.343	138.356	28.420
Incorporação (Nota Explicativa 12 d)	136	321	-	-
Constituição	20.279	93.020	26.779	122.330
Reversão	-	(10.741)	-	(12.394)
Baixas definitivas	(20.412)	-	(32.612)	-
Saldo no final do exercício	101.946	101.943	132.523	138.356

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Do saldo consolidado em 31 de dezembro de 2025, R\$ 939 referem-se a clientes do setor público e R\$ 131.584 a clientes do setor privado, evidenciando que a exposição ao risco de crédito permanece substancialmente concentrada na carteira privada.

A provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é reconhecida no resultado. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Outros aspectos que são considerados pela Companhia na avaliação da provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa estão baseados na avaliação do negócio, principalmente relacionada ao rápido recebimento desses ativos e ao grande volume de clientes, sem dependência de clientes individualmente significativos.

A exposição ao risco de crédito e as estimativas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa estão apresentadas nas tabelas acima.

(d) Cessão de créditos

O Grupo realizou a cessão de parte de suas contas a receber, sem direito de regresso, a bancos e a administradoras de cartão de crédito, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, as contas a receber cedidas deixam de ser reconhecidas quando a Companhia transfere o controle e, substancialmente, todos os riscos e benefícios para o comprador. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo correspondente a essas operações é de R\$ 241.841 na controladora e R\$ 248.624 no consolidado (R\$ 93.569 na controladora e R\$ 101.532 no consolidado, em 31 de dezembro de 2024). O valor foi baixado do saldo de contas a receber no balanço, pois todos os riscos e benefícios relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos.

(e) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha parcelas de suas contas a receber dadas em garantia fiduciária para suporte a contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. O montante comprometido totaliza R\$ 1.089.391 na Controladora e R\$ 1.110.207 no Consolidado (R\$ 157.560 e R\$ 193.609 em 2024).

9. Estoques

Os estoques do Grupo são compostos por mercadorias para revenda, produtos acabados, produtos em elaboração, matérias-primas, materiais de embalagem e outros materiais, apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme CPC 16 e IAS 2.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercadorias para revenda e produtos acabados	1.267.786	1.417.787	1.460.750	1.640.447
Produtos em elaboração	3.551	1.379	26.580	25.065
Matérias-primas	27.892	17.871	117.411	97.140
Material de embalagem	14.479	28.836	28.553	41.118
Outros materiais	6.398	7.365	24.805	23.692
(-) Provisão para perdas de estoques	(600)	(94.763)	(1.273)	(108.315)
Total	1.319.506	1.378.475	1.656.826	1.719.147

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

A movimentação da provisão para perdas de estoques é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	94.763	67	108.315	130
Constituição de provisão para perdas de estoques	12.891	157.746	17.160	182.645
Baixa para perdas	(107.054)	(63.050)	(124.202)	(74.460)
Total	600	94.763	1.273	108.315

A provisão para perdas de estoques apresentou redução significativa em 2025 em razão da constituição pontual realizada em 2024, decorrente do processo de revisão ampla de práticas operacionais, integração de empresas adquiridas e fortalecimento de controles, conforme mencionado no Contexto Operacional, Nota Explicativa 1. Esses ajustes não recorrentes resultaram em provisões substanciais no exercício anterior, que não se repetiram em 2025. As baixas correspondentes foram registradas oportunamente no resultado, à medida que os estoques obsoletos, vencidos, deteriorados ou sem perspectiva de realização foram efetivamente identificados e baixados.

A baixa para perdas refere-se a itens de estoque que não estão mais disponíveis para venda, seja por obsolescência, data de validade expirada ou deterioração, sendo ajustada de forma criteriosa para refletir o valor recuperável dos estoques.

Conforme CPC 16 e IAS 2, a provisão para perdas com estoques é realizada levando em consideração o menor valor entre o de custo e o valor recuperável líquido. As despesas com a constituição da provisão para perda dos estoques inerentes ao processo produtivo são registradas na demonstração do resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”. Eventuais perdas anormais de estoques, quando ocorridas de forma excepcional e sem recorrência no curso normal dos negócios da empresa, são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de “outras despesas operacionais”.

(a) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há estoques dados em garantias de empréstimos, financiamentos, debêntures ou processos judiciais.

10. Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os tributos a recuperar do Grupo compreendem os créditos gerados nas operações de compra de insumos, bens do ativo imobilizado e pagamentos antecipados de impostos sobre o lucro. Estes ativos são mensurados ao valor de custo, acrescidos de atualizações monetárias (Selic) quando aplicável, conforme a natureza do crédito e a expectativa de realização frente às projeções de débitos tributários futuros da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	292.080	202.438	320.560	228.128
Imposto de Renda e Contribuição Social – IRPJ e CSLL (ii)	55.758	51.165	66.204	61.278
Imposto de renda e contribuição social - Indébito Tributário (iii)	598	598	641	4.819
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS (iv)	1.968	10.011	4.953	12.616
Outros	2.404	11.006	5.889	16.271
Total	352.808	275.218	398.247	323.112
Ativo circulante	231.701	201.116	271.020	241.632
Ativo não circulante	121.107	74.102	127.227	81.480

(i) Referem-se, substancialmente, a créditos gerados na aquisição de insumos e materiais. De forma residual, incluem também créditos sobre o ativo imobilizado, apropriados à razão de 1/48 avos, conforme legislação vigente.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(ii) Refere-se substancialmente a antecipações e retenções na fonte sobre aplicações financeiras. A Companhia estima a compensação integral destes saldos nos exercícios seguintes contra os impostos correntes apurados.

(iii) Refere-se à decisão do STF no RE 1.063.187 (Tema 962), de 24 de setembro de 2021, que reconheceu a inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL sobre a taxa Selic na repetição de indébito. Com base no CPC 32 (ICPC 22), a Companhia registrou os créditos para as empresas do grupo com mandados de segurança em curso sob o rito de repercussão geral.

(iv) Referem-se a créditos tributários originados de ações judiciais transitadas em julgado, sobre os quais o Grupo estima a possibilidade de compensação com tributos federais, de acordo com a legislação vigente.

11. Outros ativos

Os outros ativos compreendem adiantamentos a terceiros, partes relacionadas e funcionários, além de ativos supervenientes e despesas reembolsáveis decorrentes de contratos de prestação de serviços. Estes ativos são registrados pelo valor nominal das transações e revisados periodicamente quanto à sua recuperabilidade.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamentos a terceiros (i)	13.652	26.888	17.207	59.892
Adiantamentos a partes relacionadas (Nota Explicativa 21)	79.569	67.485	-	-
Adiantamentos a funcionários	5.277	1.091	8.373	2.262
Prêmios de seguros	7.843	8.154	17.918	11.427
Contas a receber relacionadas à venda de imóveis (ii)	-	-	12.047	10.786
Valores a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 21)	180.146	77.258	168	130
Ativo superveniente (iii)	14.132	15.291	14.132	15.291
Despesas reembolsáveis (iv)	8.806	10.462	8.968	10.462
Outros	3.003	5.935	5.309	10.911
Total	312.428	212.564	84.122	121.161
Ativo circulante	233.191	196.353	57.224	93.181
Ativo não circulante	79.237	16.211	26.898	27.980

(i) Referem-se, substancialmente, a antecipações a fornecedores para aquisição de mercadorias para revenda e bens destinados ao ativo imobilizado.

(ii) Refere-se ao saldo remanescente da alienação de dois terrenos pela controlada indireta CAB, por meio da controlada Cremer, ocorrida em 2019. Em 02 de abril de 2024, após a lavratura da Escritura Pública de Compra e Venda, a Companhia recebeu R\$ 20.965. O montante remanescente, originalmente de R\$ 10.000, encontra-se retido em conta Escrow, atualizado pela variação do CDI, totalizando R\$ 12.047 na data-base, e classificado no ativo não circulante, uma vez que sua liberação está condicionada à conclusão de processo judicial para a substituição da hipoteca incidente sobre o imóvel.

(iii) Refere-se a créditos de carteira de cobrança cujos direitos econômicos pertencem aos antigos sócios, conforme acordo de acionistas. A Companhia atua como custodiante, sendo que os valores recuperados são repassados aos beneficiários, com o passivo correspondente registrado na Nota Explicativa 16 (c).

(iv) Refere-se aos gastos com os programas de Suporte ao Paciente (PSP) e Suporte ao Diagnóstico (PSD) junto a laboratórios, cujos valores são integralmente reembolsados conforme previsão contratual.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



12. Investimentos

Os investimentos da Companhia referem-se, substancialmente, a participações societárias em controladas e coligadas, as quais são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme estabelecido pelo CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Eles são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e, subsequentemente, ajustados pela participação da Companhia no resultado e nas demais mutações do patrimônio líquido das investidas, bem como pelos efeitos decorrentes da identificação de mais-valias e do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), quando aplicável.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Composição dos investimentos em controladas e coligadas

A composição dos investimentos da Companhia em controladas e coligadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	Participação	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido de acordo com os livros da controlada	Ágio na aquisição das controladas	Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis – Marca	Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis - Carteira de clientes	Valor justo de ativos imobilizados	Valor justo de estoques e ativos destinados a venda	Valor justo de acordo de não competição	Valor justo dos ativos intangíveis - Imposto de Renda Diferido	Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos	Realização dos impostos diferidos	Outras movimentações	Patrimônio líquido ajustado
APIJÃ	100%	6.546	7.974	981	490	6.704	2.964	717	1.064	-	(7.122)	-	-	13.772
APORTE	100%	1.488	-	10.785	262	2.475	100	-	1.743	-	(2.648)	-	-	12.717
BOXI SOLUÇÕES	100%	(573)	(1.685)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.685)
BOXIFARMA	100%	(8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CM CAMPINAS	100%	(587)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CM MEDICAMENTOS	100%	(3.910)	(17.103)	28.761	10.444	10.862	-	-	1.807	-	(6.001)	-	-	28.770
CMH PARTICIPAÇÕES	100%	(19.809)	(4.339)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.339)
CREMER	100%	(22.865)	181.499	203.967	107.079	66.225	9.141	-	-	(52.716)	(77.576)	17.074	-	454.693
FAMAP	100%	14.790	-	34.991	1.105	19.282	1.350	-	4.266	-	(11.802)	-	(1)	49.191
FAR.ME	100%	(5.173)	(552)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(552)
HEALTH LOG	100%	(7.704)	(17.485)	16.042	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.443)
HOSP-PHARMA	100%	1.307	14.133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.133
LABORSYS	100%	1.577	3.601	6.033	595	2.097	2.411	426	595	-	(3.309)	-	-	12.449
LIFE	100%	(5.438)	-	111.510	2.408	28.649	956	-	9.806	-	(18.451)	-	-	134.878
MACROMED	100%	3.622	10.709	10.540	640	16.599	6.827	-	2.021	-	(11.140)	-	-	36.196
NUTRIFICA	100%	(107)	-	19.757	383	6.854	378	-	2.246	-	(3.880)	-	(1)	25.737
PHD	100%	(2.731)	20.547	21.321	1.825	17.953	798	-	7.132	-	(11.174)	-	(2)	58.400
PROINFUSION	100%	(2.060)	98.611	180.331	15.596	64.416	3.086	-	36.382	-	(56.025)	-	(1)	342.396
TECNOCOLD	100%	(10)	5.565	-	-	9.855	-	-	-	-	(5.092)	-	1	10.329
VITALAB	100%	3.589	9.989	11.843	265	5.946	185	-	1.144	-	(4.123)	-	1	25.250
X-FARMÁCIA	30%	(1.003)	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180
TOTAL INVESTIMENTOS 12/2025		(39.059)	311.644	656.862	141.092	257.917	28.196	1.143	68.206	(52.716)	(218.343)	17.074	(3)	1.211.072
TOTAL INVESTIMENTOS 12/2024		(77.324)	443.146	665.531	142.195	258.576	28.452	1.143	68.898	(52.716)	(170.536)	13.581	-	1.398.270

O patrimônio líquido ajustado das investidas contempla, quando aplicável, os efeitos de ágio por expectativa de rentabilidade futura e das mais-valias atribuídas aos ativos e passivos identificáveis adquiridos em combinações de negócios, tais como marcas, carteira de clientes, acordos de não competição, ativos imobilizados, estoques e respectivos impostos diferidos.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em conformidade com o CPC 18 (IAS 28), os investimentos em controladas que apresentaram patrimônio líquido negativo ao final do exercício foram reclassificados para o passivo não circulante, no grupo “Provisão para perdas com investimentos”, totalizando R\$ 6.576 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 3.200 em 31 de dezembro de 2024). No consolidado, o montante de R\$ 552 refere-se à investida Far.me.

Movimentação dos investimentos em controladas e coligadas

A movimentação dos investimentos ao longo do exercício está apresentada a seguir, evidenciando os efeitos da equivalência patrimonial, amortização das mais-valias identificadas, reorganizações societárias, dividendos, aportes de capital e demais eventos ocorridos no período:

	Saldo inicial em 01 de janeiro	Patrimônio líquido adquirido	Baixa por Incorporação / Venda	Resultado com operações encerradas / baixa por encerramento	Valor justo de ativos imobilizados	Valor justo de Software	Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis - Carteira de clientes	Valor justo dos ativos intangíveis identificáveis – Marca	Valor justo de acordo de não competição	Ágio	Transferência do imposto de renda diferido	Aumento de capital em controlada	Dividendos (propostos/pagos) revertidos no exercício (i)	Resultado equivalência patrimonial e efeitos de mais valia:			Saldo final em 31 de dezembro de 2025
														Equivalência patrimonial	Amortização do valor justo de ativos e passivos adquiridos (ii)	Outras movimentações	
APIJÃ	21.535	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.740)	6.546	(1.569)	-	13.772
APORTE (iv)	16.974	-	(4.972)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.488	(776)	3	12.717
BOXI SOLUÇÕES	(1.111)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(573)	-	(1)	(1.685)
BOXIFARMA (iii)	(1.798)	-	1.803	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	3	-
CM CAMPINAS (iii)	6.919	-	233	-	-	-	(1.023)	(951)	-	(4.443)	-	-	-	(587)	(149)	1	-
CM MEDICAMENTOS	33.657	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.910)	(978)	1	28.770
CMH PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.470	-	(19.809)	-	-	(4.339)
CREMER	500.775	-	-	-	(256)	-	-	-	-	-	3.493	-	-	(22.865)	(10.276)	(16.178)	454.693
FAMAP (iv)	82.720	-	(11.647)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.216)	14.790	(3.453)	(3)	49.191
FAR.ME	(3.200)	-	-	(5.173)	-	-	-	-	-	-	-	7.821	-	-	-	-	(552)
HEALTH LOG	(14.734)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.000	-	(7.704)	-	(5)	(1.443)
HOSP-PHARMA (iv)	-	14.920	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.094)	1.307	-	-	14.133
LABORSYS	12.646	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.068)	1.577	(707)	1	12.449
LIFE (iv)	193.322	-	(44.471)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	(5.438)	(5.537)	2	134.878
MACROMED	44.315	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.012)	3.622	(2.728)	(1)	36.196
NUTRIFICA (iv)	30.400	-	(3.297)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	(1.257)	(2)	25.737
PHD	64.661	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.731)	(3.528)	(2)	58.400
PROINFUSION	368.318	-	-	-	-	-	949	-	53	(4.223)	-	-	(3.404)	(2.060)	(17.236)	(1)	342.396
TECNOCOLD	10.833	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10)	(494)	-	10.329
VITALAB	30.855	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.589)	3.589	(602)	(3)	25.250
X-FARMÁCIA	1.183	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.003)	-	-	180
TOTAL INVESTIMENTOS 12/2025	1.398.270	14.920	(62.351)	(5.173)	(256)	-	(74)	(951)	53	(8.666)	3.493	44.291	(73.123)	(33.886)	(49.290)	(16.185)	1.211.072
TOTAL INVESTIMENTOS 12/2024	2.043.632	-	(75.150)	423	(58)	(9.274)	(38.175)	-	(5.710)	(69.886)	3.700	57.910	(288.154)	(167.447)	(57.069)	3.528	1.398.270

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (i) As controladas ao final de cada exercício propõe os dividendos conforme seus estatutos. Os mesmos podem ser ratificados ou não pelas assembleias ordinárias que aprovam tais dividendos.
- (ii) Os valores de amortização de mais-valias das entidades controladas, que até dezembro de 2025 totalizaram R\$ 49.920 na controladora, são considerados como depreciação de imobilizado e amortização de intangível no consolidado nas notas explicativas 13 e 14.
- (iii) Em decorrência da incorporação da Boxifarma e CM Campinas realizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme a Nota Explicativa 12 (e), o saldo de R\$ 6.417 registrado como ágio e mais-valias de carteira de clientes e acordo não competição na Controladora passaram a ser tratados como bens intangíveis, conforme visto na Nota Explicativa 14.
- (iv) A movimentação registrada na nota explicativa de investimentos da Controladora decorre da reorganização societária intragrupo realizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na Nota Explicativa 12 (f), a qual envolveu a venda e aquisição de participações societárias entre entidades sob controle comum, sem alteração do controle final do Grupo e sem impactos no resultado consolidado.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Informações financeiras resumidas das controladas e coligadas

As informações financeiras resumidas das principais controladas e coligadas da Companhia, utilizadas para fins de aplicação do método da equivalência patrimonial, estão apresentadas a seguir:

	2025					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro líquido
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	63.403	4.072	45.506	1.422	20.547	(2.731)
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	15.403	3.725	11.046	108	7.974	6.546
Aporte Nutricional Ltda.	4.021	3.285	2.318	1.505	3.483	(133)
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	633	-	515	-	118	64
Boxi Soluções em Saúde Ltda.	260	64	2.009	-	(1.685)	(573)
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	-	-	-	-	-	(8)
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	-	-	-	-	(587)
CM Medicamentos Especiais Ltda.	53.968	6.943	75.658	2.356	(17.103)	(3.910)
CMH Participações Ltda.	1.988	26.366	32.178	515	(4.339)	(19.809)
Cremer Administradora de Bens Ltda	1.314	12.047	12.186	-	1.175	1.402
Cremer S.A.	1.462.596	521.924	592.849	1.210.172	181.499	(22.865)
DFLog - Transporte de Cargas Ltda.	19.472	87	10.554	-	9.005	579
Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda.	119	52	74	116	(19)	(3.356)
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	17.893	13.763	9.468	11.836	10.352	1.867
Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda.	410	(2)	952	8	(552)	(5.173)
Health Logística Hospitalar S.A.	79.049	83.832	161.319	19.047	(17.485)	(7.704)
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	28.760	65.771	15.318	65.080	14.133	2.093
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	12.724	1.950	10.522	551	3.601	1.577
LIFE - Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	53.784	12.179	20.083	1.489	44.391	(80)
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	15.945	7.176	11.599	813	10.709	3.622
Neve Indústria e Comércio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	32.489	14.231	23.762	850	22.108	(1.345)
Nutrifica Comércio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	9.261	2.100	8.271	-	3.090	(207)
Proinfusion S.A.	144.509	66.861	109.468	3.291	98.611	(2.060)
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	10.567	1.259	5.970	356	5.500	2.774
Solus soluções Estéreis S.A.	5.523	2.373	8.840	-	(944)	(2.466)
Teenocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	5.567	-	2	-	5.565	(10)
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	15.315	3.018	8.344	-	9.989	3.589
X Farmácia S.A.	3.196	2.205	1.624	2.712	1.065	(3.344)

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2024					
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro líquido
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	74.896	5.058	55.099	1.578	23.277	(10.368)
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	17.995	4.844	8.429	241	14.169	1.681
Aporte Nutricional Ltda.	3.529	2.836	1.351	1.534	3.480	(7)
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	2.596	9	2.550	-	55	(1.393)
Boxi - Serviços de Atenção à Saúde Ltda.	-	-	-	-	-	(15)
Boxi Soluções em Saúde Ltda.	713	76	1.900	-	(1.111)	(822)
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	1.197	-	2.993	-	(1.796)	(1.371)
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	5.079	1.797	4.988	1.534	354	(1.913)
CM Medicamentos Especiais Ltda.	46.257	8.257	63.748	3.960	(13.194)	(19.005)
Cremer Administradora de Bens Ltda	12.672	10.786	7	-	23.451	2.190
Cremer S.A.	1.485.454	442.552	529.088	1.178.140	220.778	(73.135)
Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda.	2.226	1.204	4.056	29.145	(29.771)	21.178
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	38.453	11.076	8.939	10.516	30.074	5.946
Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda.	3.689	(871)	5.615	18.603	(21.400)	45.060
FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda.	-	-	-	-	-	5.034
Health Logística Hospitalar S.A.	48.781	33.290	112.138	711	(30.778)	(18.371)
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	19.371	3.870	7.355	334	15.552	4.724
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	13.322	2.778	12.620	389	3.091	(1.607)
LIFE - Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	60.024	11.235	16.470	1.881	52.908	(9.233)
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	22.867	8.001	14.769	-	16.099	2.805
Neve Industria e Comércio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	30.952	16.576	21.919	2.156	23.453	604
Nutrifica Comércio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	7.452	2.625	6.429	243	3.405	(4.666)
Proinfusion S.A.	148.792	87.551	130.235	436	105.672	5.600
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	20.151	1.525	3.646	530	17.500	7.513
Solus soluções Estéreis S.A.	9.150	2.778	9.984	423	1.521	(88)
Tecnocold Locação de Espaços e Distribuição de Produtos Refrigerados Ltda.	5.574	2	-	-	5.576	(314)
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	17.711	4.195	6.913	-	14.993	(607)
X Farmácia S.A.	4.517	3.870	2.331	2.114	3.942	(5.927)

(c) Investimentos em coligadas

A Companhia detém participação de 30% na X Farmácia S.A. (“X Farmácia”), com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, cuja atividade principal consiste no comércio varejista de produtos farmacêuticos, sem manipulação de fórmulas.

A Companhia não detém o controle da X Farmácia, razão pela qual esse investimento é registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em conformidade com o CPC 18 (IAS 28).

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(d) Encerramento das atividades de controladas

Em 17 de dezembro de 2024, a Companhia tomou a decisão de encerrar as atividades de sua controlada Far.me e sua subsidiária Santa Cruz. A decisão foi aprovada pelo Conselho de Administração na mesma data, e o processo de encerramento das operações foi substancialmente concluído ao longo do exercício de 2025, havendo apenas gastos residuais e permanecendo em andamento os trâmites formais de baixa dos respectivos CNPJs.

A Companhia está conduzindo todas as ações necessárias para o encerramento ordenado das operações da Far.me e sua subsidiária Santa Cruz, incluindo a alienação de ativos, liquidação de passivos e cumprimento de todas as obrigações legais e regulatórias aplicáveis. Durante o período de transição, os efeitos contábeis do encerramento serão devidamente reconhecidos e divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com as normas contábeis vigentes. As referidas operações encerradas resultaram em uma perda de R\$ 5.173 em 2025 (perda de R\$ 45.060 em 2024).

(e) Incorporações

Em 03 de dezembro de 2025, a Companhia incorporou as suas controladas Boxifarma Soluções em Saúde Ltda. e CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda., conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de novembro de 2025 e em Assembleia Geral Extraordinária em 03 de dezembro de 2025. Os laudos de avaliação do patrimônio líquido contábil foram emitidos em 07 de novembro de 2025, tendo sido apurados por meio dos livros contábeis para a data-base de 30 de setembro de 2025. O valor dos ativos e passivos na data da incorporação ocorreu com saldos de 03 de dezembro de 2025.

O valor dos ativos e passivos incorporados na Controladora são demonstrados no quadro a seguir:

	Boxifarma	CM Campinas	Total
	03/12/2025	03/12/2025	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	551	102	653
Contas a receber de clientes	271	1.692	1.963
Tributos a recuperar	5	3	8
Outros ativos	386	154	540
Total do circulante	1.213	1.951	3.164
Não circulante			
Imobilizado	-	19	19
Outros ativos	-	200	200
Total do não circulante	-	219	219
Total do ativo	1.213	2.170	3.383
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	395	2.181	2.576
Tributos a recolher	1	6	7
Adiantamentos de clientes	1	-	1
Partes relacionadas	2.450	-	2.450
Outros passivos	169	216	385
Total do circulante	3.016	2.403	5.419
Patrimônio líquido	(1.803)	(233)	(2.036)
Total do passivo	1.213	2.170	3.383

Com as incorporações, as mais-valias dos ativos intangíveis e imobilizados derivados da combinação de negócio da Boxifarma e CM Campinas foram reclassificadas nas demonstrações financeiras da controladora da rubrica contábil de investimentos para intangível, conforme Notas Explicativas 12, 13 e 14.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As referidas operações não geraram impactos no resultado consolidado do Grupo, tendo seus efeitos neutralizados na consolidação, conforme previsto pelas normas aplicáveis a transações sob controle comum

(f) Reorganização societária

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo realizou uma reorganização societária intragrupo, envolvendo a transferência de participações societárias entre entidades sob controle comum, sem alteração do controle final do Grupo.

No contexto dessa reorganização, a controlada Hosp-Pharma deixou de ser controlada pela ProInfusion e passou a ser controlada pela CM Hospitalar. Adicionalmente, as controladas Aporte, Famap, Life e Nutrifica, anteriormente controladas pela CM Hospitalar, foram transferidas para a Hosp-Pharma, com o objetivo de promover uma reorganização da estrutura societária e administrativa do Grupo e a otimização operacional, por meio da concentração dessas participações sob uma mesma entidade controladora, permitindo maior eficiência na gestão.

As transações não se enquadram no escopo do CPC 15 (IFRS 3) – Combinação de Negócios, uma vez que foram realizadas entre entidades sob controle comum. Desta forma, os ativos e passivos transferidos foram reconhecidos pelos respectivos valores contábeis históricos, não havendo reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).

Em razão da natureza intragrupo das operações, não houve impacto no resultado consolidado do Grupo. As transações foram realizadas entre partes relacionadas, conforme definição do CPC 05 (IAS 24) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, as ações da Cremer eram garantia das debêntures e de alguns empréstimos da Controladora (não havia investimentos dados em garantias em 31 de dezembro de 2024).

13. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou à colocação do ativo em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo e quando o custo do item puder ser mensurado com confiabilidade; os demais gastos são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas dos ativos, considerando valor residual quando aplicável. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas no quadro acima. As vidas úteis e os valores residuais são revisados, no mínimo, anualmente. O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a projetos de expansão, melhorias operacionais e implementação de sistemas, que ainda não se encontram disponíveis para uso. Esses ativos não são depreciados até que estejam prontos para sua utilização pretendida pela Administração. Não houve capitalização de encargos financeiros no exercício.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os quadros a seguir demonstram a movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido do imobilizado da Controladora e do Consolidado.

Controladora	Terras e Terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Saldos em 01 de janeiro de 2024	461	71.532	51.582	209.373	37.942	40.003	29.767	440.660
Adições	-	18.837	3.840	11.711	658	-	9.532	44.578
Alienações/Baixas/Transferências	-	16.948	389	(26.749)	(165)	40.107	(27.143)	3.387
Incorporação	-	385	166	9.961	473	214	1.085	12.284
Saldos em 31 de dezembro de 2024	461	107.702	55.977	204.296	38.908	80.324	13.241	500.909
Adições	-	3.338	3.514	12.994	360	287	26.574	47.067
Alienações/Baixas/Transferências	-	21.496	(2.694)	(5.600)	(457)	(1.474)	(24.865)	(13.594)
Incorporação (Nota Explicativa 12 d)	-	9	15	6	8	49	(13)	74
Saldos em 31 de dezembro de 2025	461	132.545	56.812	211.696	38.819	79.186	14.937	534.456
Depreciação								
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	(22.057)	(23.454)	(67.581)	(7.900)	(14.968)	-	(135.960)
Depreciações no exercício	-	(14.684)	(9.166)	(17.640)	(3.323)	(3.848)	-	(48.661)
Alienações/Baixas/Transferências	-	564	5.840	22.234	51	(32.847)	-	(4.158)
Incorporação	-	(253)	(156)	(5.114)	(315)	(116)	-	(5.954)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(36.430)	(26.936)	(68.101)	(11.487)	(51.779)	-	(194.733)
Depreciações no exercício (i)	-	(26.522)	(4.535)	(25.824)	(3.310)	(3.537)	-	(63.728)
Alienações/Baixas/Transferências	-	931	2.387	5.402	341	782	-	9.843
Incorporação (Nota Explicativa 12 d)	-	(8)	(13)	(3)	(3)	(27)	-	(54)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(62.029)	(29.097)	(88.526)	(14.459)	(54.561)	-	(248.672)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2024	461	71.272	29.041	136.195	27.421	28.545	13.241	306.176
Em 31 de dezembro de 2025	461	70.516	27.715	123.170	24.360	24.625	14.937	285.784
Taxa anual de depreciação - %		4	20	10	10	20		

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	Terras e terrenos	Edifícios, dependências e benfeitorias	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instrumentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.247	153.840	60.984	481.460	59.386	44.843	44.666	847.426
Adições	-	22.716	3.916	24.261	2.122	67	28.540	81.622
Alienações / Baixas / Transferências	-	17.898	830	(30.088)	498	38.927	(31.325)	(3.260)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.247	194.454	65.730	475.633	62.006	83.837	41.881	925.788
Adições	-	7.747	3.586	22.942	880	287	10.052	45.494
Alienações / Baixas / Transferências	-	34.379	235	(9.907)	(12)	(2.074)	(38.882)	(16.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.247	236.580	69.551	488.668	62.874	82.050	13.051	955.021
Depreciação								
Saldos em 01 de janeiro de 2024	-	(58.493)	(31.212)	(170.049)	(17.756)	(15.481)	-	(292.991)
Depreciações no exercício	-	(21.801)	(10.747)	(40.331)	(4.785)	(3.921)	-	(81.585)
Alienações / Baixas / Transferências	-	(5.989)	6.056	18.073	(816)	(32.250)	-	(14.926)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(86.283)	(35.903)	(192.307)	(23.357)	(51.652)	-	(389.502)
Depreciações no exercício (i)	-	(33.375)	(5.953)	(44.530)	(4.757)	(3.590)	-	(92.205)
Alienações / Baixas / Transferências	-	155	32	10.576	108	1.045	-	11.916
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	(119.503)	(41.824)	(226.261)	(28.006)	(54.197)	-	(469.791)
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2024	2.247	108.171	29.827	283.326	38.649	32.185	41.881	536.286
Em 31 de dezembro de 2025	2.247	117.077	27.727	262.407	34.868	27.853	13.051	485.230
Taxa anual de depreciação - %		4	20	10	10	20		

(i) Os valores de amortização de mais-valias das entidades adquiridas que constam no quadro de imobilizado totalizaram até dezembro de 2025 o valor de R\$ 758 na controladora, sendo referentes a entidades incorporadas, e R\$ 4.585 no consolidado, sendo referente a entidades controladas e incorporadas.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(a) Recuperabilidade (impairment) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, o Grupo realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01 (IAS36) – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (impairment).

(b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui um saldo de R\$ 3.612 no consolidado, de ativos dados em garantias de processos judiciais (em 31 de dezembro de 2024, eram R\$ 3.299 no consolidado).

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Intangível

(a) Composição e movimentação dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável. Os intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas, revisadas, no mínimo, anualmente.

Os quadros a seguir demonstram a composição e a movimentação dos ativos intangíveis da Controladora e do Consolidado.

Controladora	Software	Ágios	Marcas	Carteira de clientes	Outros	Total
	5 anos		30 anos	12 anos	2 anos	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	200.358	779.784	32.564	240.239	21.000	1.273.945
Adições	96.037	-	-	-	-	96.037
Amortização (i)	(38.220)	-	(4.289)	(38.113)	(12.863)	(93.485)
Alienações / baixas / transferência	2.115	-	(728)	-	(397)	990
Incorporação	130	-	-	-	-	130
Amortização de incorporação	(122)	-	-	-	-	(122)
Transferência decorrente de incorporação	-	52.858	-	55.527	10.364	118.749
Transferência de amortização decorrente de incorporação	-	-	-	(17.352)	(5.182)	(22.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	260.298	832.642	27.547	240.301	12.922	1.373.710
Adições	96.335	-	-	-	3.423	99.758
Amortização (i)	(44.014)	-	(3.475)	(40.427)	(10.425)	(98.341)
Alienações / baixas / transferência	(22.272)	-	(3)	(12)	-	(22.287)
Transferência decorrente de incorporação (Nota Explicativa 12a (iii))	-	4.443	1.103	1.608	746	7.900
Transferência de amortização decorrente de incorporação (Nota Explicativa 12a (iii))	-	-	(152)	(585)	(746)	(1.483)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	290.347	837.085	25.020	200.885	5.920	1.359.257
Custo em 31 de dezembro de 2024	341.179	832.642	41.861	368.932	58.371	1.642.985
Amortização em 31 de dezembro de 2024	(80.881)	-	(14.314)	(128.631)	(45.449)	(269.275)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	260.298	832.642	27.547	240.301	12.922	1.373.710
Custo em 31 de dezembro de 2025	394.975	837.085	32.939	297.374	35.136	1.597.509
Amortização em 31 de dezembro de 2025	(104.628)	-	(7.919)	(96.489)	(29.216)	(238.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	290.347	837.085	25.020	200.885	5.920	1.359.257

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	Software	Ágios	Marcas	Carteira de clientes	Outros	Total
Vida útil determinada	5 anos	-	30 anos	12 anos	5 anos	
Saldos em 01 de janeiro de 2024	228.066	1.638.026	190.088	447.017	130.834	2.634.031
Adições	103.345	-	-	-	321	103.666
Amortização	(44.274)	-	(11.825)	(69.132)	(31.230)	(156.461)
Alienações / baixas / transferência	(15.878)	(7.865)	(738)	329	(255)	(24.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	271.259	1.630.161	177.525	378.214	99.670	2.556.829
Adições	101.360	-	38	949	3.476	105.823
Amortização (i)	(48.081)	-	(11.020)	(68.579)	(26.805)	(154.485)
Alienações / baixas / transferência	363	(4.822)	(32)	(146)	(100)	(4.737)
Adições de combinações de negócios	-	43.890	-	-	-	43.890
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.901	1.669.229	166.511	310.438	76.241	2.547.320
Custo em 31 de dezembro de 2024	324.765	1.630.161	211.331	560.501	182.939	2.951.473
Amortização em 31 de dezembro de 2024	(44.274)	-	(33.806)	(182.287)	(83.269)	(394.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	280.491	1.630.161	177.525	378.214	99.670	2.556.829
Custo em 31 de dezembro de 2025	468.264	1.669.229	211.337	561.304	186.315	3.096.449
Amortização em 31 de dezembro de 2025	(143.363)	-	(44.826)	(250.866)	(110.074)	(549.129)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	324.901	1.669.229	166.511	310.438	76.241	2.547.320

(i) Os valores de amortização de mais-valias das entidades adquiridas que constam no quadro de intangível totalizaram até dezembro de 2025 o valor de R\$ 54.719 na controladora (R\$ 56.279 em 2024), referentes a entidades incorporadas, e R\$ 106.604 no consolidado (R\$ 114.427 em 2024), referente a entidades controladas e incorporadas.

(b) Ágio na aquisição de participações societárias

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) é registrado quando o custo de aquisição de um negócio excede o valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na data da combinação de negócios, conforme definido pelo CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

O goodwill reconhecido decorre, substancialmente, de sinergias operacionais esperadas, ganhos de escala, ampliação da base de clientes, integração logística e da expectativa de geração de resultados futuros superiores aos retornos normais dos ativos adquiridos individualmente. O goodwill não é amortizado e é testado, no mínimo, anualmente para fins de redução ao valor recuperável, ou sempre que houver indícios de perda, conforme CPC 01 (R1) / IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

O goodwill é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, sendo essas UGCs monitoradas pela Administração para fins de avaliação de desempenho e tomada de decisão.

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Negócio adquirido	UGC	2025	2024
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	Distribuição	21.321	21.321
ARP Med S.A. ⁽²⁾	Distribuição	76.311	76.311
Mirandela e Amarante	Distribuição	29.227	29.227
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	Distribuição	6.350	6.350
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	Distribuição	4.443	4.443
CM Medicamentos Especiais Ltda.	Distribuição	28.761	28.761
CM PFS Hospitalar S.A. ⁽²⁾	Distribuição	182.238	182.238
Tiel e Marum	Distribuição	11.109	11.109
CMI Hospitalar Ltda. ⁽²⁾	Distribuição	12.802	12.802
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. ⁽²⁾	Distribuição	181.733	181.732
Health Logística Hospitalar S.A.	Distribuição	16.042	16.042
DFLog - Transporte de Cargas Ltda. ⁽⁵⁾	Distribuição	43.890	-
Hospshop Comércio, Importação, Exportação, Consultoria e Representação Ltda ⁽²⁾	Distribuição	9.126	9.126
Manganelli & Tesser Comercio de Produtos e Equipamentos Hospitalares Eireli ⁽²⁾	Distribuição	343	343
Medcare Comércio de Produtos e Equipamentos Médico Hospitalares Eireli ⁽²⁾	Distribuição	6.931	6.931
Outros	Distribuição	1.750	1.750
P.S Distribuidora de Produtos da Saúde Ltda. ⁽²⁾	Distribuição	6.090	6.090
Ative Medicamentos Especiais Ltda. ⁽⁴⁾	Distribuição	1.216	1.216
Azimute Med Consultoria e Assessoria S.A. ⁽²⁾	Humania	11.822	11.822
Íntegra Medical Consultoria S.A. ⁽²⁾	Humania	20.886	20.886
Cremer S.A.	Indústria	203.967	203.967
Embramed Indústria Comércio Produtos Hospitalares Ltda. ⁽¹⁾	Indústria	66.671	66.671
Neve Industria e comércio de produtos cirúrgicos Ltda. ⁽³⁾	Indústria	27.348	27.348
P. Simon S.A. ⁽¹⁾	Indústria	19.251	19.251
Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A. ⁽²⁾	Indústria	137.809	137.809
Flexicotton Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Pessoal S.A. ⁽²⁾	Indústria	77.014	77.014
FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene S.A. ⁽²⁾	Indústria	52.858	52.858
Aporte Nutricional Ltda.	Insuma	10.785	10.785
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	Insuma	34.991	34.991
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	Insuma	18.358	18.358
LIFE - Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	Insuma	111.510	111.510
Nutrifica Comércio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	Insuma	19.757	19.757
ProInfusion S.A.	Insuma	116.015	119.530
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda. ⁽⁴⁾	Insuma	416	416
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda. ⁽⁴⁾	Insuma	10.287	10.287
Solus Soluções Estéreis S. A. ⁽⁴⁾	Insuma	2.582	2.582
Statum Participações ⁽⁴⁾	Insuma	3.616	4.216
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	Insuma	32.664	33.372
Solus Soluções Estéreis S.A.	Insuma	6.944	6.944
Biogenetix Importação e Exportação Ltda. ⁽²⁾	Prevena	5.585	5.585
Byogene Comércio de Produtos para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda. ⁽²⁾	Prevena	9.994	9.994
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	Prevena	6.033	6.033
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	Prevena	10.540	10.540
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	Prevena	11.843	11.843
Total		1.669.229	1.630.161

- (1) Ágio das entidades P. Simon S.A. e Embramed Ind. Com. Prod. Hosp. Ltda. que foram incorporados em 2011 e 2019, respectivamente, na subsidiária Cremer S.A.
- (2) Controladas incorporadas pela CM Hospitalar S.A. no decorrer dos anos de 2022, 2023 e 2024. Os valores de ágio decorrentes da aquisição dessas controladas estão sendo testados de acordo com suas respectivas UGCs.
- (3) Refere-se ao ágio registrado pela subsidiária Cremer S.A.
- (4) Refere-se ao ágio registrado pela subsidiária ProInfusion S.A.
- (5) Refere-se ao ágio registrado pela subsidiária Health Logística Hospitalar S.A.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os referidos ágios possuem vida útil indefinida, sendo seu fundamento econômico a rentabilidade futura das Companhias adquiridas, e anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi incorrida são submetidos ao teste de recuperabilidade. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre os ágios (impairment).

(c) Recuperabilidade (impairment)

Foram desenvolvidos testes de recuperabilidade para os ágios com vida útil indefinida. Todos os fluxos de caixa foram projetados para o período de 5 anos e perpetuados a partir do 6º ano. As taxas de crescimento na perpetuidade foram limitadas a inflação de longo prazo, o que representa que o crescimento considerando na perpetuidade é equivalente a zero, uma vez que as taxas de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia agrupou as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) de forma a refletir a atual forma com que gerencia os ágios, o que inclui os efeitos de incorporação de entidades e o alinhamento estratégico da operação. Esta forma de análise representa o menor nível de identificação da UGC, não superando o nível de segmento operacional.

As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de desconto (post-tax)	Taxa Crescimento Perpetuidade (1)
Distribuição	11,8%	3,0%
Humania	11,8%	3,0%
Industria	12,2%	3,0%
Insuma	11,8%	3,0%
Prevena	11,8%	3,0%

(1) Foi considerado o crescimento entre 3,0% correspondente à inflação de longo prazo na data base da avaliação, com base nas expectativas de inflação de longo prazo divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BCB). Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade.

As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento médio de 3,0% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas à capacidade atual do ativo, como também ao mercado em que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último exercício, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último exercício, atualizados pela inflação.

A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa determinada entre 11,8% e 12,2% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês (representa aproximadamente uma taxa de 16,0% antes dos impostos).

Como resultado do teste realizado foi concluído que o (custo contábil) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, é inferior ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade.

Abaixo demonstramos o montante pelo qual alterações individuais na taxa de desconto utilizada poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de desconto utilizada na avaliação	Taxa de desconto máxima (post-tax) (1)	Valor contábil (2)
Distribuição	11,8%	12,8%	1.810.276
Humania	11,8%	18,6%	50.549
Industria	12,2%	12,7%	1.697.554
Insuma	11,8%	12,7%	654.464

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Prevena	11,8%	45,2%	151.766
---------	-------	-------	---------

- (1) Cenário de sensibilidade: Foi realizado um teste de sensibilidade gerando um cenário de estresse para extrair qual a taxa de desconto máxima que o fluxo de caixa que iguala o valor presente dos fluxos de caixa futuros da UGC e seu respectivo valor contábil.
- (2) Carrying Amount das empresas incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações, imobilizado e intangível diretamente atribuível, ativos corporativos e ramp-up do capital de giro. Carrying Amount das empresas não incorporadas: Composto pelo ágio, saldo residual das alocações e patrimônio líquido da UGC.

As projeções utilizadas no teste de recuperabilidade foram preparadas pela Administração com base nos resultados históricos e nas expectativas de desempenho de cada Unidade Geradora de Caixa.

15. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento referentes, principalmente, a centros de distribuição, edificações, equipamentos e veículos utilizados em suas operações comerciais, industriais, logísticas e administrativas. Em conformidade com o IFRS 16 / CPC 06 (R2), tais contratos são reconhecidos no balanço patrimonial por meio do registro de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, mensurados na data de início do contrato.

(a) Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente ao custo, compreendendo o valor inicial do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos efetuados até a data de início do contrato, custos diretos iniciais e outros ajustes aplicáveis. Posteriormente, esses ativos são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos de direito de uso é reconhecida de forma linear ao longo do prazo dos respectivos contratos de arrendamento ou da vida útil econômica estimada do ativo subjacente, o que for menor. As vidas úteis médias estimadas por classe de ativo encontram-se apresentadas nos quadros a seguir.

Os quadros abaixo demonstram a movimentação dos ativos de direito de uso da Controladora e do Consolidado, incluindo adições, incorporações, baixas, amortizações acumuladas e os saldos líquidos ao final de cada exercício.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Controladora	Período médio em anos	31/12/2023	Adições	Incorporação	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Custo								
Centros de distribuição	27	124.554	92.159	-	216.713	1.501	(810)	217.404
Edificações	10	28.135	4.270	3.977	36.382	22.763	(4.014)	55.131
Equipamento	5	579	25.231	-	25.810	38.000	(338)	63.472
Veículos	3	-	16.687	-	16.687	2.764	-	19.451
		153.268	138.347	3.977	295.592	65.028	(5.162)	355.458
Amortização								
Centros de distribuição		(49.885)	(25.430)	-	(75.315)	(27.863)	-	(103.178)
Edificações		(3.555)	(3.214)	(778)	(7.547)	(2.866)	-	(10.413)
Equipamento		(105)	(2.908)	-	(3.013)	(11.980)	-	(14.993)
Veículos		-	(7.578)	-	(7.578)	(6.030)	-	(13.608)
		(53.245)	(39.130)	(778)	(93.453)	(48.739)	-	(142.192)
Líquido		99.723	99.217	3.199	202.139	16.289	(5.162)	213.266

Consolidado	Período médio em anos	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Custo								
Centros distribuição	27	159.580	110.074	-	269.654	7.956	(7.004)	270.606
Edificações	10	166.010	37.464	-	203.474	134.704	(103.566)	234.612
Equipamento	5	16.911	25.909	(2.665)	40.155	38.075	(4.009)	74.221
Veículos	3	-	16.687	-	16.687	2.764	-	19.451
		342.501	190.134	(2.665)	529.970	183.499	(114.579)	598.890
Amortização								
Centros distribuição		(77.938)	(37.400)	-	(115.338)	(40.508)	20.085	(135.761)
Edificações		(94.793)	(23.248)	-	(118.041)	(23.109)	85.831	(55.319)
Equipamento		(2.330)	(4.855)	-	(7.185)	(14.035)	1.095	(20.125)
Veículos		-	(7.578)	-	(7.578)	(6.030)	-	(13.608)
		(175.061)	(73.081)	-	(248.142)	(83.682)	107.011	(224.813)
Líquido		167.440	117.053	(2.665)	281.828	99.817	(7.568)	374.077

O saldo do direito de uso de edificações inclui adições significativas referentes a novos contratos e renovações de contratos existentes. Em 2025, destaca-se a adição de R\$ 109.882 na controlada Cremer, decorrente da renovação do contrato de arrendamento da fábrica de Blumenau.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Os ativos de direito de uso têm seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente, com base em projeções de resultados operacionais e fluxos de caixa associados às respectivas unidades geradoras de caixa às quais estão vinculados. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão para perdas por redução ao valor recuperável desses ativos.

(b) Passivos de arrendamento

Os passivos de arrendamento correspondem à obrigação de efetuar pagamentos futuros de arrendamentos, reconhecidos na data de início dos respectivos contratos. Embora, sob a ótica operacional, tais contratos se caracterizem como arrendamentos operacionais, nos termos do IFRS 16 / CPC 06 (R2) todos os contratos que atendem aos critérios da norma são reconhecidos no balanço patrimonial por meio do registro do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros mínimos de arrendamento, considerados os pagamentos fixos (brutos de impostos), descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia na data de início do contrato.

A taxa média ponderada de desconto utilizada para mensuração dos passivos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se no intervalo entre 5,37% a.a. e 16,05% a.a., refletindo, entre outros fatores, o prazo dos contratos, a natureza dos ativos arrendados e o risco de crédito da Companhia.
Os quadros a seguir apresentam a movimentação dos passivos de arrendamento da Controladora e do Consolidado, incluindo adições, apropriação de juros, pagamentos efetuados, baixas e os saldos ao final de cada exercício, segregados entre circulante e não circulante.

Controladora	31/12/2023	Adições	Incorporação	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	31/12/2024	Adições	Baixas	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	31/12/2025
Centros de distribuição	92.229	92.159	-	(25.439)	16.695	175.644	1.501	(570)	(39.005)	17.362	154.932
Edificações	23.830	4.270	3.598	(7.558)	1.627	25.767	22.763	(4.014)	(7.576)	1.818	38.758
Equipamento	605	25.231	-	(3.292)	1.822	24.366	38.000	(839)	(10.967)	5.122	55.682
Veículos	-	16.687	-	(5.939)	1.795	12.543	2.764	-	(6.908)	801	9.200
	116.664	138.347	3.598	(42.228)	21.939	238.320	65.028	(5.423)	(64.456)	25.103	258.572
Circulante	38.336					70.182					83.028
Não circulante	78.328					168.138					175.544

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado	31/12/2023	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriado	Baixas	31/12/2024	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	Baixas	31/12/2025
Centros de distribuição	96.159	110.074	(49.406)	20.238	-	177.065	7.956	(59.403)	20.832	(2.115)	144.336
Edificações	79.870	37.464	(27.591)	7.083	-	96.826	134.704	(35.174)	17.115	(5.323)	208.147
Equipamentos	15.382	25.909	(5.366)	3.257	(3.020)	36.162	38.075	(11.375)	6.197	(548)	68.511
Veículos	-	16.687	(5.939)	1.795	-	12.543	2.764	(6.908)	801	-	9.200
	191.411	190.134	(88.302)	32.373	(3.020)	322.596	183.499	(112.860)	44.945	(7.986)	430.194
Circulante	68.830					88.448					98.421
Não circulante	122.581					234.148					331.773

O saldo do passivo de arrendamento inclui os valores de obrigação futura decorrentes de contratos vigentes e renovações de contratos existentes da controlada Cremer. Em 2025, destaca-se a adição de R\$ 109.000 na controlada Cremer, relacionados à renovação do contrato de arrendamento da fábrica de Blumenau. O saldo apresentado representa o valor presente das obrigações futuras de pagamento do principal, acrescido de encargos financeiros, deduzido de pagamentos efetuados no período.

Estimativa de realização do passivo não circulante

A estimativa de realização do passivo de arrendamento classificado no não circulante, por exercício, está demonstrada no cronograma a seguir, para a Controladora e o Consolidado:

Cronograma de amortização	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	34.912	-	50.883
2027	32.017	20.636	57.165	36.600
2028	27.365	17.544	49.062	22.028
2029	23.627	16.246	44.595	20.643
2030	19.580	18.791	39.110	39.110
2031 em diante	72.955	60.009	141.841	64.884
Total	175.544	168.138	331.773	234.148

Informações adicionais

Para fins de mensuração contábil dos passivos de arrendamento, a Companhia adota a taxa de juros nominal aplicada aos fluxos de pagamentos reais, conforme requerido pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2). Para fins exclusivamente de divulgação, em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 01/2020, o valor do passivo de arrendamento é mensurado utilizando a relação entre fluxo nominal e taxa nominal.

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

A diferença apurada entre o critério de mensuração contábil (fluxo real descontado pela taxa nominal) e o critério exigido pela CVM para divulgação (fluxo nominal descontado pela taxa nominal) é considerada imaterial pela Administração.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia definiu que os pagamentos considerados para a mensuração do passivo de arrendamento deveriam ser reconhecidos pelo valor bruto de impostos incidentes (PIS e Cofins), em linha com sua interpretação da norma e com as orientações vigentes à época

16. Fornecedores, Fornecedores – reverse factoring e Obrigações com sócios vendedores e a pagar por aquisição de investimentos

(a) Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se substancialmente a aquisições de mercadorias para revenda e matéria-prima para industrialização. O Grupo possui transações para aquisições de fornecedores nos mercados interno e externo. As aquisições de mercadorias junto a fornecedores externos estão sujeitas à variação cambial, conforme Nota Explicativa 5.1 (c).

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores mercado interno	1.672.086	1.522.549	1.900.958	1.813.189
Fornecedores mercado externo	17.615	22.960	23.487	30.659
Fornecedor – partes relacionadas (Nota Explicativa 21)	961.532	809.424	-	-
Total	2.651.233	2.354.933	1.924.445	1.843.848

(b) Fornecedores –reverse factoring

O saldo consolidado de operações de *reverse factoring* realizadas por fornecedores do Grupo totalizou R\$ 24.367 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 62.783 em dezembro de 2024). Na controladora, esses valores foram de R\$ 3.639 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 13.238 em 31 de dezembro de 2024).

As operações de *reverse factoring* possibilitam que o fornecedor receba os valores em um prazo mais curto do que a data de vencimento dos títulos, com uma instituição financeira sendo a credora da operação durante esse exercício. Nessa operação o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros comparado ao mercado porque a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito do comprador. O fornecedor é quem decide utilizar-se da operação de *reverse factoring* e quem arca com todos os encargos financeiros da transação. Os prazos de pagamento e características das transações com fornecedores não são afetados por essas transações, sendo, em média, de 90 dias para pagamento.

(c) Obrigações com ex-acionistas de controladas

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Acionistas anteriores da Expressa (i)	31.757	2.017
Total	31.757	2.017
Passivo circulante	17.625	2.017
Passivo não circulante	14.132	-

(i) Refere-se a obrigações remanescentes de contratos de aquisição de controladas:

Depósitos Judiciais (Difal): Saldo de R\$ 17.625 devido aos ex-acionistas da Expressa Distribuidora, referente à decisão favorável de 2021 sobre o Diferencial de Alíquota de ICMS. A liquidação ocorre conforme a liberação dos depósitos judiciais para a Companhia.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Carteira de Clientes (Ativo Superveniente): Montante de R\$ 14.132 (Passivo Não Circulante) relativo ao repasse de créditos sob custódia detalhados na Nota Explicativa 11. Por força de acordo de acionistas, os riscos e benefícios pertencem aos antigos sócios, sendo o pagamento vinculado à efetiva recuperação dos ativos. Conforme mencionado na Nota Explicativa 16 (d), em 2025, a Companhia passou a classificar nessa rubrica o montante de R\$ 15.291.

O pagamento destes valores não afetará o caixa da empresa, pois está lastreado pela liberação de depósitos judiciais e compensação de créditos fiscais.

(d) Obrigações para aquisições de investimentos – Consolidado

As obrigações para aquisições de investimentos referem-se, substancialmente, a parcelas de preço a pagar decorrentes de combinações de negócios realizadas em exercícios anteriores, incluindo valores retidos e contraprestações contingentes vinculadas a eventos futuros ou ajustes posteriores à aquisição, reconhecidas de acordo com o IFRS 3 / CPC 15 – Combinação de Negócios. Essas obrigações são mensuradas subsequentemente ao custo amortizado e atualizadas mensalmente pela variação do CDI, com os respectivos encargos financeiros reconhecidos no resultado financeiro do período.

A movimentação das obrigações para aquisições de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é apresentada na tabela a seguir:

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Empresa	31/12/2024	Novas obrigações para aquisições	Parcela à vista da contraprestação	Juros	Pagamentos	Outras Movimentações (i)	31/12/2025
Cremer S.A.	244.258	-	-	34.351	-	(5.978)	272.631
Biogenetix Importação e Exportação Ltda.	1.523	-	-	227	(718)	(102)	930
Byogene Com. De Prod. Para Laboratório Clínico e Hospitalar Ltda.	1.405	-	-	143	(459)	-	1.089
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	1.770	-	-	197	(472)	-	1.495
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.	154.839	-	-	21.337	-	(15.641)	160.535
Daviso Indústria e Comércio de Produtos Higiênicos S.A.	18.099	-	-	2.596	(1.816)	-	18.879
FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda.	13.279	-	-	1.778	(6.865)	(94)	8.098
Tecno4 Produtos Hospitalares Ltda.	13.674	-	-	1.258	(4.350)	(226)	10.356
P S Distribuidora de Produtos da Saúde Ltda. ("Pointmed")	6.323	-	-	1.235	(2.235)	-	5.323
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	4.263	-	-	806	(929)	-	4.140
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	1.705	-	-	241	(290)	-	1.656
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	426	-	-	60	(72)	-	414
CM Medicamentos Especiais Ltda.	14.184	-	-	2.174	-	-	16.358
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	2.269	-	-	348	-	-	2.617
CMI Hospitalar Ltda.	11.915	-	-	1.826	-	-	13.741
Manganelli & Tesser Esser Comercio de Produtos e Equipamentos Hospitalares Eireli. ("Bemk")	490	-	-	8	-	(123)	375
Medcare Comercio de Produtos e Equipamentos Médico Hospitalares Eireli	5.557	-	-	246	(2.309)	82	3.576
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	202	-	-	29	-	-	231
Azimute Med Consultoria e Assessoria S.A. ("Azimute")	5.336	-	-	129	(1.271)	-	4.194
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda. ("FAMAP")	8.339	-	-	1.080	(3.573)	-	5.846
Aporte Nutricional Ltda. ("Aporte")	2.073	-	-	219	(840)	-	1.452
Proinfusion S.A. e Statum Participações Ltda.	74.095	-	-	10.398	(19.901)	-	64.592
Alminhana Comércio e Representação Ltda. ("PHD")	25.628	-	-	3.591	(13.307)	(21)	15.891
Nutrifica Comércio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	10.145	-	-	1.419	(2.852)	-	8.712
Hospshop - Comércio, Importação, Exportação, Consultoria e Representações Ltda.	10.521	-	-	1.053	(5.048)	(499)	6.027
Hosp-Pharma Suprimentos Ltda.	13.479	-	-	1.625	(3.453)	-	11.651
Solus Soluções Estéreis S.A.	3.522	-	-	425	(902)	-	3.045
Ative Medicamento Especiais Ltda.	2.791	-	-	338	(715)	-	2.414
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	20.497	-	-	2.476	(5.254)	-	17.719
Neve Indústria e Comércio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	10.831	-	-	1.670	-	(113)	12.388
DFLog - Transporte de Cargas Ltda.	-	54.000	(21.000)	550	(1.684)	-	31.866
Total	683.438	54.000	(21.000)	93.833	(79.315)	(22.715)	708.241
Movimentação em 2024	747.109	-	-	76.013	(76.936)	(62.748)	683.438
Passivo circulante	110.355						137.439
Passivo não circulante	573.083						570.802

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Os valores registrados na coluna “Pagamentos” referem-se à liquidação de parcelas contratuais das obrigações e representam saídas de caixa, sendo refletidos na demonstração dos fluxos de caixa.

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Cronograma de amortização	Consolidado	
	2025	2024
2026	-	246.463
2027	110.440	144.210
2028	82.858	128.851
2029	60.391	53.559
2030	62.326	-
2031	67.809	-
2032	62.326	-
2033	62.326	-
2034	62.326	-
Total	570.802	573.083

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua contratação ou emissão, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Os encargos financeiros, bem como os efeitos de atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado financeiro do período, de acordo com o regime de competência.

(a) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos compreendem operações contratadas junto a instituições financeiras, em moeda nacional e estrangeira, destinadas, principalmente, ao financiamento de capital de giro, crédito à exportação e projetos de inovação.

As operações contratadas em moeda estrangeira estão sujeitas à variação cambial até a data de sua liquidação. Os efeitos decorrentes dessa variação são reconhecidos no resultado financeiro do período e a exposição cambial associada a tais instrumentos é gerenciada conforme as diretrizes descritas na Nota Explicativa 5.1 (c).

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Moeda nacional</u>					
Capital de giro	CDI + 1,36% a 1,60% a.a.	211.788	180.611	211.788	180.611
Crédito à exportação	CDI + 1,40% a 1,60% a.a.	-	-	35.375	58.756
Projeto de inovação	TR + 3,80%	-	-	21.533	21.396
		211.788	180.611	268.696	260.763
<u>Moeda estrangeira</u>					
Capital de giro em moeda estrangeira (USD)	CDI + 1,55 a 2,00% a.a.	-	-	90.529	177.624
		-	-	90.529	177.624
Total		211.788	180.611	359.225	438.387
Circulante		59.643	40.064	146.605	153.751
Não circulante		152.145	140.547	212.620	284.636

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	36.360	-	-
2027	72.060	36.360	108.688	120.101
2028	47.342	36.360	56.034	72.988
2029 em diante	32.743	31.467	47.898	91.547
Total	152.145	140.547	212.620	284.636

Garantias

Alguns dos empréstimos e financiamentos do Grupo possuem garantia de duplicatas e alienação fiduciária de ações.

(b) Debêntures

As debêntures emitidas pelo Grupo são classificadas como passivos financeiros e mensuradas ao custo amortizado, líquido dos custos de transação incorridos na emissão, sendo os encargos financeiros apropriados ao resultado financeiro pelo método da taxa efetiva de juros.

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<u>Moeda nacional</u>					
Debêntures	(CDI + 1,60% a 1,70% a.a.)	2.049.590	2.409.729	3.104.474	3.451.439
(-) Custos de transação na emissão de debêntures		(16.895)	(10.802)	(23.313)	(17.422)
Total		2.032.695	2.398.927	3.081.161	3.434.017
Passivo circulante		798.459	208.824	851.316	249.001
Passivo não circulante		1.234.236	2.190.103	2.229.845	3.185.016

Os montantes registrados no passivo não circulante, bruto dos custos de transação na emissão de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	832.500	-	832.500
2027	715.840	828.792	715.840	828.792
2028	322.480	330.930	822.480	830.930
2029	195.916	197.881	691.525	692.794
Total	1.234.236	2.190.103	2.229.845	3.185.016

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro de 2009, e da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme aplicável a cada oferta. Das cinco emissões em curso, duas ocorreram sob a Instrução CVM 476 e três sob a Resolução CVM 160.

(i) 4ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 28 de outubro de 2021, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversível em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 27 de outubro de 2021 e tem como principais características:

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Montante: R\$ 530.000;

Datas: (a) emissão: 28 de outubro de 2021 e (b) vencimento: 05 de novembro de 2028;

Amortização: anual, com início de pagamento em 05 de novembro de 2025;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,70% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 05 de maio de 2022.

(ii) 5ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 22 de julho de 2022, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversível em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de junho de 2022 e tem como principais características:

Montante: R\$ 1.000.000;

Datas: (a) emissão: 22 de julho de 2022; (b) vencimento: 22 de julho de 2027;

Amortização: (a) o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de julho de 2026, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: (a) as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de janeiro de 2023.

(iii) 6ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 27 de outubro de 2022, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversível em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18 de outubro de 2022 e tem como principais características:

Montante: R\$ 400.000;

Datas: (a) emissão: 27 de outubro de 2022 e (b) vencimento: 27 de outubro de 2027;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de outubro de 2026, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de abril de 2023.

(iv) 7ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 23 de fevereiro de 2024, a Cremer S.A. efetuou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversíveis em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de fevereiro de 2024 e tem como principais características:

Montante: R\$ 1.000.000;

Datas: (a) emissão: 23 de fevereiro de 2024 e (b) vencimento: 28 de fevereiro de 2029;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de fevereiro de 2028, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de agosto de 2024.

(v) 7ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 30 de abril de 2024, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversíveis em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2024 e tem como principais características:

Montante: R\$ 400.000;

Datas: (a) emissão: 08 de maio de 2024 e (b) vencimento: 28 de fevereiro de 2029;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de fevereiro de 2028, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 08 de novembro de 2024.

Cláusulas restritivas

O Grupo possui empréstimos e debêntures com instituições financeiras que incluem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser aferidos trimestralmente, e estão sendo integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os credores concordaram com a atualização dos termos contratuais das debêntures e a aplicação dos seguintes *covenants* financeiros: Dívida Financeira Líquida / EBITDA e Dívida Bruta (incluindo a dívida bancária e o saldo de M&A). Durante o exercício encerrado em dezembro de 2025, a atualização dos termos foi ratificada em assembleias com os credores.

Os *covenants* financeiros, medidos pelo critério de Dívida Financeira Líquida / EBITDA devem ser apurados trimestralmente de forma progressiva, exigindo um índice financeiro máximo de (i) 5,0x no início do período de *waiver* a 31 de março de 2025; (ii) 4,75x, nos períodos a serem encerrados em 30 de junho de 2025 e em 30 de setembro de 2025; (iii) 4,5x, no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iv) 4,0x, no período a ser encerrado em 31 de março de 2026; e (v) 3,5x nos períodos a serem encerrados a partir de 30 de junho de 2026, que é o índice original dos contratos de dívidas da Companhia.

Os conceitos de dívida líquida e EBITDA para a finalidade de acompanhamento dos índices financeiros são descritos a seguir:

“Dívida Financeira Líquida”: significa, em determinada data, o resultado de: (+) dívidas com instituições financeiras; (+) títulos e valores mobiliários representativos de dívida; (+) tributos parcelados (+) mútuos a pagar, exceto para empresas do Grupo; (+) *leasings*/arrendamento financeiro; (+/-) saldo líquido de operações de derivativos; (-) disponibilidades de caixa, títulos públicos, aplicações financeiras e equivalentes; (+) antecipação de recebíveis, descontos e operações similares que supere um saldo de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais);

“EBITDA”: significa, com relação a determinado período, o resultado da seguinte fórmula: (+/-) Lucro/Prejuízo Líquido; (+/-) Despesa/Receita Financeira Líquida, exceto as contas de juros em operações ativas com clientes, descontos concedidos a clientes e descontos recebidos de fornecedores; (+) Provisão para IRPJ e CSLL; (+) Depreciações,

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Amortizações e Exaustões; (+) custos e despesas decorrentes da Aquisição ou da Oferta; (+) despesas com indenizações de qualquer natureza que estejam cobertas por direito contratual de indenização; (+) despesas com planos de remuneração baseada em ação sem efeito caixa; (+) despesas em operações de aquisição, incorridas com assessores legais e financeiras, auditores, empresas de consultoria e comissões; (+/-) Perdas/Lucros resultantes de Equivalência Patrimonial; (+/-) Provisões de Perdas/Ganhos contábeis na avaliação de ativos, baixas contábeis e eventos não recorrentes, desde que sem desembolso de caixa; (+) Provisões, reversões e/ou impactos no resultado sobre Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“Difal/ICMS”), exclusivamente para os períodos anteriores a 2023.

O *covenant* financeiro de Dívida Bruta (incluindo a dívida bancária e o saldo de M&A), deve ser apurado trimestralmente e não pode ultrapassar (i) R\$ 4.700.000,00 (quatro bilhões e setecentos milhões de reais) em 31 de março de 2025, (ii) R\$ 4.600.000.000,00 (quatro bilhões e seiscentos milhões de reais) em 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025; e (iii) R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais) em 31 de dezembro de 2025.

O conceito de Dívida Bruta é assim determinado para a finalidade de mensuração desse indicador financeiro:

“Dívida Bruta + M&A”: em relação às demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia ou às informações financeiras consolidadas e revisadas da Companhia, representam a soma de: (i) empréstimos e financiamentos - circulante e não circulante; (ii) debêntures - circulante e não circulante; (iii) instrumentos financeiros derivativos líquidos - circulante e não circulante; e (iv) obrigações por aquisição de investimentos - circulante e não circulante.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures do Grupo possuem garantias formadas por duplicatas e alienação fiduciária de ações da controlada Cremer. Em 31 de dezembro de 2024, não havia garantias dadas para as debêntures do grupo.

Reconciliação da movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures aos fluxos de caixa das atividades de financiamento

A reconciliação a seguir demonstra a movimentação dos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures em relação aos fluxos de caixa das atividades de financiamento, evidenciando a segregação entre os efeitos que impactaram o caixa do período e aqueles que não tiveram efeito caixa, tais como apropriação de encargos financeiros e variação cambial.

Controladora	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 01 de janeiro de 2024	198.185	2.799.715	2.997.900
Movimentações que afetaram os fluxos de caixas			
Obtenção de empréstimos/emissão debêntures (líquido de custos)	-	396.901	396.901
Pagamentos de principal	(18.180)	(800.000)	(818.180)
Pagamentos de juros	(25.749)	(311.895)	(337.644)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixas			
Provisão de juros de debêntures	-	314.206	314.206
Provisão de juros e variações cambiais	26.355	-	26.355
Em 31 de dezembro de 2024	180.611	2.398.927	2.579.538
Movimentações que afetaram os fluxos de caixas			
Obtenção de empréstimos	63.870	-	63.870
Custo com emissão de debêntures	-	(12.776)	(12.776)
Pagamentos de principal	(36.360)	(123.511)	(159.871)
Pagamentos de juros	(28.284)	(326.582)	(354.866)
Recompra de debêntures (i)	-	(144.374)	(144.374)
Movimentações que não afetaram os fluxos de caixas			
Provisão de juros de debêntures	-	346.600	346.600
Provisão de juros e variações cambiais	31.951	-	31.951
Resultado financeiro em recompra de debêntures (i)	-	(105.589)	(105.589)
Em 31 de dezembro de 2025	211.788	2.032.695	2.244.483

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 01 de janeiro de 2024	427.209	2.799.715	3.226.924
<u>Movimentações que afetaram os fluxos de caixas</u>			
Obtenção de empréstimos/emissão debêntures (líquido de custos)	61.287	1.389.133	1.450.420
Pagamentos de principal	(94.722)	(800.000)	(894.722)
Pagamentos de juros	(41.548)	(371.212)	(412.760)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	-
<u>Movimentações que não afetaram os fluxos de caixas</u>			
Provisão de juros de debêntures	-	416.381	416.381
Provisão de juros e variações cambiais	86.161	-	86.161
Em 31 de dezembro de 2024	438.387	3.434.017	3.872.404
<u>Movimentação que afetaram o fluxo de caixa</u>			
Obtenção de empréstimos	63.870	-	63.870
Custo com emissão de debêntures	-	(13.709)	(13.709)
Pagamentos de principal	(125.438)	(123.511)	(248.949)
Pagamentos de juros	(44.141)	(468.495)	(512.636)
Recompra de debêntures (i)	-	(144.374)	(144.374)
<u>Movimentações que não afetaram os fluxos de caixas</u>			
Provisão de juros de debêntures	-	502.822	502.822
Provisão de juros e variações cambiais	26.547	-	26.547
Resultado financeiro em recompra de debêntures (i)	-	(105.589)	(105.589)
Em 31 de dezembro de 2025	359.225	3.081.161	3.440.386

(i) As Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) da 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões aprovaram um *waiver* temporário de dezembro de 2024 a dezembro de 2025. Em contrapartida, foi oferecido um "Programa de Aquisição Facultativa de Debêntures", no qual a Companhia e a controlada Cremer comprarão, facultativamente, um total de R\$ 5.000 em debêntures por semana. Essa obrigação de compra facultativa se mantém enquanto a marcação ANBIMA da série estiver acima de CDI + 3,5% ou até que acumule R\$ 75.000 em aquisições facultativas.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia realizou a recompra de Debêntures com valor de face de R\$ 249.963 pelo montante de R\$ 144.374, resultando em um desconto reconhecido como resultado financeiro de R\$ 105.589, conforme Nota Explicativa 29.

18. Salários e obrigações sociais a pagar

Os salários e obrigações sociais a pagar compreendem valores a liquidar relacionados a salários, ordenados, encargos sociais e provisões de férias, decorrentes das operações normais do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tais saldos encontram-se classificados integralmente no passivo circulante, uma vez que possuem vencimento de curto prazo e são normalmente liquidados até o mês subsequente ao encerramento do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e ordenados a pagar	32.769	15.922	43.241	22.888
Encargos sociais a pagar	14.788	18.723	29.342	29.632
Provisões de férias	15.723	19.440	38.456	36.221
Outros	902	1.607	1.728	3.084
Total	64.182	55.692	112.767	91.825

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo**19. Tributos a recolher e imposto de renda e contribuição social a pagar**

Os tributos a recolher e o imposto de renda e contribuição social a pagar compreendem obrigações fiscais decorrentes das operações do Grupo, incluindo tributos indiretos incidentes sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços, bem como imposto de renda e contribuição social correntes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tais saldos encontram-se classificados entre passivo circulante e passivo não circulante, de acordo com os respectivos prazos de vencimento, sendo o imposto de renda e a contribuição social apurados com base no resultado tributável do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS (i)	46.453	51.718	56.212	71.642
Imposto de renda e contribuição social – IRPJ e CSLL	-	-	2.036	3.365
Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	996	5	4.957	3.779
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	149	315	805	1.233
Outros	1.278	2.753	2.914	5.024
Total	48.876	54.791	66.924	85.043
Passivo circulante	48.876	48.204	66.924	78.456
Passivo não circulante	-	6.587	-	6.587

20. Imposto de renda e contribuição social**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis e fiscais dos ativos e passivos, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, utilizando-se as alíquotas vigentes na data do balanço, conforme disposto no CPC 32 (IAS 12).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos foram constituídos sobre o acumulado de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias. Os passivos, por sua vez, foram constituídos com base nos efeitos da contabilização do custo atribuído, na diferença temporária de depreciação calculada pelas taxas fiscais e na vida útil econômica dos ativos sobre os ágios (amortizado fiscalmente, mas não contabilmente, conforme determinação da Lei 11.638/07).

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por entidade e jurisdição fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	594.263	594.263	695.919	665.837
Provisões para riscos	65.280	33.477	78.478	53.895
Mais-valia de investimentos	59.594	59.435	66.155	59.435
Arrendamento mercantil	15.404	12.301	17.474	12.224
Provisão programa de participação nos resultados	8.084	1.871	8.084	1.871
Provisão de perda de estoques	13.240	30.838	13.922	34.044
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.127	-
Opções outorgadas reconhecidas	6.475	4.413	6.475	4.413
Diferenças temporárias	3.592	-	15.081	6.142
Tributos diferidos ativos líquidos	765.932	736.598	902.715	837.861

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Passivo				
Ágio (i)	(123.663)	(57.707)	(153.488)	(87.000)
Vida útil	-	-	(7.734)	(7.413)
Efeito de ganho de participação em controlada	(5.667)	(5.667)	(5.667)	(5.667)
Mais valia ativo imobilizado	-	-	(14.087)	(14.087)
Marca	-	-	(8.652)	(7.409)
Carteira de clientes	-	-	(17.311)	(15.059)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.902)
Tributos diferidos passivos líquidos	(129.330)	(63.374)	(206.939)	(138.537)
Total tributos diferidos líquidos	636.602	673.224	695.776	699.324
Total Ativo	636.602	673.224	695.776	699.480
Total Passivo	-	-	-	(156)

(i) Na controladora, o imposto de renda diferido é relacionado ao benefício fiscal de amortização (para fins fiscais apenas) dos ágios, sendo um benefício fiscal foi reconhecido tendo como base incorporações ocorridas de 2022 a 2024. No consolidado, é relacionado também ao benefício fiscal de amortização (para fins fiscais apenas) dos ágios reconhecidos pelas controladas Cremer S.A. e Arp Med S.A.

O imposto de renda diferido passivo é relativo à amortização de ativos mensurados a valor justo, originados na aquisição da controlada Cremer S.A. em 2018. Na data de aquisição, a Companhia reconheceu um imposto de renda diferido passivo, baseado nas limitações fiscais e legais para conduzir um futuro processo de incorporação entre a controlada e a Companhia.

O registro dos créditos tributários diferidos está suportado por projeções que indicam a geração de lucros tributáveis futuros em montantes considerados suficientes para a realização dos ativos reconhecidos. Tais projeções foram elaboradas com base no orçamento do exercício de 2026, aprovado pela Administração e apresentado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de janeiro de 2026, considerando premissas alinhadas às estratégias corporativas do Grupo, ao histórico de desempenho operacional e financeiro e às expectativas de crescimento do mercado em que atua.

A Administração revisa periodicamente as premissas e os resultados efetivamente alcançados em relação a essas projeções e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização dos créditos tributários diferidos registrados. Com base nessas avaliações, a Administração estima que os créditos tributários reconhecidos serão realizados nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2026	-	6.816
2027	-	11.928
2028	23.713	42.345
2029	35.745	62.525
2030	40.937	70.099
2031	54.535	62.873
2032	62.778	62.778
2033	69.709	69.709
2034	75.897	75.897
2035 em diante	230.949	230.949
Total	594.263	695.920

Embora a Controladora tenha apresentado prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em exercícios recentes, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia manteve o registro dos impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social da Controladora no valor de R\$ 594.263. Em 31 de dezembro de 2025 o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos totalizava R\$ 350.546 na Controladora e no Consolidado (R\$ 364.431 na Controladora e no Consolidado em

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



31 de dezembro de 2024), tendo em vista que não é provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, em conformidade com o CPC 32 (IAS 12).

As premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados operacionais e financeiros representam estimativas da Administração e estão sujeitas às incertezas inerentes ao ambiente econômico e às condições de mercado. A Administração continuará revisando periodicamente essa avaliação, e o reconhecimento de tais créditos será reavaliado em exercícios futuros, à medida que novas evidências de recuperabilidade se tornem disponíveis.

(b) Conciliação da taxa fiscal efetiva

A conciliação entre a despesa calculada mediante a aplicação da alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social e a despesa efetivamente reconhecida no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes dos impostos	48.332	(1.555.380)	45.674	(1.591.547)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota básica	(16.433)	528.829	(15.529)	541.126
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Resultado com equivalência patrimonial (Nota Explicativa 12 a)	(11.521)	(56.850)	(344)	3.897
Incentivo fiscal (Nota Explicativa 23 d (iii))	-	35.323	-	36.137
IRPJ/CSLL Indébito Tributário	-	-	-	2.523
Outras (adições) e exclusões permanentes	(8.904)	(2.982)	(8.414)	(43.196)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituídos	6.765	(364.431)	(3.148)	(364.431)
Despesa de imposto de renda e contribuição social:	(30.093)	139.889	(27.435)	176.056
Alíquota efetiva	62,26%	8,99%	60,07%	11,06%
Imposto de renda e contribuição social corrente	288	205	(18.213)	(25.749)
Imposto de renda e contribuições social diferidos	(30.381)	139.684	(9.222)	201.805

Os incentivos fiscais apresentados no quadro acima dizem respeito exclusivamente a valores referentes a períodos anteriores 2024, conforme mencionado na Nota Explicativa 23 c (iii).

21. Partes relacionadas

As partes relacionadas do Grupo compreendem suas controladas, coligadas, demais empresas sob controle comum, bem como o pessoal-chave da Administração, conforme definido pelo CPC 05 (R1) / IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

As transações realizadas com partes relacionadas referem-se, substancialmente, à revenda de mercadorias, prestação de serviços administrativos, operações de mútuo, adiantamentos, distribuição de dividendos e outras operações usuais no contexto das atividades do Grupo.

Os saldos ativos e passivos decorrentes das transações com partes relacionadas estão apresentados a seguir, segregados por natureza e classificados de acordo com seus respectivos vencimentos.

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Saldos do Ativo circulante	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes				
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	6	-	-	-
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	29.415	36.366	-	-
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	533	2.482	-	-
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	-	328	-	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	1.479	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	53.522	52.185	-	-
Cremer S.A. (i)	119.446	8.370	-	-
DFLog - Transporte de Cargas Ltda.	770	-	-	-
Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda.	-	1	-	1
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	18	213	-	-
Health Logística Hospitalar S.A.	736	3.705	-	-
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	181	1.553	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	7	649	-	-
LIFE - Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	9	1.995	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	80	136	-	-
Neve Industria e Comercio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	143	139	-	-
Nutrifica Comercio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	475	61	-	-
Proinfusion S.A.	66.436	49.954	-	-
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	546	312	-	-
Solus Soluções Estéreis S.A.	6.325	5.275	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	40	83	-	-
	278.688	165.286	-	1
Adiantamentos a Fornecedores				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	-	2	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	324	325	-	-
Cremer S.A.	-	705	-	-
Neve Industria e Comercio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	-	3	-	-
Health Logística Hospitalar S.A.	79.245	66.450	-	-
	79.569	67.485	-	-
Dividendos a Receber				
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	3.244	504	-	-
FAMAP Nutrição Parenteral Ltda.	-	1.784	-	-
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	2.094	-	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	1.068	-	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	3.853	841	-	-
Proinfusion S.A.	-	1.596	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	3.589	-	-	-
	13.848	4.725	-	-
Mútuos a receber (iii)				
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	-	1.916	-	-
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	-	2.411	-	-
Boxi Soluções em Saúde Ltda.	1.431	1.431	-	-
Drogaria X Farmácia S.A.	2.159	1.856	2.159	1.856
Health Logística Hospitalar S.A.	10.800	10.800	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda	-	2.938	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	-	6.515	-	-
	14.390	27.867	2.159	1.856
Valores a receber (ii)				
Alminhana Comercio e Representação Ltda.	2.448	1.868	-	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	1.986	1.272	-	-
Aporte Nutricional Ltda.	257	481	-	-
Boxi Soluções em Saúde Ltda.	322	32	-	-
Boxi - Serviços de Atenção à Saúde Ltda.	99	-	-	-
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	-	59	-	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	238	-	-

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

CM Medicamentos Especiais Ltda.	2.815	1.562	-	-
CMH Participações Ltda.	26.522	-	-	-
Cremer S.A.	67.041	44.851	-	-
Famap Nutrição Parenteral Ltda.	304	2.280	-	-
Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda.	168	130	168	130
Health Logística Hospitalar S.A.	5.841	4.563	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	1.115	764	-	-
Life - Laboratório De Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	1.310	4.255	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	1.601	1.057	-	-
Neve Indústria e Comercio de Produtos Cirúrgicos Ltda.	1.084	665	-	-
Nutrifica Comercio De Nutrição Enteral E Parenteral Ltda	1.044	853	-	-
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	65.080	-	-	-
Proinfusion S.A.	705	10.903	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	404	1.425	-	-
	180.146	77.258	168	130
Total do Ativo	566.641	342.621	2.327	1.987

	Controladora		Consolidado	
Saldos do Passivo circulante	2025	2024	2025	2024
<u>Fornecedores</u>				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	28.834	28.836	-	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	57	-	-	-
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	3	-	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	3.041	2.808	-	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	171	-	-
Cremer S.A. (i)	894.756	737.127	-	-
DFLOG - Transporte de Cargas Ltda.	2.061	-	-	-
Health Logística Hospitalar S.A.	21.505	29.750	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	366	87	-	-
Neve Industria E Comercio De Produtos Cirúrgicos Ltda	6.105	6.107	-	-
Nutrifica Comercio De Nutrição Enteral E Parenteral Ltda.	100	103	-	-
Tecnocold Promoção de Vendas e Participações Ltda.	4.207	4.217	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	497	218	-	-
	961.532	809.424	-	-
<u>Adiantamento de Clientes</u>				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	158	-	-	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica Ltda.	-	1	-	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	-	24	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	642	503	-	-
Cremer S.A.	530	6.825	-	-
Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda.	2	-	2	-
Hosp-Pharma Manipulação e Suprimentos Ltda.	-	7	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	72	1	-	-
DFLOG - Transporte de Cargas Ltda.	16	-	-	-
LIFE - Laboratório de Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	104	102	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	-	1	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	2	-	-	-
Nutrifica Comercio De Nutrição Enteral E Parenteral Ltda	50	48	-	-
Neve Industria E Comercio De Produtos Cirúrgicos Ltda.	1	-	-	-
Proinfusion S.A.	23	96	-	-
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda.	146	1	-	-
Solus Soluções Estéreis S.A.	1	-	-	-
	1.747	7.609	2	-

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Outras contas a pagar (ii)				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	1.967	1.977	-	-
Aporte Nutricional Ltda.	4	-	-	-
Boxifarma Soluções em Saúde Ltda.	-	100	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	14	-	-	-
CMH Participações Ltda.	6	-	-	-
Cremer S.A.	3.279	2.425	-	-
Famap Nutrição Parenteral Ltda	4	-	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	7	-	-	-
LIFE - Laboratório De Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda.	15	-	-	-
Neve Industria E Comercio De Produtos Cirúrgicos Ltda.	5	-	-	-
Health Logística Hospitalar S.A.	980	830	-	-
Tecnocold Promoção de Vendas e Participações Ltda.	1.537	1.537	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	83	-	-	-
	7.901	6.869	-	-
Total do Passivo	971.180	823.902	2	-

(i) As principais aquisições da controlada Cremer envolvem produtos de uso hospitalar, como luvas e esparadrapos. Já as principais vendas realizadas à Cremer concentram-se em itens de higiene, como lenços umedecidos, absorventes para seios e hastes flexíveis. Eventuais ajustes nos prazos de pagamento são feitos conforme o planejamento financeiro, visando a otimização do fluxo de caixa consolidado.

(ii) A Companhia possui operação de prestação de serviços administrativos às empresas do Grupo Viveo e por isso possui contas a receber e a pagar junto a essas empresas. Essas transações não possuem incidência de encargos e não possuem garantias vinculadas.

(iii) As operações de mútuo a receber de controladas e coligadas não possuem garantias formalizadas e apresentam prazo de vencimento de um a dois anos. Os saldos com controladas não são remunerados, ao passo que os mantidos com a coligada X Farmácia são remunerados à taxa de CDI acrescida de 1,73% a.a., conforme previsto contratualmente.

As principais transações realizadas com partes relacionadas no exercício estão demonstradas a seguir:

Transações	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida de vendas				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	-	193	-	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica	194	75	-	-
Aporte Nutricional Ltda	5	19	-	-
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	-	386	-	-
CM Campinas Medicamentos Especiais Ltda.	2	563	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	29.606	26.936	-	-
Cremer S.A.	389.400	300.940	-	-
Drogaria Santa Cruz Paulista Ltda.	-	24	-	-
Famap Nutrição Parenteral Ltda	1.366	1.673	-	-
Far.me Farmacoterapia Otimizada Ltda.	-	-	-	24
FW Industria E Comercio De Produtos De Higiene S.A.	-	971	-	-
Hosp-Pharma Manipulação E Suprimentos Ltda	2.847	2.537	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	231	196	-	-
LIFE - Laboratório De Insumos Farmacêuticos Estéreis Ltda	7.681	6.742	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	357	310	-	-
Nutrifica Comercio de Nutrição Enteral e Parenteral LTDA	860	509	-	-
Proinfusion S.A.	64.343	30.886	-	-
Seven Fórmulas Quimioterápicas Ltda	1.251	1.396	-	-
Solus Soluções Estéreis S. A.	1.111	373	-	-
Vitalab Com de Prod. Para Laboratórios Ltda.	698	426	-	-
Total	499.952	375.155	-	24

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Compra de serviços e produtos				
Alminhana Comércio e Representação Ltda.	-	168	-	-
Apijã Produtos Hospitalares Laboratoriais Odontológicos e Assistência Técnica	57	218	-	-
Ative Medicamentos Especiais Ltda.	-	57	-	-
CM Medicamentos Especiais Ltda.	461	1.784	-	-
Cremer S.A.	-	396.143	-	-
DFLOG - Transporte de Cargas Ltda.	461.801	-	-	-
Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda. (i)	39.930	-	-	-
FW Indústria e Comércio de Produtos de Higiene Ltda.	-	918	-	-
Health Logística Hospitalar S.A.	98.449	68.595	-	-
Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda.	61	151	-	-
Macromed Produtos Hospitalares Ltda.	235	349	-	-
Neve Industria E Comercio De Produtos Cirúrgicos Ltda	-	4.590	-	-
Nutrifica Comercio de Nutrição Enteral e Parenteral Ltda.	124	130	-	-
Vitalab Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda.	307	554	-	-
Total	601.425	473.657	-	-

As transações de compra e venda de insumos e produtos entre partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios, em condições comerciais compatíveis com as praticadas com terceiros, consideradas as características das operações intragrupo. As margens refletem a alocação de funções e riscos entre as partes, e as operações possuem prazo médio de liquidação aproximado de 45 dias, não havendo incidência de encargos financeiros nem garantias formalizadas. A política interna do Grupo estabelece que tais transações devem ser suportadas por critérios objetivos e racional econômico consistente.

Operação de Backoffice a pagar

Além dos valores apresentados nos quadros acima, a Companhia possui operação de backoffice a pagar às suas controladas. A Companhia participa de estrutura compartilhada de backoffice no âmbito do Grupo, com equipes administrativas alocadas na Cremer e na Health Log que prestam suporte às demais empresas. Os custos, compostos substancialmente por despesas de pessoal e serviços vinculados a essas atividades, são registrados em centro de custo específico e posteriormente rateados entre as empresas beneficiárias com base no lucro bruto de cada empresa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa reconhecida no resultado foi de R\$ 20.691 (R\$ 28.198 em 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar correspondente era de R\$ 26.856 (R\$ 16.527 em 2024). As operações não possuem encargos financeiros nem garantias formalizadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e não-estatutários, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia e de suas controladas.

Para fins de transparência, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal é apresentada em conjunto com a remuneração do pessoal-chave, embora esses não integrem a Administração da Companhia.

As despesas registradas na demonstração do resultado, relativas à remuneração desses órgãos, foram de R\$ 23.817 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 21.661, em 31 de dezembro de 2024). Neste valor estão englobados benefícios de curto prazo, que correspondem a: (i) pró-labore ou honorário pago à Diretoria e aos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal; (ii) bônus pago à Diretoria e (iii) outros benefícios, como plano de saúde.

A Companhia não concede a seus administradores benefícios pós-emprego e /ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, além dos previstos pela legislação aplicável. O pessoal-chave da Administração possui plano de pagamento baseado em ações, conforme demonstrado na Nota Explicativa 24.

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo**22. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, tributários e cíveis e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas pela Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos.

(a) Riscos de perda prováveis

Referem-se a contingências trabalhistas e tributárias de provável pagamento pela Companhia, que consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas às discussões sobre valores de rescisão contratual e a procedimentos fiscais adotados pelo Grupo que envolvem alto grau de julgamento.

A análise para provisionamento desses valores foi efetuada em acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Controladora	31/12/2024	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2025
Trabalhistas	3.851	5.289	(3.489)	1.127	6.778
Tributárias (i)	418.790	9.809	(338.112)	41.053	131.540
Cíveis	1.695	2.776	(3.017)	125	1.579
Totais	424.336	17.874	(344.618)	42.305	139.897

Consolidado	31/12/2024	Provisões	Baixas	Encargos	31/12/2025
Trabalhistas	5.300	7.616	(6.316)	1.618	8.218
Tributárias (i)	419.249	12.661	(336.655)	36.722	131.977
Cíveis	16.618	2.885	(18.170)	739	2.072
Totais	441.167	23.162	(361.141)	39.079	142.267

(i) Em 31 de dezembro de 2025, as provisões relacionadas ao ICMS DIFAL somavam R\$ 95.703, sendo integralmente referentes ao exercício de 2021, com base em ações judiciais cuja probabilidade de perda permanece classificada como provável.

Com relação ao ICMS DIFAL de 2022, as provisões para riscos anteriormente constituídas foram revertidas líquidas de honorários advocatícios, no valor de R\$ 294.729 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (reversão de R\$ 310.357 de provisão para riscos e constituição de R\$ 16.360 de provisão para honorários advocatícios na rubrica “Outros passivos”), após o julgamento do STF no RE 1.426.271 (Tema 1.266, de 27 de outubro de 2025), que modulou os efeitos da decisão favoravelmente às empresas que ajuizaram ação até 29 de novembro de 2023, data do julgamento da ADI 7066. A Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus advogados externos, e com base na referida decisão, alterou a classificação do risco dos processos relativos ao ICMS DIFAL 2022 de “provável” para “remoto”. O valor da reversão inclui principal e atualização monetária. Vide notas explicativas 28 e 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(b) Riscos de perda possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou o montante de aproximadamente R\$ 431.454 na controladora e R\$ 854.600 no consolidado (R\$ 381.444 na controladora e R\$ 810.851 no consolidado 31 de dezembro de 2024) relativos aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas sobre os quais não foram constituídas provisões para fazer face a eventuais perdas por terem sido avaliadas com risco de perda possível pela Administração.

(i) Controladora – Autos de infração

A Controladora possui autos de infração relacionados ao questionamento pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás quanto à isenção na tributação da saída de determinados medicamentos revendidos. As principais infrações são:

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Processos nº 4012101558967, 4012101558703 e 4012101559181 – que juntos perfazem o montante de R\$ 14.298 Autos de infração lavrados em 2022 pelo Fisco, decorrentes de alegada utilização de carga tributária inferior à estabelecida na legislação tributária.

(ii) Controlada Cremer S.A.

A controlada Cremer S.A. possui as seguintes contingências classificadas como perda possível:

Processo 5019444-63.2021.4.04.7205 – no montante de R\$ 98.624 – Receita Federal do Brasil (RFB): Em 2016, a fiscalização resultou em auto de infração contra a Cremer Administradora de Bens Ltda., no qual a autoridade fiscal questiona o tratamento tributário conferido às vendas de imóveis, entendendo tratar-se de operações sujeitas à apuração de ganho de capital..

Processo nº 5011734-94.2023.8.13.0525 – no montante de R\$ 105.172 – Lavrada no Estado de Minas Gerais, referente à suposta infração por falta de pagamento de imposto devido à desconsideração de hipótese de diferimento, envolvendo o estabelecimento da incorporada Embramed, no período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016 e de janeiro de 2017 a setembro de 2019.

Processo nº 0007895-91.2013.8.24.0008 – no montante de R\$ 54.981 – Relacionado a ação de cobrança movida contra a Cremer, no ano de 2013, referente à alegada multa contratual decorrente da rescisão de contrato de fornecimento de energia elétrica.

Processo nº 3000439-59.2012.8.26.0609 – no montante de R\$ 35.981 – Relacionada à Ação Civil Pública movida em 2012 pelo Ministério Público de SP contra diversas empresas, dentre elas a Embramed (posteriormente incorporada pela Cremer), relacionada à abertura de concorrência pública no Município de Taboão da Serra, que, segundo alegação do Ministério Público, teria ocasionado suposto dano ao erário.

Processo nº 5020466-93.2025.8.13.0525 – no montante de R\$ 31.875 – Lavrada no Estado de Minas Gerais, trata-se de execução fiscal ajuizada para a cobrança do Auto de Infração nº 01.003839177-68, referente à exigência de ICMS, acrescido de juros de mora e multas. A autuação decorre de alegado creditamento indevido de ICMS, no período de outubro/2019 a abril/2023.

(iii) Incorporada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda.

A incorporada está envolvida em processos judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, classificados como perda possível. Nenhuma provisão foi constituída. As principais contingência em 31 de dezembro de 2025 é:

Processo nº 0072896-34.2014.4.01.3800 – no montante de R\$ 27.485 – Ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2014, questionando a aplicação da tabela CMED.

Processo nº 1001849-72.2021.4.01.3400 – no montante de R\$ 25.719 – A ação cautelar foi ajuizada para permitir o oferecimento antecipado de seguro-garantia judicial, evitando constrições patrimoniais enquanto se discute a cobrança administrativa de IRPJ e CSLL (auto de infração federal).

Processo nº 1063589-31.2021.4.01.3400 – no montante de R\$ 30.556 – Execução Fiscal ajuizada após a ação cautelar Processo nº 1001849-72.2021.4.01.3400. destinada à cobrança do referido crédito tributário referente à exigência de IRPJ e CSLL, já garantido pelo seguro-garantia apresentado.

(iv) Incorporada CM PFS Hospitalar S.A.

A incorporada está envolvida em processos tributários surgidos no curso normal de seus negócios considerados como perda possível. Nenhuma provisão foi constituída. A principal contingência em 31 de dezembro de 2025 refere-se a:

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

Processo nº 0007854-56.2020.8.16.0185 – no montante de R\$ 16.384 – Ajuizada pelo Estado do Paraná, visando a cobrança de suposta apropriação indevida de crédito de ICMS referente ao período de 2006 a 2010.

(v) Demais processos

Além dos processos individualmente mencionados acima, a Companhia é parte em outras demandas cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como de perda possível, que compõem o saldo remanescente das contingências não provisionadas, sendo as demandas de natureza tributária aquelas de maior representatividade.

De forma geral, as demandas tributárias envolvem discussões administrativas e judiciais relacionadas à interpretação da legislação fiscal, enquadramento de operações, obrigações acessórias, aplicação de regimes especiais, substituição tributária, diferencial de alíquota e glosas de créditos fiscais, típicas das atividades operacionais da Companhia. Individualmente, tais processos não são considerados relevantes.

As referidas demandas encontram-se em diferentes estágios processuais e são acompanhadas por assessores jurídicos externos, que suportam a avaliação da Administração quanto à classificação de risco atribuída.

(c) Depósitos judiciais

Controladora	31/12/2024	Depósito	Baixas	Encargos	31/12/2025
Tributárias (i)	38.440	15.021	(32.219)	13.348	34.590
Trabalhistas	2.464	37	(159)	-	2.342
Cíveis	132	820	(72)	134	1.014
Total	41.036	15.878	(32.450)	13.482	37.946

Consolidado	31/12/2024	Depósito	Baixas	Encargos	31/12/2025
Tributárias (i)	61.291	15.544	(47.035)	15.296	45.096
Trabalhistas	3.324	60	(334)	144	3.194
Cíveis	8.363	820	(6.303)	2.709	5.589
Total	72.978	16.424	(53.672)	18.149	53.879

(i) Os depósitos judiciais relativos ao Difal do ICMS incidentes nas vendas interestaduais do período de setembro de 2017 a maio de 2020 estão sendo reembolsados aos antigos acionistas da incorporada Expressa Distribuidora de Medicamentos Ltda., pois o contrato estabelece que, em relação a esse período, os valores obtidos com a decisão judicial favorável são devidos aos ex-sócios da incorporada. Estes valores estão sendo pagos líquidos de honorários de advogados e tributos incidentes sobre a reversão da provisão de contingências sobre o Difal. O saldo remanescente (Nota Explicativa 16.c (i)) será pago à medida que os depósitos judiciais forem liberados para a Companhia.

(d) Outros assuntos**(i) Subvenções para investimentos**

A Companhia, beneficiada por subvenções para investimentos, optou por não se apropriar de sua dedutibilidade, aguardando decisões definitivas de seus Mandados de Segurança que discutem o direito com base no Pacto Federativo.

23. Patrimônio Líquido**(a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.549.392 (R\$ 2.549.392 em 31 de dezembro de 2024) está representado por 322.820.608 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (322.820.608 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



(b) Reservas de capital

(i) Gastos com emissão de ações

A oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias foi liquidada no dia 09 de agosto de 2021. Baseado no preço por ação fixado em R\$ 19,92, os recursos brutos com o IPO atingiram a cifra de R\$ 700.000 antes das comissões e despesas. A Companhia incorreu com R\$ 47.750 em gastos com a oferta, que estão registrados no Patrimônio Líquido em “Gastos com emissão de ações”.

A segunda oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias foi liquidada no dia 04 de agosto de 2023. Baseado no preço por ação fixado em R\$ 21,21, os recursos brutos com o Follow On atingiram a cifra de R\$ 778.348 antes das comissões e despesas. A Companhia incorreu com R\$ 29.466 em gastos com a oferta, que estão registrados no Patrimônio Líquido em “Gastos com emissão de ações”.

(ii) Transações de capital – *Phantom Shares*

Em 05 de agosto de 2021 o Conselho de Administração aprovou a aumento de capital social em decorrência de entrega de ações aos beneficiários do programa de pagamento baseado em ações *Phantom Shares* no montante de R\$ 101.450. Parte do benefício foi pago em dinheiro no montante de R\$ 25.362, totalizando R\$ 126.812, líquido de encargos sociais. A operação está registrada no Patrimônio Líquido, em “Transações de Capital” na rubrica transações de capital.

(iii) Reserva de plano de pagamento baseado em ações

No dia 15 de fevereiro de 2022 a CM Hospitalar S.A. emitiu Instrumento Particular de Promessa de Outorga / Cessão de Ações e Outras Avenças, de seu primeiro Programa Sócio Viveonário, um plano de pagamento baseado em ações da própria Companhia. A quantidade de ações foi ofertada de forma individualizada para cada beneficiário e todas com data de outorga em 15 de fevereiro de 2022.

No dia 04 de maio de 2023 a CM Hospitalar S.A. emitiu Instrumento Particular de Promessa de Outorga / Cessão de Ações e Outras Avenças, de seu segundo Programa Sócio Viveonário, um plano de pagamento baseado em ações da própria Companhia. A quantidade de ações foi ofertada de forma individualizada para cada beneficiário e todas com data de outorga em 05 de maio de 2023.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui reserva para pagamento destes planos de pagamento baseado em ações no montante de R\$ 19.043 (R\$ 15.870 em 31 de dezembro de 2024), conforme Nota Explicativa 24.

(iv) Ações em Tesouraria

Em 25 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura de um programa de recompra de ações. A Companhia poderá adquirir até 6.335.996 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal, o que representa 1,96% do capital total da Companhia e de 3,48% das ações em circulação, totalizando com as atuais ações em tesouraria 5,00% das ações em circulação, em conformidade com o estabelecido na Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022.

O programa teve um prazo de 18 meses, com início em 26 de outubro de 2023 e término em 25 de abril de 2025. As operações de compra foram suportadas pelos recursos disponíveis na conta de reserva de lucros pelo resultado do exercício em andamento, segregadas as destinações às reservas mencionadas no Art. 8º, §1º, inciso IV da Resolução CVM 77.

Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 7.012.300 ações, totalizando o valor de R\$ 59.169 (7.012.300 ações, totalizando o valor de R\$ 59.169 até 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

(c) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal terá por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal, tendo em vista que o lucro do exercício foi integralmente destinado à absorção de prejuízos acumulados (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou R\$ 70.315 da reserva legal para absorver os prejuízos do exercício).

(ii) Reserva de retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 31 de dezembro de 2025, a companhia não constituiu reserva de retenção de lucros, uma vez que o lucro do exercício foi integralmente destinado à absorção de prejuízos acumulados (em 31 de dezembro de 2024, a companhia utilizou R\$ 170.290 da reserva de retenção de lucros para absorver os prejuízos do exercício).

(iii) Reservas de incentivos fiscais

A Companhia possui subvenções para investimentos ligadas a incentivos fiscais de ICMS, registradas no Patrimônio Líquido e utilizadas como dedução de IRPJ e CSLL referente a exercícios anteriores a 2024. Conforme mencionado na Nota Explicativa 22 (d), a Companhia aguarda decisões judiciais para definir a continuidade do benefício.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou R\$ 830.306 da reserva de incentivos fiscais para absorver os prejuízos do exercício. Em 31 de dezembro de 2025, não houve movimentação relevante na reserva de incentivos fiscais.

(d) Remuneração aos Acionistas

(i) Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas possuem o direito de receber, em cada exercício, a título de dividendos, o percentual mínimo obrigatório de 30% sobre o lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, não constituiu dividendos a pagar porque a Companhia teve prejuízo no exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia igualmente não constituiu dividendos a pagar, uma vez que o lucro do exercício foi integralmente destinado à absorção de prejuízos acumulados, nos termos da legislação societária aplicável.

24. Pagamento baseado e liquidável em ações

A Companhia mantém programas de pagamento baseado e liquidável em ações, classificados como liquidados com instrumentos patrimoniais, por meio dos quais determinados executivos fazem jus ao recebimento de ações da própria Companhia, desde que cumpridas condições de permanência e desempenho previamente estabelecidas. As despesas correspondentes são reconhecidas ao longo do período de aquisição de direito (vesting), com contrapartida em reserva de capital no patrimônio líquido, conforme o CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações.

Descrição dos programas

Nos exercícios de 2022 e 2023, a Companhia instituiu os Programas Sócio Viveonário 2022 e Sócio Viveonário 2023, estruturados sob a forma de Restricted Stock Units (RSUs), representando promessa de entrega gratuita de ações da própria Companhia em data futura, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Os referidos programas foram implementados com fundamento em plano de remuneração baseado em ações aprovado em Assembleia Geral de

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Acionistas, nos termos da regulamentação aplicável, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre a implementação, condições e beneficiários de cada programa.

Os programas contemplam executivos das categorias de gerentes, diretores e diretores estatutários, definidos pela Administração.

Ambos os programas possuem condição de desempenho vinculada à valorização das ações da Companhia, exigindo que o preço mínimo da ação seja atingido durante o período de carência, sem atualização monetária, de forma acumulativa entre os períodos de vesting.

O período máximo de aquisição de direito (vesting) é de até 4 anos, com início do exercício a partir do segundo ano, observados cronogramas específicos conforme o plano e o perfil do beneficiário.

Devido à homogeneidade dos participantes, o valor justo das ações outorgadas foi mensurado por meio de avaliação única, utilizando o modelo de Monte Carlo.

Resumo dos planos outorgados

	Data da outorga	Vesting period	Método de avaliação	Total das ações outorgadas	Valor justo da ação pelo método	Percentual histórico de participação do plano	Total do valor justo do plano	Total provisionado
Programa 2022	15/02/2022	4 anos encerrados em fevereiro de 2026	Monte Carlo for Pricing Option	2.384.266 ações	R\$ 6,54	85%	R\$ 13.248	R\$ 11.713
Programa 2023	05/05/2023	4 anos encerrados em março de 2027	Monte Carlo for Pricing Option	3.487.730 ações	R\$ 3,48	85%	R\$ 10.330	R\$ 7.330

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

Premissa	Programa 2022	Programa 2023
Valor justo na data da outorga	R\$ 6,54	R\$ 6,54
Preço da ação na data da outorga	R\$ 18,30	R\$ 18,30
Preço de exercício	R\$ 19,92	R\$ 19,92
Volatilidade esperada (média ponderada)	54,02%	54,02%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	2,6 anos	2,6 anos
Dividendos esperados	2,35%	2,35%
Taxa de juros livre de riscos	11,97%	11,97%

Despesa reconhecida no resultado

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a despesa reconhecida com pagamentos baseados em ações foi a seguinte:

Plano	2025	2024
Programa 2022	1.157	884
Programa 2023	2.016	3.531
Total	3.173	4.415

Efeitos patrimoniais e diluição

O exercício das ações outorgadas poderá resultar na emissão de novas ações ou na alienação de ações em tesouraria, com potencial efeito dilutivo aos acionistas, não sendo possível mensurar, na data-base das demonstrações financeiras, o impacto efetivo de tal diluição.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado baseado no lucro atribuível aos acionistas ordinárias e o número médio ponderado de ações em circulação após ajuste para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Básico e diluído	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Lucro líquido / (Prejuízo) alocado para ações ordinárias	18.239	(1.415.491)
Média ponderada de ações ordinárias	315.808.308	317.677.975
Lucro / (Prejuízo) por ação – básico e diluído	0,05775	(4,455742)

Média ponderada das ações ordinárias

Básico e diluído	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Ações ordinárias em circulação em 1º de janeiro	315.808.308	320.047.008
Recompra de ações em 2024	-	(4.238.700)
Média ponderada de ações ordinárias	315.808.308	317.677.975

O único instrumento financeiro que proporciona diluição se refere aos planos de remuneração baseado em ações cujos detalhes estão descritos na Nota 24. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, considerando que o preço médio de mercado da ação era inferior ao preço de exercício das opções, o plano de remuneração em ações proporcionaria um efeito anti-dilutivo e, portanto, não foi adicionado para fins de cálculo do lucro (prejuízo) diluído por ação, resultando no mesmo lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

26. Receita

A receita do Grupo é reconhecida de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, e é mensurada com base na contraprestação especificada nos contratos com clientes. O reconhecimento ocorre no momento da transferência do controle dos produtos ao cliente, usualmente na entrega das mercadorias.

A receita decorre, principalmente, do fornecimento e da distribuição de produtos e medicamentos destinados às áreas de saúde hospitalar e de higiene pessoal, sendo apresentada líquida de abatimentos, vendas canceladas, devoluções e tributos incidentes sobre vendas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita bruta de vendas e serviços prestados	11.529.387	11.316.854	13.313.739	13.398.762
(-) Abatimentos, vendas canceladas e devoluções	(315.035)	(274.744)	(410.663)	(380.848)
(-) Tributos sobre vendas	(1.130.886)	(1.170.076)	(1.336.150)	(1.434.543)
Total	10.083.466	9.872.034	11.566.926	11.583.371

As operações do Grupo concentram-se no mercado brasileiro, que representou 99,85% da receita no exercício, sendo 0,15% referente a vendas ao exterior. O Grupo não possui cliente que represente, individualmente, 10% ou mais da receita operacional.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, que representa uma parcela pequena do faturamento do Grupo, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que reversões significativas no valor da receita

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

acumulada reconhecida não ocorram. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. Esses descontos são mensurados com base nos termos contratuais de cada contrato com cliente, dependendo do relacionamento com a Companhia e o histórico de pagamentos.

A desagregação da receita com base nos segmentos reportáveis está demonstrada na Nota Explicativa 30 - Informações por Segmento. As operações do Grupo não apresentam características cíclicas ou sazonais que poderiam afetar a comparabilidade e interpretação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

27. Despesas por natureza

As despesas do Grupo são reconhecidas pelo regime de competência e apresentadas por natureza, em conformidade com o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. O quadro a seguir inclui tanto custos quanto despesas operacionais incorridas no período, classificados de acordo com sua essência econômica.

Os custos dos produtos vendidos, embora apresentados separadamente nas Demonstrações do Resultado, integram o quadro por natureza, sendo posteriormente reclassificados por função para fins de análise do desempenho.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matéria-prima, produtos de revenda e custos de propriedade	8.878.032	9.035.372	9.549.726	9.944.617
Salários, férias e benefícios a empregados	251.000	249.788	488.971	450.405
Encargos sociais	59.390	64.233	116.280	112.277
Serviços de consultoria	13.203	39.237	24.268	51.745
Comissões	20.655	18.512	41.587	38.305
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	20.279	82.279	26.779	109.936
Frete	188.528	168.316	297.290	294.066
Embalagens	17.774	8.276	18.117	19.916
Aluguéis	30.973	25.038	45.566	41.156
Serviços de terceiros	69.597	44.409	137.045	136.479
Despesas de viagens	8.427	10.909	13.250	14.565
Depreciação e amortização	210.808	181.276	330.372	311.127
Materiais de uso e consumo	29.231	28.772	76.038	75.780
Combustíveis e lubrificantes	5.893	5.489	13.142	12.912
Manutenção de bens, veículos e equipamentos	23.672	34.984	40.221	51.489
Seguros	14.651	11.475	19.080	16.631
Taxas diversas	4.301	5.431	9.819	7.694
Outros gastos	1.904	132.511	4.025	171.637
Total	9.848.318	10.146.307	11.251.576	11.860.737

Classificadas como	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos das mercadorias e produtos vendidos	8.986.718	9.140.658	9.897.565	10.277.418
Despesas com vendas	192.932	220.282	364.487	484.050
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	20.279	82.279	26.779	109.936
Despesas gerais e administrativas	648.389	703.088	962.745	989.333
Total	9.848.318	10.146.307	11.251.576	11.860.737

Não houve, nos períodos apresentados, alterações relevantes na composição das despesas por natureza que demandassem abertura adicional ou reclassificação significativa entre rubricas.

Notas Explicativas**CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo**28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, compreendem receitas e despesas não diretamente relacionadas às atividades principais do Grupo, reconhecidas pelo regime de competência, incluindo efeitos de eventos não recorrentes, reversões e constituições de provisões, baixas de ativos, resultados relacionados a operações encerradas e outros efeitos operacionais diversos.

As rubricas estão segregadas entre outras despesas e outras receitas operacionais, de modo a evidenciar a natureza dos principais efeitos que impactaram o resultado dos períodos apresentados.

No exercício de 2025, o saldo líquido foi impactado, principalmente, por eventos de natureza não recorrente, notadamente reversões de provisões, créditos tributários e gastos residuais associados ao encerramento de operações, conforme detalhado nas notas explicativas a seguir.

As outras receitas e despesas operacionais são apresentadas de forma líquida quando relacionadas a eventos de mesma natureza e efeito econômico, cuja compensação reflete de maneira mais adequada o impacto no resultado do período.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Outras despesas operacionais				
Doações e bonificações concedidas	(187)	(139)	(1.285)	(2.162)
Outros serviços de terceiros	(392)	(994)	(421)	(1.003)
(Constituição) / reversão de provisões (iv)	-	(345.670)	-	(331.383)
Despesas relacionadas a desastres – Rio Grande do Sul	-	(651)	-	(10.473)
Baixa de ativos e resultado na alienação do ativo imobilizado	(5.319)	-	(5.584)	(45.577)
Perdas com operações encerradas e impairment de ativos não financeiros (i)	(5.173)	-	(5.173)	(97.262)
Outras despesas	(11.973)	(59.416)	(8.954)	(102.049)
Total	(23.044)	(406.870)	(21.417)	(589.909)
Outras receitas operacionais				
Bonificações recebidas	-	11	877	3.288
Créditos tributários	22.448	-	36.260	1.101
Reversão de obrigação por aquisição de investimento (ii)	7.560	9.438	9.357	9.438
Valores recebidos de créditos com clientes	3.076	1.489	3.323	1.609
(Constituição) / reversão de provisões (iii)	178.529	-	185.618	-
Outras receitas	2.261	232	3.298	715
Total	213.874	11.170	238.733	16.151
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	190.830	(395.700)	217.316	(573.758)

(i) Refere-se às perdas reconhecidas em testes de impairment sobre o ágio das controladas Boxifarma e Far.me, bem como à decisão de encerramento das atividades da controlada Far.me e de sua subsidiária Santa Cruz, aprovadas no exercício de 2024. No exercício de 2025, foram incorridos gastos residuais no montante de R\$ 5.173, relacionados ao processo de encerramento dessas operações, reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, conforme descrito na Nota Explicativa 12 (d).

(ii) Refere-se à reversão de parcela retida em aquisições de investimentos, decorrente da movimentação de contingências, baixa de ativos e remensurações de parcelas contingentes, relacionadas a períodos de responsabilidade dos antigos acionistas das adquiridas, reconhecida nos exercícios de 2025 e 2024.

(iii) Inclui montante de R\$ 180.215 referente à reversão da provisão para risco relativa ao ICMS DIFAL de 2022, líquida dos honorários advocatícios (R\$ 196.575 de reversão da provisão para risco e R\$ 16.360 de honorários advocatícios), conforme descrito na Nota Explicativa 22 (a).

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

viveo

(iv) O valor de 2024 refere-se, substancialmente, à constituição de provisões relacionadas ao diferencial de alíquota do ICMS “DIFAL, no montante de R\$ 213.230, e ao reconhecimento de provisão para perda de R\$ 99.541 referente a ICMS a recuperar, ambos reconhecidos no resultado do exercício de 2024, com base na avaliação da Administração quanto à probabilidade de perda e à recuperabilidade dos respectivos saldos.

29. Resultado financeiro

O resultado financeiro do Grupo compreende as receitas e despesas financeiras reconhecidas pelo regime de competência, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, variações cambiais, efeitos de instrumentos financeiros derivativos e atualização monetária.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	39.473	52.347	58.154	78.747
Juros ativos	8.209	10.535	12.735	12.374
Ganhos com derivativos	-	-	-	27.424
Variação cambial	3.489	1.559	31.875	356
Atualização monetária (i)	141.994	4.417	143.335	13.089
Resultado por recompra de debêntures (Nota Explicativa 17)	105.589	-	105.589	-
Outras receitas financeiras	3.801	733	6.761	2.805
Total	302.555	69.591	358.449	134.795
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(373.447)	(340.561)	(545.956)	(457.072)
Juros sobre arrendamentos	(25.103)	(21.939)	(44.945)	(32.373)
Perdas com derivativos	-	-	(22.264)	-
Despesas bancárias	(9.377)	(10.718)	(11.503)	(13.646)
Descontos concedidos	(25)	(157)	(4.802)	(6.075)
Variação cambial	(2.037)	(10.326)	(10.770)	(55.287)
Atualização monetária (ii)	(151.236)	(253.114)	(155.147)	(256.818)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(4.696)	(2.647)	(6.080)	(4.160)
Outras despesas financeiras	(31.104)	(29.132)	(42.971)	(37.924)
Total	(597.025)	(668.594)	(844.438)	(863.355)

(i) Inclui montante de R\$ 114.514 referente à reversão da atualização monetária da provisão para risco relacionada ao ICMS DIFAL de 2022, reconhecida no resultado do exercício, conforme detalhado na Nota Explicativa 22 (a).

(ii) O saldo de 2024 inclui o montante de R\$ 138.911 referente à atualização monetária da provisão para risco relacionada ao ICMS DIFAL dos períodos de 2021 e 2022.

30. Informações por segmento

O CPC 22 e o IFRS 8 – Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pela Diretoria Executiva em conjunto com o Conselho de Administração, principais tomadores de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Considerando a forma como seus negócios são geridos tanto sob a perspectiva operacional quanto financeira, a Companhia classificou suas operações nos seguintes segmentos operacionais, que também representam seus segmentos primários para fins de divulgação de informações: Medicamentos, Materiais e Outros.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- Medicamentos – compreende, principalmente, a distribuição de medicamentos, incluindo analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatórios, oncológicos, anestésicos, vacinas, entre outros.
- Materiais – compreende a fabricação e distribuição de materiais das categorias cardíaca, cirúrgica, urinária, diagnóstica, esterilização, paramentação, higiene, proteção, entre outros.
- Outros – compreende, principalmente, operações de serviços e atividades de suporte à saúde, incluindo serviços farmacoterapêuticos, atividades de atenção à saúde humana e Programa de Suporte ao Paciente (PSP), realizadas por determinadas controladas do grupo.

2025	Consolidado			
	Medicamento	Material	Outros	Total
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.731.714	2.715.850	119.362	11.566.926
Lucro operacional antes do resultado financeiro	262.113	243.248	26.302	531.663
Depreciação / Amortização / Exaustão	264.695	58.833	6.844	330.372
Ativos Identificáveis	6.781.716	2.109.336	92.706	8.983.758
Passivos Identificáveis	5.319.434	1.654.518	72.717	7.046.669

2024	Consolidado			
	Medicamento	Material	Outros	Total
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.920.167	2.568.191	95.012	11.583.370
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(661.138)	(81.489)	(120.360)	(862.987)
Depreciação / Amortização / Exaustão	215.179	97.382	(1.434)	311.127
Ativos Identificáveis	7.355.215	2.186.981	11.440	9.553.636
Passivos Identificáveis	6.129.141	1.480.788	7.746	7.617.675

As vendas no mercado doméstico representam 99,85% em cada um dos segmentos de negócio e as vendas ao mercado externo representam 0,15%. As vendas realizadas no mercado externo são pouco representativas e destinam-se, principalmente, aos seguintes países: Argentina, Bolívia, Paraguai, México e Uruguai.

Todas as instalações industriais e de distribuição do Grupo estão localizadas no Brasil.

Para fins de apresentação das informações consolidadas, as receitas decorrentes de transações entre companhias do mesmo grupo são eliminadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram eliminadas receitas no montante de R\$ 1.145.073 (R\$ 835.654 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

31. Itens não caixa

Itens não caixa são transações que afetam as demonstrações contábeis sem envolver entrada ou saída imediata de recursos financeiros, sendo relevantes para a compreensão da variação patrimonial e do resultado contábil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os principais itens não caixa incluíram:

Arrendamentos: em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a Companhia reconheceu novos contratos registrados como ativos de direito de uso e passivos de arrendamento, sem efeito de caixa no momento do reconhecimento, nos montantes de R\$ 65.028 na Controladora e R\$ 183.499 no Consolidado (R\$ 138.347 na Controladora e R\$ 190.134 no Consolidado 31 de dezembro de 2024), conforme Nota Explicativa 15 - Arrendamentos.

Aquisição de negócios a prazo: reconhecimento de obrigação a pagar decorrente de combinação de negócios, sem desembolso de caixa no reconhecimento inicial, relacionada à aquisição da DFLog – Transporte de Cargas Ltda. O valor

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



total da contraprestação acordada foi de R\$ 54.000, dos quais R\$ 21.000 foram liquidados em caixa na data da aquisição e R\$ 33.000 reconhecidos como passivo a pagar, sem efeito imediato no caixa, conforme descrito na Nota Explicativa 4.2 - Combinação de negócios.

Os demais ajustes apresentados como itens não caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa referem-se, substancialmente, a despesas de depreciação e amortização, provisões, perdas por redução ao valor recuperável, juros apropriados, variações monetárias e cambiais, resultado de equivalência patrimonial e pagamento baseado em ações, os quais estão detalhados em suas respectivas notas explicativas.

Por se tratar de transações sem efeito imediato no caixa, tais valores não são apresentados como fluxos de caixa na Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada pelo método indireto. Os desembolsos futuros relacionados a esses itens serão refletidos nos fluxos de caixa à medida que forem realizados, conforme sua classificação em atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.

32. Eventos subsequentes

Entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou a ocorrência de eventos subsequentes, conforme previsto no CPC 24 / IAS 10, e concluiu que não ocorreram eventos subsequentes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais nas presentes demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

CM HOSPITALAR S.A. E CONTROLADAS

Relatório anual resumido do comitê de auditoria

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mario Sergio Ayres Cunha Ribeiro – Presidente

Carla Schmitzberger

Jerome Paul Jacques Cadier

Luiz Felipe Duarte Martins Costa

Marcelo Strufaldi Castelli

Thayan Nascimento Hartmann

CONSELHO FISCAL

Conrado Lamastra Pacheco – Presidente

Marcelo Freitas Pereira – Vice-Presidente

Leda Maria Deiro Hahn

COMITÊ DE AUDITORIA, GESTÃO DE RISCOS E DE COMPLIANCE

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador

Guillermo Oscar Braunbeck

Marcelo Strufaldi Castelli

DIRETORIA

André Clark Juliano - Diretor Presidente

Artur de Barros Avancine - Vice-Presidente de Capital Humano e ESG

Frederico de Aguiar Oldani - Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

Luiz Augusto de Lima e Silva Filho - Vice-Presidente de Operações

Flávia de Lima Carvalho - Diretora de Relações com Investidores e M&A

Renan de Almeida Hervelha - Diretor Comercial

CONTADOR

Aroldo Mendes da Silva

CRC SP 164434/O-7

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou qualquer outro serviço que não seja a auditoria externa, junto ao auditor independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda, que possam comprometer sua independência. A Companhia adota como princípio o fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não exercer funções gerenciais, não advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo dessa forma a independência dos trabalhos realizados pelos prestadores de serviços de auditoria.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da CM Hospitalar S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CM Hospitalar S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 13 e nº 14, a Companhia possui registrados no ativo imobilizado os montantes de R\$285.784 mil e R\$485.230 mil na controladora e consolidado, respectivamente, e no ativo intangível os montantes de R\$1.359.257 mil e R\$2.547.320 mil na controladora e consolidado, respectivamente. O pronunciamento técnico CPC 01 (R1) e a norma internacional IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" determinam que, independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve testar anualmente ou no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. O valor recuperável deve ser determinado por ativo individual ou unidade geradora de caixa e, caso ele seja inferior ao valor contábil, deve ser reconhecida uma perda por desvalorização do ativo no resultado do exercício.

A identificação das unidades geradoras de caixa e a avaliação das perdas pela redução ao valor recuperável de ativos envolve complexidade e elevado grau de julgamento pela Diretoria da Companhia, em função da necessidade de alocação dos ativos às unidades geradoras de caixa, bem como da determinação do modelo e das premissas de negócio e de avaliação econômica utilizadas na estimativa do valor recuperável dos ativos.

A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa "Distribuição", "Indústria" e "Insuma" foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) do grau de julgamento pela Diretoria na identificação e alocação dos ativos às unidades geradoras de caixa; (iii) do elevado grau de complexidade e julgamento aplicado pela Diretoria na estimativa do valor recuperável, incluindo a definição do modelo e das premissas de negócio e de avaliação econômica. A auditoria deste assunto requer um elevado grau de julgamento e esforço, incluindo o envolvimento de nossos especialistas de avaliação econômica.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionadas à identificação e alocação de ativos às unidades geradoras de caixa e à determinação do modelo e premissas da Diretoria aplicados na avaliação da estimativa para o valor recuperável dos ativos; (ii) a análise, os desafios e os testes sobre as principais premissas de negócio e dados macro econômicos e financeiros utilizados para a determinação do valor recuperável, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os fluxos de caixa projetados e do desempenho histórico, a análise retrospectiva de resultados e a avaliação de evidências contraditórias; (iii) o envolvimento de nossos especialistas de avaliação econômica na realização de indagações à Diretoria e ao avaliador externo da Companhia e de testes sobre a metodologia, o cálculo matemático e as principais premissas de avaliação econômica aplicados na avaliação do valor recuperável; (iv) a avaliação de dados e informações financeiras comparáveis de empresas da indústria na qual a Companhia e as unidades geradoras de caixa atuam, quando aplicável; e (v) a análise e avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que avaliação de perdas

pela redução ao valor recuperável de ativos acima descrita e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento e realização de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Por que é um PAA?

Conforme divulgado na nota explicativa nº 20.a, a Companhia possui registrados no ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos os montantes de R\$636.602 mil e R\$695.776 mil na controladora e consolidado, respectivamente. O pronunciamento técnico CPC 32 e a norma internacional IAS 12 - "Tributos sobre o lucro" determinam que, na medida em que não for provável que estará disponível lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias não utilizados sejam utilizados, o ativo fiscal diferido não deve ser reconhecido. A avaliação da disponibilidade de lucro tributável deve ser realizada por entidade tributável.

A avaliação do reconhecimento e realização de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos envolve complexidade e elevado grau de julgamento pela Diretoria da Companhia, em função das incertezas relativas aos resultados tributáveis futuros, bem como da necessidade de determinação das premissas de negócio e financeiras utilizadas na projeção dos resultados tributáveis futuros considerado como provável de recuperação e, que desta forma, suportam o reconhecimento do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O reconhecimento e realização de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos da entidade tributável e controladora C.M. Hospitalar S.A. foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da existência de prejuízos fiscais em exercícios recentes; e (iii) elevado grau de complexidade e julgamento aplicado pela Diretoria na determinação das projeções de resultados tributáveis futuros, incluindo a definição das premissas de negócio, premissas financeiras e macro econômicas e dos exercícios em que serão utilizados os prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e implementação das atividades de controles internos relevantes relacionadas ao reconhecimento e realização do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) a leitura e análise do memorando técnico preparado pela Diretoria que suporta o reconhecimento e realização do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos; (iii) a análise retrospectiva de resultados tributáveis históricos e a avaliação de evidências contraditórias; (iv) a análise do estudo técnico preparado pelo especialista da Diretoria; (v) a análise, os desafios e os testes sobre as principais premissas de negócio, financeiras e macro econômicas e do período de projeções utilizados para a determinação das projeções de resultados tributáveis, incluindo a realização de indagações às áreas de negócios, tesouraria e controladoria acerca das premissas e projeções que suportam os resultados tributáveis projetados; e (vi) a análise e avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos uma deficiência no controle relativo à avaliação do reconhecimento e realização de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos, que nos levou a alterar a nossa abordagem de auditoria e ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o reconhecimento e realização de ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos acima descritos e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a

Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da CM Hospitalar S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Artigo 163 da Lei nº 6.404/1976, em cumprimento às normas estatutárias e ao Regimento Interno do referido órgão, examinou previamente as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Debateu e participou de reuniões com a Administração, com o Comitê de Auditoria da Companhia e com os Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., no decorrer do exercício. Os membros do Conselho Fiscal, abaixo-firmados, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, objeto de deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada a's 13h30m desta mesma data, assim como o respectivo Parecer dos Auditores Independentes Deloitte, datado de 05 de março de 2026, e os demais documentos acima, estão adequadamente apresentados em seus aspectos relevantes, e opinam que estão em condições de serem submetidos e apreciados pelos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser oportunamente convocada pela Administração da Companhia. Adicionalmente, o Conselho Fiscal avaliou e discutiu a proposta da administração sobre a destinação do resultado da Companhia: "destinação do resultado do exercício social 2025: o lucro total apurado, no valor de R\$ 18.240.164,71 (dezoito milhões, duzentos e quarenta mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), seja integralmente absorvido pela conta de prejuízos acumulados". Considerando os prejuízos acumulados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal recomenda o encaminhamento desta proposta para deliberação e aprovação pelos Acionistas em Assembleia Geral.

São Paulo, 05 de março de 2026.

CONRADO LAMASTRA PACHECO
Presidente do Conselho Fiscal

MARCELO FREITAS PEREIRA
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

LEDA MARIA DEIRO HAHN
Conselheira Fiscal

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

COMITÊ DE AUDITORIA, GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE ("Comitê")

CNPJ: 12.420.164/0001-57 NIRE: 35.300.486.854

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ

REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DA COMPANHIA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

O Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e de Compliance é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e composto por três membros independentes, nomeados pelo Conselho de Administração, em data de 30 de maio de 2025, sendo suas atividades definidas pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021 e demais legislações vigentes, além das atribuições definidas pelo Estatuto Social da Companhia e por seu Regimento Interno. Os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2025, reafirmando manter uma postura imparcial e cética no desempenho de suas atividades, especialmente em relação às estimativas presentes nas demonstrações financeiras e à gestão da Companhia. Atividades do Comitê: O planejamento dos trabalhos foi realizado considerando as principais atribuições, sendo revisado periodicamente à medida da evolução das atividades. O Comitê acompanhou as atividades desenvolvidas pelas áreas responsáveis por realizar a auditoria externa (auditoria independente), a auditoria externa (auditoria independente), auditoria interna, o controle interno, e o gerenciamento de riscos, elaboração das demonstrações financeiras e o acompanhamento das contingências no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2025. Nesse período realizou sete reuniões, contemplando os seguintes trabalhos desenvolvidos: a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria independente; b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; c) Supervisionou as atividades da área de controles internos, bem como discutiu com a Administração e os auditores independentes a respeito da efetividade e adequação dos controles internos da Companhia; d) Revisou o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Companhia; e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela Administração e corroboradas pelos auditores independentes para a elaboração de suas demonstrações financeiras trimestrais e anual; f) Avaliou e monitorou, juntamente com a Administração e auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas divulgações; g) Criou rotinas de verificação de eventuais riscos sofridos pela Companhia, em especial riscos envolvendo processos judiciais e procedimentos administrativos em geral; e h) Elaborou em conjunto com a Administração o cronograma de reuniões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Todos os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário, foram devidamente formalizados em atas. Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas reuniões com a Auditoria Interna, Auditoria Independente, Diretor Presidente, Vice-Presidência Administrativo-Financeiro, assessoria Jurídica e gerência de Gestão de Riscos e demais áreas e órgãos que integram a governança da Companhia. Salienta-se que, previamente às divulgações das informações trimestrais (ITRs) e anual, os integrantes do Comitê reuniram-se com os Auditores Independentes para avaliar os aspectos do ambiente de controle na geração das informações e dos números divulgados e da independência dos auditores e avaliou a minuta do seu parecer, emitido sem ressalvas. Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras. Conclusão: A análise dos apontamentos dos relatórios da Auditoria Interna, das exposições de riscos da Companhia, compliance e da Auditoria Independente, ponderadas as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, não apresentou elementos que comprometessem a efetividade do sistema de controles internos. Neste período foram examinados os relatórios de Controles Internos e da Auditoria Interna até a data base 31 de dezembro de 2025, tendo sido emitida recomendações de providências corretivas em relação aos seus apontamentos à administração, as quais se encontram em andamento. No presente exercício o comitê, considerou o ambiente de controle interno adequado, devendo sofrer aperfeiçoamentos de forma contínua. A mitigação dos pontos indicados está sendo processada e monitorada. Tendo em vista as reuniões e discussões com os representantes da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda; Auditores Independentes da Companhia, sobre o Sistema de Controles Internos e descumprimento de dispositivos legais e regulamentares referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e que não foram identificados aspectos relevantes que pudessem comprometer a efetividade dos controles internos da Companhia e suas controladas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis com observância à Lei das Sociedades por Ações e às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Comitê declara que examina regularmente as demonstrações financeiras, mantém contato frequente com a Administração, Contabilidade, Auditoria Interna e Auditoria Independente, permitindo-lhe avaliar a qualidade dessas demonstrações e entender que estão livres de distorções relevantes. Com base nas atividades desenvolvidas por este Comitê de Auditoria Estatutário, no que lhes foi dado conhecer, concluímos que as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da CM HOSPITALAR S.A. e controladas foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras do Grupo Viveo, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão adequadas para encaminhamento e apreciação, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Ribeirão Preto, 04 de março de 2026.

Marcello Joaquim Pacheco – Coordenador

Guillermo Oscar Braunbeck – Membro

Marcelo Strufaldi Castelli - Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Nos termos da instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

André Clark Juliano - Diretor Presidente
Artur de Barros Avancine - Vice-Presidente de Capital Humano e ESG
Frederico de Aguiar Oldani - Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
Luiz Augusto de Lima e Silva Filho - Vice-Presidente de Operações
Flávia de Lima Carvalho - Diretora de Relações com Investidores e M&A
Renan de Almeida Hervilha - Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Nos termos da instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

DIRETORIA

André Clark Juliano - Diretor Presidente
Artur de Barros Avancine - Vice-Presidente de Capital Humano e ESG
Frederico de Aguiar Oldani - Vice-Presidente Administrativo e Financeiro
Luiz Augusto de Lima e Silva Filho - Vice-Presidente de Operações
Flávia de Lima Carvalho - Diretora de Relações com Investidores e M&A
Renan de Almeida Hervelha - Diretor Comercial

ANEXO II
Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia
(Item 2 do Formulário de Referência)

2. Comentários dos Diretores

2.1 – Condições financeiras e patrimoniais

Introdução

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 e suas respectivas notas explicativas.

As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, foram preparadas em conformidade com as Normas Contábeis Internacionais (“*IFRS Accounting Standards*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“*BR GAAP*”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias ao longo de um exercício. A Análise Vertical representa o percentual de uma linha em relação à receita para os exercícios em análise nas datas aplicáveis.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as

informações constantes das demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores do grupo da Companhia (<https://ri.viveo.com.br/>) e no website da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm).

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A seguir, apresentamos as informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Empréstimos e Financiamento circulante	146.605	153.751	111.058
Debêntures circulante	851.316	249.001	280.688
Derivativos circulante	3.603	911	16.412
Empréstimos e Financiamento não circulante	212.620	284.636	316.151
Debêntures não circulante	2.229.845	3.185.016	2.519.027
Derivativos não circulante	(1.773)	(8.953)	19.763
Dívida Bruta	3.442.216	3.864.362	3.263.099
Caixa, Equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	658.563	1.130.161	1.001.494
Dívida Líquida / (Caixa Líquido)	2.783.653	2.734.201	2.261.605
Patrimônio Líquido	1.937.089	1.926.522	3.289.360

A Companhia apresentou Dívida Bruta de R\$ 3.442.216 mil em 31 de dezembro de 2025 em comparação a Dívida Bruta de R\$ 3.864.362 mil em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de 10,9%, ou R\$ 422.146 mil é explicada, principalmente, pelas recompras de debêntures realizadas durante o ano e pela amortização da 1ª parcela da 4ª emissão de debêntures da Companhia no último trimestre de 2025.

A Companhia apresentou Dívida Bruta de R\$ 3.864.362 mil em 31 de dezembro de 2024 em comparação a Dívida Bruta de R\$ 3.263.099 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de 18,4%, ou R\$ 601.263 mil é explicado em função, principalmente, pelas novas captações via emissão de debêntures da Companhia realizadas no primeiro semestre de 2024.

A Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$ 2.783.653 mil em 31 de dezembro de 2025 em comparação a Dívida Líquida de R\$ 2.734.201 mil em 31 de dezembro de 2024. Esse aumento de 1,8%, ou R\$ 49.452 mil, é explicado principalmente pelo consumo de caixa financeiro decorrente do pagamento de juros relativos a empréstimos e debêntures contratados pela Companhia, bem

como por desembolsos relacionados a pagamento relacionados a aquisições societárias realizadas ao longo do exercício de 2025.

A Companhia apresentou Dívida Líquida de R\$ 2.734.201 mil em 31 de dezembro de 2024 em comparação a Dívida Líquida de R\$ 2.261.605 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento de 20,9%, ou R\$ 472.596 mil, é explicado principalmente pelo consumo de caixa financeiro, principalmente em virtude do pagamento de parcelas referentes a aquisições de empresas realizadas pela Companhia. No ano de 2024, a melhora do fluxo de caixa livre deve-se às iniciativas de melhoria de capital de giro, como o financiamento dos estoques pelos fornecedores, redução de excesso de estoques, impostos, além de um menor saldo de CAPEX.

Avaliando a Companhia pelo Índice de Liquidez Corrente, é possível demonstrar que nos últimos três exercícios sociais o ativo circulante é superior ao passivo circulante sendo que, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 os montantes do ativo circulante eram superiores ao montante do passivo circulante em 1,33, 1,85 e 1,95 vezes, respectivamente. Dessa maneira a Companhia entende poder arcar com os compromissos financeiros de curto prazo.

(Em milhares de reais),	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Ativo Circulante	4.653.627	5.261.680	5.974.663
Passivo Circulante	3.499.523	2.850.768	3.056.590
Índice de Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,33	1,85	1,95

(b) Estrutura de capital

Para capital de terceiros, a Companhia conta com linhas de financiamento principalmente de capital de giro e debêntures, em Reais ou indexadas a outras moedas e posteriormente convertidas para Reais por meio de operações de *swap*.

Abaixo encontra-se demonstrada a divisão da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio (representada pelo patrimônio líquido) e capital de terceiros (correspondente ao passivo):

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Passivo Circulante (a)	3.499.523	2.850.768	3.056.590
Passivo Não Circulante (b)	3.547.146	4.767.818	3.840.743
Patrimônio Líquido (c)	1.937.089	1.926.522	3.289.360
Total (d) = (a) + (b) + (c)	8.983.758	9.545.108	10.186.693

Capital de Terceiros ((a+b)/d)	78,44%	79,82%	67,71%
Capital Próprio (c/d)	21,56%	20,18%	32,29%

A Companhia apresentou o total de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante de R\$ 3.440.386 mil em 31 de dezembro de 2025, em comparação a total de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante de R\$ 3.872.404 mil em 31 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou aumento na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, comparado a 31 de dezembro de 2024, essa variação está relacionada, principalmente às amortizações de principal de empréstimos e debêntures, bem como recompra de debêntures da Companhia realizadas ao longo do exercício.

A Companhia apresentou o total de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante de R\$ 3.872.404 mil em 31 de dezembro de 2024, em comparação a total de empréstimos, financiamentos e debêntures circulante e não circulante de R\$ 3.226.924 mil em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou redução na proporção de capital próprio em sua estrutura de capital, comparado a 31 de dezembro de 2023, em função, principalmente, da emissão de R\$ 400.000 mil decorrente da 7ª emissão de debêntures da Companhia, e da emissão de R\$ 1 bilhão decorrente da 7ª emissão de debêntures da Cremer, ambas no primeiro semestre de 2024, parcialmente compensadas pelo pré-pagamento da 7ª emissão de debêntures da Companhia.

As principais contas que compunham Capitais de Terceiros em 31 de dezembro de 2025, representavam R\$ 3.440.386 mil, sendo referentes a Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e R\$ 1.900.958 mil referentes a Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 2.549.392 mil eram referentes ao Capital Social.

As principais contas que compunham Capitais de Terceiros em 31 de dezembro de 2024, representavam R\$ 3.872.404 mil, sendo referentes a Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e R\$ 1.906.631 mil referentes a Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.549.392 mil eram referentes ao Capital Social.

As principais contas que compunham Capitais de Terceiros, em 31 de dezembro de 2023, representavam R\$ 3.226.924 mil, sendo referentes a Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e R\$ 2.081.767 mil referentes a Fornecedores. Em 31 de dezembro de 2023, R\$ 2.549.392 mil eram referentes ao Capital Social.

Os diretores da Companhia acreditam que sua estrutura de capital atual é adequada para a continuidade das operações.

Adicionalmente, os diretores acreditam que a Companhia possui uma posição de caixa suficiente para continuar desenvolvendo suas operações nos próximos anos.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital da Companhia seja suficiente para suprir suas necessidades de caixa, relativas às suas obrigações contratuais decorrentes de empréstimos, financiamentos, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possam garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso seja necessário contrair novos empréstimos para financiar investimentos e aquisições, os diretores entendem que a Companhia possui condições de contratar e de honrar tais obrigações.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros. À mesma data, R\$ 997.921 mil em Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estavam no Passivo Circulante. A posição de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras da Companhia era de R\$ 658.563 mil, limitando-se em 0,66x as obrigações de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures no Passivo Circulante.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros. À mesma data, R\$ 402.752 mil em Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estavam no Passivo Circulante. A posição de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras da Companhia era de R\$ 1.130.161 mil, superando em 2,81x as obrigações de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures no Passivo Circulante.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava adimplente com seus compromissos financeiros. À mesma data, R\$ 391.746 mil em Empréstimos, Financiamentos e Debêntures estavam no Passivo Circulante. A posição de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras da Companhia era de R\$ 1.001.494 mil, superando em 2,56x as obrigações de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures no Passivo Circulante.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	Em 31/12/2025	Em 31/12/2024	Em 31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras (a)	658.563	1.130.161	1.001.494
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante (b)	997.921	402.752	391.746
(a) / (b)	0,66x	2,81x	2,56x

Desde o final de 2023, a Companhia tem enfrentado alguns desafios relacionados à rentabilidade e ao capital de giro. Para solucioná-los, a Companhia realizou um mapeamento das causas e implementou planos de ação com o apoio de consultorias e do time interno sênior. As principais

iniciativas adotadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 incluem (i) a revisão do planejamento de compras para otimizar seus estoques, (ii) a implementação de um novo modelo de gerenciamento de portfólio focado no ROIC marginal por fornecedor; e (ii) a renegociação de contratos com fornecedores e clientes.

Além disso, a Companhia desenvolveu ferramentas para ampliar e priorizar cotações de vendas, realizou ajustes estratégicos na estrutura administrativa para reduzir custos indiretos e otimizou despesas com frete. Paralelamente, vem investindo em projetos internos, como a centralização de processos administrativos (CSC), unificação de fábricas e migração para um novo sistema de gestão. Os diretores da Companhia entendem que essas ações devem gerar resultados e fortalecer a estrutura operacional da Companhia, otimizando o capital de giro e preparando para os desafios futuros do mercado.

Adicionalmente, conforme descrito nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia iniciou as discussões com os credores visando o alongamento dos prazos de pagamento de principal devidos a partir do segundo semestre de 2026.

Nesse sentido, mesmo diante dos desafios enfrentados em 2025, os diretores entendem que estão tomando as medidas adequadas para honrar seus compromissos financeiros futuros. O processo de reestruturação em curso visa fortalecer a sustentabilidade financeira e assegurar o cumprimento de suas obrigações no curso normal de suas atividades.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

A Companhia é ativa no mercado de capitais no sentido de buscar linhas de financiamento atrativas para financiar o seu crescimento, investimentos e reduzir o seu custo de dívida. Durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram:

Em 2025:

- Contrato BNDES Emergencial Complementar da Companhia no valor de R\$ 71.400.000,00;

Em 2024:

- 7ª Emissão de Debêntures da Cremer no valor de R\$ 1.000.000.000,00;
- 7ª Emissão de Debêntures da Companhia no valor de R\$ 400.000.000,00;

- Projeto de inovação (FINEP) no valor de R\$ 22.535.691,89.
- Emissão de Nota de Crédito de Exportação com o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. no valor de R\$ 40.000.000,00.

Em 2023:

- Contrato de Loan 4131 com International Finance Corporation (IFC) no valor de R\$ 200.000.000,00
- Emissão de Nota de Crédito de Exportação com o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. no valor de R\$ 35.000.000,00

Maior detalhamento das linhas de financiamento em aberto da Companhia pode ser encontrado no item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Os Diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia podem precisar ser ajustadas de forma a ficar mais adequada ao seu perfil de endividamento no futuro. Sendo assim, os Diretores da Companhia estão sempre avaliando opções de operações que permitam preservar o perfil de longo prazo da dívida financeira, com os melhores custos, de modo a garantir a capacidade de pagamento de seus compromissos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não apresentou deficiências de liquidez nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023. No entanto, no caso de um cenário no qual a necessidade de recursos não possa ser suportada com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor, a Companhia poderá realizar antecipação de recebíveis e/ou captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

Assim, na data deste Formulário de Referência, os Diretores da Companhia não vislumbram necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Abaixo, uma breve descrição dos instrumentos de empréstimo relevantes da Companhia em vigor em 31 de dezembro de 2025 ("Contratos Relevantes"):

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 359.225 mil, enquanto o circulante e não circulante de debêntures era de R\$ 3.081.161 mil, os quais, somados, totalizam o montante de R\$ 3.440.386 mil; enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 658.563 mil.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 438.387 mil, enquanto o circulante e não circulante de debêntures era de R\$ 3.434.017 mil, os quais, somados, totalizam o montante de R\$ 3.872.404 mil; enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.130.161 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total de empréstimos e financiamentos circulante e não circulante da Companhia era de R\$ 427.209 mil, enquanto o de total circulante e não circulante de debêntures era de R\$ 2.779.715 mil, os quais somados totalizam o montante de R\$ 3.226.924 mil; enquanto a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R\$ 1.001.494 mil.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve um perfil predominantemente de longo prazo em seu endividamento, sendo 71% da Dívida Bruta correspondente a um endividamento de longo prazo, comparado a 90% e 88% em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

Os diretores da Companhia acreditam que o perfil da dívida é adequado face seus compromissos e geração de caixa, bem como que a Companhia está preparada e tem a capacidade de obter novos recursos no mercado se necessário.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são divididos nas seguintes modalidades, a saber:

Cédula de Crédito Bancário e capital de giro (moeda nacional e moeda estrangeira):

Operações contratadas com o objetivo de financiar o capital de giro da Companhia. As taxas de juros são variáveis de acordo com o CDI, com *spreads* que variam de 1,55% a 2,00% ao ano, no caso de operações em moeda estrangeira, ou de acordo com o TR com *spread* de 1,36% ao ano na operação em moeda nacional. O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia sob esta modalidade, considerando capital de giro na moeda nacional e estrangeira, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 156.595 mil.

Nota de Crédito à Exportação:

Nota de crédito à exportação emitida pela Cremer S.A. junto ao China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., em abril de 2023, no valor de R\$ 35.000.000,00, e em abril de 2024, no valor de R\$ 40.000.000,00. Os juros da operação são referenciados ao CDI, acrescidos de um spread que varia de 1,40% a 1,60% ao ano. O saldo devedor da referida nota, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 35.375 mil.

Projeto de inovação:

Operação contratada com o objetivo de financiar Projeto de inovação da Companhia. Os juros da operação são referenciados na TR (Taxa Referencial) acrescido do *spread* de 3,80%. O saldo devedor da referida nota, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 21.533 mil.

Empréstimos em Moedas Estrangeiras - Capital de giro em moeda estrangeira (USD) - 459/00/21 - Controlada Cremer e Capital de giro em moeda estrangeira (USD) - 1037155 - Controlada Cremer

Em maio de 2021 a controlada Cremer S.A. contratou com o Banco Santander (Brasil) S.A. um empréstimo de USD 18.868 mil, em outubro de 2021 com o China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. outro empréstimo de USD 12.314 mil.

Na mesma data, em maio de 2021, a controlada Expressa, contratou também com o Banco Santander (Brasil) S.A. um empréstimo de USD 18.868 mil.

Com o objetivo de proteger o seu fluxo de caixa contra riscos de variações de taxas de câmbio, um instrumento derivativo de *swap* foi contratado por ambas as empresas, com mesmo vencimento e valor.

Em setembro de 2023, devido à incorporação da controlada Expressa, o empréstimo acima foi transferido para a Cremer S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo dos contratos em nome da controlada Cremer S.A eram de USD 6.323 mil, USD 3.802 mil e USD 6.323 mil.

Empréstimo IFC - Capital de giro - 43082 – Controladora

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia contratou com o International Finance Corporation (IFC) um Loan Agreement de R\$ 200 milhões, com taxa de CDI+1,60% e prazo até 15 de outubro de 2029. A contratação se deu com o objetivo de destinar os recursos a gastos de capital para expansão e modernização de fábricas, projetos logísticos e reforço de capital de giro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do contrato era de R\$ 145.722 mil.

Contrato BNDES Emergencial Complementar

Em 16 de abril de 2025, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor de R\$ 71.400.000,00, com taxa de 1,36% ao ano, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil e prazo de vencimento em 15 de maio de 2028. A contratação se deu com a finalidade de apoiar as necessidades de liquidez da Companhia, impactadas por eventos emergenciais, por meio da disponibilização de capital de giro no âmbito do Programa BNDES Emergencial Complementar. Referido programa tem como objetivo fomentar ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como a retomada das atividades econômicas, incluindo apoio a empresas afetadas pela enchente histórica ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do contrato era de R\$ 66.066 mil.

Debêntures:

As debêntures do Grupo foram realizadas nos termos da então Instrução da Comissão de Valores Mobiliários do Brasil - CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ou da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme vigência à época da emissão. Os recursos captados pela Companhia possuem a finalidade de reforçar o capital de giro e/ou caixa. Segue a descrição das debêntures vigentes do Grupo:

4ª emissão de Debêntures - Controladora

Em 05 de novembro de 2021, a Companhia efetuou a 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos, com vencimento final em 05 de novembro de 2028, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de outubro de 2021. Posteriormente, conforme deliberações tomadas nas Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 26 de dezembro de 2024 e 21 de março de 2025, foi celebrado o Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão, que promoveu alterações na estrutura que passaram a ser da espécie com garantia real, mantendo-se a garantia fidejussória. Essa emissão tem como principais características o seguinte:

Montante: R\$ 530.000 mil;

Datas: (a) emissão: 05 de novembro de 2021 e (b) vencimento: 05 de novembro de 2028;

Amortização: 4 parcelas anuais e consecutivas, a partir do 4º ano contado da data de emissão;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, capitalizadas de uma sobretaxa de 1,70%, com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores deverão ser pagos semestralmente, sem carência contado da data da emissão.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante 4ª emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 377.769 mil.

5ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 22 de julho de 2022, a Companhia efetuou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de junho de 2022. Posteriormente, conforme deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 26 de dezembro de 2024 e 21 de março de 2025, e formalizado pelo Segundo Aditamento, as debêntures passaram a ser da espécie com garantia real, mantendo-se a garantia fidejussória adicional já existente. Essa emissão tem como principais características:

Montante: R\$ 1.000.000;

Datas: (a) emissão: 22 de julho de 2022; (b) vencimento: 22 de julho de 2027;

Amortização: (a) o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de julho de 2026, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “*over extra grupo*”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de janeiro de 2023.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante 5ª emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 869.676 mil.

6ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 27 de outubro de 2022, a Companhia efetuou a 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante a ser convolada em da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, para distribuição pública com esforços restritos. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 18 de outubro de 2022. Com a implementação do Segundo Aditamento à Escritura de Emissão, celebrado em 15 de abril de 2025, a estrutura das debêntures passou a ser classificadas como debêntures da espécie com garantia real, mantendo-se a garantia fidejussória adicional anteriormente existente, o que representa a eliminação definitiva do regime de garantia flutuante. Essa emissão tem como principais características:

Montante: R\$ 400.000;

Datas: (a) emissão: 19 de outubro de 2022 e (b) vencimento: 27 de outubro de 2027;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de outubro de 2026, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: As debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da data de emissão das debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de abril de 2023.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante a 6ª emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 382.527 mil.

7ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.

Em 23 de fevereiro de 2024, a Cremer S.A. efetuou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversíveis em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 22 de fevereiro de

2024. Em 15 de abril de 2025, a Companhia celebrou o Primeiro Aditamento à Escritura da 7ª emissão de debêntures simples, originalmente classificadas como quirografárias com garantia fidejussória adicional. Com o aditamento, as debêntures passaram a ser da espécie com garantia real, mantendo-se a garantia fidejussória existente. Essa emissão tem como principais características:

Montante: R\$ 1.000.000.000,00;

Datas: (a) emissão: 23 de fevereiro de 2024 e (b) vencimento: 28 de fevereiro de 2029;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de fevereiro de 2028, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal Unitário, desde a primeira Data de Integralização das Debêntures;

Pagamento da Remuneração: os valores serão pagos semestralmente, sem carência contada da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de agosto de 2024.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante a 7ª emissão de debêntures da Cremer em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.048.466 mil.

7ª emissão de Debêntures – Controladora

Em 30 de abril de 2024, a CM Hospitalar S.A. efetuou a 7ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, não conversíveis em ações. Essa emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 30 de abril de 2024. Em 15 de abril de 2025, a CM Hospitalar celebrou o 1º Aditamento da 7ª emissão de debêntures, alterando sua espécie para garantia real, antecipando o vencimento para 28/02/2029. Essa emissão tem como principais características:

Montante: R\$ 400.000.000,00;

Datas: (a) emissão: 08 de maio de 2024 e (b) vencimento: 28 de fevereiro de 2029;

Amortização: o saldo do valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas)

parcelas consecutivas, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de fevereiro de 2028, e a última parcela na data de vencimento das debêntures;

Remuneração: as debêntures renderão juros correspondentes a 100% da acumulação das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, calculadas e divulgadas pela B3 S.A. acrescidas de uma sobretaxa de 1,60% a.a., com base em 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal ou Saldo do Valor Nominal.

O saldo devedor dos financiamentos contratados pela Companhia mediante a 7ª emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 402.723 mil.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas evidenciadas no item 2.1(f) acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia é parte, como tomadora, em contratos de empréstimos e financiamentos evidenciados no item 2.1(f).(i) acima e, portanto, no contexto de tais financiamentos, está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, exemplificadamente:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia;
- (b) alienação de ativos da Companhia;
- (c) distribuição de dividendos.

As debêntures mencionadas anteriormente possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestralmente. Os referidos índices são os seguintes: Manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada para fins de

Covenants pelo EBITDA Ajustado ("Covenants"), para fins de *covenants* calculado conforme determinado no contrato de dívida, igual ou menor a 3,5x;

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, todos os *Covenants* e demais obrigações foram cumpridas.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os *Covenants* totalizaram 4,28x e por isso, a Companhia obteve anuência prévia (*waiver*) com relação aos *Covenants* previstos nas escrituras de emissão da 4^a, 5^a, 6^a e 7^a emissões de debêntures da Companhia e da Cremer, bem como nos demais empréstimos e financiamentos.

O teor da anuência prévia (*waiver*) em relação às referidas emissões de debêntures pode ser consultado nas atas das Assembleias Gerais de Debenturistas disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.ri.viveo.com.br>) e no website da CVM (www.gov.br/cvm).

No contexto da negociação com os investidores e credores, a Companhia renegociou *os Covenants* das suas emissões de debêntures (conforme mencionado abaixo) e, como contrapartida, ofereceu garantias e outras obrigações usuais em negociações desse tipo. Os diretores da Companhia entendem que essas ações reforçam a segurança financeira da Companhia, permitindo foco na evolução de projetos, otimização operacional e fortalecimento das relações com *stakeholders*.

Assim, a partir das datas indicadas abaixo, as medições dos *Covenants* deverão observar os seguintes limites:

- 5,0x em 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025;
- 4,75x em 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025;
- 4,5x em 31 de dezembro de 2025; e
- 4,0x em 31 de março de 2026.
- A partir da medição a ser realizada em junho de 2026, os *Covenants* voltam aos limites pactuados anteriormente, qual seja, de 3,5x.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 todos os *Covenants*, conforme limites indicados acima, e demais obrigações foram cumpridas.

Ainda, parte dos Contratos Relevantes possuem cláusula de *cross-default* e *cross-acceleration* nos

casos de descumprimento de qualquer obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do financiamento ou de qualquer outra dívida financeira da Companhia, conforme abaixo.

Instrumento	Tipo de vencimento antecipado cruzado	Saldo em 31/12/2025 <i>(em R\$ mil)</i>
Debênture 4ª Emissão - Controladora	<i>cross-default</i>	377.769
Debênture 5ª Emissão - Controladora	<i>cross-default</i>	869.676
Debênture 6ª Emissão - Controladora	<i>cross-default</i>	382.527
Debênture 7ª Emissão - Controladora	<i>cross-default</i>	402.723
7ª emissão de Debêntures – Controlada Cremer S.A.	<i>cross-default</i>	1.048.466
Empréstimo IFC -Capital de giro - 43082 - Controladora	<i>cross-default</i>	145.722
Contrato BNDES Emergencial	N/A	66.066
Capital de giro em moeda estrangeira (USD) - 459/00/21 - Controlada Cremer	N/A	20.945
Capital de giro em moeda estrangeira (USD) - 1058578 - Controlada Cremer	N/A	34.792
Capital de giro em moeda estrangeira (USD) - 1037155 - Controlada Cremer	N/A	34.792
Nota de Crédito à Exportação	N/A	35.375
Projeto de inovação (FINEP)	N/A	21.533

Adicionalmente, vale ressaltar que dentre os contratos financeiros descritos no item (i) acima, 95,82% estão sujeitos a vencimento antecipado cruzado (cross-default ou cross acceleration), em 31 de dezembro de 2025. Parte dessa sujeição se aplica a eventual descumprimento de Covenants e/ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do grupo econômico da Companhia, o que representa aproximadamente 32,50% de seu endividamento.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha um total de R\$ 79.408 mil relacionados aos financiamentos contratados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha contrato com o *International Finance Corporation* (IFC) de R\$ 200 milhões com taxa de CDI+1,60% e prazo até outubro de 2029. Os recursos serão destinados à gastos de capital para expansão e modernização da fábrica, projetos logísticos e reforço de capital de giro da Companhia. O primeiro recebimento de R\$ 100 milhões ocorreu em fevereiro de 2023 e o segundo em abril de 2023. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo do contrato era de R\$ 145.722 mil.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As variações relevantes nos itens das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 são discutidas a seguir.

Durante os períodos analisados, foram realizadas aquisições relevantes. Em 2023, a Companhia adquiriu as empresas Far.me e Neve Medical. Em 2024, não foram realizadas aquisições. Em 2025, a controlada Health Logística Hospitalar S.A. adquiriu a DFLog – Transporte de Cargas Ltda.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2025	% Receita	2024	% Receita	Variação 2025 x 2024
Receita	11.566.926	100%	11.583.371	100%	-0,14%
Custos das mercadorias e dos produtos vendidos	(9.897.565)	-85,57%	(10.277.418)	-88,73%	-3,70%
Lucro Bruto	1.669.361	14,43%	1.305.953	11,27%	27,83%
Despesas com vendas	(364.487)	-3,15%	(484.050)	-4,18%	-24,70%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(26.779)	-0,23%	(109.936)	-0,95%	-75,64%
Despesas gerais e administrativas	(962.745)	-8,32%	(989.332)	-8,54%	-2,69%
Outras Receitas e Despesas ¹	217.316	1,88%	(573.758)	-4,95%	-137,88%
Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	(1.003)	-0,01%	(11.862)	0,10%	-91,54%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	531.663	4,60%	(862.987)	-7,45%	-161,61%
Receitas financeiras	358.449	3,10%	134.793	1,16%	165,92%
Despesas financeiras	(844.438)	-7,30%	(863.353)	-7,45%	-2,19%
Resultado antes dos Impostos	45.674	0,39%	(1.591.547)	-13,74%	-102,87%
Imposto de Renda e Contribuição Social -correntes	(18.213)	-0,16%	(25.749)	-0,22%	-29,27%

Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	(9.222)	-0,08%	201.805	1,74%	-104,57%
Lucro Líquido do Período	18.239	0,16%	(1.415.491)	-12,22%	-101,29%

(1) Considera a soma dos valores apresentados nas rubricas de "Outras Receitas" e "Outras Despesas".

Receita

A receita operacional líquida totalizou R\$ 11.566.926 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 0,1% em relação aos R\$ 11.583.371 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Tal variação se deve à retração nos canais de Hospitais e Clínicas - em linha com a estratégia de seletividade comercial e reconfiguração do portfólio - e de Serviços, impactado pela perda de contratos em operações de manipulação decorrente da internalização dessas atividades por grandes clientes, que não foi compensado pelo crescimento observado nos canais de Laboratórios e Vacinas - impulsionado pelo bom desempenho do mercado privado de vacinas, evolução do ticket médio e ampliação da base de clientes - e de Varejo- sustentado pela expansão de marcas próprias e ganho de *market share* em categorias estratégicas do portfólio.

Custos das mercadorias e produtos vendidos

Os custos das mercadorias e dos produtos vendidos totalizaram R\$ 9.897.565 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 3,7% em relação aos R\$ 10.277.418 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação decorre, principalmente, da redução do volume de vendas no período, em linha com a leve retração da receita, o que impacta diretamente o custo das mercadorias e produtos vendidos. Adicionalmente, a Companhia promoveu a revisão de acordos comerciais e otimização do mix de produtos, contribuindo para melhora de margem. Tais efeitos foram parcialmente compensados pela inflação do período.

Lucro Bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro bruto chegou a R\$ 1.669.361 mil, aumento de 27,8% em relação ao valor atingido ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que correspondeu a R\$ 1.305.953 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a margem bruta foi de 14,4% ante margem bruta de 11,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Essa variação reflete principalmente melhoras no mix de produtos comercializados, maior eficiência operacional nas operações da Companhia e iniciativas de gestão de custos, que contribuíram para a expansão do lucro bruto em ritmo superior ao crescimento da receita líquida.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 364.487 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 24,7% quando comparado com o apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando correspondeu a R\$ 484.050 mil. Essa variação está relacionada principalmente às iniciativas de eficiência operacional implementadas ao longo do ano, com destaque para a otimização das operações logísticas e maior eficiência na gestão de fretes, decorrentes da integração das operações logísticas e de iniciativas de racionalização de custos.

Ao longo de 2025, a Companhia avançou nas iniciativas voltadas à otimização logística e maior controle dessas despesas, com foco em melhorar a eficiência operacional e reduzir custos associados às operações de transporte.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram saldo líquido de despesa de R\$ 26.779 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 75,6% comparado com o apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando correspondeu a R\$ 109.936 mil. Esse resultado deve-se ao efeito não recorrente ocorrido no terceiro trimestre de 2024, no valor de R\$ 110.150 mil, referente à revisão de provisão, que foi motivada pelo aumento da inadimplência dos clientes em relação aos dados históricos e pelas atuais condições econômicas. A análise considerou os títulos vencidos, as garantias, o perfil de risco dos clientes e uma avaliação prospectiva do risco de crédito.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 962.745 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 2,7% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando correspondeu a R\$ 989.332 mil. A redução observada decorre, principalmente, da implementação de iniciativas de eficiência operacional e maior disciplina na gestão de custos, com destaque para a otimização de despesas com pessoal, serviços de terceiros e despesas corporativas.

Outras receitas e despesas

As outras receitas e despesas totalizaram saldo líquido de receita de R\$ 217.316 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ante despesa líquida de R\$ 573.758 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação deve-se, principalmente, aos efeitos não recorrentes da reversão de provisões relacionadas ao DIFAL, no montante aproximado de R\$ 190.670 mil, em decorrência da definição, pelo Supremo Tribunal Federal, da modulação de efeitos no âmbito da controvérsia sobre a cobrança do DIFAL nas operações interestaduais destinadas a consumidor

final não contribuinte (EC nº 87/2015 e LC nº 190/2022), o que resultou na reversão de valores anteriormente provisionados e vinculados aos mandados de segurança impetrados pela Companhia.

Cabe destacar que o resultado negativo de 2024 também é decorrente de efeitos não recorrentes, sendo os principais: as despesas relacionadas ao DIFAL, no montante de R\$ 278.826 mil, e provisão para perda de estoque, no montante de R\$ 108.254 mil.

Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial

Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial totalizaram 1.003 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, redução de 91,5% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução é decorrente da melhora do resultado de equivalência patrimonial da coligada X Farmácia, que diminuiu seu prejuízo em aproximadamente R\$ 775 mil, (passando de R\$ 1.778 mil em 2024 para de R\$ 1.003 mil em 2025), e da ausência de movimentações com amortização de mais-valias e impairment de ágios, que impactaram negativamente o resultado de 2024 no montante de R\$ 10.084.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi positivo em R\$ 531.663 mil, revertendo o resultado negativo de R\$ 862.987 mil apresentada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Receitas Financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as receitas financeiras totalizaram R\$ 358.449 mil, comparado com R\$ 134.793 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 165,9%. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de resultado com recompra de debêntures, no montante de R\$ 105.589 mil.

Despesas Financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as despesas financeiras totalizaram R\$ 844.438 mil, redução de 2,2% quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando totalizaram R\$ 863.353 mil. A redução está ligada principalmente à reversão da atualização monetária da provisão de DIFAL, registrada nesta rubrica. Esse efeito compensou, em grande

parte, o aumento das despesas com juros, decorrente do nível mais elevado da taxa Selic ao longo do ano.

Resultado antes dos Impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes dos impostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi positivo em R\$ 45.674 mil, revertendo o valor apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que correspondeu a R\$ 1.591.547 mil.

Imposto de renda e Contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou despesa de R\$ 27.435 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ante receita de R\$ 176.056 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. No último trimestre do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia deixou de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$ 3.148 mil. Como consequência, foi reconhecida a receita tributária de R\$ 8.414 milhões no período.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Como resultado dos fatores mencionados acima, a Companhia reportou Lucro Líquido de R\$ 18.239 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, revertendo o Prejuízo Líquido reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de R\$ 1.415.491 mil.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Apresentamos a seguir as explicações às principais variações ocorridas e as explicações sobre o resultado da Companhia.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	2024	% Receita	2023	% Receita	Variação 2024 x 2023
Receita	11.583.371	100%	11.083.830	100%	4,5%
Custos das mercadorias e dos produtos vendidos	(10.277.418)	-88,73%	(9.349.113)	-84,35%	9,9%
Lucro Bruto	1.305.953	11,27%	1.734.717	15,65%	-24,7%
Despesas com vendas	(484.050)	-4,18%	(281.399)	-2,54%	72,0%
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(109.936)	-0,95%	8.457	0,08%	-1.399,9%
Despesas gerais e administrativas	(989.332)	-8,54%	(864.658)	-7,80%	14,4%
Outras Receitas e Despesas ¹	(573.758)	-4,95%	41.010	0,37%	1.499,1%

Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial	(11.862)	0,10%	(1.677)	-0,02%	607,3%
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos	(862.987)	-7,45%	636.450	5,74%	-235,6%
Receitas financeiras	134.793	1,16%	162.417	1,47%	-17,0%
Despesas financeiras	(863.353)	-7,45%	(660.370)	-5,96%	30,7%
Resultado antes dos Impostos	(1.591.547)	-13,74%	138.497	1,25%	-1.249,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social -correntes	(25.749)	-0,22%	(23.087)	-0,21%	11,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	201.805	1,74%	244.506	2,21%	-17,5%
Lucro Líquido do Período	(1.415.491)	-12,22%	359.916	3,25%	-493,3%

(1) Considera a soma dos valores apresentados nas rubricas de "Outras Receitas" e "Outras Despesas".

Receita

A receita operacional líquida totalizou R\$ 11.583.371 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 4,5% em relação aos R\$ 11.083.830 mil registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O aumento é atribuído ao crescimento orgânico de 4,2% na comparação anual, impulsionada pela distribuição de vacinas no mercado privado provenientes de novos lançamentos, além do aumento das vendas em hospitais e clínicas. Em contrapartida, o varejo apresentou crescimento mais moderado devido à retração de vendas no B2B pelo maior foco nas nossas marcas que ganharam *market share*, especialmente curativos, lenços umedecidos e algodão, enquanto serviços ainda sofreu impactos das enchentes no Rio Grande do Sul e perda de contratos.

Custos das mercadorias e produtos vendidos

Os custos das mercadorias e dos produtos vendidos totalizaram R\$ 10.277.418 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 9,9% em relação aos R\$ 9.349.113 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa variação deve-se ao crescimento da Companhia, da inflação do período, do mix de produtos comprados e do aumento de custos para os fabricados.

Lucro Bruto

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o lucro bruto chegou a R\$ 1.305.953 mil, redução de 24,7% em relação ao valor atingido ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que correspondeu a R\$ 1.734.717 mil. Dado que os custos das mercadorias e dos produtos vendidos avançou em proporção superior à receita líquida no ano, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a margem bruta foi de 11,3% ante margem bruta de 15,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A queda da margem bruta é explicada principalmente por:

- Não recorrentes: Após o processo de incorporações das empresas adquiridas, implantações de sistemas e revisão do balanço de todas as companhias, incluindo padronização das práticas, foram identificados saldos irrecuperáveis e/ou não passíveis de realização no montante de R\$ 69.751 mil (sem efeito caixa). Adicionalmente, houve a provisão e baixa de Operação Logística (“OLs”) totalizando R\$ 194.139 mil (sem efeito caixa).
- Efeito mix: Maior participação de medicamentos de alto custo e vacinas, que possuem margens mais baixas. Por outro lado, houve redução na venda de produtos com margens mais altas em função do aumento de custos e da redução de vendas no B2B e no canal de serviços.
- Setor: Margens de mercado inferiores às praticadas no passado, principalmente em fármacos e governo.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 484.050 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 72,0% quando comparado com o apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando correspondeu a R\$ 281.399 mil. Esse aumento deve-se ao maior gasto com frete e as conciliações e provisão e baixa de OLs (não recorrentes) que totalizaram R\$ 90.893 mil.

As despesas com vendas seguiram a tendência observada ao longo do exercício social, sendo impactadas, principalmente, pelos custos com frete. No segundo semestre de 2024, a Companhia contratou consultoria especializada para mapear oportunidades de otimização de frete. O objetivo é ampliar a visibilidade e controle, melhorar a eficiência operacional e consequentemente reduzir as despesas com fretes que tiveram aumento importante a partir das mudanças tributárias que exigiram redesenho de rotas.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

As perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber totalizaram saldo líquido de despesa de R\$ 109.936 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ante receita líquida de R\$ 8.457 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado deve-se ao efeito não recorrente ocorrido no 3T24 de R\$ 110.150 mil referente à revisão de provisão, que foi motivada pelo aumento da inadimplência dos clientes em relação aos dados históricos e pelas atuais condições econômicas. A análise considerou os títulos vencidos, as garantias, o perfil de risco dos clientes e uma avaliação prospectiva do risco de crédito.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 989.332 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 14,4% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando correspondeu a R\$ 864.658 mil. Esse aumento é devido, principalmente, pelos ajustes não recorrentes de conciliações e ajustes de M&A, além dos ajustes usuais, como M&A, projetos estratégicos e *stock option* totalizando R\$ 129.323 mil, parcialmente compensada pela reestruturação corporativa ocorrida em setembro de 2024.

As demais etapas voltadas para ganho de eficiência operacional e fabril, já foram endereçadas e devem ser concluídas ao longo do primeiro semestre de 2025.

Outras receitas e despesas

As outras receitas e despesas totalizaram saldo líquido de despesa de R\$ 573.758 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ante receita líquida de R\$ 41.010 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse resultado deve-se, principalmente, aos efeitos não recorrentes que totalizaram R\$ 599.574 mil. Sendo os principais: despesas relacionadas ao DIFAL no valor de R\$ 278.826 mil e provisão para perda de estoque no valor de R\$ 108.254 mil.

Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial

Participação nos resultados de empresas investidas por equivalência patrimonial totalizaram 11.862 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 aumento de 607,3% quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento é devido às movimentações da coligada X Farmácia, incluindo, R\$ 1.778 mil de equivalência patrimonial, R\$ 398 mil de amortização de mais-valias e R\$ 9.686 mil de impairment de ágios.

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$ 862.987 mil, revertendo o resultado positivo de R\$ 636.450 mil apresentada no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Receitas Financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas financeiras totalizaram R\$ 134.793 mil, comparado com R\$ 162.417 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, redução de 17,0%. Essa redução foi principalmente em função de receitas de atualização monetária, sobre a

subvenção para investimentos, que ocorreu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e que não se repetiu no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Despesas Financeiras

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as despesas financeiras totalizaram R\$ 863.353 mil, aumento de 30,7% quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R\$ 660.370 mil. Esse aumento pode ser atribuído, principalmente, ao aumento do endividamento bruto, impulsionado pelas captações realizadas ao longo do primeiro semestre de 2024 e maior despesa com arrendamento de R\$ 11.782 mil por conta de estruturas dobradas de CDs. Adicionalmente, a Companhia registrou R\$ 185.570 mil de itens não recorrentes, sendo R\$ 153.013 mil relacionado ao DIFAL.

Resultado antes dos Impostos

Como resultado dos fatores mencionados acima, o resultado antes dos impostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R\$ 1.591.547 mil, revertendo o valor apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, que correspondeu a R\$ 138.497 mil.

Imposto de renda e Contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) totalizou receita de R\$ 176.056 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ante receita de R\$ 221.419 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No último trimestre do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia deixou de registrar imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$ 364.431 mil. Como consequência, foi reconhecida a receita tributária de apenas R\$ 43.196 milhões no período.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Como resultado dos fatores mencionados acima, a Companhia reportou Prejuízo Líquido de R\$ 1.415.491 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, revertendo o Lucro Líquido reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de R\$ 359.916 mil.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social findo em
--	---------------------------

(Em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	276.580	34.150	(895.624)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	336.049	(272.792)	(179.570)
Caixa líquido gerado pelas/ (utilizado nas) atividades de financiamento	(582.652)	309.606	505.339
Aumento das Disponibilidades	29.977	70.964	(569.856)

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com saldo de caixa e equivalentes de R\$ 573.643 mil, tendo encerrado o exercício anterior com saldo de R\$ 543.666 mil. Portanto, em 2025, houve aumento de R\$ 29.977 mil no saldo final de caixa e equivalentes, enquanto no exercício de 2024 a Companhia tinha registrado geração de caixa de R\$ 70.964 mil. As principais movimentações de caixa de 2025 estão comentadas a seguir.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício de 2025, a Companhia gerou R\$ 276.580 mil de caixa líquido das atividades operacionais, em comparação com o gerado de caixa de R\$ 34.150 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa melhora reflete principalmente o aumento do caixa gerado nas operações e a menor necessidade de capital de giro no período, com destaque para a evolução das contas a receber e fornecedores.

O caixa gerado nas operações foi de R\$ 736.571 mil em 2025, parcialmente compensado pelo consumo de R\$ 68.671 mil em variações nos ativos e passivos e de R\$ 528.662 mil em “outros”, que se deve principalmente ao pagamento de R\$ 512.636 mil em juros de empréstimos e debêntures.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou geração de caixa de R\$ 336.049 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado ao consumo de caixa de R\$ 272.792 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação é explicada principalmente pela redução nas aplicações financeiras no período, parcialmente compensada pelos investimentos em aquisição de imobilizado e ativos intangíveis, relacionados à continuidade dos investimentos operacionais da Companhia.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou um consumo de caixa de R\$ 582.652 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado à geração de caixa de R\$ 309.606 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa movimentação reflete principalmente o pagamento de debêntures no montante de R\$ 123.511 mil, o pagamento de empréstimos e financiamentos de R\$ 125.438 mil, além do pagamento de passivos de arrendamento no valor de R\$ 112.860 mil, bem como desembolsos relacionados à aquisição de investimentos.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Companhia encerrou o exercício de 2024 com saldo de caixa e equivalentes de R\$ 543.666 mil, tendo encerrado o exercício anterior com saldo de R\$ 472.702 mil. Portanto, em 2024, houve aumento de R\$ 70.964 mil no saldo final de caixa e equivalentes, enquanto no exercício de 2023 a Companhia tinha registrado consumo de caixa de R\$ 569.856 mil. As principais movimentações de caixa de 2024 estão comentadas a seguir.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

No exercício de 2024, a Companhia gerou R\$ 34.150 mil de caixa líquido das atividades operacionais, em comparação com o consumo de caixa de R\$ 895.624 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Essa reversão reflete as iniciativas para melhoria do capital de giro da Companhia realizadas ao longo de 2024, com destaque para financiamento dos estoques pelos fornecedores e redução de excesso de estoques.

O caixa gerado nas operações foi de R\$ 666.695 mil em 2024, o que foi parcialmente compensando pelo consumo de caixa de R\$ 195.818 mil em variações nos Ativos e Passivos e de R\$ 436.727 mil em “outros”, que se deve, basicamente, ao consumo de caixa de R\$ 412.760 mil em pagamento de juros de empréstimos e debêntures,

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou consumo de caixa de R\$ 272.792 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado à geração de caixa de R\$ 392 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento no consumo de caixa das atividades de investimento é justificado, pelas seguintes movimentações: (i) redução nas aplicações financeiras de R\$ 502.405 mil; parcialmente compensadas pela (ii) redução de CAPEX de R\$ 116.983 mil; (iii) redução nas aquisições de investimentos de R\$ 73.886 mil e; (iv) recebimento de ex-acionistas de subsidiárias de R\$ 65.000 mil.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento totalizou uma geração de caixa de R\$ 309.606 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, comparado à geração de caixa de R\$ 325.377 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A principal movimentação nas atividades de financiamento foi a emissão de novas debêntures, que proporcionou geração de caixa de R\$ 1.389.133 mil em 2024 e o aumento de capital de R\$ 778.348 que ocorreu em 2023. Tais fatores foram parcialmente compensados, especialmente, pelo pagamento de R\$ 608.000 mil de debêntures e R\$ 18.271 mil de recompras de ações.

2.2 – Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia atua na distribuição de medicamentos especiais de alto valor agregado, como analgésicos, antibióticos, oncológicos, antieméticos, distribuição de vacinas, e distribuição de materiais médico-hospitalares para hospitais, clínicas, operadoras de saúde, laboratórios e farmácias por meio da Companhia e de empresas controladas.

A Companhia também atua na fabricação e comercialização de materiais médico-hospitalares, por meio da controlada Cremer e das filiais Flexicotton e Daviso, com foco tanto em clientes institucionais (hospitais, clínicas, planos de saúde e laboratórios) quanto no cliente final (produtos comercializados em farmácias).

Além disso, a Companhia oferece serviços de logística de produtos médicos e hospitalares; prestação de serviços farmacoterapêuticos de unitarização automatizada; atividades de atenção à saúde humana como Programa de Suporte ao Paciente (PSP) e atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral.

Os três segmentos de atuação da Companhia são:

Medicamento: compreende, principalmente, a distribuição de medicamentos, incluindo analgésicos, antialérgicos, antibióticos, anti-inflamatórios, oncológicos, anestésicos, vacinas, entre outros. O segmento de medicamentos contribuiu no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com R\$ 8.731.714 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 75,49% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o segmento de medicamentos contribuiu com R\$ 8.920.167 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 77,01% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o segmento de medicamentos contribuiu com R\$ 8.809.100 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 79,48% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Material: compreende a fabricação e distribuição de materiais das categorias cardíaca, cirúrgica, urinária, diagnóstica, esterilização, paramentação, higiene, proteção, entre outros. O segmento de materiais contribuiu no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com R\$ 2.715.850 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 23,48% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Já no exercício social de 2024, o segmento de materiais

contribuiu com R\$ 2.568.181 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 22,17% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício social de 2023, o segmento de materiais contribuiu com R\$ 2.155.308 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 19,45% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Outros: compreende, principalmente, operações de serviços e atividades de suporte à saúde, incluindo serviços farmacoterapêuticos, atividades de atenção à saúde humana e Programa de Suporte ao Paciente (PSP), realizadas por determinadas controladas do grupo. Esse segmento contribuiu no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, R\$ 119.362 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 1,03% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Já no exercício social de 2024, o segmento de materiais contribuiu com R\$ 95.012 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 0,88% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. No exercício social de 2023, tal segmento contribuiu com R\$ 119.422 mil para a receita líquida da Companhia, equivalente a 1,08% da receita líquida total do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Fusões e Aquisições

Historicamente, expandimos nossas operações por meio de grandes aquisições estratégicas e de aquisições “bolt-on” de menor porte, aumentando assim nossos fluxos de receita. Nossos resultados operacionais durante os períodos em análise foram afetados por tais aquisições, fato que pode dificultar avaliação dos investidores do desempenho histórico de nossos negócios ao comparar os resultados período a período.

Os nossos resultados para o período em que ocorre uma aquisição são afetados pela inclusão dos resultados do negócio adquirido nos nossos resultados consolidados. Como os negócios adquiridos são consolidados a partir da data de conclusão de cada aquisição, os seus resultados para o período completo só são refletidos nas nossas demonstrações financeiras no período subsequente.

Fatores macroeconômicos

Adicionalmente, determinados fatores macroeconômicos influenciam diretamente os resultados do setor da Companhia, tais como a retração e demanda de consumo de produtos, taxas de câmbio e taxas de juros.

O mercado de atuação da Companhia é afetado por fatores como: (1) crescimento populacional; (2) aumento no indicador de expectativa de vida; (3) variações na taxa de desemprego, diretamente relacionada à taxa de cobertura da população por planos de saúde privados; e (4) queda de patentes e desenvolvimento de novos tratamentos, expandindo a quantidade de tratamentos disponíveis, aumentando a população atendida.

Volume de vendas e mix de produtos

Os resultados operacionais da Companhia também são influenciados pelo volume de vendas e pelo mix de produtos comercializados em seus diferentes segmentos de atuação. Alterações na demanda por determinados produtos, bem como mudanças no perfil de clientes atendidos ou nas linhas de produtos comercializadas, podem impactar as margens e o desempenho operacional da Companhia.

Adicionalmente, a introdução de novos produtos, bem como a expansão do portfólio de soluções voltadas ao setor de saúde, pode contribuir para o crescimento das receitas e para alterações no mix de rentabilidade da Companhia.

Eficiência operacional e logística

Considerando a natureza das atividades da Companhia, seus resultados operacionais também são impactados pela eficiência de suas operações logísticas e de distribuição, incluindo gestão de estoques, custos de armazenagem, transporte e eficiência da rede de centros de distribuição.

Iniciativas voltadas à otimização de processos operacionais, ganhos de escala e integração de operações decorrentes de aquisições podem gerar ganhos de eficiência e impactar positivamente os resultados operacionais.

Concorrência

O setor de atuação da Companhia é caracterizado por elevado nível de concorrência, incluindo distribuidores nacionais e regionais, bem como fabricantes que podem comercializar diretamente determinados produtos.

A dinâmica competitiva do setor pode impactar fatores como preços, condições comerciais, margens operacionais e participação de mercado da Companhia. Nesse contexto, a capacidade da Companhia de manter relacionamentos comerciais de longo prazo, ampliar seu portfólio de produtos e serviços e operar com eficiência logística constitui fator relevante para a sustentação de seus resultados operacionais.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Os Diretores da Companhia entendem que variações relevantes na receita da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 deveram-se a:

Taxa de câmbio

As taxas de câmbio podem impactar os resultados da Companhia, especialmente em razão da dependência de determinados materiais médicos importados e de matérias-primas utilizadas em suas operações industriais. Variações cambiais podem influenciar os custos de aquisição desses produtos e insumos, o que pode afetar a estrutura de custos da Companhia e, consequentemente, sua política de precificação.

Nesse contexto, a Companhia busca, sempre que possível, ajustar os preços de seus produtos e serviços de forma a refletir alterações relevantes em sua estrutura de custos decorrentes de variações cambiais, observadas as condições de mercado e o ambiente competitivo.

Em medicamentos, no reajuste de preços anual da CMED, afetando principalmente o fator Y que compõe a fórmula de reajuste:

$$VPP = IPCA - X + Y + Z$$

Sendo:

- (1) VPP a variação percentual no preço;
- (2) IPCA o índice de preços ao consumidor, calculado pelo IBGE;
- (3) X o fator de produtividade repassado ao consumidor, calculado pela SEAE/MF;
- (4) Y é o fator de ajuste de preços entre setores, calculado pela SEAE/MF e;
- (5) Z o fator de ajuste de preços intrasetor, estipulado pela CMED.

O fator Y é composto por duas variáveis, a primeira é a variação do custo de importação de insumos e se utiliza a variação cambial como proxy dessa variação, e a segunda é a variação das tarifas públicas e como proxy se utiliza a variação da tarifa de energia elétrica.

A Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, conforme alterada (“Lei nº 10.742”), estabelece regras sobre o monitoramento do mercado de medicamentos, competindo CMED a adoção,

implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos, voltados a promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.

As disposições contidas na Lei nº 10.742, são aplicadas às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico. Portanto, a receita da Companhia está sujeita à política de monitoração de preços de medicamentos praticada pela CMED.

Inflação

A inflação impacta principalmente os custos relacionados à mão de obra das fábricas, uma vez que serve como base para as negociações de dissídios coletivos. Além disso, pode afetar custos relacionados à logística e a insumos produtivos. Não obstante, os custos de mão de obra representam uma parcela menor dos custos de produção. As variações de custos são constantemente monitoradas pela Companhia e, quando necessário, podem resultar em ajustes de preços no mercado, de forma a restabelecer a rentabilidade.

Novos produtos

Novos produtos são constantemente lançados pela indústria farmacêutica. A ampliação do portfólio da Companhia, incluindo o desenvolvimento e a expansão de marcas próprias (Private Label), bem como a incorporação desses produtos e a velocidade de sua implementação no mercado, podem afetar positivamente o crescimento da Companhia em suas atividades de distribuição de medicamentos.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

As operações e resultados operacionais e financeiros da Companhia são afetados pelas condições econômicas no Brasil. As receitas, custos e despesas da Companhia são majoritariamente denominadas em moeda nacional. A Companhia faz *hedge* cambial em todos os empréstimos captados em moeda estrangeira, em linha com sua política interna de não ficar exposta a variações cambiais.

Nossos custos são impactados pela taxa de câmbio, principalmente luvas de látex e insumos para a fábrica de adesivos, porém a Companhia geralmente consegue repassar no preço de venda esse impacto da taxa de câmbio.

Variações na taxa de juros nacional tem impactos diretos em nossos resultados operacionais e financeiros, afetando a capacidade dos clientes de financiarem seus negócios, e afetando as despesas financeiras da Companhia, com a variação do seu custo de dívida.

2.3 – Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, tendo sido mantidos, de forma consistente, os critérios contábeis aplicáveis ao longo dos períodos.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há ênfases no relatório dos auditores referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.4 – Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, foram adquiridas pela Companhia a totalidade das ações/quotas das seguintes empresas:

- Em 07 de maio de 2025, a controlada Health Logística Hospitalar S.A. concluiu a efetiva aquisição da totalidade das quotas de emissão da DFLog - Transporte de Cargas Ltda.
- Em 04 de dezembro de 2025, o Grupo realizou reorganização societária intragrupo, envolvendo a alteração da controladora da Hosp-Pharma e a transferência das participações nas controladas Aporte, Famap, Life e Nutrifica, entre entidades sob controle comum, sem alteração do controle final. As operações foram registradas pelos valores contábeis históricos, não geraram impactos no resultado consolidado e envolveram transações entre partes relacionadas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, não foram adquiridas pela Companhia participações societárias de quaisquer empresas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, foram adquiridas pela Companhia a totalidade das ações/quotas das seguintes empresas:

- Em 03 de fevereiro de 2023, foi concluída, a efetiva aquisição das ações representativas da totalidade do capital social da Far.me Farmacoterapia Otimizada S.A.
- Em 05 de junho de 2023, a controlada Cremer S.A concluiu a efetiva aquisição da totalidade das quotas de emissão da Neve Indústria e Comércio de Produtos Cirúrgicos Ltda.

As demais informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico estão disponíveis no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(b) Eventos ou operações não usuais

Nos últimos três exercícios sociais não foram registrados quaisquer eventos ou operações não

usuais.

2.5 – Medições não contábeis: caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

A Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem adicional entendimento da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA (Earning before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras. Esta medição consiste no lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA do período ou exercício pela receita operacional líquida do mesmo período ou exercício.

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da

Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, o EBITDA e a Margem EBITDA divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis ao EBITDA e Margem EBITDA preparados por outras sociedades.

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
EBITDA	862.036	(551.858)	897.061
Receita Líquida	11.566.926	11.583.371	11.083.830
Margem EBITDA	7,5%	-4,8%	8,1%

EBITDA AJUSTADO e MARGEM EBITDA AJUSTADO

Para compreensão adicional da situação financeira, a Companhia utiliza o EBITDA Ajustado de acordo com Resolução CVM 156, que consiste no EBITDA com a exclusão de receitas, custos e despesas não recorrentes, que não estão relacionadas às atividades operacionais rotineiras da Companhia, como despesas relacionadas a consultorias, a fusões e aquisições ("M&A"), Stock Option, Escrow Account, honorário advcatícios, Projetos estratégicos/ integração e enchentes no Rio Grande do Sul. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 os ajustes foram classificados como "Ajustes Usuais" e "Ajustes Extraordinários" conforme tabela constante no subitem "b" abaixo.

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
EBITDA Ajustado	706.280	652.056	927.473
Receita Líquida	11.566.926	11.583.371	11.083.830
Margem EBITDA Ajustado:	6,1%	5,6%	8,4%

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA, DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA e DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA /EBITDA AJUSTADO

A Dívida Bruta é uma medição não contábeis elaborada pela Companhia. A Dívida Bruta é a soma de (i) empréstimos e financiamentos circulante e não circulante; (ii) debêntures circulante e não circulante; e (iii) instrumentos financeiros derivativos líquidos circulante e não circulante.

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta, subtraída do total do Caixa e Equivalentes e Aplicações Financeiras.

A Dívida Líquida Ajustada corresponde à Dívida Líquida acrescida de Tributos parcelados a recolher.

O indicador de Dívida Líquida Ajustada /EBITDA Ajustado é calculado dividindo a Dívida Líquida Ajustada pelo EBITDA Ajustado. Adicionalmente, a Companhia considera nesse cálculo os tributos parcelados a recolher.

Os valores mencionados de Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Dívida Líquida Ajustada /EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Seguem abaixo os saldos de referidas medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Dívida Bruta	3.442.216	3.864.362	3.263.099
Dívida Líquida	2.783.653	2.734.201	2.261.605
Dívida Líquida Ajustada ⁽¹⁾	2.829.554	2.781.092	2.266.331
EBITDA Ajustado Pro Forma ⁽²⁾	713.163	N/A	N/A
Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado ⁽³⁾	3,97	4,27	2,44

⁽¹⁾ Considera os Tributos Parcelados a Recolher como Dívida Líquida, a fim de compatibilizar com a conta para *covenants* da Companhia.

⁽²⁾ considera aquisição realizada em maio de 2025 para cálculo LTM.

⁽³⁾ Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, considera o EBITDA Ajustado Pro Forma

ROIC

O ROIC é o Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos (EBIT) deduzindo Ajustes do EBITDA, conforme explicitado acima e amortização mais valia do estoque e imobilizado, aplicando a taxa impositiva de 34% de IR e CSLL dividido pelo Capital Investido, sendo o Capital de Giro (Ativo Imobilizado + Ativo Intangível).

O ROIC não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

%	Exercício findo de 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
ROIC	12,1%	11,1%	14,7%

LUCRO LÍQUIDO/ PREJUÍZO AJUSTADO E MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA

O Lucro Líquido/ Prejuízo Ajustado é o valor do lucro/ prejuízo líquido deduzindo Ajustes do EBITDA, amortização do intangível gerado nas aquisições (combinação de negócios), não

recorrente do resultado financeiro aplicando a taxa impositiva de 34% de IR e CSLL + efeitos das incorporações + Subvenção para Investimento (extraordinária e retroativa) + Diferido não constituído.

A Margem Líquida ajustada é calculada dividindo o Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado pela Receita Líquida. Os ajustes realizados no Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado estão detalhados abaixo:

- Ajustes do EBITDA (conforme definidos acima);
- Amortização do intangível gerado nas aquisições (combinação de negócios);
- Indébito tributário: ajuste do ganho de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) sobre a Taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida na repetição de indêbitos tributários, com base no CPC 32 (Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro) e no ICPC 22 dada a decisão em repercussão geral as empresas do grupo que possuem mandados de segurança em curso;
- Efeito das incorporações na Profarma Specialty e Expressa;
- Subvenção para investimentos sobre Isenções e Reduções de Base de Cálculo de ICMS dos últimos 5 anos – incentivo fiscal;
- Diferido não constituído - Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido Ajustado (A)	(78.493)	(90.405)	253.151
Receita Líquida (B)	11.566.926	11.583.371	11.083.830
Margem Líquida Ajustada = (A) / (B)	-0,7%	-0,8%	2,3%

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, MARGEM EBITDA, EBITDA AJUSTADO, e MARGEM EBITDA AJUSTADO

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do lucro líquido do exercício para o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado nos exercícios sociais encerrados em

31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de reais, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido	18.239	(1.415.491)	359.916
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(27.435)	(176.056)	(221.419)
Resultado Financeiro Líquido	(485.989)	728.560	497.953
Depreciação e amortização	330.373	311.129	260.611
EBITDA	862.036	(551.858)	897.061
Receita líquida	11.566.926	11.583.371	11.083.830
Margem EBITDA (%)	7,5%	-4,8%	8,1%
Ajustes do EBITDA ⁽¹⁾	(155.755)	1.203.914	30.412
EBITDA Ajustado	706.280	652.057	927.473
Margem EBITDA Ajustado (%)	6,1%	5,6%	8,4%
Efeito pós aquisição da DFLog	6.883	N/A	N/A
EBITDA Ajustado Pro Forma ⁽²⁾	713.163	N/A	N/A

⁽¹⁾ Ajustes do EBITDA, conforme conciliado na tabela abaixo.

⁽²⁾ EBITDA Ajustado Pro Forma considera aquisição realizada em maio de 2025 para cálculo LTM

Ajustes do EBITDA:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Ajustes Usuais			
Despesas com M&A (1)	11.075	16.907	8.175
<i>Stock Options</i> (2)	3.173	4.415	6.944
<i>Escrow account</i> (3)	6.279	6.583	559
Honorários - tese subvenção (4)	-	5.100	18.172
Projetos Estratégicos/Integração (5)	11.897	31.147	-
Rio Grande do Sul (enchentes) (6)	-	10.473	-
Baixa de Estoque	2.668	-	-
Outros	(479)	83	(3.438)
Ajustes Extraordinários			
Despesas com M&A (1)	-	(2.572)	-
PDD (7)	-	110.150	-
Baixa de Estoque (7)	-	178.005	-
ICMS – processo DIFAL (8)	(190.367)	281.396	-
Conciliações e <i>Intercompanies</i> (9)	-	297.875	-
Rio Grande do Sul (enchentes) (6)	-	10.473	-
Provisão e Baixas de OLS (10)	-	264.351	-
Despesas com M&A (1)	-	(2.572)	-
Total	(155.755)	1.203.914	30.412

(1) Despesa com M&A- despesas relativas à contratação de consultorias, assessorias e outras despesas relativas à execução e integração das empresas adquiridas

(2) *Stock Options* - Plano de pagamento baseado em ações da própria Companhia outorgado em 2022.

(3) *Escrow account* - ajuste do resultado líquido dos valores referentes a despesas da Companhia que serão reembolsadas pelos vendedores das empresas adquiridas ou descontados de pagamentos futuros devidos pela Companhia a esses vendedores

(4) Honorários - tese subvenção para investimentos

(5) Projetos estratégicos/ Integração – Desde o final de 2023, a Viveo iniciou uma jornada de mapeamento das causas dos desafios enfrentados, desenho e execução de planos de ações

(6) Rio Grande do Sul – enchentes ocorridas em Abril de 2024

(7) Baixa de Estoque – perda em estoques sem expectativa de realização

- (8) ICMS (processo DIFAL) - impactos do diferencial de alíquotas do ICMS, decorrentes de processos judiciais, incluindo provisões e reversões
- (9) Conciliações e *Intercompanies* - ajustes de conciliação contábil e de saldos entre partes relacionadas
- (10) Provisão e Baixas de OLS - perdas e ajustes em acordos comerciais com fornecedores (OLs), decorrentes da revisão de saldos sem expectativa de realização

DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA LÍQUIDA, DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA e DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA /EBITDA AJUSTADO

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta, a Dívida Líquida (Caixa Líquido) e a Dívida Líquida / EBITDA Ajustado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Empréstimos e Financiamento Circulante	146.605	153.751	111.058
Debêntures Circulante	851.316	249.001	280.688
Empréstimos e Financiamento Não Circulante	212.620	284.636	316.151
Debentures Não Circulante	2.229.845	3.185.016	2.519.027
Instrumentos financeiros derivativos Circulante	3.603	911	16.412
Instrumentos financeiros derivativos Não Circulante	(1.773)	(8.953)	19.763
Dívida Bruta	3.442.216	3.864.362	3.263.099
Caixa e Equivalentes de Caixa	(573.643)	(543.666)	(472.702)
Aplicações Financeiras Circulante	(84.920)	(586.495)	(528.792)
Dívida Líquida	2.783.653	2.734.201	2.261.605
Tributos parcelados a recolher	45.901	46.891	4.726
Dívida Líquida Ajustada	2.829.554	2.789.134	2.266.331
EBITDA Ajustado	706.280	652.056	927.473
Dívida Líquida Ajustada /EBITDA Ajustado⁽¹⁾	3,97	4,27	2,44

⁽¹⁾ Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, considera o EBITDA Ajustado Pro Forma

ROIC

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do ROIC nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023:

(Em milhares de reais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
(a) EBIT	531.665	(862.986)	637.345
(b) Ajustes de EBIT e Amortização mais valia	(44.566)	1.324.717	152.329
(c) EBIT Ajustado (a+b)	487.099	461.731	789.674
(d) IR e CSLL (34%)	(165.614)	(156.989)	(268.489)
(1) NOPAT (c+d)	321.485	304.742	521.185
(e) Capital de giro	1.838.141	1.929.097	2.771.819
Ativo Imobilizado (f))	485.230	536.286	554.435
Ativo Intangível ¹ (g)	324.901	271.259	228.066

(h) Ativo fixo (f + g)	810.131	807.545	782.501
(2) Capital Investido (e+h)	2.648.272	2.736.642	3.554.320
ROIC (1/2)	12,1%	11,1%	14,7%

LUCRO LÍQUIDO/ PREJUÍZO AJUSTADO E MARGEM LÍQUIDA AJUSTADA

(Em milhares de reais)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro Líquido	18.239	-1.415.491	359.916
Ajustes do EBITDA (A)	(155.755)	1.203.914	30.412
Amortização do intangível gerado nas aquisições (combinação de negócios) (B)	111.189	120.803	121.917
Subtotal I = (A) + (B)	(44.566)	1.324.717	152.329
IR e CSLL = 34%* (A+B+D +E+F) (C)	-110.391	996.789	100.537
Variação Monetária M&A (D)	-	23.758	
Fee pré-pagamento debêntures (E)	-	8.800	
Juros e Multa DIFAL (F)	-122.692	153.012	
Indébito Tributário (G)	-	-	-
Efeito das Incorporações (H)	-	-	32.903
Subvenção para Investimentos (Isenções) (I)	-	-36.136	(240.205)
Diferido não constituído (J)	13.658	364.431	
Subtotal II = (C) + (I) + (J)	-96.733	1.325.084	(106.765)
Lucro Líquido Ajustado = Lucro Líquido + Subtotal II (K)	-78.494	-90.407	253.151
Receita Líquida (L)	11.566.926	11.583.371	11.083.830
Margem Líquida Ajustada = (K) / (L)	-0,7%	-0,8%	2,3%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza tais medições por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração da Companhia com o intuito de maximizar a sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos acionistas da Companhia.

A utilização, do EBITDA, do EBITDA Ajustado, e do Lucro Líquido Ajustado, assim como a Margem EBITDA, e a Margem EBITDA Ajustada e Margem Líquida Ajustada, é importante para mensurar a rentabilidade e a saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, uma vez que possibilita analisar seus resultados sem interferência de eventos não condizentes com o curso natural dos negócios. Essa métrica é ainda mais importante em um momento como o que a Companhia está passando, com uma intensa atividade de aquisições que resultam na contratação de serviços de terceiros não recorrentes e despesas relevantes que ocorrem de forma única.

A utilização da métrica de Dívida Bruta ocorre pela necessidade de mensuração da exposição total dos valores a pagar para entidades financeiras como empréstimos, financiamentos e títulos de dívida.

A métrica de Dívida Líquida é utilizada para a mensuração da exposição líquida entre a Dívida Bruta e o caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Companhia, demonstrando a necessidade de geração de caixa para honrar seus empréstimos, financiamentos e títulos de dívida com instituições financeiras.

O indicador de Dívida Líquida Ajustada /EBITDA Ajustado é utilizado para mensurar quanto tempo a Companhia

precisa para quitar quaisquer empréstimos, financiamentos e debêntures com sua geração de caixa operacional.

A Companhia utiliza o ROIC para monitorar a performance dos negócios e garantir que a alocação de capital que a Companhia faz é eficiente. Ele também é utilizado como ferramenta para corrigir eventuais excessos de capital de giro em produtos ou negócios específicos, ajustar preços de venda ou reavaliar prazos de venda a clientes ou de compra dos fornecedores de forma a que operação permaneça entregando retornos saudáveis.

2.6 – Eventos subsequentes às Demonstrações Financeiras

Não ocorreram, após 31 de dezembro de 2025, data-base das últimas demonstrações financeiras da Companhia, eventos subsequentes que alterem substancialmente as referidas demonstrações financeiras, cuja emissão ocorreu em 05 de março de 2026.

2.7 – Destinação de resultados

	2025	2024	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% serão destinados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado ou ainda de acordo com o artigo 195-A excluir a reserva de incentivos fiscais da base de cálculo; Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% serão destinados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado ou ainda de acordo com o artigo 195-A excluir a reserva de incentivos fiscais da base de cálculo; Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral da Companhia poderá deliberar, por proposta da Administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, sobre o lucro líquido do exercício, 5% serão destinados, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, conforme previsto no artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, poderá aprovar proposta de sua Administração para reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado ou ainda de acordo com o artigo 195-A excluir a reserva de incentivos fiscais da base de cálculo; Os montantes de lucro líquido, dividendos e retenções acima descritos são calculados em conformidade com as demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
(a.i) Valores das retenções de lucros	Apesar do lucro auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R\$ 18.239, a companhia não constituiu reserva de retenção de lucros, uma vez que o lucro foi integralmente destinado à absorção de prejuízos anteriores.	Não aplicável. A Companhia apresentou prejuízo no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.	Reserva legal: R\$17.996 mil. Reserva de Incentivos Fiscais: R\$ 196.981 mil. Reserva de Retenção de Lucros (orçamento de capital): R\$ 42.363 mil.
(a.ii) Percentuais em relação aos	Não aplicável.	Não aplicável.	Reserva legal: 5% Reserva de Incentivos Fiscais: 54,7%

	2025	2024	2023
lucros totais declarados			Reserva de Lucros (orçamento de capital): 11,8%
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 não serão distribuídos dividendos em razão do lucro apresentado ser destinado à absorção de prejuízos acumulados.	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não serão distribuídos dividendos em razão do prejuízo apresentado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.	O Estatuto Social assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 30% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores. Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos somente podem ser distribuídos, depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das Sociedades por Ações autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros (excluída a reserva legal). No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 será deliberado em AGO/E com a proposta da administração de distribuir R\$ 43.482 mil.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	O Estatuto Social segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias.	O Estatuto Social segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias.	O Estatuto Social segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, declaração ou distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como declaração de dividendos intercalares à conta de lucros ou de reservas de lucros existentes em balanços levantados em períodos menores, com relação à Companhia e suas subsidiárias.
(d) eventuais restrições à distribuição de	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ação, nos termos da Escritura de	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ação, nos termos da Escritura de	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ação, nos termos da Escritura de

	2025	2024	2023
dividendos impostos por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Emissão das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de Debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas, exceto por dividendos mínimos obrigatórios.	Emissão das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª emissões de Debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas, exceto por dividendos mínimos obrigatórios.	Emissão das 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de Debêntures da Companhia, conforme descritas no item 12.3 deste Formulário de Referência, caso a Companhia esteja em mora no âmbito destes contratos, a distribuição de dividendos culminará o vencimento antecipado das dívidas, exceto por dividendos mínimos obrigatórios.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalizada.

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

(iii) Contratos de construção não terminada

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todos os ativos e passivos assumidos pela Companhia e suas controladas estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, os Diretores entendem que não há ativos ou passivos detidos pela Companhia e suas controladas que não estejam evidenciados no seu balanço patrimonial da Companhia referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

(b) Natureza e o propósito da operação

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável para os itens descritos, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

2.10 – Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

A Companhia baliza sua política de investimentos de acordo com as perspectivas de demanda nos seus mercados de atuação, sua geração de caixa e a disponibilidade de crédito no mercado, como forma de garantir os recursos necessários para a implementação do seu plano de investimentos.

A seguir apresentamos quadro comparativo dos investimentos realizados em 2025, 2024 e 2023, em milhares de Reais:

Aquisição de Imobilizado e Intangível

(em milhares de reais)	Exercício Social findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Aquisição de Imobilizado	45.494	81.622	168.095
Aquisição de Intangível	105.823	103.666	134.176

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou investimentos na ordem de R\$ 45.494 mil em aquisição de imobilizado e R\$ 105.823 mil em aquisição de intangível. Esses investimentos foram, principalmente, em transporte e logística para sustentar o crescimento e qualidade de entrega (R\$ 19.268 mil); na parte industrial (R\$ 30.689 mil); e em TI e automação de todo o grupo (R\$ 101.360 mil).

Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, a Companhia não divulgou proposta de orçamento voltada a investimentos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende continuar financiando majoritariamente seus investimentos de ativo imobilizado através de sua própria geração de caixa.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 17 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o encerramento das atividades de sua controlada Far.me e de sua subsidiária Santa Cruz.

O processo de descontinuação das operações foi substancialmente concluído ao longo do exercício

social de 2025, restando apenas gastos residuais e os trâmites formais para a baixa dos respectivos CNPJs. A Companhia vem conduzindo as medidas necessárias para o encerramento ordenado dessas operações, incluindo a alienação de ativos, liquidação de passivos e cumprimento das obrigações legais aplicáveis.

Como efeito da descontinuação dessas operações, foi reconhecida perda de R\$ 5.173 no exercício de 2025 (perda de R\$ 45.060 reconhecida em 2024).

Não há outros desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No último exercício social, a Companhia realizou a aquisição da DFLog, que ampliou a capacidade logística da Companhia, contribuindo para o fortalecimento de sua infraestrutura de distribuição e para ganhos de eficiência na gestão de armazenagem e transporte.

Adicionalmente, em maio de 2025, a Companhia inaugurou uma nova unidade fabril dedicada à produção de lenços umedecidos, o que contribui para o aumento da capacidade produtiva nesse segmento e para a ampliação do portfólio de produtos.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Na data de referência deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía pesquisas relevantes em andamento. O modelo de expansão da Companhia está majoritariamente baseado na aquisição de tecnologias, produtos inovadores e ativos produtivos, em vez da condução de atividades próprias de pesquisa e desenvolvimento.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Na data de referência deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou investimentos relevantes em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços que demandem divulgação neste item.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há investimentos relevantes no desenvolvimento de novos produtos.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia identifica, no âmbito de seu plano de negócios, oportunidades relacionadas a questões ASG principalmente por meio do desenvolvimento e da comercialização de produtos sustentáveis. Essas iniciativas envolvem a ampliação do portfólio com atributos ambientais e de eficiência, visando atender à crescente demanda de clientes por soluções mais sustentáveis, além de fortalecer o posicionamento competitivo da Companhia em seus mercados de atuação. Tais oportunidades estão associadas à geração de valor por meio da diferenciação de produtos, potencial ganho de participação de mercado e alinhamento às tendências regulatórias e de consumo.

2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Informações complementares ao item 2.1.

Para melhor compreensão dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta abaixo a visão ajustada dos resultados, desconsiderando os eventos não recorrentes lançados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

R\$ mil	2024 (Contábil)	Ajustes não recorrentes	2024 Ajustado
Receita Líquida	11.583.371	-	11.583.371
Custos	(10.277.418)	263.890	(10.013.528)
Lucro Bruto	1.305.953	263.890	1.569.843
Margem Bruta	11,3%	-	13,6%
DG&A	(2.168.940)	940.024	(1.228.916)
Despesas com vendas	(484.050)	90.893	(393.157)
DG&A	(989.333)	129.323	(860.010)
PDD	(109.936)	110.150	214
Outras receitas	16.151	-	16.151
Outras despesas	(589.909)	599.574	9.665
Equivalência Patrimonial	(11.862)	10.084	(1.778)
Resultado Financeiro	(728.560)	185.570	(542.990)
Receitas Financeiras	134.795		134.795
Despesas Financeiras	(863.355)	185.570	(677.785)
IR e CSLL	176.056	-	176.056
Outros ajustes Lucro Líquido			(64.397)
Lucro Líquido¹	(1.415.491)	1.389.484	(90.405)

Em complemento, a Companhia apresenta abaixo o comparativo das informações dos exercícios de 2025 e 2024, após os ajustes relativos aos resultados, desconsiderando os eventos não recorrentes lançados nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração Financeira Consolidada (Ajustada)

R\$ mil	2025	2024 (Ajustado)	Var.
Receita Líquida	11.566.926	11.583.371	-0,10%
Custos	(9.897.565)	(10.013.528)	-1,20%
Lucro Bruto	1.669.361	1.569.843	6,30%
Margem Bruta	14,40%	13,60%	0,8 p.p
Despesas Gerais e Administrativas	(1.137.698)	(1.228.916)	-7,40%
Despesas com vendas	(364.487)	(393.157)	-7,30%
Despesas gerais e administrativas	(962.745)	(860.009)	11,90%
Perdas pela não recuperabilidade dos ativos	(26.779)	214	N/A
Outras receitas	238.733	16.151	N/A
Outras despesas	(21.417)	9.665	N/A
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.003)	(1.778)	-43,60%
Resultado Financeiro	(485.989)	(542.990)	-10,50%
Receitas Financeiras	358.449	134.793	N/A
Despesas Financeiras	(844.438)	(677.783)	24,60%
IR e CSLL	(27.435)	176.056	N/A
IR e CSLL - correntes	(18.213)	(25.749)	-29,30%
IR e CSLL - diferidos	(9.222)	201.805	N/A
Outros ajustes - Lucro Líquido	18.239	(64.397)	N/A

Lucro Líquido (Prejuízo Líquido)	(78.493)	(90.407)	13,20%
----------------------------------	----------	----------	--------

ANEXO III

Informações Indicadas no Item 8 do Formulário de Referência da Companhia

8. Remuneração dos administradores

8.1 – Política ou prática de remuneração

(a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores, aprovada por seu Conselho de Administração em 15 de março de 2021 e revalidada em 23 março de 2023 (“Política de Remuneração”), aplicável aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (“Membros da Administração”). A Política pode ser acessada no site de relações com investidores (<https://ri.viveo.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm), na categoria “Política de Remuneração”.

A Política de Remuneração tem por finalidade estabelecer as diretrizes e regras que deverão ser observadas para a determinação da remuneração dos Membros da Administração da Companhia e suas subsidiárias. Seu objetivo é assegurar que o sistema de remuneração esteja alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia e à geração de valor no longo prazo, promovendo uma cultura de superação de resultados, bem como contribuindo para a atração, retenção e incentivo de profissionais qualificados, observadas as melhores práticas de governança e a consistência interna entre os diferentes níveis de liderança.

No que se refere à Diretoria Não Estatutária, a Companhia adota práticas e diretrizes específicas de remuneração, formalizadas internamente e alinhadas aos princípios estabelecidos na Política de Remuneração, garantindo tratamento consistente e alinhado entre os diferentes níveis de liderança.

(b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O processo de definição da remuneração individual dos membros da administração envolve a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Comitê de Pessoas e a área de Recursos

Humanos da Companhia. A remuneração é o conjunto de compensações salariais e benefícios oferecidos aos membros da Administração da Companhia pela reciprocidade aos serviços prestados.

A Assembleia Geral Ordinária é responsável por fixar, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração deverá deliberar sobre a distribuição individual do montante global entre os Membros da Administração. A Assembleia Geral também é responsável por fixar a remuneração do conselho fiscal, no momento de sua eleição, quando for o caso, de acordo com práticas de mercado, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% do valor atribuído à média da remuneração fixa da Diretoria Estatutária, nos termos do artigo 162, §3.º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

A Companhia contratou a consultoria Korn Ferry para realizar, anualmente, pesquisas de mercado com base na metodologia de comparação de fatores relativas à remuneração de membros da diretoria e do conselho de administração de empresas nacionais com faturamento superior a 1 bilhão de reais e que tenham mais de 2 mil funcionários ("Pesquisas de Mercado").

Com base nas Pesquisas de Mercado, a área de remuneração da Companhia, em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, analisa o posicionamento da remuneração dos membros da Diretoria Estatutária e Não-Estatutária ("Diretoria Executiva"), do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, considerando a consistência interna da remuneração e a competitividade com o mercado, e elabora estudos com cenários de remuneração medianos e arrojados com a simulação dos respectivos impactos na folha de pagamento. Com base nesses estudos, a Diretoria de Recursos Humanos submete suas análises ao Comitê de Pessoas, órgão de assessoramento do Conselho de Administração responsável por acompanhar as políticas e critérios de remuneração da Companhia. Após avaliação e validação pelo Comitê de Pessoas, são encaminhadas recomendações ao Presidente do Conselho de Administração acerca dos valores de remuneração individual a serem pagos aos administradores da Companhia e aos membros dos Comitês de Assessoramento, bem como dos critérios para cálculo da remuneração variável, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre tais valores, considerando a remuneração global fixada pela Assembleia Geral Ordinária para cada exercício social.

Nenhuma remuneração poderá ser proposta ou prometida a qualquer administrador das empresas que compõem o grupo societário da Companhia para que o administrador se comprometa com os fornecedores, clientes, acionistas ou instituições financeiras, com volumes de operações, ou que possa causar conflito de interesse.

Nenhuma remuneração poderá ser proposta ou prometida a um administrador que possa, de alguma forma, com base em metas ou desempenho, pôr em risco a saúde financeira de uma empresa da Viveo ou que não esteja vinculada a metas e desempenhos alinhados com o plano estratégico das empresas da Viveo determinado pelos acionistas.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração fixa, variável e baseada em ações é estabelecida pelo Conselho de Administração com base em estudos comparativos e pesquisas de mercado conduzidas por consultoria especializada, utilizando como referência a faixa mediana praticada no mercado brasileiro para posições equivalentes.

As pesquisas consideram empresas nacionais de porte comparável, com faturamento superior a R\$ 1 bilhão e mais de 2 mil funcionários, permitindo a comparação das práticas de remuneração aplicáveis a membros da diretoria e do conselho de administração. A definição da remuneração individual também observa a remuneração global fixada pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício social, conforme descrito no subitem “(i)” acima.

Diretoria Executiva

Ao fazer suas recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração em relação à remuneração global e individual da Diretoria Executiva, tanto em relação à Diretoria Estatutária, quanto em relação à Diretoria Não Estatutária, a área de remuneração e o departamento de Recursos Humanos considera as Pesquisas de Mercado e indicadores que reflitam os objetivos do orçamento e do plano de negócios da Companhia, seu desempenho financeiro e operacional, além da estratégia da Companhia, garantindo imparcialidade na tomada de decisão sobre as remunerações dos membros da Diretoria Executiva.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração individual dos membros da Diretoria Executiva fazem parte de um sistema de gestão de metas, avaliadas anualmente pela área de Recursos Humanos, que leva em consideração indicadores estratégicos da Companhia, tais como EBITDA, receita, crescimento, satisfação do cliente, volume de vendas e controle de despesas, entre outros indicadores financeiros e operacionais relevantes.

O sistema de gestão de metas utilizado para determinar a parcela variável da remuneração da Administração possui como critérios o atingimento: (i) das metas da Companhia como um todo; (ii) das metas relacionadas aos administradores da Companhia individualmente considerados;

(iii) aderência ao perfil de competências da Companhia; e (iv) atingimento dos critérios mínimos de gatilho proposto pela área de remuneração da Companhia e validado pela área de Recursos Humanos e Comitê de Pessoas, em conjunto com o Conselho de Administração.

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

Conselho de Administração

Ao fazer suas recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração em relação à remuneração global e individual dos membros do Conselho de Administração, a área de remuneração e o departamento de Recursos Humanos da Companhia considera os níveis de remuneração utilizados pelo mercado, aferidos pelas Pesquisas de Mercado e quaisquer mudanças nas atividades prestadas.

Aos membros do Conselho de Administração que cumulem funções na Diretoria da Companhia, caberá apenas a remuneração referente ao cargo de Diretor, por já serem remunerados por seu cargo na Diretoria Executiva e hoje não há nenhum diretor cumulando cargo com Conselho.

Comitês

Os membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração não recebem remuneração específica por tal função, exceto se forem membros externos especialistas que não integrem o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal.

Essa remuneração fixa mensal é definida com base nos níveis de remuneração aferidos nas Pesquisas de Mercado para cargos semelhantes.

Conselho Fiscal

Quando o Conselho Fiscal for instalado, a remuneração individual de seus membros será proposta à Assembleia Geral, em observância à Lei das Sociedades por Ações, de forma que corresponda a valor não inferior a 10% do valor médio da remuneração atribuída aos diretores, não computados benefícios, verbas de representação, participação nos resultados e bônus.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A adequação da Política de Remuneração da Companhia é avaliada periodicamente pelo Conselho

de Administração, com o apoio do Comitê de Auditoria, Gestão de Riscos e Compliance.

Nos termos da Política de Remuneração, o documento é revisado e analisado a cada 2 (dois) anos ou, ainda, sempre que houver alterações na legislação aplicável ou nas práticas de governança da Companhia que justifiquem sua atualização. O processo de revisão considera, entre outros aspectos, a aderência da política às práticas de mercado, à estratégia da Companhia e às disposições regulatórias aplicáveis, sendo sua eventual atualização submetida à aprovação do Conselho de Administração.

(c) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho de Administração poderão fazer jus a uma remuneração fixa anual que tem como objetivo remunerar os serviços de cada membro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração, sendo essa remuneração mensal, a título de pró-labore, alinhando os incentivos de curto prazo.

Todos os membros do Conselho de Administração que são remunerados recebem a mesma remuneração.

Benefícios Diretos e Indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração não inclui nenhum benefício.

A Companhia reembolsará despesas incorridas pelos membros do Conselho de Administração, como locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras, que estejam relacionadas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Participação em Comitês

Conforme previsto na Política de Remuneração, os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões e comissões.

No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem outros cargos na Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável, que tem como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da Companhia, alinhando os incentivos de curto prazo.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração Baseada em Ações

Os membros do Conselho de Administração podem ser contemplados pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado pela assembleia geral da Companhia. Contudo, atualmente nenhum membro do Conselho de Administração foi contemplado no Plano de Incentivo como contrapartida pelo exercício do cargo.

Diretoria Executiva (Estatutária e Não Estatutária)

Remuneração Fixa: A remuneração fixa anual dos membros da Diretoria Executiva tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria Executiva, sendo essa remuneração mensal, a título de pró-labore, alinhando os incentivos de curto prazo à geração de valor para a Companhia.

Benefícios Diretos e Indiretos: Complementam a remuneração da Diretoria Executiva os benefícios de assistência médica e odontológica, previdência complementar, seguro de vida, vale alimentação/refeição e vale flexível para uso livre.

Participação em Comitês: Em regra, os membros da Diretoria Executiva não fazem jus a

remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável: Os membros da Diretoria Executiva fazem jus à remuneração variável (Incentivo de Curto Prazo) anual, na forma de participação nos resultados, com base nas metas e estratégias do negócio fixadas pela Assembleia Geral de Acionistas e Conselho de Administração, que tem como objetivo incentivar o cumprimento das metas de desempenho anual da Companhia, alinhando os incentivos de curto prazo entre executivos e acionistas, bem como atrair e reter os melhores profissionais do mercado.

Os membros da Diretoria Executiva não fazem jus à remuneração variável na forma de bônus, remuneração por participação em reuniões e comissões.

Benefícios Pós-Emprego: Os membros da Diretoria Executiva podem aderir opcionalmente, enquanto no exercício dos respectivos cargos, aos Planos Geradores de Benefícios Livres e Vida Geradores de Benefícios Livres, respectivamente conhecidos como PGBL e VGBL.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo: Em regra, os membros da Diretoria Executiva não fazem jus a Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo.

Remuneração Baseada em Ações: Os membros da Diretoria Executiva podem ser contemplados pelo Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, alinhando os incentivos de longo prazo entre executivos e acionistas, por meio de instrumentos atrelados ao desempenho da Companhia e à geração de valor sustentável.

Comitês

Os membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração não recebem remuneração específica por tal função, exceto se forem membros externos especialistas que não integrem o Conselho de Administração, caso em que poderão receber uma remuneração fixa mensal com o objetivo de remunerar os serviços de cada membro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Comitê.

Os membros dos Comitês não fazem jus a quaisquer benefícios diretos ou indiretos, a remuneração variável de qualquer natureza, a benefícios pós-emprego, a benefícios pela cessação do exercício do cargo ou a remuneração baseada em ações.

Conselho Fiscal

Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal farão jus a remuneração a ser deliberada em assembleia geral de acionistas da Companhia. Em consonância com o disposto no art. 162, §3º da

Lei das Sociedades por Ações, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado, contempla, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, uma remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a dez por cento da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios adicionais, remuneração variável, remuneração por participação em comitês, benefícios pós-emprego, benefícios pela cessação do cargo ou remuneração baseada em ações.

- **Sua proporção na remuneração total nos últimos três exercícios sociais**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salário ou pró-labore	100,00%	47,8%	54,9%	100,00%	100,00%
Benefício Diretos e Indiretos	0,00%	8,1%	10,6%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	37,4%	23,9%	0,00%	0,00%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós Emprego	0%	6,7%	5,8%	0%	0%
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	0,00%	4,8%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100%	100,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salário ou pró-labore	100,00%	77,27%	65,3%	0,00%	100,00%
Benefício Diretos e Indiretos	0,00%	12,27%	17,0%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	10,46%	9,5%	0,00%	0,00%
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	0,00%	8,2%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100%	0,00%	100,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria Não Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Salário ou pró-labore	100,00%	51,13%	66,5%	0,00%	100,00%
Benefício Diretos e Indiretos	0,00%	6,76%	11,3%	0,00%	0,00%
Participação em Comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	11,17%	7,7%	0,00%	0,00%
Remuneração por participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Pós Emprego	0,00%	7,05%	8,3%	0,00%	0,00%
Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações	0,00%	23,89%	6,1%	0,00%	0,00%
TOTAL	100,00%	100,00%	100%	0,00%	100,00%

* Valor contemplando as outorgas de Unidades de Ações realizadas no âmbito do Programa de Outorga de Ações Restritas.

- **Sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A metodologia de cálculo e de reajuste dos diferentes componentes da remuneração da administração considera estudos comparativos de mercado, conduzidos pela área de Recursos Humanos da Companhia com o apoio de consultoria especializada, com base em práticas adotadas por empresas de porte e setor comparáveis no mercado brasileiro.

A remuneração fixa é definida com base nesses estudos e pode ser revisada periodicamente pelo Conselho de Administração, considerando a remuneração global fixada pela Assembleia Geral.

A remuneração variável anual está vinculada ao atingimento de metas e indicadores estratégicos da Companhia, tais como EBITDA, receita, crescimento, satisfação do cliente, volume de vendas e controle de despesas, além da execução de projetos estratégicos e critérios relacionados à gestão de pessoas e aderência a padrões internos.

Adicionalmente, a Companhia possui Programa de Outorga de Ações Restritas, cujo objetivo é alinhar os incentivos de longo prazo entre executivos e acionistas, estando seu potencial de geração de valor associado ao atingimento de metas operacionais e financeiras, bem como à valorização das ações da Companhia. Para mais informações sobre o Programa de Outorga de Ações Restritas, vide item 8.4 deste Formulário de Referência.

- **Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração Fixa:

A remuneração fixa e os benefícios (diretos, indiretos, pós emprego) dos Diretores, estatutários ou não, dos membros independentes ou eleitos pelos acionistas minoritários do Conselho de Administração e dos membros do Comitê de Auditoria, não está vinculada ou condicionada diretamente a indicadores de desempenho.

Remuneração Variável:

Os indicadores considerados na determinação da remuneração variável integram o sistema de gestão de metas da Companhia, o qual contempla indicadores estratégicos, tais como EBITDA, Dívida Líquida e Ciclo de Caixa. A parcela da remuneração vinculada à avaliação de desempenho é definida com base nas competências exigidas para cada função, sendo avaliada anualmente por meio de metodologia de avaliação 360º.

O sistema de gestão de metas utilizado para a determinação da remuneração variável da Administração possui como principais critérios: (i) o atingimento das metas corporativas da Companhia; e (ii) o cumprimento de critérios mínimos de desempenho.

O pagamento da remuneração variável está condicionado ao atingimento de gatilhos mínimos de desempenho, com destaque para as metas de EBITDA e Ciclo de Caixa, que determinam a elegibilidade para o pagamento de bonificação. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foi estabelecido o patamar mínimo de 85% de atingimento dessas metas. Tais indicadores também servem de base para a definição do múltiplo máximo de remuneração variável a ser distribuído. Uma vez atingidos os critérios de elegibilidade, os diretores fazem jus ao recebimento da remuneração variável, considerando o desempenho em metas coletivas e individuais.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia considera, de forma pontual e não padronizada, indicadores relacionados a questões ASG na definição de metas e avaliação de desempenho em determinadas áreas da organização, não constituindo, contudo, critérios corporativos formais para o cálculo da remuneração variável de seus administradores.

Não obstante, a Companhia reconhece a relevância crescente das questões ambientais, sociais e de governança para a sustentabilidade de seus negócios e para a geração de valor no longo prazo.

Em atendimento ao Regulamento de Emissores da B3, a Companhia esclarece que a não adoção, até o momento, de indicadores ASG como critérios corporativos formais para a remuneração variável dos administradores decorre da estrutura atual do modelo de gestão de desempenho, que prioriza indicadores financeiros consolidados, aplicáveis de forma uniforme à Administração.

Ainda assim, a Companhia avalia continuamente a evolução de suas práticas de governança e de gestão de desempenho, incluindo a possibilidade de ampliar a incorporação de indicadores ASG em seus mecanismos de incentivo, em linha com a maturidade de sua estratégia de sustentabilidade e com as melhores práticas de mercado.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para o exercício de suas funções, com experiência relevante em suas áreas de atuação. Nesse contexto, a remuneração fixa dos membros da Diretoria Executiva refere-se ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo, considerando o grau de responsabilidade e a experiência requeridos para a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados e alinhados aos valores e às práticas de governança da Companhia, proporcionando previsibilidade e segurança para o exercício das atividades executivas.

A composição da remuneração busca alinhar os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. Nesse sentido, a parcela fixa proporciona estabilidade para o desempenho das funções executivas, enquanto a remuneração variável está associada ao atingimento de metas e indicadores de desempenho estabelecidos para cada exercício social.

A remuneração variável baseada em indicadores financeiros e operacionais tem por objetivo incentivar a geração de resultados sustentáveis e alinhar os interesses dos diretores aos resultados da Companhia.

Adicionalmente, a remuneração baseada em ações atribuível aos membros da Diretoria Executiva, conforme descrita no item 8.4 deste Formulário de Referência, tem por finalidade promover o alinhamento de interesses entre administradores e acionistas, incentivando a geração de valor no longo prazo.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do conselho e comitês da companhia são remunerados.

(d) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os Diretores Estatutários da Companhia, desde setembro de 2022, não recebem pró-labore pago por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia em razão do exercício do cargo na Companhia. Os valores referentes a períodos anteriores estão indicados no item 8.19 deste Formulário de Referência.

(e) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na presente data, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, como a alienação do controle societário do emissor, atribuídos aos

administradores da Companhia.

8.2 – Remuneração total por órgão

As tabelas a seguir apresentam a remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a remuneração prevista para o exercício social corrente dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia.

Os valores apresentados refletem as despesas de remuneração registradas nas demonstrações financeiras da Companhia para cada exercício social, incluindo, quando aplicável, componentes de remuneração variável atrelados a planos de incentivo de longo prazo. O número de membros de cada órgão foi apurado com base na média anual de membros em exercício em cada período, conforme orientação constante do Ofício Circular da SEP da CVM.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	3,00	15,00
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.947.976,00	9.289.737,00	401.303,16	13.639.016,16
Benefícios direto e indireto	-	1.346.574,41	-	1.346.574,41
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	9.120.700,50	-	9.120.700,50
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	1.393.460,55	-	1.393.460,55
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	7.753.800,00	-	7.753.800,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-

Total da remuneração	3.947.976,00	28.904.272,46	401.303,16	33.253.551,62
-----------------------------	---------------------	----------------------	-------------------	----------------------

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6,42	2	14,42
Nº de membros remunerados	6	6,42	2	14,42
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.947.976,00	8.768.714,00	261.961,80	12.978.651,80
Benefícios direto e indireto	-	1.493.142,60	-	1.493.142,60
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	6.850.658,30	-	6.850.658,30
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	1.225.355,60	-	1.225.355,60
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	1.994.209,34	-	1.994.209,34
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-
Total da remuneração	3.947.976,00	20.332.079,84	261.961,80	24.542.017,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,92	7,66	0	13,58
Nº de membros remunerados	4,92	7,66	0	13,58
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.191.280,60	9.249.584,66	-	12.440.865,26
Benefícios direto e indireto	-	1.468.693,29	-	1.468.693,29
Participações em	-	-	-	-

comitês				
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	1.251.981,00	-	1.251.981,00
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	2.643.630,17	-	2.643.630,17
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-	-
Total da remuneração	3.191.280,60	14.613.889,12	0	17.805.169,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	7,41	-	12,41
Nº de membros remunerados	4	7,41	-	11,41
Esclarecimento	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.631.984,00	7.735.280,68	-	10.367.264,68
Benefícios direto e indireto	-	1.023.467,24	-	1.023.467,24
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	1.690.057,74	-	1.690.057,74
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações	-	-	-	-

variáveis				
Pós-emprego	-	1.066.269,42	-	1.066.269,42
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	3.615.000,00	-	3.615.000,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO-CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-	
Total da remuneração	2.631.984,00	15.130.075,08	-	17.762.059,08

8.3 – Remuneração Variável

As tabelas a seguir apresentam os valores mínimos, máximos e previstos de remuneração variável aplicáveis aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal da Companhia, bem como os valores efetivamente reconhecidos no resultado dos três últimos exercícios sociais.

A remuneração variável da Companhia está vinculada ao atingimento de metas e indicadores de desempenho estabelecidos para cada exercício social, podendo incluir mecanismos de participação nos resultados, bem como componentes de remuneração atrelados a planos de incentivo de longo prazo.

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00	3,00	15,00
Esclarecimento	Para o exercício social de 2026, não há previsão de remuneração variável para o Conselho de Administração	-	-	-
Em relação ao bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação a participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	14.083.213,75	0,00	14.083.213,75
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	9.120.700,50	0,00	9.120.700,50

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	6,42	2	14,42
Nº de membros remunerados	6	6,42	2	14,42
Esclarecimento	Para o exercício social de 2025, não houve remuneração variável para o Conselho de Administração	-	-	-
Em relação ao bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação a participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	10.28.633,80	0,00	10.28.633,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	7.814.253,50	0,00	7.814.253,50
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	6.850.658,30	0,00	6.850.658,30

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,92	7,66	-	13,58
Nº de membros remunerados	0,00	7,66	-	7,66
Esclarecimento	No exercício social de 2024, não houve	-	-	-

	remuneração variável para o Conselho de Administração.			
Em relação ao bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação a participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	9.414.000,00	0,00	9.414.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.956.250,00	0,00	6.956.250,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,41	-	12,41
Nº de membros remunerados	0,00	7,41	-	7,41
Esclarecimento	No exercício social de 2023, não houve remuneração variável para o Conselho de Administração.	-	-	-
Em relação ao bônus				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em relação a participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8.945.484,60	0,00	8.945.484,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	6.516.332,20	0,00	6.516.332,20
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.690.057,74	0,00	1.690.057,74

Os valores apresentados refletem a remuneração variável reconhecida contabilmente em cada exercício social, podendo diferir dos valores originalmente previstos em função do nível de atingimento das metas estabelecidas.

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações

(a) Termos e condições gerais

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de março de 2021 (“Plano de Incentivo”). Anualmente, ou sempre que julgar conveniente, o Conselho de Administração aprovará a outorga aos participantes, quais sejam, diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes e empregados da Companhia (em conjunto, “Participantes”) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia (“Ações Restritas”) sujeitas às restrições previstas no Plano de Incentivo e nos seus respectivos programas e/ou contratos de outorga, elegendo os Participantes em favor dos quais a Companhia outorgará as Ações Restritas, estabelecendo os prazos e condições de aquisição de direitos a elas relacionados (“Programas”).

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui programas no âmbito do Plano de Incentivo da Companhia, os “Programas de Outorga de Ações Restritas”, conforme definido abaixo e cujos detalhes encontram-se descritos abaixo em “Programas de Outorga de Ações Restritas”.

O Plano de Incentivo é administrado pelo Conselho de Administração, o qual, obedecidas as condições gerais e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, possui, dentre outros, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a sua administração, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e a solução de dúvidas de interpretação do Plano de Incentivo e dos eventuais Programas a ele vinculados; (b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Ações Restritas em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a definição da forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (d) a definição das metas relacionadas ao desempenho da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para o recebimento das Ações Restritas, sendo certo que o Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar ou modificar tais metas para evitar distorções decorrentes de eventos e/ou cenários não previstos pela Companhia; (e) a propositura de eventuais alterações ao Plano de Incentivo a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; (f) a criação, alteração e/ou cancelamento dos programas; e (g) a definição da quantidade de Ações Restritas objeto de cada programa.

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições

determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas (“Contratos de Outorga”).

(b) Data de aprovação e órgão responsável

Os Programas de Outorgas de Ações Restritas via entrega de unidades de ação, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 22 de dezembro de 2021, aditados em 24 de maio de 2023 (“Programa 2022”), em 24 de maio de 2023 (“Programa 2023”), em 16 de julho de 2024 (“Programa 2024”) e em 26 de agosto de 2025 (“Programa 2025” e, em conjunto com o Programa 2022, com o Programa 2023 e com o Programa 2024, os “Programas de Outorga de Ações Restritas”) e determina que aos Participantes selecionados pelo Conselho de Administração e que aderirem aos Programas de Outorga de Ações Restritas mediante a celebração dos correspondentes Contratos de Outorga serão outorgadas determinadas unidades de ação, ou seja, determinadas unidades fictícias criadas com o objetivo de permitir o cálculo da potencial valorização de 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia ao final de cada período de carência, conforme calculado nos termos dos Programas de Outorga de Ações Restritas, de modo a possibilitar o cálculo da quantidade de Ações Restritas a que o Participante terá direito de receber nos termos dos Programas de Outorga de Ações Restritas (“Unidades de Ação”).

Para que não parem dúvidas, cada Unidade de Ação entregue no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas, confere ao Participante o direito de receber uma quantidade de Ações Restritas correspondente à valorização das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, que será equivalente à diferença positiva entre o Valor Referencial Inicial e o Valor Referencial Final, conforme definidos abaixo, se existente, observados os termos e condições previstos nos Programas de Outorga de Ações Restritas e nos respectivos Contratos de Outorga. A quantidade de Unidades de Ação outorgada a cada Participante no respectivo Contrato de Outorga será ajustada na hipótese de bonificações, grupamento ou desdobramento de ações de emissão da Companhia.

Ademais, as Unidades de Ação não conferem ao Participante o status de acionista da Companhia, nem qualquer direito ou prerrogativa inerente à tal condição, servindo apenas como instrumento para se calcular a quantidade de Ações Restritas a que o Participante tem direito de receber, nos termos dos Programas de Outorga de Ações Restritas.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Durante a vigência do Plano de Incentivo, poderão ser entregues aos Participantes ações

representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total (fully diluted) da Companhia. A Companhia ressalta que a entrega das Ações Restritas não provocará qualquer diluição no seu capital social, uma vez que referidas ações deverão ser adquiridas no mercado secundário. Nos termos do Plano de Incentivo, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento referente às Ações Restritas em dinheiro.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Apesar de a Companhia não possuir qualquer plano que permita a outorga de opções de compra de ações, o número máximo de Unidades de Ações a serem outorgadas que poderão ser entregues aos Participantes ações representativas é de 5% (cinco por cento) do capital social total (fully diluted) da Companhia. A Companhia ressalta que a entrega das Ações Restritas não provocará qualquer diluição no seu capital social, uma vez que referidas ações deverão ser adquiridas no mercado secundário.

(e) Condições de aquisição de ações

A outorga de Ações Restritas é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e os Participantes. Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos no Plano de Incentivo, nos seus respectivos Programas e nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Participantes permanecerem continuamente vinculados como diretores, membros do Conselho de Administração, gerentes ou empregados da Companhia, pelo período estabelecido no respectivo programa e Contrato de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá transferir as referidas Ações Restritas ao Participante após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo estabelecido nos respectivos Programas e/ou em cada Contrato de Outorga.

As Ações Restritas entregues aos Participantes terão os direitos estabelecidos no Plano e no respectivo Programa e Contratos de Outorga, sendo certo que o Participante não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, até a data de transferência das Ações Restritas para os Participantes.

No caso específico dos Programas 2022, 2023 e 2024, o direito do Participante de efetivamente receber as Ações Restritas referentes ao valor outorgadas somente será plenamente adquirido (i.e.

a Companhia somente transferirá as Ações ao Participante), se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Participante permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante cada Período de Carência estabelecido em seu Contrato de Outorga, observadas as disposições específicas na hipótese de Desligamento; e (b) o preço médio da cotação da ação de emissão da Companhia na B3 durante um período de 90 (noventa) pregões (b.i) imediatamente anteriores à data de término de cada Período de Carência; ou (b.ii) a qualquer momento posteriormente ao término do Período de Carência aplicável, caso o Participante pretenda carregar a respectiva tranche de Unidades de Ação para exercício futuro, seja superior ao preço de cotação mínimo definido pelo Conselho de Administração e contido no Contrato de Outorga, devidamente ajustado em caso de bonificações, desdobramentos ou grupamentos de ações (“Valor Mínimo”). As tranches de Unidades de Ação que cumprirem suas respectivas Condições para Aquisição do Direito poderão ser exercidas, a critério do Participante, até o final do Período de Carência total (ou seja, até a data do 4º (quarto) aniversário da Data de Referência em questão), observados os termos e condições estabelecidos nos Programas de Outorga de Ações Restritas. Para que não parem dúvidas, a verificação do atingimento do Valor Mínimo relativo a cada tranche de Unidades de Ação poderá ocorrer a qualquer momento após o Período de Carência em questão, sendo que, uma vez atingido o Valor Mínimo, o Participante poderá exercer tais Unidades de Ação até o final do Período de Carência total, observadas as janelas de exercício e demais condições previstas nos Programas de Outorga de Ações Restritas. A verificação do atingimento do Valor Mínimo relativo a determinada tranche de Unidades de Ação poderá ocorrer antes do início de qualquer Janela após o cumprimento do Período de Carência aplicável a tal tranche de Unidades de Ação, sendo que, desde que verificado que o Valor Referencial Final é, de fato, superior ao Valor Mínimo, o Participante poderá exercer tais Unidades de Ação em qualquer Janela até o final do Período de Carência Total, observadas as demais condições previstas no Contrato de Outorga.

Já no caso do Prrograma 2025, o direito do Participante de efetivamente receber as Ações Restritas referentes ao valor outorgadas somente será plenamente adquirido (i.e. a Companhia somente transferirá as Ações ao Participante), se verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: (a) o Participante permanecer continuamente vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, durante cada Período de Carência, observadas as disposições específicas na hipótese de Desligamento no Contrato de Outorga; e (b) o Percentual de Atingimento/Valor *Target* (conforme definidos no respectivo Contrato de Outorga) forem ser atingidos em cada Período de Carência.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios de precificação do preço de aquisição das ações serão definidos em programas aprovados pelo Conselho de Administração no âmbito do Plano de Incentivo.

Note-se, no entanto, que os Programas de Outorga de Ações Restritas, atualmente vigentes, não prevê o pagamento de qualquer preço de aquisição ou de exercício pelo Participante.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Nos termos dos Programas de Outorga de Ações Restritas atualmente em vigor, deverão ser cumpridas as condições definidas no item 8.4(d) acima. Não obstante, o prazo para que as Unidades de Ação outorgadas aos Participantes sejam consideradas exercíveis e possam ser exercidas mediante o atingimento do respectivo Valor Mínimo é definido conforme abaixo:

Plano 2022, Plano 2023 e Plano 2024

(i) para o Participante que estiver recebendo, pela primeira vez, uma outorga de Ações Restritas, via Unidades de Ação, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas, o Período de Carência será o seguinte:

(a) 50% (cinquenta por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no segundo aniversário da Data de Referência em questão;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no terceiro aniversário da Data de Referência em questão; e

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no quarto aniversário da Data de Referência em questão.

(ii) para o Participante que já tiver recebido uma outorga de Ações Restritas, via Unidades de Ação, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas, o Período de Carência para todas as outorgas seguintes à primeira outorga será o seguinte:

(a) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no primeiro aniversário da Data de Referência em questão;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no segundo aniversário da Data de Referência em questão;

(c) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no terceiro aniversário da Data de Referência em questão; e

(d) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis no quarto aniversário da Data de Referência em questão.

Plano 2025

O Período de Carência estabelecido no âmbito do Programa 2025 é trimestral, conforme abaixo:

- (a) 25% (vinte e cinco por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do primeiro trimestre;
- (b) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do segundo trimestre;
- (c) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do terceiro trimestre;
- (d) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do quarto trimestre;
- (e) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do quinto trimestre;
- (f) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do sexto trimestre; e
- (g) 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do total de Unidades de Ação outorgadas ao Participante tornar-se-ão exercíveis ao final do sétimo trimestre.

(h) Forma de liquidação

Uma vez satisfeitas as condições precedentes estabelecidas nos respectivos Contratos de Outorga, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia deverá transferir as referidas Ações Restritas ao Participante após as devidas retenções de tributos, inclusive mediante redução no número de ações em razão da retenção de tributos, se aplicável, no prazo estabelecido nos respectivos programas e/ou em cada Contrato de Outorga, inclusive no caso das Ações Restritas outorgadas no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas.

No caso da parcela em dinheiro, a liquidação ocorre mediante pagamento ao participante nos prazos previstos nos respectivos Contratos de Outorga, após a apuração do atingimento das metas

de desempenho em cada período.

(i) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar a aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas a determinadas condições, bem como impor restrições à sua transferência, conforme vier a ser previsto no respectivo Contrato de Outorga.

Os Programas de Outorga de Ações Restritas determina que, após a transferência das Ações Restritas ao Participante, o Participante deverá cumprir e observar toda a legislação e regulamentação aplicável à transferência e negociação das ações, incluindo, mas não se limitando, à regulamentação da CVM, da B3 e à política de negociação de valores mobiliários da Companhia, bem como um período de *lock-up*, conforme estabelecido no âmbito de cada Programa.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa poderá levar à revisão integral do Plano de Incentivo, independentemente de aviso prévio ou notificação ao Participante, conforme o caso, que também não terá direito a qualquer indenização.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de Desligamento (conforme definido abaixo) do Participante, o direito às Ações Restritas a ele conferidas de acordo com o Plano de Incentivo poderá ser extinto ou modificado, conforme vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração nos respectivos Programas e Contratos de Outorga.

Para fins do Plano de Incentivo, “Desligamento” significa o término da relação jurídica do Participante por qualquer motivo, incluindo, mas não limitando, renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente e falecimento.

O Programa de 2025 prevê que em qualquer hipótese de Desligamento do Participante por qualquer motivo, seja, por exemplo, por iniciativa da Companhia (ou suas sociedades controladas) ou do Participante ou de forma involuntária, (i) a totalidade das Ações Restritas relativas aos Períodos de Carência não iniciados e efetivamente concluídos até a data de Desligamento (incluindo-se o Período de Carência em curso no momento do Desligamento), serão

automaticamente extintas, independente de aviso ou notificação, sem que o Participante e/ou seus herdeiros tenham direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza; e (ii) as Ações Restritas que tenham cumprido suas respectivas Condições para Aquisição do Direito, mas que não tenham sido liquidadas até a data de Desligamento do Participante, serão liquidadas nos mesmos prazos previstos originalmente ou calculados de acordo de maneira específica, conforme previsto no Contrato de Outorga, conforme o caso.

O Programa 2022, o Programa 2023 e o Programa 2024, por sua vez, prevêm expressamente que, em qualquer hipótese de Desligamento, por qualquer motivo, seja, por exemplo, por iniciativa da Companhia (ou suas sociedades controladas) ou do Participante ou de forma involuntária, (i) a totalidade das Unidades de Ação relativas aos Períodos de Carência não concluídos até a data de Desligamento em questão (inclusive o direito a receber Ações Restritas decorrentes de referidas Unidades de Ação), serão automaticamente extintas, independente de aviso ou notificação, sem que o Participante e/ou seus herdeiros tenham direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza; (ii) a totalidade das Unidades de Ação acumuladas e que não tenham atingido o respectivo Valor Mínimo (inclusive o direito a receber Ações Restritas decorrentes de referidas Unidades de Ação) serão automaticamente extintas, independente de aviso ou notificação, sem que o Participante e/ou seus herdeiros tenham direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza; e (iii) a totalidade das Unidades de Ação que tenham cumprido suas respectivas Condições para Aquisição do Direito, mas que não tenham sido exercidas até a data de Desligamento do Participante, serão automaticamente exercidas, a critério do Conselho de Administração, na primeira janela de exercício posterior à data de Desligamento ou com base nos números utilizados na última janela de exercício imediatamente anterior à data de Desligamento, devendo as Ações Restritas a que o Participante faça jus serem transferidas na forma estabelecida nos Programas de Outorga de Ações Restritas, sendo que, caso o Delta de Valorização seja negativo, todas as Unidades de Ação aplicáveis serão automaticamente extintas, independente de aviso ou notificação, sem que o Participante e/ou seus herdeiros tenham direito a qualquer indenização, prêmio ou benefício de qualquer natureza.

Não obstante o disposto acima, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão mais bem atendidos por tal medida, estabelecer regras específicas ou deixar de observar as regras estipuladas acima, com objetivo de conferir tratamento mais vantajoso a determinado Participante.

8.5 – Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, um plano de opção de compra de ações.

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de opção de compra de ações aplicável aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária. O plano de remuneração baseado em ações atualmente vigente está estruturado por meio de programas de outorga de ações restritas, podendo contemplar componentes adicionais atrelados ao desempenho, conforme descrito no item 8.4.

8.7 – Opções em aberto: em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de opção de compra de ações aplicável aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária. Dessa forma, não havia opções de compra de ações em aberto atribuídas aos administradores da Companhia ao final do último exercício social. O plano de remuneração baseado em ações atualmente vigente está estruturado por meio de programas de outorga de ações restritas, podendo contemplar componentes adicionais atrelados ao desempenho, conforme descrito no item 8.4.

8.8 – Opções exercidas e ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Companhia não possui plano de opção de compra de ações aplicável aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária. Dessa forma, não houve exercício de opções de compra de ações por administradores da Companhia nos três últimos exercícios sociais. O plano de remuneração baseado em ações atualmente vigente está estruturado por meio de programas de outorga de ações restritas, podendo contemplar componentes adicionais atrelados ao desempenho, conforme descrito no item 8.4.

8.9 – Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social corrente (2026) *

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0%

* Para o exercício de 2026, não há previsão de outorgas de Unidades de Ações para membros da Diretoria Estatutária da Companhia, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas.

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2025*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,42
Nº de membros remunerados	6,00	6,42
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00%

* Durante o exercício de 2025, não foram outorgadas Unidades de Ações para membros da Diretoria Estatutária da Companhia, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas.

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2024*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,92	7,66
Nº de membros remunerados	0	7,66
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações	N/A	0,00%

aos beneficiários		
--------------------------	--	--

* Durante o exercício de 2024, não foram outorgadas Unidades de Ações para membros da Diretoria Estatutária da Companhia, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas.

Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - Exercício social encerrado em 31/12/2023*

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,41
Nº de membros remunerados	0,00	7,41
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	N/A	0,00%

* Durante o exercício de 2023, foram outorgadas 1.815.839 Unidades de Ação a membros da Diretoria Estatutária da Companhia no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas. A diluição potencial decorrente da entrega das ações aos participantes é nula, uma vez que as ações restritas são adquiridas pela Companhia no mercado secundário para posterior transferência aos beneficiários, não havendo emissão de novas ações.

8.10 – Outorga de ações

A tabela a seguir apresenta informações sobre a remuneração baseada em ações sob a forma de ações restritas atribuídas aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia, no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas descritos no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Outorgas de ações previstas para o exercício social corrente (2026)¹

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	6,00	6,00
Data da outorga	N/A	30/01/2026
Quantidade de ações outorgadas (A)	0	2.865.000
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	Janeiro de 2030
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	N/A

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2025²

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,42
Nº de membros remunerados	6,00	6,42
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas (A)	0	0

¹ Os Programas de Outorga de Ações Restritas preveem a outorga de Unidades de Ação que, ao final do respectivo período de *vesting*, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes. Para fins de preenchimento da tabela acima, foi considerada a quantidade estimada de Unidades de Ação a serem outorgadas no exercício social corrente. As informações apresentadas constituem estimativas e poderão sofrer alterações ao longo do exercício. Para mais informações sobre a mecânica das Unidades de Ação, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

² Os Programas de Outorga de Ações Restritas preveem a outorga de Unidades de Ação que, ao final do respectivo período de *vesting*, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes. Para mais informações sobre a mecânica aplicável às Unidades de Ação, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	N/A

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve outorga de Ações Restritas ou de Unidades de Ações.

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2024³

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,92	7,66
Nº de membros remunerados	0,00	7,66
Data da outorga	N/A	N/A
Quantidade de ações outorgadas (A)	0	0
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das ações na data da outorga (B)	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	N/A

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve outorga de Ações Restritas ou de Unidades de Ações.

Outorgas de ações do exercício social encerrado em 31/12/2023⁴

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	7,41

³ Os Programas de Outorga de Ações Restritas preveem a outorga de Unidades de Ação que, ao final do respectivo período de vesting, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes. Para mais informações sobre a mecânica aplicável às Unidades de Ação, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

⁴ Os Programas de Outorga de Ações Restritas preveem a outorga de Unidades de Ação que, ao final do respectivo período de vesting, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes. Para fins de preenchimento da tabela acima, foi considerada a quantidade de Unidades de Ação efetivamente outorgadas no exercício social de 2023. Para mais informações sobre a mecânica aplicável às Unidades de Ação, ver item 8.4 deste Formulário de Referência.

Nº de membros remunerados	0,00	7,41
Data da outorga	N/A	05/05/2023
Quantidade de ações outorgadas (A)	0	1.815.839
Prazo máximo para entrega das ações	N/A	maio de 2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há restrição após a transferência das ações aos Participantes
Valor justo das ações na data da outorga (B)*	N/A	R\$ 3,48
Multiplificação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga (A x B)	N/A	R\$ 6.319 mil

* O valor justo médio de cada Unidade de Ação outorgada foi estimado por empresa especializada em R\$ 3,48 na data da outorga, desconsiderando o efeito de *exit rate*.

8.11 – Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,00	6,00	3,00
Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00
Nº de ações	0	3.297.500	0
Preço médio ponderado de aquisição	0	1,43	0
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	1,43	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0	0,00
Esclarecimento	A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações aplicável aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Para a Diretoria Estatutária, as ações reportadas referem-se à estimativa de outorgas no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas. No período, não há ganho ou perda associado às ações, uma vez que o preço médio ponderado de aquisição é equivalente ao preço médio ponderado de mercado.		

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	6,00	6,42	2,00
Nº de membros remunerados	0	6,42	2,00
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	R\$ 0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	No exercício social de 2025, não houve remuneração com valores mobiliários emitidos pela Companhia.		

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,92	7,66	0,00
Nº de membros remunerados	0	7,66	0,00
Nº de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	R\$ 0,00

Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	No exercício social de 2024, não houve remuneração com valores mobiliários emitidos pela Companhia.		

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros	5,00	7,41	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	7,41	0,00
Nº de ações	0	0	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	R\$ 0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	R\$ 0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	No exercício social de 2023, não houve remuneração com valores mobiliários emitidos pela Companhia.		

8.12 – Precificação das ações/opções

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações estruturado por meio de Programas de Outorga de Ações Restritas, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência. Nos termos desses programas, são outorgadas Unidades de Ação que, após o cumprimento do respectivo período de *vesting* e das demais condições previstas nos programas de outorga, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes.

Para fins de mensuração contábil do valor justo das Unidades de Ação outorgadas, a Companhia adota metodologia consistente com as disposições do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, equivalente ao IFRS 2, conforme divulgado na Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras da Companhia.

(a) Modelo de precificação

O valor justo das Unidades de Ação outorgadas foi estimado por empresa especializada utilizando o modelo de simulação de Monte Carlo, método amplamente utilizado para precificação de instrumentos financeiros com condições de mercado.

Esse modelo utiliza simulações estatísticas para estimar diferentes trajetórias possíveis do preço da ação da Companhia ao longo do tempo, considerando variáveis como volatilidade esperada da ação, taxa livre de risco e prazo do instrumento, permitindo estimar o valor justo das Unidades de Ação na data da outorga.

Para as Unidades de Ação outorgadas durante o exercício de 2022 e 2023:

	Data da outorga	Vesting period	Método de avaliação	Total das ações outorgadas	Valor justo da ação pelo método	Percentual histórico de participação do plano	Total do valor justo do plano	Total provisionado
Programa Sócio Viveonário 2022	15/02/2022	4 anos encerrados em fevereiro de 2026	Modelo de simulação de Monte Carlo	2.384.266 ações	R\$ 6,54	85%	R\$ 13.248	R\$ 11.713
Programa Sócio Viveonário 2023	05/05/2023	4 anos encerrados em maio de 2027	Modelo de simulação de Monte Carlo	3.487.730 ações	R\$ 3,48	85%	R\$ 10.330	R\$ 7.330

As estimativas de valor justo das Unidades de Ação são realizadas com base em premissas de mercado e condições específicas de cada programa de outorga, podendo ser suportadas por estudos elaborados por empresa especializada. Tais estimativas são periodicamente revisadas pela Companhia para fins de mensuração contábil, em conformidade com as disposições do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para a estimativa do valor justo das Unidades de Ação outorgadas no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas, foram utilizadas premissas de mercado e parâmetros financeiros compatíveis com as características dos instrumentos e com as condições vigentes na data da outorga. Essas premissas foram aplicadas no modelo de simulação de Monte Carlo utilizado para a avaliação dos instrumentos, em linha com as disposições do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.

As principais premissas utilizadas no modelo Monte Carlo

Premissa	Programa 2022	Programa 2023
Valor Justo na data da outorga	R\$ 6,54	R\$ 6,54
Preço da ação na data da outorga	R\$ 18,30	R\$ 18,30
Preço de exercício	R\$ 19,92	R\$ 19,92
Volatilidade esperada (média ponderada)	54,02%	54,02%
Prazo estimado do instrumento (expectativa média ponderada)	2,6 anos	2,6 anos
Dividendos esperados	2,35%	2,35%
Taxa de juros livre de riscos	11,97%	11,97%

Não houve outorga de Unidades de Ação durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável. A Companhia não possui plano de opção de compra de ações aplicável aos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária. O plano de remuneração baseado em ações atualmente vigente está estruturado exclusivamente por meio de programas de outorga de Unidades de Ação que, após o cumprimento das condições de *vesting* e demais condições previstas nos respectivos programas, poderão ser convertidas em Ações Restritas a serem entregues aos participantes. Dessa forma, não há previsão de exercício, tampouco de exercício antecipado, dos instrumentos outorgados.

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada com base na volatilidade histórica das ações de emissão da

Companhia, calculada a partir da série histórica de preços de negociação das ações em período compatível com o prazo estimado dos instrumentos outorgados.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Na mensuração do valor justo das Unidades de Ação outorgadas no âmbito dos Programas de Outorga de Ações Restritas foram consideradas as premissas usuais aplicáveis aos modelos de precificação, tais como preço da ação na data da outorga, volatilidade esperada, prazo estimado do instrumento, dividendos esperados e taxa de juros livre de risco. Não foram identificadas outras características específicas dos instrumentos que demandassem ajustes adicionais ao modelo de precificação utilizado.

8.13 Participações detidas por órgão

Considerando que parte dos administradores da Companhia é detentora de quotas dos fundos de investimento, acionistas diretos da Companhia, segue abaixo quadro consolidando a participação direta e indireta de tais administradores, na Companhia, na data do Formulário de Referência.

CM Hospitalar S.A.

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
770.601	358.345 ⁵	0	1.128.946

Diamantina Fundo de Investimento Multimercado - Credito Privado Investimento no Exterior

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
185.062	0	0	185.062

Darwin Fundo de Investimento Multimercado - Credito Privado Investimento no Exterior

Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
400.477	0	0	400.477

⁵ Informação atualizada em decorrência de alteração na Diretoria Estatutária da Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 08/12/2025.

8.14 – Planos de previdência

A Companhia mantém contrato de adesão a planos abertos de previdência complementar do tipo PGBL e VGBL, administrados pelo ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., disponibilizados a determinados executivos. Trata-se de planos de contribuição definida, de adesão individual, cujo custeio ocorre mediante contribuições da Companhia e dos participantes, nos termos estabelecidos nos respectivos regulamentos dos planos.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,42
Nº de membros remunerados	6,00	6,42
Nome do plano	N/A	ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	N/A
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	4.766.085,91
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	1.608.534,82
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	N/A	N/A

O plano de previdência disponibilizado aos executivos da Companhia consiste em plano aberto do tipo PGBL/VGBL administrado por instituição financeira independente. Trata-se de plano de contribuição definida, de adesão individual, cujas condições de elegibilidade para benefícios e eventuais resgates seguem as regras estabelecidas pela entidade administradora do plano e pela regulamentação aplicável.

Dessa forma, determinadas informações solicitadas na tabela, como condições para aposentadoria ou aposentadoria antecipada, não são definidas pela Companhia e, portanto, não se aplicam no contexto do referido plano.

8.15 – Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº total de membros	6,42	7,66	7,41	6,00	5,92	5,00	2,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,42	7,66	7,41	6,00	4,92	4,00	2,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	5.420.560,0	3.162.650,81	5.360.695,74	657.996,00	657.996,00	657.996,00	87.320,62	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	1.708.826,30	1.133.232,59	1.530.990,98	657.996,00	657.996,00	657.996,00	87.320,62	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (Reais)	2.856.366,12	1.907.818,42	2.041.845,49	657.996,00	648.634,27	657.996,00	130.980,90	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

Diretoria Estatutária		
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração da Diretoria foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual da Diretoria foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros da Diretoria dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A

Conselho de Administração		
Observação		Esclarecimento
31/12/2025	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A
31/12/2024	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	Todos os membros do Conselho recebem a mesma remuneração, entretanto tivemos algumas admissões no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e que influenciaram na proporcionalidade da média.
31/12/2023	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular Anual 2026 CVM/SEP. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida sem qualquer exclusão. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício, com a exclusão de todos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima.	N/A

Conselho Fiscal		
Observação		Esclarecimento
31/12/2025	A maior remuneração do Conselho Fiscal foi percebida por membro que exerceu a função durante 8 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho Fiscal foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho Fiscal dividido pelo número de membros remunerados informado no item 8.2 acima. Todos os membros do Conselho Fiscal foram remunerados por apenas 8 meses.	O valor médio da remuneração individual indicado no item 8.15 (f) é superior ao valor da maior remuneração considerando que, a totalidade dos membros remunerados exerceram o cargo por 8 meses e foram remunerados pelos 4 meses.
31/12/2024	N/A	N/A
31/12/2023	N/A	N/A

8.16 – Mecanismos de remuneração/indenização

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos específicos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria. Dessa forma, não há consequências financeiras previamente estabelecidas para a Companhia relacionadas a tais eventos.

8.17 – Percentual partes relacionadas na remuneração

Para fins deste item, consideram-se partes relacionadas aos controladores os administradores que possuam vínculo com os acionistas controladores diretos ou indiretos da Companhia, nos termos das normas contábeis aplicáveis às transações com partes relacionadas. A remuneração desses administradores segue os mesmos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Remuneração da Companhia, não havendo distinção de critérios em relação aos demais membros dos órgãos de administração.

A seguir, apresenta-se o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a administradores que sejam partes relacionadas aos controladores, nos últimos três exercícios sociais e a previsão para o exercício social corrente.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Previsão para exercício social corrente (a ser encerrado em 31/12/2026)	50,00%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2025	50,00%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2024	41,24%	0,00%	0,00%
Exercício encerrado em 31/12/2023	50,00%	0,00%	0,00%

8.18 – Remuneração - Outras funções

Nos três últimos exercícios sociais, não foram reconhecidos no resultado da Companhia quaisquer valores pagos a membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por atividades distintas das funções inerentes aos cargos que ocupam, tais como serviços de consultoria, assessoria ou comissões.

Para o exercício social corrente, a Companhia não possui expectativa de reconhecimento de valores dessa natureza.

8.19 – Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável para os últimos três exercícios sociais, considerando que não houve membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia com remuneração reconhecida no resultado de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas que não estejam, ou não, relacionados ao exercício do cargo na Companhia.

Para o exercício social corrente (2026), não há previsão de remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia a ser reconhecida no resultado de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas que não estejam, ou não, relacionados ao exercício do cargo na Companhia.

8.20 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações complementares ao item 8.2

Memória de cálculo do número de administradores

Conforme orientação constante do Ofício Circular/Anual-2026-CVM/SEP, apresentamos abaixo a tabela de memória de cálculo dos números de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária apresentados nesta seção 8:

			Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Média
2026 (previsão)	Diretoria	Remunerado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
	Conselho Administrativo	Total Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
		Remunerado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
2025	Diretoria	Total Membros	7	7	7	6	6	6	7	7	6	6	6	6	6,42
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
		Total Membros	7	7	7	6	6	6	7	7	6	6	6	6	6,42
	Conselho Administrativo	Remunerado	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
		Total Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
2024	Diretoria	Remunerado	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7,66
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
		Total Membros	8	8	8	8	8	8	8	8	7	7	7	7	7,66
	Conselho Administrativo	Remunerado	4	4	4	4	4	5	5	5	6	6	6	6	4,92
		Não remunerado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
		Total Membros	5	5	5	5	5	6	6	6	7	7	7	7	5,92
2023	Diretoria	Remunerado	7	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8	7,41
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
		Total Membros	7	7	7	7	7	7	7	8	8	8	8	8	7,41
	Conselho de Administração	Remunerado	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
		Não remunerado	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,00
		Total Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Buscando adequar a forma de apresentação das informações indicadas no subitem 8.2 acima:

- Número de membros: especificamente em relação ao número de membros da Diretoria Estatutária, a Companhia retificou os valores descritos anteriormente para apresentar a média anual, nos termos do Ofício Circular Anual/2026/CVM/SEP, passando de 8,25 para 7,66.

- Valor da remuneração baseada em ações: especificamente em relação ao valor da menor remuneração da Diretoria Estatutária, a Companhia retificou o valor descrito anteriormente, que constava como zero, para incluir valor anteriormente não considerado, em decorrência da adequação dos critérios de apuração e apresentação das informações às orientações do Ofício Circular Anual/2026/CVM/SEP.

Adicionalmente, as alterações acima, foram também refletidas, conforme aplicável, nos itens do Formulário de Referência aplicáveis, ou seja, 8.3, 8.9, 8.10, 8.11 e 8.15.

Informações Indicadas nos Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia

Nome:	CONRADO LAMAstra PACHECO	CPF:	054.232.677-90	Profissão:	Economista	Data de Nascimento:	04/11/1979
Experiência Profissional:	O Sr. Conrado Lamastra Pacheco é economista, contador, MBA pela IE Business School de Madrid e atual bacharelando em Direito. Possui mais de vinte e quatro anos de experiência profissional na área de finanças corporativas, dos quais nove foram na PricewaterhouseCoopers, em auditoria de demonstrações financeiras e, posteriormente, em finanças corporativas, valuations, reestruturação de empresas e assessoria em fusões e aquisições. Há treze anos dedica-se à governança corporativa, como membro de Conselhos de Administração, Conselhos Fiscais e Comitês de Auditoria de empresas como Rossi Residencial S.A., Viveo (CM Hospitalar S.A.), Viver Incorporadora e Construtora S.A., Atvos Agroindustrial S.A., Dommo Energia S.A., Companhia Müller de Bebidas S.A., Helicópteros do Brasil S.A. - Helibras, Prumo Logística S.A. e Bionexo do Brasil Ltda. Além das atividades em governança corporativa, é atualmente Diretor de Controladoria do grupo empresarial Infra Investimentos S.A., que atua nos segmentos de infraestrutura e energia. O Sr. Conrado Lamastra Pacheco declarou que não participa de entidades do terceiro setor, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da SUSEP, ou (iii) transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, assim como declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.						

Nome:	JORGE ANTONIO IORIATTI CHAMI	CPF:	143.830.498-69	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	24/10/1969
Experiência Profissional:	O Sr. Jorge Antonio Ioriatti Chami é advogado com extensa experiência em Direito Empresarial, atuando nas áreas de Direito Tributário, Societário, Contratos e M&A, ao longo de mais de 30 anos. Possui também experiência em contencioso tributário e cível. É formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), turma de 1991, com especialização em Direito Tributário pelo Centro de Extensão Universitária (CEU/SP) e mestrado em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atua como advogado de empresas nacionais e internacionais e seus respectivos sócios. Foi membro de Conselhos Consultivos e Fiscais de diversas empresas. Atuou como Coordenador da Comissão de Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo (OAB/SP) no período de 2001 a 2006, e foi membro da Comissão de Direito Tributário da mesma entidade. O Sr. Jorge Antonio Ioriatti Chami declarou que não participa de entidades do terceiro setor, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da SUSEP, ou (iii) transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, assim como declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.						

Nome:	LEDA MARIA DEIRO HAHN	CPF:	664.501.287-04	Profissão:	Consultora	Data de Nascimento:	16/01/1960
Experiência Profissional:	Leda Hahn possui extensa experiência profissional incluindo governo (IPEA e Ministério da Fazenda), empresas de consultoria, banco de investimentos, fundos de pensão e empresas de investimento em infraestrutura portuária. Atividades concentradas em análise de investimentos, elaboração de projeções, controle de orçamentos de grandes projetos, negociações para obtenção de empréstimos de longo prazo para investimentos na área de infraestrutura, negociações envolvendo diversos stakeholders, negociação entre						

acionistas controladores visando saída de mercado para posições acionárias. Membro de conselhos de administração e conselhos fiscais de empresas brasileiras listadas na B3 (ou na antiga Bovespa).

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	N/A	30/04/2026	Não	06/05/2025

Nome:	MARCELO FREITAS PEREIRA	CPF:	150.920.938-70	Profissão:	Advogado	Data de Nascimento:	09/12/1970
--------------	-------------------------	-------------	----------------	-------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:	O Sr. Marcelo Freitas Pereira é advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), com extensa experiência em Direito Empresarial, atuando em M&A, governança corporativa e compliance, incluindo a resolução de disputas corporativas. Foi professor de direito comercial da Universidade Paulista (UNIP). Atuou em conselhos de administração e fiscais de companhias abertas e fechadas, incluindo Hércules Fábrica de Talheres S.A., Mundial S.A. Produtos de Consumo, CM Hospitalar S.A., Companhia Brasileira de Cerveja Artesanal (CBCA), entre outras. É árbitro em câmaras de arbitragem e membro da American Bar Association (ABA), onde exerceu funções de liderança na Section of International Law. Reconhecido por publicações internacionais como especialista em Governança Corporativa e Direito Societário, tendo sido destacado por rankings como Chambers Latin America, IFRL 1000 e The International Who's Who of Business Lawyers.
----------------------------------	---

O Sr. Marcelo Freitas Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Marcelo Freitas Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da SUSEP, ou (iii) transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Marcelo Freitas Pereira declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	1 ano	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	N/A	30/04/2026	Sim	06/05/2025

Nome:	RENÉ DE MEDEIROS RIBEIRO MARTINS	CPF:	407.796.104-15	Profissão:	Economista	Data de Nascimento:	02/03/1966
--------------	----------------------------------	-------------	----------------	-------------------	------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:	O Sr. Renê de Medeiros Ribeiro Martins é economista, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com MBAs pelo IBMEC/RJ e pela PUC-Rio. Possui mais de 30 anos de experiência nas áreas de finanças corporativas, relações com investidores, tesouraria, financiamento de projetos, planejamento financeiro e análise de viabilidade econômico-financeira. Desde 2017 atua em consultoria financeira e estratégica. Anteriormente, exerceu funções executivas em empresas de grande porte como Grupo Globo, Oi, Xerox, Pepsi-Cola Internacional e Aracruz Celulose (atual Suzano), com destaque para sua atuação como Head de Relações com Investidores do Grupo Globo. Atualmente, é conselheiro fiscal suplente de companhias como Assaí Atacadista e Viveo. Ao longo de sua carreira, acumulou experiência em governança corporativa, tendo participado também de conselhos e entidades de mercado.
----------------------------------	---

O Sr. Renê de Medeiros Ribeiro Martins declarou que não participa de entidades do terceiro setor, não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da SUSEP, ou (iii) transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, assim como declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	1 ano	C.F.(Suplente)Eleito p/Minor.Ordinaristas	N/A	30/04/2026	Não	06/05/2025

Nome:	FLÁVIO FREITAS THOMAZ PEREIRA	CPF:	004.860.097-00	Profissão:	Contador	Data de Nascimento:	06/10/1970
--------------	-------------------------------	-------------	----------------	-------------------	----------	----------------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. Flávio Freitas Thomaz Pereira é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, com MBA Executivo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), e possui mais de 30 anos de experiência nas áreas contábil, financeira, tributária, societária e de folha de pagamentos. É sócio das empresas Prosper

Outsourcing e Assessoria Empresarial Ltda., Eximia Outsourcing e Eximia Capital Partners Ltda., atuando na coordenação de trabalhos técnicos para sociedades de diversos portes, incluindo companhias abertas como Litel Participações S.A., Bonaire Participações S.A. e Uptick Participações S.A., com atuação na elaboração e assinatura de demonstrações financeiras. Atuou por 20 anos na PricewaterhouseCoopers (PwC), onde foi diretor no escritório do Rio de Janeiro, acumulando experiência em auditoria de demonstrações financeiras de companhias abertas e em serviços de outsourcing nas áreas contábil, financeira, tributária e societária. Coordenou trabalhos para empresas como Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e Vale S.A. Foi professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). O Sr. Flávio Freitas Thomaz Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Flávio Freitas Thomaz Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da SUSEP, ou (iii) transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Flávio Freitas Thomaz Pereira declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:							
Órgão da administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	1 ano	C.F.(Suplente)Eleito p/Controlador	N/A	30/04/2026	Sim	30/04/2026

7.4 – Comitês: fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia não ocupam cargos nos comitês atualmente instalados.

7.5 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

7.6 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e (a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social; (b) controlador direto ou indireto do emissor; e (c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, nesta data, não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre os membros do Conselho Fiscal e controladas, controladores e outros.